



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: FILOSOFIA, LINGUAGEM E PRÁXIS PEDAGÓGICA
- DOUTORADO -

JEAN-JACQUES ROUSSEAU E O AMOR-DE-SI
ou dos fundamentos para uma pedagogia do sentimento de
preservação e benevolência

POR

JILVANIA LIMA DOS SANTOS

SALVADOR – BAHIA
JUNHO 2008

TESE DE DOUTORADO

JILVANIA LIMA DOS SANTOS

JEAN-JACQUES ROUSSEAU E O *AMOR-DE-SI*
ou dos fundamentos para uma pedagogia do sentimento de preservação e
benevolência

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), vinculada à Linha de Pesquisa *Filosofia, Linguagem e Práxis Pedagógica*, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Mary de Andrade Arapiraca.

SALVADOR – BAHIA
JUNHO 2008

Biblioteca Anísio Teixeira – Faculdade de Educação / UFBA

S237 Santos, Jilvania Lima dos.
Jean-Jacques Rousseau e o amor de si : ou dos fundamentos para uma pedagogia do sentimento de preservação e benevolência / Jilvania Lima dos Santos. – 2008.
199 f.

Orientadora: Profa. Dra. Mary de Andrade Arapiraca.
Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2008.

1. Educação – Filosofia. 2. Fundamentos da educação. 3. Rousseau, Jean-Jacques. I. Arapiraca, Mary de Andrade. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 370.1 – 22. ed.

TESE DE DOUTORADO

JILVANIA LIMA DOS SANTOS

JEAN-JACQUES ROUSSEAU E O *AMOR-DE-SI*
ou dos fundamentos para uma pedagogia do sentimento de preservação e
benevolência

**COMISSÃO EXAMINADORA EM
JUNHO de 2008**

Prof. Dr. Fernando Becker (UFRGS)

Prof. Dr. Genildo Ferreira da Silva (FFCH/UFBA)

Prof. Dr. Gustavo Roque de Almeida (UNEB)

Prof. Dr. Roberto Sidnei Macedo (UFBA)

Prof. Dr. Cleverson Suzart da Silva (UFBA)

Prof. Dra. Mary de Andrade Arapiraca (UFBA) – Orientadora

SANTOS, Jilvania Lima de. **Jean-Jacques Rousseau e o amor-de-si**: ou dos fundamentos para uma pedagogia do sentimento de preservação e benevolência. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, 2008, 199 f. mimeo. Tese de Doutorado em Educação, Linha de Pesquisa Filosofia, Linguagem e Práxis Pedagógica.

RESUMO

Nesta pesquisa, apresenta-se um estudo compreensivo da filosofia educacional de Jean-Jacques Rousseau, discutindo-se alguns aspectos relativos ao processo da formação humana. No bojo das reflexões, embora tomando também como referência outras obras, há uma apropriação do livro Discurso sobre a desigualdade entre os homens, visando pensar a constituição do homem mediante o delineamento das suas características em estado natural, bem como uma sistematização/síntese dos cinco capítulos que compõem o Emílio - ou da educação, concebendo a criança como aquela que concentra em si a potência in natura. Entendendo, portanto, o homem pela natureza e a natureza pelo homem, busca-se tecer um fio condutor capaz de ressaltar a distinção entre dois conceitos fundamentais para a compreensão de uma educação inspirada nos seus princípios pedagógicos: amor-de-si e amor-próprio. Enfatiza-se que, do começo ao fim, o propósito de sua obra evidencia o objetivo da vida humana: encontrar a felicidade; e somente em seu próprio coração pode uma pessoa saber o que necessita para ser feliz. Pretende-se, assim, subsidiada pela cacunda da esperança, adotar uma postura descritivo-propositiva com a força necessária para contribuir com a promoção de uma práxis pedagógica possível, competente na arte, na ciência e na sensibilidade inspiradora de provocar ações humanas com dupla intencionalidade: seres para si próprios e seres para os outros.

Palavras-chave: *amor-de-si, desenvolvimento humano, linguagem, práxis pedagógica.*

SANTOS, Jilvania Lima de. **Jean-Jacques Rousseau and love-by-itself**: or about foundation to pedagogy of preservation and benevolence feelings. Salvador, Bahia, Brazil: UFBA, College of Education, 2008, 199 p. Mimeo. Thesis.

ABSTRACT

In this research, it gives a comprehensive study of the educational philosophy of Jean-Jacques Rousseau, talking about aspects of the process of training human. In the midst of discussions, but it has been dialogued with other works, there is an appropriation of the book Discourse on the inequality between men, seeking the creation of man thinking through the design of their characteristics in their natural state, and a systematization / synthesis of the five chapters of Emilio - or of education, devising the child as one that concentrates itself the power in nature. Considering therefore the man by nature and by human nature, it seeks to weave a thread able to highlight the distinction between two fundamental concepts to the understanding of an education based on his educational principles Rousseau's: love-by-itself and love owner. It stresses that, from beginning to end, the purpose of his work highlights the goal of human life: to find happiness and someone can also know what needs to be happy in its own heart. It is subsidized by a kind of hope conscience, take a descriptive-proposals with the strength to contribute to the promotion of a possible competent teaching practice in art, in science and inspiring sensitivity to cause human actions with a double intention: being for itself and for other human beings.

Keywords: philosophy of education, love-by-itself, human development, language, pedagogic praxis.

SANTOS, Jilvania Lima de. **Jean-Jacques Rousseau et amour de soi**: ou sur base de la pédagogie de la préservation et la bienveillance des sentiments. Salvador, Bahia, Brésil: UFBA, College of Education, 2008, 199 p. Mimeo. Thèse.

RÉSUMÉ

Dans cette recherche, il donne une étude complète de la philosophie de l'éducation de Jean-Jacques Rousseau, en parlant sur certains aspects du processus de formation de l'homme. Au milieu des discussions, mais il a été dialogué avec d'autres œuvres, il ya un crédit d'un livre Discours sur l'inégalité entre les hommes, en cherchant la création de l'homme pense, par la conception de leurs caractéristiques dans leur état naturel, et une systématisation / synthèse des cinq chapitres d'Emilio - ou de l'éducation, l'élaboration de l'enfant comme un qui se concentre le pouvoir lui-même dans la nature. Attendu, donc, l'homme par nature et par la nature humaine, il cherche à tisser un fil capable de mettre en évidence la distinction entre deux notions fondamentales à la compréhension d'une éducation fondée sur les principes de son éducation Rousseau: amour de soi et amour-propre. Il souligne que, du début à la fin, le but de son travail met en lumière l'objectif de la vie humaine: trouver le Bonheur; et seulement dans son propre coeur une personne peut-elle savoir ce qui doit être heureux. Il est subventionné par une sorte d'espoir de conscience, de prendre un descriptif-propositions avec la force de contribuer à la promotion d'une éventuelle pratique enseignant compétent dans l'art, de la science une source d'inspiration et de sensibilité à cause des actions humaines avec une double intention: être pour lui-même et pour les autres êtres humains.

Mots-clés: philosophie de l'éducation, amour de soi, le développement humain, de langue, de pratique pédagogique.

SANTOS, Jilvania de Lima. Jean-Jacques Rousseau y el amor-de-sí: o sobre bases de pedagogía de sentimientos de la preservación y benevolencia. Salvador, Bahia, Brasil: UFBA, College of Education, 2008, 199 p. Mimeo. De tesis.

RESUMEN

En esta pesquisa se presenta un estudio comprensivo de la filosofía educacional de Jean-Jacques Rousseau, en la cual se discute algunos aspectos relativos al proceso de la formación humana. En las reflexiones, aunque se haga un diálogo con otras obras, hay una aproximación del libro Discurso sobre la desigualdad entre los hombres (Discurso sobre a desigualdade entre os homens), que visa pensar la constitución del hombre mediante el delineamiento de sus características en estado natural, bien como una sistematización/ síntesis de los cinco capítulos que componen el Emilio - o de la educación, que concibe el niño como aquel que concentra en sí la potencia in natura. Se entiende, por lo tanto, el hombre por la naturaleza y la naturaleza por el hombre, ya que se busca tener un hilo conductor capaz de resaltar la distinción entre dos conceptos fundamentales para la comprensión de una educación inspirada en sus principios pedagógicos: amor-de-sí y amor-propio. Se enfatiza que, desde el principio hasta el final, el propósito de su obra evidencia el objetivo de la vida humana: encontrar la felicidad. Añade, todavía, que nadie puede concordar cómo encontrarla, y solamente en su propio corazón puede una persona saber lo que necesita para ser feliz. Se pretende, subsidiada por la esperanza, adoptar una postura descriptivo-propositiva con la fuerza necesaria para contribuir con la promoción de una praxis pedagógica posible competente en el arte, en la ciencia y en la sensibilidad inspiradora para provocar acciones humanas con una doble intencionalidad: seres para sí propios y seres para los otros.

Palabras clave: filosofía de la educación, amor-de-sí, desenvolvimiento humano, lenguaje, praxis pedagógica.

À minha família, principal fonte de minha existência, na pessoa dos meus pais,
Jerônimo dos Santos e Idalina Lima dos Santos.

Às crianças, aos jovens e adultos, que buscam na escola sustento para inventar projetos, nas pessoas
de Jerônimo Junior, Manuel Bonfim e Gerivaldo Lima, razões primordiais de ser desta pesquisa.

Aos meus sobrinhos, Ana Victoria, Pérola, Davi, Arthur e Guilherme, dádivas e esperanças do amanhã.

Ao amor eterno, Walter Antonio Bazzo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo sopro milagroso da vida, que, nos momentos de inquietação, me carregava para o sereno e eterno *amor-de-si-mesmo*, na existencialidade do aqui-agora-instante-presente...

À Universidade Católica do Salvador, pelo apoio a mim dispensado e pelas interlocuções sobre processos e desenvolvimento de pessoas, que favoreceram sobremaneira pensar acerca de ações necessárias para uma formação humana ética, solidária e justa.

Ao Centro Universitário Jorge Amado, por favorecer sínteses compreensivas acerca da formação dos seres humanos articuladas com as reflexões sobre o estágio curricular supervisionado.

Ao PPGe da FACED/UFBA, em especial à coordenação, aos professores e aos funcionários, por garantir o lugar das escolhas e fortalecer o caminho, por mim empreendido, na busca por uma formação humana suficientemente digna.

À minha orientadora, Profa. Dra. Mary de Andrade Arapiraca, por acreditar no potencial humano, nutrindo com o vigor da liberdade e confrontando com o rigor ético de ser e de conviver com as (im)perfeições demasiadamente humanas, no sentido de instigar o *amor-de-si*.

Aos Profs. Dr. Genildo Ferreira da Silva e Dr. Roberto Sidnei, pela disposição em debater o pensamento renovado de Jean-Jacques Rousseau na proposta aqui delineada, como uma aventura do inesperado à procura do *amor-de-si-mesmo*.

Ao Prof. Dr. Cleverson Suzart, que, com o *inesperado talvez*, a antropofagia e o estado de potência na grandeza do ser-instante, presente, equacionou a certeza incerta do *amor-de-si*.

Ao amado-amor, Walter Antonio Bazzo, pelos intensos ‘diálogos criativos’, pelas leituras, ideias e sínteses provocativas, que possibilitaram a experiência encarnada do *amor-de-si-mesmo*.

À irmã-prima-amiga, Lúcia Falcão, e ao cunhado-primo-amigo, Ari Falcão, pelo acolhimento das primeiras palavras pronunciadas sobre o *amor-de-si* e dos diálogos que nutriram e confrontaram *tese e vida...*

Às amigas singulares, Ana Lúcia Mercês, Daniele Kramm, Fernanda Vita, Graça Maskell, Lilian Mascarenhas, Nayara Rios, Regina Robatto, Regina Santiago, Sarah Sodré, Sonilda Sampaio e Virgínia Borges, que, ao fortalecerem os vínculos necessários à convivência humana em lugares e tempos aparentemente ásperos, provocaram a fluência do *amor-de-si*.

A todos os professores, amigos e (ex)alunos que, no propósito inconsciente do encontro com o *amor-de-si*, comigo convive(ra)m e sonha(ra)m uma *escola* possível e melhor, quer seja na educação básica quer seja no ensino superior.

E, por fim, àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho.

Pouco falarei da importância de uma boa educação; também pouco me deterei provando que a educação hoje corrente é má; mil outros o fizeram antes de mim; e não me agrada encher um livro com coisas que todos sabem. Observarei apenas que, há infinitos tempos, todos protestam contra a prática estabelecida, sem que ninguém se preocupe em propor outra melhor. A literatura e o saber de nosso século tendem muito mais a destruir do que a edificar. Censura-se com um tom de mestre; para propor, é preciso assumir uma outra postura com a qual a altivez filosófica se compraz menos. Apesar de tantos escritos que, segundo dizem, só têm por fim a utilidade pública, a primeira de todas as utilidades, que é a de formar os homens, ainda está esquecida.

Jean-Jacques Rousseau

SUMÁRIO

Leitores, lembrai-vos sempre de que aquele que vos fala não é nem um douto, nem um filósofo, mas um homem simples, amigo da verdade, sem partido, sem sistema; um solitário que, vivendo pouco com os homens, tem menos oportunidades de impregnar-se de seus preconceitos, e mais tempo para refletir sobre o que o impressiona em seu comércio com eles. (ROUSSEAU, 1999, p. 117)

NOTAS DE ESCLARECIMENTO	13
INTRODUÇÃO	15

LIVRO I – DOS FUNDAMENTOS E DA GÊNESE DO AMOR-DE-SI

1. Preâmbulo, ou do homem da natureza	39
2. Características do homem da natureza do ponto de vista físico, metafísico e moral	42
3. O homem natural e o civilizado: principais distinções e singularidades	49
4. Sinais do início do processo de saída do estado natural para o estado civil	55
5. O nascimento de um novo estado: o civil	69
5.1 Da formação do homem e do cidadão	76

LIVRO II – A CRIANÇA, OU DO MITO DO HOMEM NATURAL

6. Preâmbulo, ou da criança em estado de natureza	86
7. As estações do processo de desenvolvimento humano	87
7.1 Primeiro nascimento, ou dos estados da infância	88
7.2 Segundo nascimento, ou da saída da infância	104

LIVRO III – O AMOR-DE-SI

8. Preâmbulo, ou sobre o amor	129
9. O que é o amor-de-si	131
10. Amor-de-si como autoconhecimento	143

LIVRO IV – REFERÊNCIAS PARA UM PROJETO DE ESCOLA ÚTIL A SI E AOS OUTROS, OU À GUIA DE CONCLUSÕES POSSÍVEIS

11. Por que Jean-Jacques Rousseau, ou das anotações ‘conclusivas’ I	151
12. A criança e o homem natural, ou das anotações ‘conclusivas’ II	160
13. Reflexões sobre o amor-de-si como autoconhecimento, ou das anotações ‘conclusivas’ III	162
14. Frente aos aprendizados rousseauianos, surge o desejo: projetar a escola que concretize a humanidade do humano, ou das anotações ‘conclusivas’ IV.....	176
15. Para não dizer adeus, promessas da continuidade da pesquisa, ou das penúltimas considerações	191

REFERÊNCIAS

NOTAS DE ESCLARECIMENTO

Mais do que uma pesquisa de doutorado, este trabalho consiste num projeto de vida. É um prestar conta à existência, e a maior parte dessa produção vem sendo publicada, de modo especial, no Rascunho Digital da Faced/UFBA (www.faced.ufba.br/rascunho_digital).

Por acreditar que o educador, quando se encontra a caminhar e, em seus braços, carrega a si mesmo, estará mais apto a contribuir com o processo de desenvolvimento do outro, os textos pretendem revelar esse movimento, no desejo de contribuir com a melhoria da formação humana no ambiente escolar. Ao se preocupar consigo mesmo, no sentido mais profundo do termo, o educador passa a cuidar do outro porque entende que existe uma interdependência vital entre ele e o outro.

Investigar a filosofia educacional de Jean-Jacques Rousseau tem sido um desafio constante. Há uma imposição da própria atitude investigativa que clama do pesquisador um estudo da sua condição humana, averiguando as raízes da formação dos seres humanos a partir da sua relação no mundo com os outros. Consciente dos efeitos derivados, o discurso predominantemente se estrutura na terceira pessoa do singular, no entanto, nas considerações finais, opta-se pela utilização da primeira pessoa do singular¹.

Busca-se inspiração no pensamento rousseauiano, com o intuito de contribuir para a melhoria dos projetos e das ações das escolas formais responsáveis pela educação básica, mostrando como o amor-de-si pode favorecer a qualidade dos processos educacionais

¹ No vídeo intitulado **História de Leitura do Romance Brasileiro**, do Prof. Menandro Ramos, a Profa. Marisa Lajolo, ao ser entrevistada pelas Profas. Mary Arapiraca e Jamile Borges, relatou suas dificuldades em escrever, na primeira pessoa do singular, o seu livro *Como e por que ler o romance brasileiro*. Com suas palavras, “Na Universidade, nós estamos muito pouco habituados a falar de nós mesmos. A gente tem sempre um discurso que se acredita que é mais objetivo, que é mais científico. Então, falamos da literatura brasileira como se ela fosse um conjunto de livros na estante. [...] Foi muito difícil, no começo, eu assumir o *eu*, dizer assim: “Eu li Helena”; “Eu tinha lido do meu livro”. Foi uma luta comigo mesma, eu não sabia usar a primeira pessoa. No fim, isso me tranquilizou. Eu até, talvez, esteja uma pessoa menos convencional para falar de literatura.”

disponibilizados na/pela escola, que, sem sombra de dúvida, pode se constituir num dos principais espaços de desenvolvimento humano.

Como não se trata de uma pesquisa de opinião, de descrição de acontecimentos ou de experimentação laboratorial, faz-se uso da abordagem compreensiva como uma atividade livre de abertura de sentidos, sendo o elo de integração a interpretação dos textos de Jean-Jacques Rousseau, resultante das leituras e interlocuções realizadas acerca de sua vida e obra.

Ressalta-se que, como se trata de um exercício, o mais significativo reside na esperança de se criar alternativas e instigar possibilidades para a formação de humanos necessários à preservação da espécie, que conservam a si mesmos nutridos pelo sentimento de compaixão e bondade. Sendo um ato livre de abertura compreensiva, corre-se o risco de algumas interpretações não serem reconhecidas como o pensamento originário do filósofo genebrino.

Registra-se que tanto essas ‘notas de esclarecimento’ quanto o uso da expressão *livro* – e não capítulo –, são tentativas de fortalecer a presença de Jean-Jacques Rousseau também na forma de apresentação da pesquisa, bem como rememorar as suas produções, em especial aquelas que favoreceram um estudo mais pormenorizado da noção do *amor-de-si* e promoveram ressonâncias de criação de significações...

Salienta-se ainda que, nos escritos do filósofo de Genebra, aparece o conceito amor de si sem hífen (amor de si / amor de si mesmo). Porém, ao apropriar-se deste conceito, o presente estudo faze-o com hífen (amor-de-si) como um vetor semântico, no intuito de provocar outra leitura da filosofia educacional de Jean-Jacques Rousseau. Todavia, ciente do que ainda há por fazer, afirma-se que os resultados são preliminares e o texto, que se segue, provisório, tal qual o próprio tempo.

É importante ainda pontuar que se encontra, na Introdução, um texto cujos registros se fazem necessários. Ao se buscar uma justificativa para a investigação, evidenciam-se os sentidos e os efeitos do encontro com o autor, na tentativa de recortar o objeto de pesquisa, definir seus objetivos, levantar a sua problemática e eleger a metodologia mais apropriada para a natureza do trabalho aqui em exame.

Tomando a escola como uma célula da sociedade civil e considerando a sua importância para a formação humana, priorizou-se uma reflexão que favorecesse a tessitura final da pesquisa de forma propositiva.

INTRODUÇÃO

O conteúdo deste trabalho, inserido na Linha de Pesquisa *Filosofia, Linguagem e Práxis Pedagógica* do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA), está intimamente ligado à vivência ontológica com práticas educacionais associadas à vida-abundante², ativação e florescimento da bondade.

A educação pode inaugurar outras possibilidades de ciências humanas capazes de alimentar e impulsionar uma *práxis* ético-solidária, que promova a melhoria da qualidade das relações sociais, porque prioriza a vida em si mesma.

A partir dos desafios de interpretar e atribuir sentidos à filosofia educacional de J.-J. Rousseau, foram visualizados alguns elementos de como tornar-se *o que se é*³, ao tempo em que, por se tratar de questões relativas à formação de humana⁴, se fez premente o exercício do

² É uma expressão bíblica, disse Jesus: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância”. Além disso, vale ressaltar que, em consonância com Soares (2007), embora consciente de sua inalcançável definição, *vida-abundante* refere-se à não-dependência psicológica, manipuladora das relações humanas, ao não-medo psicológico. O desenvolvimento físico e mental de um indivíduo pode ser completamente comprometido, caso sua educação esteja pautada no medo e na dependência psicológicos. Assim como esse medo e essa dependência negam a *vida-abundante*, também o fazem a comparação, a hierarquização e o autoritarismo. Quando se prioriza a comparação (e classificação) entre os seres humanos, por exemplo, inibe-se a ativação e o fluir da *vida*. Essa atitude comparativa/classificatória conduz à inveja, ao ciúme, à competição, ao sentimento de superioridade, de inferioridade, entre outros sentimentos e atitudes nefastas para um processo educativo ético-solidário.

³ Inspiração na máxima: “torna-te o que tu és”, de Píndaro, que é considerado o mais brilhante poeta do século V a.C.. Nasceu numa província próxima a Tebas, provavelmente em 522 a.C., na pequena cidade de Cinoscéfalos, na Beócia. Era de família aristocrática e fez seus estudos em Atenas. Escreveu sua primeira Ode (cântico), a *Sétima Pítica*, com menos de vinte (20) anos de idade, para Alcmeônidas de Mégacles, em 486 a.C.. Ficou conhecido pelo epíteto de “príncipe dos poetas”, tornando-se um poeta profissional itinerante. Morreu em Argos, com quase oitenta (80) anos, por volta de 438 a.C..

⁴ Utiliza-se mais a palavra **humano(a)** do que **homem**, num esforço de demarcar a investigação em torno da formação dos indivíduos de um modo geral. No entanto, por opção estilística, às vezes, usa-se o termo homem, mas no sentido mais amplo, incluindo todos os humanos, independentemente de sexo, idade, culturas... Esta nota se faz necessária porque, em Rousseau, especialmente ao ler o Livro V do *Emílio*, observa-se uma preocupação maior com as questões do gênero masculino, facilmente reconhecível quando ele descreve as diferenças de educação das personagens, o que não interfere em absoluto no exercício filosófico de compreensão da gênese humana.

autoconhecer, na tentativa de buscar a si mesmo para tentar, a partir daí, enxergar e compreender a humanidade...

Para a organização do texto escrito, optou-se seguir os padrões estéticos das principais obras de Rousseau: *A origem das desigualdades entre os homens*, fonte de inspiração do primeiro Livro, e *Emílio ou da Educação*, norteador da escrita do segundo Livro, sendo o terceiro e quarto Livros produzidos fundamentalmente a partir dessa última obra e dos *Devaneios do caminhante solitário*. Embora se tivesse o poder de encontrar as palavras certas, tal como Jean-Jacques, o desejo escolheria aquelas bem próximas ao que ele intitulou da primeira à décima caminhada, mas é preciso ociosidade e ambientes favoráveis para escutar bem o coração e saber traduzi-lo, tendo a coragem para revelá-lo.

Vale esclarecer que, durante a pesquisa, algumas obras de comentadores e especialistas sobre Rousseau foram consultadas e, embora reconhecendo que estas atravessam todo o percurso empreendido, o resultado das interlocuções se apresenta de forma mais contundente nas considerações finais, sendo Genildo Silva, Ernst Cassirer e Jean Starobinski os autores mais presentes no percurso.

É fato que, no século do racionalismo iluminista, quando os filósofos buscavam demonstrar como, pela razão, os homens deviam corrigir seus desvios da ordem natural a fim de seguramente alcançarem a felicidade, Rousseau fez da consciência de si um guia mais seguro do que a razão e da moral a verdadeira ordem natural.

Oh! Virtude, ciência sublime das almas simples, serão necessários, então, tanta pena e tanto aparato para conhecer-te? Teus princípios não estão gravados em todos os corações? E não bastará, para aprender tuas leis, voltar-se sobre si mesmo e ouvir a voz da consciência no silêncio das paixões? (ROUSSEAU, 1973b, 360 – grifo meu)

Certo que os seres humanos podem se conhecer pela escuta consciente, Jean-Jacques Rousseau afirmava que a verdadeira filosofia consiste no debruçar-se sobre si. Para ele, era preciso saber contentar-se com ela e, sem invejar a glória dos homens célebres que se imortalizaram, esforçar-se para estabelecer, entre eles e nós, a distinção entre um dizer bem e um obrar bem.

Na tentativa de traduzir a clareira da consciência e acreditando que toda leitura implica um ato de liberdade, aspiração máxima de Rousseau, salienta-se que a perspectiva aqui adotada se

inspira no próprio convite do filósofo genebrino ao exercício livre, criador e autônomo. Portanto, o encontro com o pensador pressupõe uma atividade intelectual sem mediadores, no intuito de refletir algumas questões relativas à educação e de debater acerca da formação humana, buscando, de forma propositiva, contribuir para um projeto de escola capaz de ações promotoras da felicidade, da constituição de sujeitos autônomos, justos e virtuosos.

Nota-se:

- práticas obsoletas não acompanham as diferentes possibilidades de percepção da realidade do indivíduo contemporâneo, inserido em um contexto histórico que legítima, científica e filosoficamente, os processos de aprendizagem e produção de conhecimento concebidos na lógica do indeterminismo, do inacabamento, das incertezas, da insegurança, da instabilidade e da impermanência de todas as coisas ;

- práticas obsoletas não permitem processos de recriação, dúvidas, questionamentos da veracidade dos fatos e das construções arquitetônicas do conhecimento instituído, articulando-os com a dinâmica da própria *vida-vivente* de cada um dos participantes (professor e aluno), percebendo, inclusive, os impactos disso na sua existencialidade;

- práticas obsoletas não têm compromissos com a integridade físico-mental dos envolvidos no processo educativo propriamente dito, porque estão alicerçadas numa prática pedagógica a serviço de uma entidade abstrata fora do humano. Significa dizer que nessa concepção o homem deve se adaptar à cultura vigente, porque prioriza a força de uma entidade coletiva abstrata em detrimento da relação entre pessoas concretas, vivas, localmente situadas e temporais;

- práticas obsoletas privilegiam atividades de condicionamento e de adestramento pautadas na comparação e na desqualificação de experiências singulares. Práticas obsoletas desconhecem o potencial humano presente na escola e não compreendem o humano na sua totalidade corpórea, isto é, *corpo-pensamento-emoção-intuição-sentimento*. Finalmente, práticas obsoletas oprimem, banalizam o mau e legitimam a maldade nas ações humanas.

Reconhecendo, assim, que as práticas obsoletas não atendem às demandas do século XXI, com esta pesquisa, pretende-se contribuir para uma pedagogia que, direcionada para o florescimento da bondade, da ativação e fluir da *vida-abundante*, possa sobrepujar essas práticas no interior da escola. Sem dúvida, o trabalho em tela expressa não somente a influência da academia sobre a percepção de mundo e de sujeito, como também ratifica, principalmente, a

importância da escola⁵ na formação dos indivíduos e, em especial, do trabalho dos professores.

Identificando-se um patrimônio cultural a serviço da humanidade dos seres humanos que, desde civilizações antigas aos dias atuais, pode promover práticas pedagógicas libertárias, mediante as quais as ações humanas se inclinam para a preservação da vida e o desenvolvimento de valores ético-solidários, destaca-se a contribuição de Jean-Jacques Rousseau para o campo educacional.

A compreensão *ontológico-vivencial* da trajetória histórica, científica, filosófica e cultural desse tempo, na existencialidade do educador e educando, talvez seja uma das necessidades básicas para a promoção de um processo de ensino⁶ e de aprendizagem voltado para uma prática dialógica e acolhedora, isto é, de cultivo da bondade humana.

Observa-se que a cultura escolar atual, na maioria das instituições públicas e privadas, da educação infantil ao ensino superior, tem condições de centralizar o processo da dinâmica educativa na criação e na produção do conhecimento. Norteadas pelos princípios ético-solidários, a escola pode acolher o acontecimento e favorecer a configuração harmoniosa de espaços tensivos, capazes de manifestar a expressão da vida e garantir as condições necessárias ao desenvolvimento pleno dos seres humanos.

Tal cultura pode favorecer, portanto, ao educando e ao educador o despertar da consciência da sua liberdade – característica primordial, segundo Rousseau, de ser humano – e a possibilidade de um encontro com eles mesmos. As práticas educativas centralizadas na relação, no diálogo, no cuidado com o outro, na livre expressão, no acolhimento e na nutrição da experiência dos envolvidos (professor e aluno), poderão promover tanto o aprendizado da

⁵ A educação, como processo formativo, não ocorre apenas no espaço escolar, mas em todos os ambientes de convivência humana. No entanto, importa lembrar que a maioria das pessoas responsáveis pelo cuidado e cultivo do patrimônio da humanidade, vive na instituição de ensino, no mínimo, cerca de **25 anos** (considerando a educação infantil, básica e superior; incluídos a especialização, o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado).

⁶ A compreensão de ensino, aqui delimitada, está intimamente relacionada à definição de Paulo Freire (1996, p. 25): “ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, o que não impede momentos de partilha dos conhecimentos construídos e sedimentados historicamente. Para Freire, “quem forma se forma e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro”. Afinal, entende-se que estes conhecimentos são patrimônio da humanidade e, como patrimônio coletivo, todos, indistintamente, têm o direito de, pelo menos, a ele ter acesso e fazer escolhas.

autêntica responsabilidade pela própria existência, inclusive e principalmente nos níveis *psicoemocional* e *social*, quanto o sentimento de responsabilidade que é preciso cultivar uns para com os outros.

Há de se cultivar ainda – experienciando, conjuntamente, conforme insistia, constantemente, Felipe Serpa (in SANTOS, 2003) – universos educativos precipitados e precipitantes de fluxos, contextos e aprendizagens significativamente renovados, favorecedores de espaços dialógicos, dispostos a acolher o *outro* e suas possibilidades latentes e manifestas, sem o nefasto desejo de dominar, oprimir e manipular.

Percebe-se, por outro lado, que ainda não se ousou o suficiente a ponto de desenvolver um caminhar autônomo, coerente e com consequências responsáveis. Sendo a um só tempo *singular*, do ponto de vista referencial de um grupo humano localizado historicamente, e *plural* pela riqueza das possibilidades realizadas e vislumbradas internamente pelo conjunto desses seres humanos.

Por outro lado, faz-se necessário identificar o que realmente indigna a todos no campo da educação, percebendo os incômodos de práticas que, ao invés de ativar o *amor-de-si*, ativam o amor-próprio e, estando a serviço de uma pedagogia da crueldade, ignoram os seus efeitos.

Nesse sentido, com esta tese, deseja-se configurar uma possibilidade de subsídios, justificativa e alicerce para as práticas educacionais, capazes de atender à emergente necessidade humana da vivência e da convivência em espaços saudáveis, acolhedores e propiciadores do florescimento da bondade e do direito ao usufruto da *vida-abundante*.

SÍNTESE DOS LIVROS

No **primeiro** Livro, visando a caracterizar o homem da natureza e evidenciar que o objetivo primordial da educação é o prolongamento do estado natural, prepara-se o solo reflexivo para discutir o conceito *amor-de-si* e, em consequência, apontam-se alguns indícios de como os educadores podem se apropriar dos princípios da filosofia educacional de Jean-Jacques Rousseau e possibilitar um fazer e um agir que favorecem o desenvolvimento de uma atitude mais solidária, mais ética no interior das escolas formais e não formais de ensino.

No **segundo** Livro, ainda objetivando identificar a gênese e os fundamentos do amor-de-si, estabelece-se a relação do homem da natureza com a criança, delineando-se o processo de desenvolvimento humano. Quanto mais a criança vivenciar e experimentar as características do homem da natureza, melhor para a construção da sociedade, eis a sua síntese.

No **terceiro**, delinea-se o amor-de-si, aponta-se o exercício do autoconhecimento como possibilidade de preservação do sentimento de benevolência e preservação da espécie e ressalta-se que os processos educativos precisam efetivar a preservação do homem da natureza através da ativação do sentimento de autopreservação e benevolência.

Já no **quarto** Livro, utiliza-se a primeira pessoa do discurso e busca-se fortalecer a escola, ao tempo em que, de forma propositiva, aponta-se a necessidade de instauração de outra cultura escolar, evidenciando a sua potência criadora e capacidade de promover ações que possibilitem o desenvolvimento da pessoa humana.

DOS MOTIVOS DA TESE, OU DA JUSTIFICATIVA

Era o ano de 1989. Tinha profissão: professora primária, aos 16 anos de idade. Sentia-se grande. Da família de 06 filhos, apenas ela conclui o ensino médio. A sua responsabilidade em relação aos seus pais e irmãos se ampliava à medida que a compreendia como necessidade vital de sua existência. Esse sentimento se tornou mais decisivo em sua vida quando percebia que não bastava zelar apenas pela sua família, mas por todos aqueles que a cercavam. Para viver é preciso responsabilizar-se, comprometer-se com a vida.

Nesta perspectiva, acreditava (acredita) que se cuidasse dos seus *próximos*, cada *próximo* cuidaria dos seus *próximos* até formar uma grande teia planetária de cuidado com a vida. Três experiências, diretamente relacionadas à escola⁷, foram marcantes e decisivas para sua trajetória existencial como filha, mulher e *professora-educadora-pesquisadora*. Marcantes, também, para que ela pudesse se enveredar pelo desconhecido, ao mesmo tempo fascinante e aterrorizador, fenômeno humano e a sua formação.

A primeira experiência consiste na história de uma criança que desistiu de ser veterinário pela dor e sentimentos de exclusão e humilhação engendrados pela escola, com a justificativa de

⁷ O termo ESCOLA, utilizado em todo este texto, é compreendido como uma grande metáfora, que agrega os profissionais da educação, bem como, direta ou indiretamente, os envolvidos e os responsáveis pela educação formal.

que a sua inclusão no quadro discente abalaria os alicerces do seu projeto pedagógico. A segunda diz respeito à vida de um jovem que precisava concluir o ensino fundamental, visando submeter-se à seleção para continuar seus estudos num dos cursos técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). E, finalmente, a terceira experiência trata de um garoto que em várias vezes apanhou em público porque não queria permanecer na escola, não se identificava com os seus valores e a sua cultura. A seguir, os detalhes.

De volta a 1989. Período de muitas greves nas escolas públicas, devido às péssimas condições de trabalho e salário inadequado, entre outros motivos, não tão diferentes dos dias atuais. Por confiar e acreditar nos estudos que a professora em formação estava desenvolvendo, uma mãe a consultou sobre a mudança de escola do seu filho caçula da rede pública para a rede particular de ensino. Via na futura professora uma exímia conhecedora do fenômeno educativo e do que era melhor para a vida do seu filho, conseqüentemente, de sua família. Quando a mãe a procurou, ela estava concluindo o curso de magistério com as certezas muito certas dos especialistas. Sentia-se “cheia”, “repleta” das teorias de Piaget, Carl Rogers, Freud, Emília Ferreiro, Montessori...

Aos 16 anos, aquela professora recém-formada não tinha noção da responsabilidade que estava diante dela, tampouco imaginava que a sua atitude provocaria outra direção de percurso na vida daquelas pessoas. Mal sabia se conduzir, muito menos fazia ideia do impacto das ações vividas no processo de individuação e realização do humano como ser humano. No entanto, valia-se da técnica da argumentação, perfeitamente conforme os moldes do poder hegemônico e monológico; considerava ainda, na época, as escolas públicas decadentes e as particulares o centro de excelência. Acreditava, assim, que se aquela mãe para lá enviasse o seu filho, ele estaria "salvo". Ledo engano!

Ouvindo a sua descrição teórica e os seus relatos de “experiência”, entusiasmada com aquele “discurso pedagógico”, no ano seguinte, em 1990, aquela mãe matriculou o filho numa escola particular, legitimada pelo seu entorno como a melhor. Porém, quando lá chegou, os seus “educadores” resolveram submetê-lo a um teste. Seu “diagnóstico”? Ele não estava apto para cursar, com 11 anos de idade (ainda incompletos), a 5.^a série e, assim, o reconduziram para a 2.^a série. Mais uma vez, a professora em formação participou do veredicto, dizendo a eles (mãe e filho) que confiassem naqueles “educadores” e afirmou, com ares de quem domina a cena, que eles sabiam o que estavam fazendo.

Quando a criança, aos 14 anos de idade, completou a 4.^a série, no ano seguinte, em 1993, a escola já não mais oferecia a continuação do curso. Ninguém previu um fato: a dificuldade para matriculá-lo em outra escola (particular). A resposta das instituições visitadas era sempre a mesma “nosso aluno com essa idade já está cursando o 1.º ano do ensino médio, não podemos matriculá-lo aqui, sinto muito. Matriculá-lo com esta idade será uma influência muito ruim para o desenvolvimento dos nossos alunos menores. Sem falar no transtorno pedagógico que isso causaria”.

Novamente, a mãe voltou a apoiar-se na sua “consultora”. Naquela época, ela já estava na universidade, era professora do município de Feira de Santana, e havia conhecido Paulo Freire. Começava a compreender a sociedade e suas formas de relação estabelecidas. Tomava consciência do acontecido. Na esperança de rever o que não mais podia, consultou advogados e buscou a promotoria pública, mas o que estava feito, estava feito.

Nesse movimento, indicaram-lhe uma escola (também particular) e, finalmente, aquele jovem foi matriculado. Apenas elas não contavam com a crueldade da maioria dos professores daquela escola ao “acolher” aquele ser e sua trajetória de vida, por quem elas eram, ou pelo menos se sentiam, as principais responsáveis. A criança acompanhou todo o processo de rejeição das escolas. Ela foi tão massacrada, tão humilhada, que, não suportando o processo implícito (e autorizado) de opressão e exclusão, matou seus sonhos, seus desejos, seus planos e desistiu de estudar.

O garoto que sonhava em ser veterinário tinha uma relação intensa com os animais. Ele sabia, muitas vezes, o que cada um estava sentindo e de que precisava. Seu projeto era ser “médico dos animais”. Hoje, aos 29 anos de idade, trabalha como motorista de caminhão.

“O que eu fiz com os sonhos dessa pessoa? O que eu posso ter feito com os sonhos de muitos outros seres humanos como professora? O que fazem os educadores em nome da perspectiva X e Y?”, questionava a professora. Ela tinha plena convicção de que, daquele momento em diante, não poderia ser a mesma perante seus alunos, passou, então, a se dedicar à busca de uma prática educativa ético-solidária, voltada para a ativação e o fluir da vida-abundante, na qual todos pudessem planejar, sonhar e realizar seus projetos.

A segunda experiência, referente ao jovem cujo desejo era apenas finalizar o ensino fundamental, também evidencia a negligência por parte da unidade escolar. Ele começou a

trabalhar numa oficina mecânica aos oito anos de idade, sendo que num turno ia para a escola e no outro para essa oficina. Sua tarefa era lavar peças dos motores dos carros para serem reparados e remontados pelos mecânicos. Naquele ambiente, ele foi sendo educado e aprendeu a montar e desmontar os motores. Especializou-se, lá mesmo, em motores de caminhões, o que lhe possibilitou a trabalhar na oficina de uma empresa de grande porte. Trabalhava durante o dia e à noite frequentava a escola, certamente muitas vezes com fome e muito cansado.

Seus professores desconheciam a sua história de vida, não sabiam sequer seu nome, muito mal quando faziam a clássica chamada e, provavelmente, nem deveriam considerar esse aspecto importante. Se alguns poucos eram cientes de sua trajetória, ignoravam-na completamente. Ademais, acreditavam e repetiam em sala, que nada tinham com a vida particular dos estudantes.

Esse jovem, na 8ª série, foi reprovado três anos consecutivos na disciplina ciências físicas e biológicas. Com essa atitude, a escola ignorou a vida e “viveu” como se tudo o que se “aprendesse” nela, se fechasse nela mesma. A escola o excluiu do campo de suas possibilidades. Ele precisava de professores atentos, dispostos a acolher sua experiência, com seus projetos, sonhos e desejos. O que lhe aconteceu? Ele “desistiu” da escola, “desistiu” do SENAI, “desistiu” do seu projeto.

Em relação à terceira experiência, do garotinho que apanhava para ficar na escola, tem-se poucas notícias. Nunca se soube dos seus sonhos ou projetos profundamente. Sabe-se apenas que a escola não se mobilizou para acolhê-lo. Ora centralizava seu discurso na figura do estudante, ora na família, responsabilizando-os tanto pela própria rejeição do infante à cultura escolar quanto pela violência a ele cometida. Em nenhum momento a escola se questionou, se reviu ou propôs alternativas para instaurar outra dinâmica de relação e construção de possibilidades.

1995, na Universidade Estadual de Feira de Santana, disciplina Didática de Ensino, aquela professora iniciava os estudos sobre a obra e a vida de Paulo Freire. Começava, naquela época, a estabelecer a relação entre aquelas histórias e a cultura escolar vigente, que perdura até os dias de hoje. Por que tanta crueldade?! O não-dito era mais perverso do que o ato de explícita exclusão. A professora em formação percebia, a partir daí, que precisava trabalhar

por uma escola pública de interesse pelo público, que assumisse responsabilidades diante da vida dos seres humanos.

Sem dúvida, Paulo Freire é um dos mais fortes exemplos de acolhimento educacional e de sensibilidade para favorecer o desenvolvimento da capacidade criadora das pessoas e de anúncio das possibilidades do ser desejante.

Paulo Freire, aos 13 anos de idade, perdeu o pai numa cidadezinha do interior pernambucano, em Jaboatão, cerca de dezoito quilômetros de Recife. Ali, ele experimentou a dor da perda e conheceu a solidariedade dos amigos. Tempos difíceis, por certo! Sofrimento da mãe, precocemente viúva, tendo que sustentar a si e aos seus quatro filhos. Experiência comum a muitas famílias brasileiras. O surpreendente é que as dificuldades foram motivos para união dos Freire. Um exemplo simples, mas significativo para a compreensão do poder do acolhimento e para tornar os humanos bons e melhores ou pelo menos a caminho da bondade. A seguir, um relato de Paulo Freire que, por si só, muito revela:

Eu fiz a escola primária exatamente no período mais duro da fome. Não da “fome” intensa, mas de uma fome suficiente para atrapalhar o aprendizado. **Quando terminei meu exame de admissão, era alto, grande, anguloso, feio. Já tinha esse tamanho e pesava 47 quilos.** Usava calças curtas, porque minha mãe não tinha condições de comprar calça comprida. E as calças curtas, enormes, sublinhavam a altura do adolescente. **Eu consegui fazer, Deus sabe como, o primeiro ano de ginásio com 16 anos. Idade com que meus colegas de geração, cujos pais tinham dinheiro, já estavam entrando na faculdade. Fiz esse primeiro ano de ginásio num desses colégios privados, em Recife; em Jaboatão só havia escola primária.** Mas minha mãe não tinha condições de continuar pagando a mensalidade e, então, foi uma verdadeira maratona para conseguir um colégio que me recebesse com uma bolsa de estudos. Finalmente ela encontrou o Colégio Oswaldo Cruz e o dono desse colégio, Aluizio Araújo, que fora antes seminarista, casado com uma mulher extraordinária, a quem eu quero um imenso bem, resolveu atender o pedido de minha mãe. (FREIRE, Paulo, apud BRANDÃO, C. R., 2001, p. 29 – grifo meu)

O dado referente à idade de Paulo Freire quando do ingresso no Colégio Oswaldo Cruz remete à primeira história da criança que sonhava em ser veterinário. Se Freire, aos 16 anos, cursando a 5.^a série, não tivesse encontrado educadores que o acolhessem, possivelmente ele não seria o educador que foi/é. Como é apenas uma suposição, as escolas atuais precisam, no mínimo, pensar na importância do acolhimento recebido por Freire, para rever e renovar a cultura nelas instituída.

No seu livro “Pedagogia da Esperança”, Paulo Freire ressalta a complexidade dos acontecimentos, afirmando que, às vezes, se pensa nos acontecimentos vividos como se não tivessem relação alguma uns com os outros e não se auto-organizassem para agenciar outros.

Ao se rememorar a trajetória de vida, percebe-se quantos outros textos vão aparecendo e indicando nexos não percebidos antes. Só depois de algum tempo, notam-se as (inter) relações entre um gesto e a complexidade dos seus efeitos.

[...] nunca um acontecimento, um fato, um feito, um gesto de raiva ou de amor, um poema, uma tela, uma canção, um livro têm por trás de si uma única razão. Um acontecimento, um fato, um feito, uma canção, um gesto, um poema, um livro se acham sempre envolvidos em densas tramas, tocados por múltiplas razões de ser de que algumas estão mais próximas do ocorrido ou do criado, de que outras são mais visíveis enquanto razão de ser. Por isso é que a mim me interessou sempre muito mais a compreensão do processo em que e como as coisas se dão do que o produto em si. (FREIRE, 2000, p. 18)

1992, ano do ingresso na universidade. A professora em formação trabalhava na prefeitura de Feira de Santana, no departamento de pessoal, como responsável pelo atendimento aos funcionários, resolvendo ou apresentando soluções de problemas de ordem administrativa. Aconteceu um fato, no mínimo, curioso e aparentemente sem relevância. Para ela, atualmente, um ícone que lhe remete ao campo de compreensão existencial do *ser-no-mundo-com*⁸.

O fato, o acontecimento: não se sabe porque razão, uma senhora, depois de resolvida sua questão no departamento pessoal, emprestou-lhe um livro da Biblioteca Municipal de Feira de Santana onde trabalhava. Simplesmente, numa manhã qualquer, ela apareceu, sacou-o de sua bolsa e disse: – “Trouxe-o especialmente para você, leia-o, um dia, quem sabe, a gente entenda porque estou fazendo isso”. Observe-se que, através de seu gesto, aparentemente imprevisível, desencadeou-se um processo de descobertas frente ao ato de educar pessoas. Por isso, há de sempre celebrar a vida. Celebrar também os acasos, os encontros, pelos quais as coisas vão acontecendo e a pessoa acontecendo nas coisas.

Acredita aquela professora que a vida sinaliza os caminhos. São necessários olhos sensíveis para vê-los, compreendê-los, levantar as possíveis escolhas e decidir *o quê, para quê, porquê e como* fazer-dizer-agir. Hoje, tem clareza de que aquele sinal icônico, aquele texto, precisava ser refletido por ela para que pudesse trabalhar no exercício da consciência de educar com arte e

⁸ Expressão heideggeriana. De acordo com as notas explicativas, do livro *Ser e Tempo*, Parte I, “o ser é sua dinâmica de exercício e por isso sempre difusivo de si mesmo. Em consequência, todas as realizações em modos de ser trazem inscritas na sua constituição essa dinâmica difusiva do ser. A pré-sença é o lugar em que aparece esta imbricação. Por isso, todas as suas concretizações na existência exercem uma ação expressa pela preposição com (mit). Assim, nunca se dá um ser ou modo de ser isolado. Todo ser é sempre ser-com mesmo na solidão e isolamento, a pré-sença é sempre co-pre-sença (Mitdasein), o mundo é sempre mundo compartilhado (Mitwelt), o viver é sempre con-vivência (Miteinandersein). Até mesmo o ser simplesmente dado, desprovido do caráter da pré-sença, embora não sendo centro difusivo de relações, só se dá como ponto de referência de relações da pré-sença” (p. 318).

leveza. A suavidade se faz necessária nesse processo. Sem hesitação, pode-se afirmar: uma pessoa educada está livre da miséria⁹.

Dezesseis anos depois, nota-se claramente a rede de relações tecida entre a vida pessoal-profissional da professora em formação e a entrega daquele livro: sua origem familiar, isto é, pertencer a um grupo sem recursos econômico-financeiros, com essas três vivências fortes com a escola; ter sido professora da rede municipal e estadual de ensino, do Estado da Bahia, de crianças, jovens e adultos marginalizados socialmente; investigar, no curso do mestrado, sobre a questão da proposta pedagógica de Reuven Feuerstein, cuja centralidade do processo de aprendizagem reside nos conceitos de privação cultural e deficiência cognitiva dos estudantes da rede pública de ensino; e, finalmente, trabalhar com formação de professores no ensino superior, atualmente os cursos de maior número de pessoas da camada popular e com enormes dificuldades financeiras.

Aquele não foi um livro qualquer, mas uma obra que influenciou a sua formação como pessoa humana, inspirada por palavras e fortalecida pelas sínteses compreensivas:

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. [...]

Como aprender a discutir e a debater com uma educação que impõe? Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebemos as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção. (1980, p. 96)

Sem dúvida, trata-se da obra de Paulo Freire, “Educação como prática da liberdade”. Para propiciar um certo suspense, houve uma transgressão nas normas técnicas, não se colocando

⁹ “O que é ser educada? É estar livre da miséria? Acho que ninguém está livre, acho que se está menos exposto ou menos vulnerável à miséria. Na hora que você deixa que aflore esse amor-de-si, esse autoconhecimento, você fica menos exposto e menos vulnerável”, sinaliza Mary Arapiraca no encontro de orientação. Recitando Alfred de Musset, “O homem é um aprendiz, a dor é seu mestre e ninguém se conhece senão sem sofrer”, Mary diz que, se não fossem versos de um dos grandes mestres da literatura francesa, ela acrescentaria a estas palavras: “E sem sorrir também”. Para ela, ninguém se conhece sem sofrer e sem se alegrar. “Pensamos que, quando sorrimos, ficamos alienados, mas não é verdade. Ao mergulhar lá na tristeza, sofremos e aprendemos muito, mas aprendemos também até a sorrir. E sorrir gera outras aprendizagens. A ambiguidade da vida é isso aí: de sofrer e de sorrir. Essas duas vertentes fazem de nós gente”, argumenta. Na sua concepção, ser educada talvez, na perspectiva rousseauiana, seja aquela pessoa que se autoconhece, que é aceita, que é acolhida, que sente, que se forma consigo mesma e com o outro. Então a pessoa, necessariamente, está menos exposta e menos vulnerável à tristeza e à miséria. Mas, segundo ela, livre jamais.

o seu nome na citação acima. Com ele, um dos principais aprendizados: as relações humanas guardam em si conotações de pluralidade, de transcendência, de criticidade, de consequência e de temporalidade. E *estar-no-mundo-com* resulta da abertura do ser humano à realidade, que se faz ser o ente de relações. Esta concepção impulsionou aquela professora em formação a ler outros livros e outros autores, na busca de ser o que se é...

Apesar de ser óbvio, é importante esclarecer que as instituições de ensino não determinam ou traçam o caminho para a felicidade, a realização plena do indivíduo e do seu grupo social. Contudo, elas podem contribuir, sim, para a mudança de rota na trajetória existencial do ser humano, e isso tanto do ponto de vista da autopreservação quanto da destruição da vida. Portanto, um dos papéis fundamentais da escola é ampliar o campo de possibilidades dos estudantes. Se desejam/planejaram o SENAI ou se desejam/planejaram ser veterinários, que sejam! Ou caso decidam não ser, que não sejam, mas, por outras circunstâncias, não pela escola.

TRAJETÓRIA ACADÊMICA¹⁰, OU DE COMO SE TORNA O QUE SE É

Primeiro semestre de 1992. Aprovação em concurso público municipal para professores, nível I, e, no semestre seguinte, vestibular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), para o curso de Letras com Inglês, concluindo-o em 1997. Período intenso, certamente todos os trabalhos realizados na Universidade, também os promovidos fora dela — como os Encontros Regionais e Nacionais dos Estudantes de Letras (ENEL e EREL) — possibilitaram exercícios de reflexão/análise sobre o ato de educar e suas implicações, principalmente pelas viagens e experimentações dos espaços fronteiriços entre os lugares das certezas e os assombros da alegria de estar diante do desconhecido.

Por outro lado, trabalhar numa comunidade pobre, com crianças, jovens e adultos, aproximou a professora em formação mais de si mesma. Cada encontro com eles era um encontro consigo mesma. Revia seus conceitos, sua prática, lia mais vigorosamente os autores, não na perspectiva de encontrar uma receita, mas de alimentar seu espírito para saber o que falar-agir

¹⁰ Justifica-se a inclusão desse item, na introdução do trabalho, pautado nos recentes estudos relativos à história de vida dos sujeitos, que apontam o impacto, direto, na concepção de mundo, de indivíduo e de sociedade dos pesquisadores, em especial da área de educação. Os autores consultados, durante a tessitura da pesquisa, foram DOMINICÉ, Pierre e JOSSO, Marie-Christine, conforme constam nas referências.

nas aulas, quando muitos chegavam com fome, quando não havia nem carteiras para sentar nem água para beber. Às vezes, nada fazia sentido a não ser o encontro. Parecia que era a única razão aceitável: estarem juntos, se encontrarem.

Nesse processo, compreendia, mais enfaticamente, que uma das variantes da língua não poderia ser concebida como a ‘certa’ e a ‘melhor’, tampouco que ela estava de antemão pronta, como um sistema de que o sujeito se apropria para usar, mas que o próprio processo interlocutivo, na atividade de linguagem, está sempre e cada vez mais reconstruindo-a (GERALDI, 2002). Ademais, observava que, para aprender as formas mais padronizadas e prestigiadas da língua, não era preciso memorizar a nomenclatura da gramática normativa e as suas definições.

Portanto, para saber falar, saber ler e saber escrever, é fundamental o aprendizado da dinâmica da língua tecida pelos seus falantes e usuários, bem como acompanhar o movimento de seu realinhamento interno, provocado pela *dança* dos falares em contextos socioculturais historicamente delineados. Destarte, trabalhar intensamente imergindo-se na leitura de textos variados e na produção de diversos discursos, tanto escritos quanto orais.

Na vivência intensa dessas leituras, aquela professora percebia que, assim como as línguas, os seres humanos são *textos* (e *con*-textos) em formação, como fios constituintes e constitutivos de ser o que sempre são. Os estudos levam a ver-e-fazer uma interpretação dos textos de cada ser humano, tomando como ponto de partida o ser que se é, iniciando uma investigação em torno do humano e seu processo de formação. Através da leitura de si mesma, a professora em formação via a possibilidade de ler o texto da humanidade, como um ato de construção permanentemente aberto aos fluxos e aos contextos da *vida-vivente*¹¹. Essa perspectiva ajudou, também, a conceber o indivíduo como uma unidade plural e em potência, pertencente a uma mesma constelação humana planetária. Sentia que, com tudo isso, sua prática pedagógica se renovava e se revigorava conjuntamente.

Em 1999, FAGED/UFBA. Começo de uma caminhada de aprofundamentos e tensões relacionados ao processo de formação humana, tendo sido selecionada como aluna regular do Mestrado no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação, em 2001, defendendo a dissertação três

¹¹ Expressão utilizada pelo saudoso Prof. Felipe Serpa para pôr em relevo a dinâmica do acontecimento do aqui-e-agora presente.

anos depois, intitulada *O caso PEI na Bahia*: um estudo da proposta pedagógica de Reuven Feuerstein para as primeiras séries do ensino médio das escolas públicas, acentuando a radicalidade¹² do seu aprendizado de educadora e alimentando a sua disponibilidade para trabalhar a serviço da educação, em prol da formação de seres humanos livres e solidários, portanto, éticos.

No final dessa jornada, tal qual uma criança que explora as possibilidades de um brinquedo com a mesma intensidade que o deixa para lá, ao desmontar a teoria e a proposta do Prof. Feuerstein, conhecendo o seu funcionamento e as suas bases epistemológicas, observou que se havia encerrado, por ela mesma, a possível continuidade da pesquisa. Por outro lado, movia-se pelo interesse na formação dos humanos. Como se tornar um ser humano ético? Perdia-se em seus próprios pensamentos, ao tentar compreender como se dá o processo de humanização de homens e mulheres solidariamente livres e ativos.

Eis aí o início de uma nova aventura: 2004, lançava-se na possibilidade de obter outros resultados com a investigação da *paideia* filosófica de Jean-Jacques Rousseau, cujo vigor a inspira. Inicialmente, movida apenas pelo encantamento do conceito *amor de si (mesmo)*, depois pelo conjunto da obra rousseauiana e pela diversidade de trabalhos de pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento, que se apoiaram em sua filosofia política e educacional, quer seja para contestar (em sua grande maioria), quer seja para reconhecer a grandiosidade de seu pensamento e criar outras formas de interpretar e se relacionar com o mundo.

Desde então, provocada por alguns, ela perguntava a si mesma: – Por que, diante de tantos na literatura universal, J.-J. Rousseau para pensar a formação humana no século XXI? É possível potencializar a escola a partir de um filósofo que é visto como um pensador “menor”, contraditório e de pensamento paradoxal, como aquele que pouco ou nada contribuiu para o desenvolvimento das ciências e das artes?

OBJETIVOS, OU DO PARA QUÊ

¹² Radicalizar significa ir à raiz das coisas mesmas, nesse caso, significa ir à *raiz de nós mesmos*.

- Refletir sobre a concepção filosófica educacional de J.-J. Rousseau, apropriando-se dos seus conceitos, noções e ideias sobre o homem natural, homem civil, amor-de-si, amor-próprio e autoconhecimento.
- Delinear os fundamentos e a gênese do amor-de-si, que nortearão uma educação cujo solo é o sentimento de preservação e benevolência, tomando como referência os livros *Emílio, ou da educação* e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de J.-J. Rousseau e, quando necessário, estabelecendo os nexos e os diálogos com as suas demais obras.
- Criar brechas propositivas que viabilizem o estabelecimento de vínculos entre a filosofia educacional de J.-J. Rousseau e a escola, visando contribuir para a concretização de um processo de formação humana pautado no *amor-de-si*.

QUESTÕES FUNDANTES, OU DA DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Ciente de que não há explicações para a definição de um ‘problema de pesquisa’, verifica-se que um dos maiores desafios consiste em encontrar a pergunta ‘certa’. Diante de tal dificuldade, entende-se que uma produção acadêmico-científico-cultural se constitui, como tal, por uma inquietação carregada de questões problematizadoras, capazes de favorecer o movimento da reflexão, análise e produção de dados e informações, ao tempo em que são imprescindíveis para promover o recorte do objeto de pesquisa.

Por isso, o ‘problema’ é concebido como campo tensivo e que, neste caso específico, se delinea a partir de um conjunto de questionamentos relacionados à formação humana, que estabelece como prioridade a resolução da seguinte problemática:

- Qual o fundamento e a gênese do *amor-de-si* na filosofia educacional de Jean-Jacques Rousseau? E como a escola pode contribuir para a formação do *amor-de-si*?

Para dar conta desse campo tensivo, foi preciso atravessar, com atenção, questões abrangentes e específicas.

Questões abrangentes

1. Por que, para que e como desenvolver uma abordagem filosófica que possa subsidiar uma práxis a serviço do florescimento da bondade, da ativação e fluir da vida em abundância?
2. Como desenvolver uma prática pedagógica que possa levar o educador e o educando a apropriarem-se do conhecimento instituído para usufruto da vida abundante?
3. Quais seriam as condições essenciais para um efetivo processo de educação solidária e como se dá esse processo?
4. Como a educação escolar pode estar a serviço de um processo de formação pautado nos princípios de uma ética do amor-de-si?
5. O que se promove no processo de formação humana, quando se educa sedimentado na classificação e na competição?

Questões específicas:

1. Qual a concepção de humano em Jean-Jacques Rousseau?
2. Quais as imagens e metáforas que delineiam o ser humano?
3. Qual a grande questão de Rousseau ao se preocupar com a educação do Emílio? Quais as pistas e os indicativos deixados pelo filósofo para uma educação pautada na ativação do amor-de-si?
4. O que fazer para que as ações pedagógicas promovam a solidariedade e a cooperação, evitando processos competitivos e classificatórios?
5. Pode a escola promover o florescimento da bondade, a ativação e o fluir da *vida abundante*, contribuindo para a vivência da liberdade e da autonomia?

METODOLOGIA, OU DO MÉTODO DE ABORDAGEM E DE PROCEDIMENTOS

Na tentativa de investigar as raízes e os fundamentos da condição humana, como evidenciado anteriormente, buscam-se indícios e caminhos que possibilitem observar a educação, num primeiro momento, pelo plano ontológico, isto é, o plano do ser-no-mundo-em-relação e, num segundo, pelas suas formas predominantes, ou seja, pela reflexão em torno da constituição dos seres humanos e das suas relações e análises das situações pedagógicas disponibilizadas na/pela escola, no interior da sala de aula e fora dela. Ao tempo em que, pela abdução, busca-se fazer um exercício introspectivo, isto é, de observação interna, num

esforço de compreender o desenvolvimento humano, tendo como fundante do processo a filosofia educacional de Jean-Jacques Rousseau.

Para tratar das espécies de raciocínio, Peirce (1995) utiliza às vezes abdução, por vezes hipótese. Esclarece-se que a concepção, aqui empregada, aproxima-se daquilo que ele mesmo afirmou: “Uma abdução é o método de formar uma predição geral sem nenhuma certeza positiva de que ela se verificará, seja num caso especial ou normalmente, sendo sua justificativa a de que é a única esperança possível de regular racionalmente nossa conduta futura” (p. 60).

A abdução é a busca de uma conclusão pela interpretação racional de sinais, de indícios, de signos. O exemplo mais simples [...] para explicar o que seja a abdução são os contos policiais, o modo como os detetives vão coletando indícios e sinais e formando uma teoria para o caso que investigam. [...] a abdução é a forma que a razão possui quando inicia o estudo de um novo campo científico que ainda não havia sido abordado. Ela se aproxima da intuição do artista e da adivinhação do detetive, que, antes de iniciarem seus trabalhos, só contam com alguns sinais que indicam pistas a seguir. Os historiadores costumam usar a abdução. (CHAUI, 1994, p. 68)

É necessário frisar, ainda, que o viés adotado não é explicativo, mas compreensivo, tendo em vista que não se trata de um trabalho empírico, no sentido clássico do termo, porém interpretativo. A partícula latina **ab-**, de abdução, significa solto, desvinculado, independente. Por isso, não tem ligação linear com os elementos configuradores do real.

Obviamente, este método mantém relação com o real, mas é muito mais uma aproximação no plano da virtualidade, no campo das possibilidades. Não necessariamente tem vínculo de causalidade, não precisa acontecer exatamente, o importante é o que ele desvela, é a sua capacidade de apontar, de configurar, de dizer, de tornar ‘visível e invisível’, no modo de dizer, e não estar submetido à prova, na concepção das pesquisas experimentais, nem será útil fazê-la, porque, geralmente, uma prova está baseada em fatos subordinados à ideia de causalidade-efeito, própria da ciência lógica ocidental. Neste trabalho, configuram-se prospecções e projeções.

Por entender que a pesquisa é uma atividade colaborativa, o exercício de introspecção e de observação a que se propõe assume, no âmbito de um quadro teórico de inspiração

hermenêutica¹³ e semiótica¹⁴, a compreensão e a interpretação como eixos de sustentação metodológica. A abordagem desta pesquisa, portanto, é compreensivo-interpretativa, ou seja, se dá num movimento de possibilidades, de projeção e prospecção de ‘coisas’, sem a necessidade de coincidir com os fatos e os casos já transcritos e descritos historicamente. Lida-se, desse modo, com aberturas e campos que se *desvelam* novos.

De acordo com Abaurre et alii (1997), nos procedimentos abduativos de investigação, as questões metodológicas cruciais dizem respeito:

1. aos critérios de identificação dos dados a serem tomados como representativos do que se quer tomar como “singularidade que revela”, uma vez que, em sentido trivial do termo, qualquer dado é um dado singular; 2. ao conceito mesmo de “rigor metodológico”, que não pode aqui ser entendido no mesmo sentido em que é tomado no âmbito de paradigmas de investigação centrados nos procedimentos experimentais, na replicabilidade e na quantificação. (ABAURRE et alii, 1997, p. 14)

Bruno Bettelheim (1987), no capítulo intitulado “Na região das sombras”, afirma que

Quanto mais o objeto de estudo é o próprio homem, e não apenas aspectos isolados de seu comportamento, mais questionável torna-se o valor do método experimental. A mente humana é tão complicada que a experimentação pode esclarecer apenas alguns aspectos bastante simples de seu funcionamento. Se desejamos compreender o ser humano em toda a sua complexidade, necessário será remontarmos ao método mais primitivo de compreensão do humano: conhecer a si mesmo para poder conhecer o outro. Por isso, uma falha no autoconhecimento significará uma falha no conhecimento do outro. (BETTELHEIM, 1987, p. 5)

Geralmente, quando se opta pelo ‘método primitivo’ supramencionado – “conhecer a si mesmo para poder conhecer o outro”¹⁵, algumas dificuldades são enfrentadas, afirma Bettelheim (1987). O primeiro impasse diz respeito a uma dúvida entre escolher a introspecção ou a observação de um objeto externo. Para ele, outro entrave, derivado do

¹³ Gr. *herméneutikê* (sc. *tékhnê*) 'arte de interpretar' < *herméneutikós, ê, ón* 'relativo a interpretação, próprio para fazer compreender', prov. por infl. do fr. *herméneutique* (1777) (subst.) 'arte de descobrir o sentido exato de um texto', (1803) 'interpretação, em sentido teológico', (1890) 'interpretação do que é simbólico'; há quem prefira considerar fem. substv. de *hermenêutico*. (HOUAISS, 2008)

¹⁴ Fr. *semiotique* (1555 *semeiotique*) 'sintomatologia'; (1967) 'ciência geral dos signos'; o t. já fora us. em ing. (1690) *semeiōtikê* (assim mesmo, escrito em grego) pelo filósofo inglês Locke, com o sentido de 'doutrina dos signos ou lógica' e nessa mesma linha significacional é retomado em (1897) por Peirce e mais adiante (1937) por C. Morris 'como ciência geral dos signos'; ainda em ingl. escrito *semiotics* (1880) 'ciência da comunicação estudada através dos signos e dos símbolos para detectar como operam nos vários campos, esp. na língua'; do gr. *semeiōtikê, ês* 'diagnóstico ou observação dos sintomas', fem. substv. de *semeiōtikós, ê, ón* 'apto a notar, que concerne à observação'; f. hist. 1881 *semiotico*. (HOUAISS, 2008)

¹⁵ Entende-se por “método primitivo”, neste texto, a própria atitude filosófica de abertura e disposição para relacionar-se consigo mesmo, com o mundo e com os outros.

anterior, refere-se à decisão entre dois procedimentos: seguir a introspecção ou a observação dos outros?

De acordo com a sua compreensão, com frequência, aquele vem primeiro e motivará a observação, assim como a pessoa em introspecção também deverá observar e fazer com que outros participem da observação. Caso contrário, diz o pesquisador, não poderá verificar se é verdade aquilo que, pelos conhecimentos que tem, pode não passar de um enfoque pessoal vicioso. Ele considera que a introspecção é sinônimo de desejo de autoconhecimento.

Bettelheim (1987), por outro lado, mostra os limites da introspecção: (a) o indivíduo só pode contemplar o que faz ou fez parte de sua vida; (b) quando envereda por esse caminho, não deixa para trás seu quadro de referência atual; (c) não pode encontrar fora de si mesmo esse ponto de referência, que deslocaria seu mundo de experiências mais primitivas ou as origens de sua mente, acentuando que há outra restrição ainda maior: impossibilidade de atingir as próprias ‘experiências mais primitivas’ ou as ‘origens de nossa mente’ por meio da introspecção, tendo em vista que ambas condicionaram profundamente o seu desenvolvimento posterior.

Na concepção de Roberto Sidnei Macedo (2000), o processo de observação não se constitui numa ação mecânica de registro. Para ele, apesar das especificidades da função do observador, o registro está inserido num processo de interação e de atribuições de sentido, residindo aí, nesse processo de interação simbólica, a esfera da intersubjetividade e da instituição intersubjetiva das realidades humanas, possibilitando uma prática verdadeiramente reflexiva e democrática capaz de melhorar o processo educacional pelos resultados de nossa forma de ver e praticar.

Nesse veio, a pesquisa deixa de ser um privilégio de poucos iniciados, transforma-se numa prática cotidiana a serviço de uma percepção educativa eminentemente democrática, porque resiste aos estereótipos e às simplificações tão caras à *pedagogia da resposta*, nunca preocupada em escutar, compreender, explicitar e mudar conjuntamente, *intercriticamente*. (MACEDO, 2006, p. 47)

Sonia Alberti (2003), ao tratar da história da psicologia no Brasil, no seu livro “Crepúsculo da Alma”, considera que a introspecção garante ao sujeito conhecer mais a si mesmo do que qualquer outro. Para a autora, esse método de busca de si mesmo garante tanto a autonomia do sujeito, porque constitui acesso exclusivo a sua própria consciência, como também produz simultaneamente uma moral.

Considerando a perspectiva dos autores, Abaurre et alii (1997), Bettelheim (1987), Macedo (2000; 2006) e Alberti (2003), ao participar de reuniões e eventos de natureza diversa, cujo foco era a filosofia educacional de Jean-Jacques Rousseau, adotou-se, como preceito básico, o registro em fita cassete das falas e contribuições dos interlocutores para análise, levantamento e construção dos ‘dados a serem tratados como representativo do que se quer tomar como singular’, tendo como ponto de partida para a investigação a leitura das obras de Jean-Jacques Rousseau e a adoção de procedimentos que garantissem o rigor necessário à realização da pesquisa.

Desse ponto de partida e tomada de decisão, estabeleceu-se como meta o registro de fragmentos de três obras de Jean-Jacques Rousseau (*Emílio*, *O segundo discurso* e *Os devaneios de um caminhante solitário*), bem como a análise e a sistematização dos resultados, antes de iniciar o processo de aprofundamento da filosofia educacional de Rousseau, por conseguinte do conceito-chave da tese: o *amor-de-si*.

Cabe ressaltar que, no período de determinação da metodologia, foram retomados alguns acontecimentos relacionados a procedimentos utilizados durante a vida acadêmica, selecionando-se um que se aproximava desse momento atual. A seguir, o relato.

Ano de 1986, na 1.^a série do ensino médio, a professora de história lançou um desafio: os estudantes, reunidos em grupos de 6 pessoas, deveriam refletir sobre algum aspecto contemporâneo vinculado a um conteúdo trabalhado na disciplina, naquela unidade, referente à escravidão dos negros no Brasil. Eles montariam uma peça teatral e uma apresentação oral (uma espécie de seminário), que mostrassem o percurso de desenvolvimento do trabalho e as conclusões a que o grupo havia chegado. Após as escolhas feitas, foram iniciadas as atividades. Com um gravador velho, utilizado como ferramenta de estudos, passou-se a ler os textos em voz alta para gravá-los e, posteriormente, transcrevê-los. Tal procedimento também foi utilizado para a produção dos argumentos e cenário da peça teatral, registrando livremente as ideias. Começou-se, então, a produzir o texto e a construir a montagem de uma peça de época¹⁶. Depois de concebida e transcritas as falas, foram feitas algumas reuniões com o grupo para distribuir os papéis, refletir sobre a temática e montar o espetáculo.

¹⁶ A discussão temática tomou como pontos de partida: o papel da mulher à época da escravidão, para caracterizar a sociedade patriarcal; e, de outro lado, a condição do negro, colocando como signo de leitura a casa-grande e a senzala. Os diálogos construídos evidenciavam que os negros foram brutalmente colocados

Estabelecendo uma relação entre essa experiência e o método de procedimentos adotado no doutorado, percebem-se muitas verossimilhanças.

Para esta pesquisa, no **primeiro momento**, foram lidas as principais obras de Jean-Jacques Rousseau. A primeira, aquela que lançou a pesquisadora para o pensamento rousseauiano e que afetou significativamente sua alma, foi o livro *Emílio, ou da Educação*. Houve necessidade de escrever, ao lado do texto lido, observações, comentários e dúvidas e, simultaneamente, destacar os fragmentos para, a partir daí, relê-los e selecioná-los¹⁷.

Após concluída essa sistematização, fez-se uma espécie de mapeamento das estações ou estágios do desenvolvimento, cuidando-se depois de compreender as sutilezas da/na relação do Emílio com o seu preceptor. Simultaneamente, fazia-se o recorte das características do homem da natureza, verificando-se, posteriormente, a possibilidade de delinear um projeto de escola, considerando a possibilidade de sua materialidade.

Finalizado esse momento de resgatar aquilo que Rousseau considerava importante para a formação de Emílio, sem obedecer a critérios de linearidade conceitual e sempre em busca de compreender o amor-de-si-mesmo, passou-se à leitura das demais obras do autor, entre elas: *Ensaio sobre as origens das línguas*, *Devaneios*, *As confissões*, *Rousseau juiz de Jean-Jacques*, *Discurso sobre a ciência e as artes*, *Cartas escritas da montanha*, *O contrato social...*

Com essas obras, em alguma medida, notava-se que, para preparar o caminho de uma educação pautada nos fundamentos do *amor-de-si*, há uma trilha possível que direciona ao exercício do autoconhecimento. Rousseau, de alguma forma, nas obras autobiográficas, apresenta a possibilidade de experimentação de um percurso capaz de promover uma profunda revisão de si mesmo, voltando a conectar-se consigo mesmo e sendo senhor de si mesmo.

naquela condição de escravos e que, pela Lei Áurea, continuariam ainda escravos, tendo em vista o atendimento dos reais interesses da sociedade: manutenção do *status quo*. Destacou-se na peça que, somente com a assinatura dessa Lei, os negros não teriam condições de se tornar 'livres', continuariam dependentes dos 'senhores do capital' e se manteriam escravos por outras vias.

¹⁷ Este trabalho resultou na produção de um documento apresentado quando do exame de qualificação de tese, com o objetivo de possibilitar um estudo mais pormenorizado dos conceitos-chave, para a compreensão e interpretação da filosofia educacional de Jean-Jacques Rousseau.

Encerrado essa parte, o **segundo momento** delineia-se da seguinte maneira: (1) leitura e gravação, em fita cassete, da biografia de Jean-Jacques Rousseau; (2) gravação de reflexões livres sobre percepções acerca da vida e da obra de Jean-Jacques Rousseau¹⁸; (3) transcrição das fitas.

No momento seguinte, preparou-se o texto para o exame de qualificação, visando a aprofundar e rever alguns conceitos e interpretações, recortar melhor o objeto de estudo. Pelo desejo de contribuir para a formação de seres humanos livremente autônomos e de proporcionar benefícios diretos para a comunidade escolar, houve, sem dúvida, alguns excessos. Depois disso, após apresentação da primeira versão do texto, as ações seguintes foram, obviamente, revisá-lo e defendê-lo, possivelmente, no primeiro semestre de 2008. Eis aí os passos da metodologia.

Para finalizar, ressalta-se que a escola, ao invés de uma única via, pode seguir o caminho da arte, da ciência e da sabedoria, vias possíveis que possibilitam a formação dos seres humanos, desde que haja desejo articulado com as condições mínimas materiais. Se a educação escolher a arte com ciência e a ciência com arte, vivenciando os diversos saberes das comunidades locais e global, estará promovendo relações mais saudáveis entre os seres humanos.

Rousseau imprime uma força que sinaliza a capacidade humana para se conhecer e vivenciar a humanidade em si, podendo conhecer-se pela sociedade e a sociedade por si mesmo, mediante exercícios introspectivos e de observações referentes à problemática da formação humana.

Desse modo, em se tratando de uma pesquisa em educação, cujo objeto se vincula à gênese e ao desenvolvimento humano, o caminho deve ser o retorno a si mesmo, rememorando em si o que viveu e está vivendo, no sentido de estabelecer vínculos com o momento presente e com o futuro. Além das pistas externas, é preciso buscá-las na própria vida, na própria existência como humanos. Portanto, trabalhar primeiramente a si mesmo constitui um primeiro passo para se iniciar a formação de seres humanos criativos, ético-solidários e felizes.

¹⁸ Enquanto realizada atividades básicas do cotidiano, como varrer a casa, lavar pratos, passar roupa etc, ouvia as fitas gravadas e percebia que, ao desenvolver algumas dessas tarefas, compreendia mais claramente os conceitos de 'liberdade', 'dependência das coisas' e dependência dos homens', colocados por Jean-Jacques Rousseau.

LIVRO I – DOS FUNDAMENTOS E DA GÊNESE DO AMOR-DE-SI

Todo homem quer ser feliz. Para chegar a sê-lo, porém, seria preciso começar por saber o que é a felicidade. A felicidade do homem natural é tão simples quanto a sua vida, e consiste em não sofrer; a saúde, a liberdade e o necessário a constituem. A felicidade do homem moral é outra coisa, mas não é dele que estamos tratando aqui. (ROUSSEAU, 1999, p. 221)

1. PREÂMBULO, OU DO HOMEM DA NATUREZA

Quantos séculos talvez tenham decorrido antes de chegarem os homens à altura de ver outro fogo que não o do céu! Quantos acasos não lhe foram necessários para aprender os usos mais comuns desse elemento! Quantas vezes não deixaram que ele se extinguísse antes de ter adquirido a arte de reproduzi-lo! E quantas vezes, talvez, cada um desses segredos não morreu com aquele que o descobrira! (ROUSSEAU, 1973, p. 251)

Rousseau reflete acerca do tempo para o homem dominar o fogo, as idas e vindas entre o desvelado e o mistério, que permearam as suas conquistas. Consciente desse processo de aprendizado, reprodução e transmissão do conhecimento relativo ao fogo, indaga-se: quanto tempo será ainda necessário para o homem ‘dominar’ a si mesmo? Estão os homens de hoje dispostos a tal empreendimento sem plateia e retorno material?

A pesquisa, aqui empreendida, abordará sobre o processo de formação humana, tendo como ponto de partida a percepção de Jean-Jacques Rousseau sobre o desenvolvimento da humanidade de agora. Nessa fala acima recortada, nota-se o poder do tempo operando sobre as ações e o próprio organismo vivo. No processo de aprendizagem, o autor considera o inusitado, os acasos, a ociosidade, as inúmeras tentativas frustradas, bem como a finalização da ‘descoberta’ nela mesma e, como um mistério, a sua retomada num determinado momento histórico-temporal por outro homem, e o seu seguimento ‘natural’...

Para iniciar a sua jornada em torno da constituição dos humanos, Rousseau apresenta o homem da natureza como o habitante de uma terra que, abandonada à sua fertilidade natural e coberta de florestas imensas, oferece celeiros e abrigos aos animais de toda espécie.

Que experiências seriam necessárias para se chegar a conhecer o homem natural? E quais são os meios de fazer essas experiências no seio da sociedade? Com o objetivo de responder essas questões, Rousseau cria uma metáfora – o homem natural – para falar do estado de natureza e ressalta as necessidades do homem original e os princípios fundamentais dos seus deveres, levantando as dificuldades que se apresentam sobre a origem da desigualdade moral, sobre os verdadeiros fundamentos do corpo político, sobre os direitos recíprocos dos seus membros e sobre outros questionamentos semelhantes.

Para Rousseau, os filósofos de seu tempo que examinaram os fundamentos da sociedade precisaram remontar até ao estado de natureza, mas, segundo ele, nenhum conseguiu alcançá-lo. Eles falavam do homem natural e pintavam o homem civil, argumentava o filósofo de

Genebra. No entanto, ciente da dificuldade de resolver a questão, Jean-Jacques afirma que, mais para esclarecer e reduzir ao seu verdadeiro estado, ele promove alguns raciocínios, arrisca algumas conjecturas em torno do homem, chegando à conclusão que outros poderão facilmente ir mais longe no mesmo caminho. Colocando em cheque a existência real do estado de natureza, o autor da *Nova Heloísa* admite a dificuldade de discernir o que há de originário e artificial na natureza atual do homem, assim como conhecer bem um estado que não existe mais.

não constitui empreendimento trivial separar o que há de original e artificial na natureza atual do homem, e conhecer com exatidão um estado que não mais existe, que talvez nunca tenha existido, que provavelmente jamais existirá, e sobre o qual se tem, contudo, a necessidade de alcançar noções exatas para bem julgar de nosso estado presente. (ROUSSEAU, 1973, p.234-235)

Para o filósofo, o estado de natureza não existe, nunca existiu, nem existirá, sendo um método de investigação acerca da condição humana mediante raciocínios hipotéticos. Na sua percepção, portanto, é preciso começar por afastar todos os fatos, pois não se ligam à questão. É preciso também, no seu modo de compreensão, não considerar as pesquisas sobre este assunto como verdades históricas, porém os raciocínios hipotéticos e condicionais mais próprios podem esclarecer a natureza das coisas, sendo mais significativo para o homem do que mostrar a sua verdadeira origem, segundo ele raciocínios semelhantes ao que fazem os físicos sobre a formação do mundo.

O que poderia ter acontecido ao gênero humano se tivesse ficado abandonado a si mesmo? Eis o que perguntaram a Rousseau e o que ele se propôs a examinar no *Segundo discurso*, marcando no progresso das coisas o momento em que, sucedendo o direito à violência, a natureza foi submetida à lei, explicando por quais mecanismos o forte pode resolver servir-se do fraco, e ambos comprarem uma tranquilidade imaginária pelo preço de uma felicidade real.

Atualmente, nas grandes metrópoles, é muito comum a opção por gradear imóveis, instalar câmaras de vídeo, contratar “seguranças” como se, ao fazer isso, a sociedade estivesse favorecendo a tranquilidade e a paz entre os homens. O que faz os homens não buscarem alternativas que promovam verdadeiramente vivências de solidariedade, colaboração e respeito? Sendo homem civil e natural faces de uma mesma moeda, o que é preciso para potencializar em um as características do outro? E quais são os meios e os mecanismos favoráveis ao seu desenvolvimento?

Na concepção de Jean-Jacques, todo animal não é senão uma máquina engenhosa, à qual a natureza deu sentidos para prover-se ela mesma e para se preservar, até certo ponto, de tudo o que tende a destruí-la ou perturbá-la. Assim, para Rousseau, por um lado, submeteram indiferentemente o homem e todos os outros animais à mesma lei natural, porque consideraram de preferência, sob esse nome, a lei que a natureza impõe a si mesma, em lugar da que prescreve, ou antes, por causa da aceção particular segundo a qual entenderam a palavra lei, que parece só terem tomado, nessa ocasião, como expressão das relações gerais estabelecidas pela natureza entre todos os seres animados, para a sua comum conservação.

Por outro lado, ele acredita que somente reconhecendo, sob o nome de lei, uma regra prescrita a um ser moral, isto é, inteligente, livre e considerado nas suas relações com outros seres, limitaram, conseqüentemente, ao único animal dotado de razão, isto é, ao homem, a competência da lei natural. Contudo, definindo essa lei cada qual à sua moda, estabeleceram-na todos sobre princípios tão metafísicos que há muito pouca gente capaz de compreender esses princípios, longe de os poder encontrar por si mesma.

No entanto, na compreensão de Rousseau, todos concordam unicamente que é impossível entender a lei da natureza e, por conseguinte, obedecer-lhe, sem ser um grande pensador e profundo metafísico. Isso significa, precisamente, que os homens empregaram, para o estabelecimento da sociedade, luzes que só se desenvolvem, com muito trabalho e para muito pouca gente, no seio da própria sociedade.

Conhecendo-se tão pouco a natureza e harmonizando-se tão mal sobre o sentido da palavra lei, Rousseau considera que seria bem difícil encontrar uma boa definição para lei natural. Também as definições que se encontram nos livros, afirma o filósofo, além do defeito de não serem uniformes, têm ainda o de serem resultantes de muitos conhecimentos que os homens naturalmente não têm e das vantagens das quais só podem fazer uma ideia depois de terem saído do estado natural.

Começa-se por investigar as regras pelas quais, para utilidade comum, seria bom que os homens concordassem entre si; depois, dá-se o nome de lei natural à coleção dessas regras, sem outra prova além do bem que se julga resultar de sua prática universal. Eis, seguramente, uma maneira muito cômoda de compor definições e de explicar a natureza das coisas por meio de convenções quase arbitrárias.

Essas, portanto, foram críticas de Rousseau aos pesquisadores que buscavam as características do homem natural em civilizações já corrompidas. Ele acreditava, porém, que, enquanto não se conhece o homem natural, é inútil querer determinar a lei que recebeu ou a que convém melhor à sua constituição. Tudo o que se pode ver muito claramente em relação a essa lei é que, para que seja lei, é preciso não só que a vontade daquele a quem ela obriga possa submeter-se a ela com conhecimento, mas ainda, para que seja natural, que ela fale imediatamente pela voz da natureza.

2. CARACTERÍSTICAS DO HOMEM DA NATUREZA DO PONTO DE VISTA FÍSICO, METAFÍSICO E MORAL

Afirma Jean-Jacques Rousseau que o primeiro sentimento do homem foi o de sua existência e o seu primeiro cuidado, o de sua conservação. As suas necessidades eram supridas pela própria terra. No seu ponto de vista, o instinto humano o levou a fazer uso dos socorros que as produções da terra lhe forneciam, como o saciar a fome e outros apetites, fazendo-o experimentar, alternativamente, diversas maneiras de existir. Houve uma que o convidou a perpetuar a sua espécie e essa tendência, desprovida de sentimento, não produzia senão um ato puramente animal: satisfeita a necessidade, os dois sexos nunca mais se reconheciam e o próprio filho nada mais representava para a mãe, logo que fosse capaz de viver sem ela.

Rousseau equipara a condição humana a dos outros animais. Na sua percepção, ao nascer, a vida do homem é tal qual a vida de um animal, limitada primeiro às puras sensações e aproveitando apenas os dons que lhe oferece a natureza, longe de pensar em dela arrancar alguma coisa.

Anda de dois pés, serve-se de suas mãos, dirige o olhar para a natureza e mede com os olhos a vasta extensão do céu, tal qual fazem os homens hoje; uns mais fortes do que outros; alguns menos ágeis do que outros; não é sociável nem escravo, forte, valente e livre; ódio mortal ao trabalho contínuo. Não mantém nenhuma correspondência entre ele e os outros homens. Seu coração está em paz e o seu corpo com saúde.

Entregue pela natureza exclusivamente ao seu instinto, o homem da natureza começa, pois, pelas funções puramente animais, até que novas circunstâncias lhe causem novos desenvolvimentos. Quais seriam, então, as novas circunstâncias da natureza que obrigariam os homens a expandir a sua capacidade de se aperfeiçoar?

Surgiram as dificuldades e o homem teve que aprender a vencê-las: a altura das árvores que o impedia de alcançar os frutos, a concorrência dos animais que também procuravam nutrir-se, a ferocidade dos que queriam a sua própria vida, tudo o obrigou a aplicar-se às atividades do corpo. Desse modo, foi preciso tornar-se ágil, rápido na carreira, vigoroso no combate. As armas naturais, que são os galhos das árvores e as pedras, em breve estavam nas suas mãos. Aprendeu a vencer os obstáculos da natureza, a combater quando necessário os outros animais, a disputar sua subsistência com os próprios homens, ou a se compensar do que era preciso ceder ao mais forte.

Porém, quando as dificuldades que envolvem essas questões deixam algum motivo para se discutir sobre a diferença entre o homem e o animal, constata-se que há uma qualidade muito específica que os distingue, sobre a qual não pode haver contestação: é a faculdade que o homem tem de se aperfeiçoar, a qual, com o auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente as outras qualidades e que residem, entre nós, tanto na espécie como no indivíduo, ao passo que um animal é, no fim de alguns meses, aquilo que será toda a vida, assim como a sua espécie será, ao cabo de alguns anos, o que era no primeiro desses anos. Por que só o homem está sujeito a se tornar imbecil?

É assim que um pombo morre de fome perto de uma vasilha cheia das melhores carnes e um gato sobre uma porção de frutas ou de grãos, embora ambos pudessem nutrir-se com os alimentos que desdenham, se procurassem experimentá-los; é assim que os homens dissolutos se entregam a excessos que lhes ocasionam a febre e a morte, porque o espírito deprava os sentidos e a vontade fala ainda quando a natureza se cala.

Não será porque volta assim ao seu estado primitivo e, enquanto o animal, que nada adquiriu e nada tampouco tem a perder, fica sempre com o seu instinto, ele, perdendo de novo, com a velhice ou outros acidentes, tudo o que a sua perfectibilidade lhe fizera adquirir, torna a cair assim mais baixo do que a própria besta?

Tristes daqueles que fossem forçados a convir que essa faculdade distintiva e quase ilimitada é a fonte das desgraças humanas; é ela que o tira, à força, do tempo dessa condição originária na qual ele passaria dias tranquilos e inocentes; é ela que, fazendo desabrochar com os séculos suas luzes e seus erros, seus vícios e suas virtudes, o torna, com o tempo, o tirano de si mesmo e da natureza.

À medida que o gênero humano se estendia, os trabalhos se multiplicavam com os homens. A diferença dos terrenos, dos climas, das estações, forçou-os a estabelecer também diferenças na maneira de viver. Anos estéreis, invernos longos e rudes, verões escaldantes, que tudo consomem, exigiram dos homens uma nova indústria. Ao longo do mar e dos rios, eles inventaram a linha e o anzol, e se tornaram pescadores e ictiófagos. Nas florestas, fizeram arcos e flechas, e se tornaram caçadores e guerreiros. Nos países frios, cobriram-se de peles de animais por eles mortos. O trovão ou qualquer feliz acaso lhes fez conhecer o fogo, novo recurso contra o rigor do inverno: aprenderam a conservar esse elemento, depois a reproduzi-lo e, enfim, a nele preparar as carnes que antes devoravam cruas.

O homem da natureza satisfaz suas necessidades saciando-se debaixo de um carvalho, matando a sede no primeiro regato e encontrando o seu leito ao pé da mesma árvore que lhe forneceu o banquete. Disperso, entre os outros homens, observa, imita a produção da Terra e se eleva, assim, até ao instinto das feras. No entanto, de acordo com Rousseau, o homem, ainda que seja um animal, mantém uma vantagem em relação aos outros. No seu entendimento, cada espécie só possui o seu próprio instinto, e ele, não tendo talvez nenhum instinto que lhe pertença, se apropria de todos, nutre-se ele igualmente da maior parte dos alimentos diversos partilhados entre os outros animais e encontra, por conseguinte, sua subsistência mais facilmente do que qualquer dos outros.

Considerando que, para Rousseau, o homem se apropria de todos os instintos, faltou esclarecer, então, quais seriam esses instintos, além dos já mencionados por ele próprio: instintos de preservação e benevolência.

Acostumados desde a infância às intempéries do ar e ao rigor das estações, exercitados no trabalho e forçados a defender nus e sem armas a sua vida e a sua presa contra os outros animais ferozes, ou a escapar da sua perseguição, segundo Rousseau, os homens adquirem um temperamento robusto e quase inalterável: os filhos, trazendo ao mundo a excelente

constituição dos pais e fortificando-a com os mesmos exercícios que a produziram, adquirem assim todo o vigor de que a espécie humana é capaz.

Sendo o seu corpo o único instrumento que conhece, de acordo com Rousseau, o homem da natureza o emprega em diversos usos, para os quais, por falta de exercício, o corpo do homem civil é incapaz. O filósofo, então, questiona: se tivesse um machado, seu pulso quebraria tão fortes galhos? Se tivesse uma funda, lançaria com a mão uma pedra com tanta força? Se tivesse uma escada, treparia tão ligeiro numa árvore? Se tivesse um cavalo, seria tão rápido na carreira?

Na concepção de Rousseau, vivendo disperso entre os animais e encontrando-se desde cedo na contingência de se medir com eles, o homem da natureza estabelece logo a comparação. Sentindo que os supera mais em agilidade do que eles o superam em força, aprende a não os temer. Colocando-se um urso ou um lobo em luta com um homem da natureza, robusto, ágil, corajoso, como são todos, armado de pedras e paus, pode-se ver que o perigo será pelo menos recíproco e que, depois de muitas experiências semelhantes, os animais ferozes, que não gostam de se atacar entre si, atacarão de má vontade o homem, no qual encontraram tanta ferocidade como em si mesmos. O homem, portanto, tem, em relação a eles, a escolha da fuga ou do combate, entre aceitar ou abandonar a luta.

Rousseau acrescenta ainda que não parece, naturalmente, que algum animal faça guerra ao homem a não ser em sua própria defesa ou por fome extrema, nem testemunhe contra ele essas violentas antipatias que parecem anunciar que uma espécie está destinada pela natureza a servir de pasto à outra. O homem da natureza só conhece a moléstia dos ferimentos e da velhice. Os únicos sinais de suas fraquezas, dos quais o homem natural não tem meios para se defender, são os seus inimigos mais perigosos, as debilidades naturais: a infância e a velhice, que são comuns a todos os animais.

Rousseau observa, em relação à infância, que a mãe, levando o filho consigo por toda parte, encontra muito mais facilidade para nutri-lo do que as fêmeas de muitos animais, as quais são forçadas a ir e vir sem cessar, com muita fadiga, de um lado, para procurar o seu próprio alimento, e, do outro, para aleitar ou nutrir os filhos. É verdade que, se a mulher vem a morrer, comenta o autor, a criança corre o risco de morrer com ela. Mas esse perigo é comum

a cem outras espécies, cujos filhos ainda estão longe de poder procurar por si mesmos a própria nutrição, finaliza.

Para o filósofo do século das luzes, se a infância é mais longa, a vida também o é, de modo que tudo é mais ou menos igual nesse aspecto, embora ele considere que haja, sobre a duração da primeira idade e sobre o número de filhos, outras regras ainda por serem abordadas.

Em se tratando dos idosos, que, segundo Rousseau, se movimentam pouco e pouco transpiram, a necessidade de alimentos diminui com a faculdade de os prover. Como a vida na natureza afasta deles a gota e o reumatismo, sendo a velhice de todos os males o que menos o socorro humano pode atenuar, extinguem-se enfim, sem se perceber que eles deixaram de viver e sem que eles mesmos também percebam.

Por outro lado, o filósofo acredita que é fácil saber dos caçadores se nas suas caçadas encontram muitos animais enfermos. Certamente, acrescenta Rousseau, encontram-se vários com feridas consideráveis muito bem cicatrizadas, com ossos e até membros quebrados que se regeneraram sem outro cirurgião a não ser o tempo, sem outro regime a não ser a vida de todos os dias, e que não se curaram com menor perfeição por não terem sido atormentados com incisões, envenenados com drogas ou extenuados com jejuns. Enfim, por mais útil que possa ser entre nós a medicina bem administrada, é sempre certo que, se o homem natural doente, abandonado a si mesmo, nada tem que esperar senão da natureza, em compensação nada tem que temer senão de seu mal, o que muitas vezes torna a sua situação preferível à nossa.

Jean-Jacques ressalta que não se constituem, para os primeiros homens, mal algum nem obstáculos à sua conservação a falta de moradia e a privação das inutilidades consideradas necessárias. Segundo ele, se têm a pele cabeluda, disso não têm necessidade nas regiões quentes, mas sabem logo se acomodar e, nos lugares frios, sabem se apropriar das peles dos animais por eles subjugados; se têm somente dois pés para correr, possuem dois braços para prover à sua defesa e às suas necessidades. Seus filhos andam, talvez, tardiamente e com dificuldade, mas suas mães os conduzem com facilidade; vantagem que falta às outras espécies, nas quais a mãe, sendo perseguida, se vê obrigada a abandonar os filhos ou a regular seus passos pelos deles.

Só, ocioso e sempre vizinho do perigo, o homem natural deve gostar de dormir, e tem o sono leve, como os animais, que, pensando pouco, dormem, por assim dizer, durante todo o tempo que não pensam. Tendo em vista a própria conservação como espécie, o seu único cuidado, as suas faculdades mais exercitadas devem ser as que têm por objeto principal o ataque e a defesa, seja para subjugar a presa, seja para se preservar de ser a presa de outro animal. Ao contrário, os órgãos – que não se aperfeiçoam senão pela moleza – e a sensualidade devem ficar em um estado de grosseria que exclui de si toda espécie de delicadeza e, como os sentidos participam disso, o homem da natureza terá o tato e o gosto extremamente rudes, a vista, o ouvido e o olfato mais sensíveis.

Rousseau afirma que, se deixar ao homem civilizado tempo para reunir as máquinas em torno de si, não se pode duvidar que ele ultrapasse facilmente o homem da natureza, mas se verificaria acentuada diferença entre eles. Se colocados nus e desarmados um diante do outro, ressalta o filósofo, logo se reconheceria qual é a vantagem de ter sempre todas as forças humanas à disposição, de estar sempre pronto para qualquer eventualidade e de se trazer sempre, por assim dizer, tudo consigo.

Segundo o autor, o homem civilizado tem como inimigos perigosos, dos quais não tem meios para se defender, além daqueles comuns a todos os animais, as moléstias de espécie diversa. Em relação a essas moléstias, ele cita: a extrema desigualdade na maneira de viver, o excesso de ociosidade de uns, o excesso de trabalho de outros, a facilidade de irritar e satisfazer os apetites e a sensualidade, os alimentos muito requintados dos ricos, que os nutrem com sucos excitantes e os afligem com indigestões, a má nutrição dos pobres, que chega muitas vezes a faltar-lhes, obrigando-os a sobrecarregar avidamente o estômago quando podem, as vigílias, os excessos de toda espécie, os transportes imoderados das paixões, as fadigas e o esgotamento de espírito, os pesares e as penas sem número que experimentam em todos os estados e que perpetuamente arruinam as almas. Eis os funestos fiadores dos quais a maior parte dos males humanos são a sua própria obra e que se poderia evitar quase todos, conservando-se a maneira de viver simples, uniforme e solitária, que foi prescrita pela natureza.

Se a natureza destinou os seres humanos a serem sãos, Jean-Jacques afirma que ele ousa quase assegurar que o estado de reflexão é um estado contra a natureza, e que o homem que medita,

na medida do cálculo, é um animal depravado. Então, nesse modo de vida, as atividades de reflexão seriam banidas? Se os homens agem por um ato de liberdade e não por instinto, como não refletir? Como promover o caminho inverso – o da não reflexão? É preciso muita ‘depravação’ para entender e tirar proveito disso tudo.

Na visão do filósofo genebrino, quando se pensa na boa constituição do homem da natureza e quando se sabe que ele quase não conhece outras moléstias além dos ferimentos e da velhice, é-se obrigado a crer que facilmente se faria a história das moléstias humanas seguindo a história das sociedades civis. No seu entendimento, é preciso cuidado para não confundir o homem natural com os homens que se tem sob os olhos. Argumenta que a natureza trata todos os animais abandonados aos seus cuidados com uma predileção que parece mostrar quanto é ciosa desse direito, exemplificando da seguinte forma: o cavalo, o gato, o touro e o próprio burro têm, em geral, um talhe mais alto, todos uma constituição mais robusta, mais vigor, força e coragem nas florestas do que nas casas, porque perdem a metade dessas vantagens ao se tornarem domésticos, e dir-se-ia que todos os cuidados em tratar bem e nutrir esses animais só conseguem abastardá-los. O mesmo acontece com o homem: tornando-se sociável e escravo, torna-se fraco, medroso, submisso e sua maneira de viver acaba por debilitar, ao mesmo tempo, a sua força e a sua coragem.

Não constituem, portanto, tão grande desgraça para esses primeiros homens, nem principalmente tão grande obstáculo à sua conservação, a nudez, a falta de habitação e a privação dessas inutilidades que o homem civilizado julga tão necessárias.

Rousseau descreve, portanto, um modo de vida da civilização ao tempo em que prescreve um modo de “viver simples, uniforme e solitário”. É como se ele estivesse fazendo uma *anamnese*, que parte do estado de natureza ao estado de civilização. Ao observar o habitat do homem natural, percebe-se, nas cenas, uma vida integrada a outras vidas diversamente distintas e singulares pelas características da própria natureza. É possível a promoção de uma vida simples, uniforme e solitária nos dias atuais? Quais as condições a serem disponibilizadas para a sua viabilidade?

Em cada animal vejo somente uma máquina, com a diferença de tudo fazer sozinha a natureza nas operações do animal, enquanto o homem executa as suas como agente livre. Um escolhe ou rejeita por instinto, e o outro, por um ato de liberdade, razão por que o animal não pode desviar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe fora vantajoso fazê-lo, e o homem, em seu prejuízo, frequentemente se afasta dela. (ROUSSEAU, 1973, p. 248-249)

Agente livre, faz escolhas ou rejeita por um ato de liberdade, o homem natural só deseja as coisas que conhece e como só conhece aquelas cuja posse está ao seu alcance – ou é fácil de adquirir –, nada deve ser tão tranquilo como a sua alma e nada tão limitado como o seu espírito. O homem no estado de natureza, tendo necessidade senão de si mesmo, toma seu partido sem esperar o consentimento do outro.

Entregue pela natureza aos seus instintos, o homem natural começará, pois, pelas funções puramente animais. Perceber e sentir será seu primeiro estado, que lhe será comum com todos os animais; querer e não querer, desejar e temer, serão as primeiras e quase únicas operações de sua alma, até que novas circunstâncias lhe causem novos desenvolvimentos.

Rousseau acredita que todo animal tem ideias, pois tem sentidos e as combina mesmo até certo ponto. Sob esse aspecto, ele pontua que o homem só difere do animal do mais ao menos. Não é, pois, tanto o entendimento que estabelece entre os animais a distinção específica do homem, como sua qualidade de agente livre. A natureza manda em todo animal e a besta obedece. O homem experimenta a mesma impressão, mas se reconhece livre por acomodar-se ou agir na defesa ou proteção de si mesmo e é, sobretudo, na consciência dessa liberdade que se mostra a espiritualidade de sua alma. Jean-Jacques ressalta que a física explica de certa maneira o mecanismo dos sentidos e a formação das ideias, porém, no poder de querer, ou melhor, de escolher, e no sentimento desse poder, só se encontram atos puramente espirituais, dos quais nada se pode explicar pelas leis da mecânica.

3. O HOMEM NATURAL E O CIVILIZADO: PRINCIPAIS DISTINÇÕES E SINGULARIDADES

Rousseau acredita que o entendimento humano deve muito às paixões, que, de comum acordo, também lhe devem muito. Segundo ele, é pela sua atividade que a nossa razão se aperfeiçoa. Os seres humanos, acredita Jean-Jacques, somente procuram conhecer porque desejam o prazer e não é possível conceber porque aquele que não tivesse desejos nem temores se desse ao trabalho de raciocinar.

As paixões, por sua vez, se originam das necessidades, e o seu progresso dos conhecimentos, sinaliza Rousseau, porque, na sua concepção, só se pode desejar ou temer coisas segundo as

noções que se tem delas, ou pelo simples impulso da natureza. E o homem da natureza, privado da sorte de luzes, só experimenta as paixões dessa última espécie. Como já mencionado no início deste Livro, seus desejos não passam pelas suas necessidades físicas; os únicos bens que conhece no universo são a sua nutrição, a relação sexual e o repouso; e os únicos males que teme são a dor e a fome.

Rousseau acredita que o homem da natureza teme a dor e não a morte, porque, segundo ele, jamais o animal saberá o que é morrer, sendo o conhecimento da morte e dos seus terrores uma das primeiras aquisições que o homem fez, afastando-se da condição animal. Ele diz que, sem necessidade de recorrer aos testemunhos incertos da história, é possível observar que tudo parece afastar do homem natural dele mesmo, afirmando que a imaginação do homem da natureza nada lhe registra; seu coração nada lhe pede; suas módicas necessidades encontram-se tão facilmente à mão, e ele está tão longe do grau de conhecimento necessário para desejar adquirir maiores, que não pode ter nem previdência nem curiosidade.

Segundo o filósofo genebrino, o espetáculo da natureza torna-se indiferente à força de torná-lo familiar. É sempre a mesma ordem, são sempre as mesmas revoluções, não tem o espírito de se admirar das maiores maravilhas e não é nele que se deve procurar a filosofia de que o homem tem necessidade, para saber observar, uma vez, o que viu todos os dias. Sua alma, que coisa alguma agita, entrega-se ao sentimento único de sua existência atual, sem nenhuma ideia do futuro, por mais próximo que possa estar e seus projetos limitados, como suas vistas – arremata o pensador com uma linguagem contundente –, estendem-se apenas até ao fim do dia.

Parece, à primeira vista, que os homens nesse estado, não tendo entre si nenhuma espécie de relação moral nem de deveres conhecidos, não podiam ser bons ou maus, nem tinham vícios ou virtudes, a menos que, tomando essas palavras em um sentido físico, se chamem vícios, no indivíduo, as qualidades que podem prejudicar a sua própria conservação e virtudes as que podem contribuir para essa conservação.

Nesse caso, afirma Rousseau, seria preciso chamar de mais virtuoso aquele que menos resistisse aos simples impulsos da natureza. Contudo, sem desviar do sentido comum, vem a propósito suspender o juízo que se poderia fazer de tal situação e desconfiar dos preconceitos até que, balance na mão, se tenha examinado se há mais virtudes do que vícios entre os

homens civilizados ou se suas virtudes são mais vantajosas do que os seus vícios funestos, ou se o progresso dos seus conhecimentos é uma compensação suficiente dos males que se fazem mutuamente, à medida que se instruem sobre o bem que se deveriam fazer. Ainda se não estariam, afinal de contas, em uma situação mais feliz não tendo nem mal que temer, nem bem que esperar de ninguém, do que estando submetidos a uma dependência universal e obrigados a tudo receber daqueles que não se obrigam a lhes dar coisa alguma.

Sendo o estado de natureza aquele em que o cuidado de nossa conservação é menos prejudicial aos outros, esse estado seria, por conseguinte, o mais próprio à paz e o mais conveniente ao gênero humano.

Os homens da natureza não são maus, afirma Rousseau. Precisamente porque não sabem o que é ser bom. Eles ignoram esse valor. Com efeito, não é nem o desenvolvimento das luzes, nem o freio da lei, mas a calma das paixões e a ignorância do vício que os impedem de fazer o mal. Os homens da natureza nutrem um sentimento que é o instinto de piedade e de preservação.

Rousseau refere-se à piedade como disposição conveniente a seres tão fracos e sujeitos a tantos males como nós e como virtude tanto mais universal quanto mais útil ao homem, que precede nele ao uso da reflexão, e tão natural que os próprios animais dão, às vezes, sinais sensíveis dela. Sem falar da ternura das mães pelos filhos e dos perigos que afrontam para defendê-los, observa-se a repugnância que têm os cavalos em pisar um corpo vivo. Um animal não passa sem inquietação perto de um animal morto de sua espécie, alguns lhes dão mesmo uma espécie de sepultura, e os tristes mugidos do gado, ao entrar no matadouro, anunciam a impressão que ele recebe do horrível espetáculo que o comove.

Para Rousseau, tal é o puro movimento da natureza, anterior à reflexão e tal é a força da piedade natural, que os costumes mais depravados ainda têm dificuldade em destruí-los, pois vê-se, nos espetáculos humanos, alguém se enternecer e chorar pelas desgraças de um infeliz, como se estivesse cada qual no lugar do tirano e agravasse ainda mais os tormentos do seu inimigo. É, pois, bem certo que a piedade é um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a atividade do amor-de-si-mesmo, concorre para a conservação mútua de toda a espécie. É ela que leva o indivíduo sem reflexão em socorro daqueles que vê sofrer; é ela que, no estado de natureza, faz as vezes de lei, de costume e de virtude, com a vantagem de que

ninguém é tentado a desobedecer à sua doce voz; é ela que impede todo homem natural robusto de arrebatá-lo a uma criança fraca ou a um velho enfermo sua subsistência adquirida com sacrifício, e ele mesmo espera poder encontrar a sua em outra parte; é ela que, em vez de máximas de justiça raciocinada, inspira a todos os homens esta outra máxima de bondade natural, bem menos perfeita, porém mais útil, talvez, do que a precedente: 'Faz o seu bem com o menor mal possível a outrem'.

Em uma palavra, é nesse sentimento natural, mais do que em argumentos sutis, que é preciso buscar a causa da repugnância que todo homem experimentaria em fazer o mal, independentemente das máximas da educação, pontua Jean-Jacques. Embora possa competir a Sócrates e aos espíritos da sua têmpera adquirir a virtude pela razão, segundo o autor das *Cartas escritas da montanha*, há muito tempo o gênero humano não mais existiria se a sua conservação tivesse dependido exclusivamente dos raciocínios.

Com paixões tão pouco ativas e um freio tão salutar, de acordo com os estudos do filósofo genebrino, os homens, mais ferozes do que maus, e mais atentos em se preservar do mal que podiam receber do que tentados a fazê-lo a outrem, não estavam sujeitos a combates muito perigosos. Como não tinham entre si nenhuma espécie de comércio e não conheciam, por conseguinte, nem a vaidade nem a consideração, nem a estima, nem o desprezo; como não tinham a menor noção do teu e do meu, nem nenhuma verdadeira ideia da justiça; como encaravam as violências que podiam sofrer como um mal fácil de reparar e não como injúria que é preciso punir, e não pensavam mesmo em vingança, senão talvez maquinal e imediatamente, como o cão que morde a pedra que lhe atiram, suas disputas raramente teriam consequências sangrentas, se não houvesse um motivo mais sensível do que o alimento. Entretanto, Rousseau observa uma coisa mais perigosa, sobre a qual lhe resta ainda falar.

Para ele, entre as paixões que agitam o coração do homem, há uma ardente, impetuosa, que torna um sexo necessário ao outro. Paixão terrível, que arrosta todos os perigos, derruba todos os obstáculos e, em seus furores, parece própria para destruir o gênero humano, que ela é destinada a conservar. Em que se transformarão os homens, presas desse furor desesperado e brutal, sem pudor, sem moderação, e se disputando o amor à custa de sangue? É preciso admitir, primeiro, que, quanto mais violentas as paixões, mais necessárias são as leis para contê-las. Contudo, além das desordens e dos crimes que as paixões causam e de mostrarem a insuficiência das leis a esse respeito, seria bom examinar ainda se essas desordens não

nasceram com as próprias leis porque, então, quando estas fossem capazes de as reprimir, o menos que se deveria exigir delas seria fazer cessar um mal que não existiria sem elas.

Tentando resolver a questão em torno das paixões, Rousseau distingue o moral do físico no sentimento do amor. Segundo ele, o físico é o desejo geral que leva um sexo a se unir ao outro. O moral, no entanto, de acordo com ele, é o que determina o desejo e o fixa sobre um único objeto exclusivamente, ou que pelo menos lhe dá, em relação a esse objeto preferido, um maior grau de energia.

Ora, salienta o filósofo, é fácil notar que o moral do amor é um sentimento fictício, nascido dos costumes da sociedade e fundado sobre certas noções de mérito ou de beleza, que o homem natural não está em condições de ter e, quanto a comparações, não está em estado de fazer, pois deve esse sentimento ser quase nulo para ele. Como seu espírito não pode formar ideias de regularidade e proporção, o coração também não é suscetível aos sentimentos de admiração e de amor, os quais, mesmo que não se perceba, nascem da aplicação dessas ideias. O homem natural escuta unicamente o temperamento que recebeu da natureza, e não o gosto que não pode adquirir.

Limitados somente à parte física do amor, e bastante felizes para ignorar essas preferências que lhe irritam o sentimento e aumentam as dificuldades, afirma Rousseau, os homens devem sentir menos frequente e menos vivamente os ardores do temperamento, por conseguinte, ter entre si disputas mais raras e menos cruéis.

Outra distinção entre o homem natural e o civil deriva da imaginação. Na concepção de Rousseau, ela é responsável por fazer tantos estragos, pois coloca-nos no lugar do miserável mais do que no lugar do homem feliz, a imaginação não fala aos corações dos homens em estado de natureza. Cada um espera pacificamente o seu impulso, a ele se entregando sem escolha, com mais prazer do que furor e, satisfeita a necessidade, o desejo se extingue. A imaginação gera expectativa, que gera confusões e sofrimento. Eis porque o homem da natureza é pleno e feliz, não imagina nem espera nada. É isso mesmo a felicidade?!

Rousseau afirma ainda que é, pois, incontestável que o próprio amor, como as outras paixões, somente em na sociedade adquiriu esse ardor impetuoso que tantas vezes o torna funesto aos

homens e é tanto mais ridículo imaginar o homem da natureza como se estrangulando sem cessar para saciar a sua brutalidade, quanto essa opinião é diretamente contrária à experiência.

Efetivamente, é impossível imaginar porque, no estado primitivo, um homem teria mais necessidade de outro homem do que um macaco ou um lobo do seu semelhante. Supondo essa necessidade, que motivo poderia levar o outro a provê-la ou, nesse último caso, de que modo poderiam estabelecer entre eles as condições? Rousseau declara que se repete sem cessar que nada foi tão miserável como o homem nesse estado. Segundo ele, se é verdade que só depois de muitos séculos o homem pode ter o desejo e a ocasião de sair dele, isso seria uma acusação para fazer à natureza e não àquele que ela assim constituiu.

Por outro lado, Rousseau afirma que, se ele entende bem o termo miserável, trata-se de uma palavra que não tem nenhum sentido, ou que significa apenas uma provação dolorosa, o sofrimento do corpo ou da alma. Ora, ele só desejaria que lhe explicassem qual pode ser o gênero de miséria de um ser livre, cujo coração está em paz e o corpo com saúde. Pergunta o autor: qual, a vida civil ou a natural, está mais sujeita a se tornar insuportável para os que a desfrutam?

Rousseau lembra que quase só vê pessoas que se lastimam de sua existência, muitas mesmo que se privam dela tanto quanto o podem, e a reunião das leis divina e humana mal basta para deter essa desordem. Pergunta o autor se já se ouviu dizer que um homem natural, em liberdade, tenha somente pensado em se lastimar da vida e em se suicidar. Que se julgue, pois, com menos orgulho, de que lado está a verdadeira miséria. Ninguém, ao contrário, seria mais miserável do que um homem natural deslumbrado pelas luzes, atormentado pelas paixões e raciocinando sobre um estado diferente do seu. Certamente, segundo Rousseau, por uma providência muito sábia, as faculdades que o homem natural tinha em potência só deviam desenvolver-se com as ocasiões de as exercer, a fim de que não lhe fossem nem supérfluas e cometidas antes do tempo, nem tardias e inúteis às suas necessidades. Só no instinto, tinha ele tudo de que necessitava para viver em estado de natureza, numa razão cultivada, tem apenas o que lhe é preciso para viver em sociedade.

Rousseau acredita que as novas luzes que resultaram desse desenvolvimento aumentaram a superioridade do homem natural sobre os outros animais, fazendo-o conhecê-la. Exercitou-se em lhes preparar armadilhas, logrou-os de muitas maneiras e, embora muitos o

ultrapassassem em força no combate, ou em ligeireza na corrida, daqueles que o podiam servir ou prejudicar tornou-se, com o tempo, o senhor de uns e o flagelo de outros. E, assim, o primeiro olhar que lançou sobre si mesmo lhe produziu o primeiro movimento de orgulho; assim, mal sabendo ainda distinguir as ordens e contemplando-se como o primeiro por sua espécie, preparava-se já para pretender o mesmo como indivíduo.

Ressalta o autor do *Emílio* que, embora os seus semelhantes não fossem para o homem da natureza que são para o homem civil, e embora não tivesse mais comércio com eles do que com os outros animais, não foram esquecidos nas suas observações. As semelhanças que o tempo pode fazê-lo perceber entre eles, sua fêmea e sua própria pessoa, fizeram-no julgar as que não percebia e, vendo que todos se conduziam como teria feito ele próprio em circunstâncias semelhantes, concluiu que a maneira de pensar e de sentir deles era inteiramente conforme a sua. Essa importante verdade, bem estabelecida em seu espírito, o fez seguir as melhores regras de conduta que, para sua vantagem e segurança, lhe convinha manter para com eles. Rousseau considera, nesse ponto, que não há formas superiores e inferiores do conhecimento, para ele o mais rudimentar empirismo equivale, em eficácia prática, à melhor dialética do iluminismo.

Instruído pela experiência de que o amor do bem-estar é o único móvel das ações humanas, achou-se em estado de distinguir as raras ocasiões em que o interesse comum devia fazê-lo contar com a assistência dos seus semelhantes, e as mais raras ainda em que a concorrência lhe devia fazê-lo desconfiar deles. No primeiro caso, unia-se a eles em rebanho, ou quando muito por uma espécie de associação livre que não obrigava ninguém e que só durava enquanto havia a necessidade passageira que a havia formado. No segundo, cada qual procurava tirar suas vantagens, ou pela força aberta, se acreditava poder, ou pela astúcia e sutileza, se se sentia mais fraco.

4. SINAIS DO INÍCIO DO PROCESSO DE SAÍDA DO ESTADO NATURAL PARA O ESTADO CIVIL

Lembre-se de quantas ideias devemos ao uso da palavra; como a gramática exercita e facilita as operações do espírito; pense-se nos trabalhos inimagináveis e no tempo infinito que custou a primeira invenção das línguas; juntem essas reflexões às precedentes e ter-se-á ideia de como foram precisos milhares de anos para sucessivamente desenvolverem-se no espírito humano as operações de que era capaz. (ROUSSEAU, 1973, p. 252)

Da propriedade ao surgimento das línguas, muitos eventos promoveram mudanças no modo de relação homem-natureza, sendo a desigualdade, de acordo com Rousseau, apenas sensível no estado de natureza e a sua influência quase nula.

Depois de haver mostrado que a perfectibilidade, as virtudes sociais e as outras faculdades que o homem natural recebeu em potencial jamais podiam desenvolver-se por si mesmas, que para isso tinham necessidade do concurso fortuito de muitas causas estranhas, que poderiam não nascer nunca, e sem as quais é preciso ficar eternamente na condição humana primitiva, Rousseau faz um levantamento dos diversos acasos que puderam: aperfeiçoar a razão humana, deteriorando a espécie; tornar um ser mau fazendo-o social e, de um termo tão distante, conduzir enfim o homem e o mundo ao ponto em que os vemos na atualidade.

A propriedade

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. (ROUSSEAU, 1973, p. 265)

Esse fragmento sinaliza o nascimento da sociedade civil, com o surgimento da propriedade. Segundo Rousseau, muitos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores teriam sido poupados ao gênero humano se, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse alguém gritado aos seus semelhantes para se livrar de escutar tal imposição. Além disso, crê o autor, se for esquecido que os frutos são de todos e a terra de ninguém, os homens estarão perdidos.

Rousseau ressalta, no entanto, que essa noção propriedade não se formou de repente no espírito humano, as coisas já tinham chegado ao ponto de não mais poderem ficar como estavam. Dependendo muito de ideias anteriores, que só puderam nascer sucessivamente, foi preciso fazer muitos progressos, adquirir muita indústria e luzes, transmiti-las e aumentá-las de idade em idade, antes de chegar a esse último termo do estado de natureza.

A moda e a habitação

Rousseau considera que o primeiro homem que fez roupas ou uma habitação criou para si coisas desnecessárias, pois tinha passado sem isso até então, não se vendo a razão pela qual, já homem feito, não poderia suportar um gênero de vida em que vivia desde a infância.

Deixando de adormecer na primeira árvore ou de se retirar nas cavernas, os homens encontraram certas espécies de machados de pedras duras e afiadas que serviram para cortar a madeira, cavar a terra e fazer cabanas de galhos, ocorrendo, em seguida, endurecê-las com argila e barro. Foi a época de uma primeira revolução, que formou o estabelecimento e a distinção das famílias e que introduziu uma espécie de propriedade, de onde já nasceram, talvez, muitas rixas e combates.

Entretanto, como os mais fortes foram, provavelmente, os primeiros a fazer alojamentos que se sentiam capazes de defender, é de se acreditar que os fracos tenham achado mais simples e mais seguro imitá-los do que tentar desalojá-los. Quanto aos que já tinham cabanas, cada qual pouco procurou se apropriar da do vizinho, menos porque lhe não pertencia do que lhe era inútil, não podendo se apossar dela sem se expor a um combate muito vivo com a família que a ocupava.

Rousseau registra que os primeiros desenvolvimentos da afetividade foram o efeito de uma situação nova, que reunia em uma habitação comum os maridos e as mulheres, os pais e os filhos. O hábito de viver coletivamente fez nascer os mais doces sentimentos conhecidos dos homens: o amor conjugal e o amor paternal.

Cada família se torna uma pequena sociedade, tanto mais unida quanto o apego recíproco e a liberdade eram os seus únicos laços e foi então que se estabeleceu a primeira diferença na maneira de viver dos dois sexos, que até então só tinham uma. As mulheres tornaram-se mais sedentárias e se acostumaram a guardar a cabana e os filhos, enquanto o homem ia procurar a subsistência comum. Os dois sexos começaram também, por uma vida um pouco mais suave, a perder alguma coisa da sua ferocidade e do seu vigor. Mas, se cada um, separadamente, tornou-se menos capaz de combater os animais selvagens, em compensação foi mais fácil reunirem-se para lhes resistir em comum.

O trabalho contínuo

O trabalho contínuo proporcionou a criação do estado civil e aniquilação do estado de natureza. O homem da natureza, segundo Rousseau, tem verdadeira aversão a trabalhos contínuos. Pode-se então pensar: é criativo e mutante o homem da natureza?

A metalurgia e a agricultura

Rousseau considera que foram a metalurgia e a agricultura as duas artes cujas invenções produziram essa grande revolução. Ele acredita que, para os poetas, foram o ouro e a prata; mas, para os filósofos, foram o ferro e o trigo que civilizaram os homens e o fizeram perder o gênero humano.

É muito difícil conjecturar como os homens chegaram a conhecer e empregar o ferro, ressalta Rousseau, porque não é crível que tenham imaginado por si mesmos tirar a matéria da mina e lhe dar as preparações necessárias para a pôr em fusão antes de saber o que disso resultaria. Por outro lado, ele acrescenta, pode-se tanto menos atribuir essa descoberta a algum incêndio acidental quanto as minas só se formam em lugares áridos e desnudados de árvores e de plantas. Dir-se-ia que a natureza tomara precauções para ocultar esse fatal segredo. Não resta, pois, segundo ele, senão a circunstância extraordinária de algum vulcão que, vomitando matérias metálicas em fusão, teria dado aos observadores a ideia de imitar essa operação da natureza. Ainda é preciso supor muita coragem e previdência para empreender um trabalho tão penoso e considerar de tão longe as vantagens que daí podiam tirar, mas isso só pode acontecer a espíritos que já estiveram mais exercitados do que os que eles deviam ter.

Quanto à agricultura, Rousseau sinaliza que o seu princípio foi conhecido muito tempo antes da sua prática estabelecida e não é possível que os homens, sem cessar ocupados em tirar sua subsistência das árvores e das plantas, não tivessem bastante prontamente a ideia dos caminhos que a natureza emprega para a geração dos vegetais. Porém, o homem só se voltou para esse modo de vida, provavelmente muito tarde, ou porque as árvores que, junto com a caça e a pesca, proviam a sua nutrição e não tinham necessidade dos seus cuidados, ou por não conhecerem o uso do trigo, ou por não terem instrumentos para o cultivar, ou por falta de previdência em relação à necessidade futura, ou, finalmente, por faltarem os meios para impedir os outros de se apropriarem do fruto do seu trabalho.

Tornados mais industriais, segundo Rousseau, pode-se acreditar que, com pedras agudas e paus pontudos, os homens começaram cultivando alguns legumes ou raízes em torno das suas cabanas, muito tempo antes de saberem preparar o trigo e de terem instrumentos necessários para a cultura em grande escala, sem contar que, para se entregar a essa ocupação e semear a terra, foi preciso aceitar, primeiro, perder alguma coisa para ganhar muito em seguida

precaução, que estava muito distante do expediente do homem da natureza, que tinha muita dificuldade em pensar, pela manhã, nas necessidades da noite.

Nesse sentido, na perspectiva rousseuniana, a agricultura é a arte que exige tanto trabalho e previdência, que se relaciona com tantas outras artes, que muito evidentemente só é praticável em uma sociedade pelo menos começada, e que não serve tanto para tirar da terra os alimentos que ela forneceria sem isso, como para forçá-la às preferências que são mais do gosto humano. Para Jean-Jacques, imagina-se que os homens se tivessem de tal modo multiplicado, que as produções naturais não fossem suficientes para os nutrir, suposição que mostraria grande vantagem para a espécie humana nessa maneira de viver.

Supõe-se que, sem oficinas e sem forjas, os instrumentos de lavoura caíssem do céu nas mãos dos homens naturais; que esses homens tivessem vencido o ódio mortal que têm todos eles por um trabalho contínuo; que tivessem aprendido a prever de tão longe as suas necessidades; que tivessem adivinhado como é preciso cultivar a terra, semear os grãos e plantar as árvores; que tivessem encontrado a arte de moer o trigo e de pôr a uva a fermentar; as coisas que foi preciso que os deuses lhes ensinassem, por não conceberem como as teriam aprendido por si mesmos. Depois disso, qual seria o homem insensato que se atormentasse na cultura de um campo que seria despojado pelo primeiro que aparecesse, homem ou animal indiferentemente, ao qual essa colheita conviesse? E como poderá cada um resolver-se a passar a vida em um trabalho penoso, cujo prêmio está tanto mais seguro de não obter quanto mais lhe fosse este necessário? Em uma palavra, como poderá essa situação levar os homens a cultivar a terra enquanto não for partilhada entre eles, isto é, enquanto o estado de natureza não for aniquilado?

A invenção das outras artes foi, na concepção de Rousseau, por isso mesmo, necessária para forçar o gênero humano a se aplicar à arte da agricultura. Desde que eram precisos homens para fundir e forjar o ferro, eram necessários outros para nutrir os primeiros. Quanto mais se multiplicava o número de operários, tanto menos eram as mãos encarregadas de prover a subsistência comum, sem que houvesse menos bocas para consumir e, como uns precisavam de comestíveis em troca do seu ferro, os outros acharam enfim o segredo de empregar o ferro na multiplicação dos comestíveis. Daí nasceram, de um lado, a lavoura e a agricultura e, de outro, a arte de trabalhar os metais e de multiplicar-lhe os usos.

Que se acrescente a tudo isso a quantidade de ofícios prejudiciais à saúde, que abreviam os dias e destroem o temperamento, tais como os trabalhos das minas, as diversas preparações dos metais, dos minerais, principalmente do chumbo, do cobre, do mercúrio, do cobalto, do arsênico, da mineração; esses outros ofícios perigosos que custam a vida de uma porção de operários, uns entalhadores, outros carpinteiros, outros pedreiros, outros trabalhadores de pedreira. Que se reúnam, reforçava Rousseau, todos esses objetos, e se poderão ver, no estabelecimento e perfeição das sociedades, as razões da diminuição da espécie, observadas por mais de um filósofo.

As línguas

Rousseau, como muitos outros, crê que as línguas nasceram da convivência doméstica dos pais, das mães e dos filhos. Todavia, segundo ele, além disso não resolver as objeções, seria cometer o erro dos que, raciocinando sobre o estado de natureza, para aí transportam as ideias tomadas na sociedade, ou seja, veem sempre a família reunida em uma mesma habitação e seus membros guardando entre si uma união tão íntima e tão permanente como entre nós, onde tantos interesses comuns os reúnem. No estado primitivo, não tendo casas, nem cabanas, nem propriedades de nenhuma espécie, cada qual se alojava ao acaso e muitas vezes por uma só noite; os machos e as fêmeas se uniam fortuitamente, conforme o encontro, a ocasião e o desejo, sem que a palavra fosse intérprete muito necessário das coisas que se deviam dizer, e se abandonavam com a mesma facilidade.

No estado de natureza, a mãe aleitava primeiro os filhos por sua própria necessidade, depois, tendo o hábito os tornado preciosos, nutria-os pela necessidade deles. Logo que tiveram força para procurar o próprio alimento, eles não tardaram em deixar a própria mãe e, como não houvesse quase outro meio de se encontrarem senão o de não se perderem de vista, logo chegaram ao ponto de não se reconhecerem uns aos outros.

Tendo o filho as suas necessidades que explicar e, por conseguinte, mais coisas dizer à mãe do que a mãe ao filho, Rousseau pontua que é ele quem deve ter feito os maiores esforços de invenção, devendo a língua que emprega ser em grande parte sua própria obra. Isso multiplica tanto as línguas quantos indivíduos há para as falar e para tanto contribui ainda a vida errante e vagabunda, que não deixa a nenhum idioma o tempo de tomar consistência. Dizer que a mãe dita ao filho as palavras das quais deverá se servir para lhe pedir tal ou tal coisa bem mostra como se ensinam as línguas já formadas, mas não explica como estas se formam.

A figura da mulher, como fêmea, que sacia o macho, e como mãe, que alimenta e conduz a cria, é muito forte nas análises de Rousseau. A cria, por sua vez, por necessidade, inventa a linguagem. A linguagem, então, nasce da relação mãe-filho. Do ponto de vista simbólico, o que significa isso? Eis uma questão que merece uma análise mais cuidadosa, contudo não é objeto de investigação desta tese.

Rousseau propõe supor vencida essa primeira dificuldade e transpor, por um momento, o espaço imenso que deve se encontrar entre o puro estado de natureza e a necessidade das línguas, procurando conhecer, supondo-as necessárias, como puderam começar a se estabelecer. Nova dificuldade ainda pior do que a precedente, afirma o autor. Na sua perspectiva, se os homens tiveram necessidade da palavra para aprender a pensar, tiveram muito mais necessidade ainda de saber pensar para encontrar a arte da palavra. Quando se compreendesse como os sons da voz foram tomados por intérpretes convencionais de nossas ideias, restaria sempre saber quais puderam ser os intérpretes dessa convenção para as percepções que, não tendo um objeto sensível, não podiam se indicar nem pelo gesto nem pela voz.

De sorte, supõe Rousseau, que mal se pode formar conjecturas suportáveis sobre o nascimento dessa arte de comunicar os pensamentos e estabelecer um comércio entre os espíritos. Arte sublime, que já está tão longe de sua origem, reforça o filho de Genebra, mas que o filósofo vê ainda a tão prodigiosa distância de sua perfeição, que não há homem bastante ousado para assegurar que aí chegaria, quando as revoluções, que o tempo necessariamente conduz, fossem suspensas em seu favor, os preconceitos saíssem das academias ou se calassem diante delas, e elas pudessem se ocupar desse objeto espinhoso durante séculos inteiros sem interrupção.

A primeira linguagem do homem, portanto, para Rousseau, a linguagem mais universal, mais enérgica e a única de que teve necessidade antes que fosse preciso persuadir homens reunidos, foi o grito da natureza. Como esse grito não tivesse sido arrancado senão por uma espécie de instinto nas ocasiões prementes, para implorar socorro nos grandes perigos ou alívio nos males violentos, não era de grande uso no curso ordinário da vida, em que reinam sentimentos mais moderados, destaca o autor.

Rousseau salienta ainda que, quando as percepções dos homens começaram a se estender e a se multiplicar e se estabeleceu entre eles uma comunicação mais estreita, procuraram sinais mais numerosos e uma linguagem mais extensa, multiplicaram-se as inflexões da voz e a esta juntaram-se os gestos que, por natureza, são mais expressivos, dependendo menos o seu sentido de uma determinação interior. Assim, expressavam-se sobre os objetos visíveis e móveis por meio de gestos e sobre os que impressionavam o ouvido por meio de sons imitativos.

No entanto, como o gesto indica apenas os objetos presentes ou fáceis de descrever e as ações visíveis, não sendo de uso universal, de vez que a obscuridade ou a interposição de um corpo o torna inútil, exigindo a atenção mais do que a excita, foi ele substituído pelas articulações da voz que, sem terem a mesma relação com certas ideias, são mais próprias para representá-las como sinais instituídos. Essa substituição só pode ser feita por um consenso geral e foi bem difícil de ser praticada por homens cujos órgãos grosseiros não tinham ainda nenhum exercício, e mais difícil ainda de ser concebida em si mesma, posto que esse acordo unânime teve de ser motivado, parecendo a palavra muito necessária para estabelecer o seu próprio uso.

De acordo com Rousseau, as percepções só podem se introduzir na espécie com o auxílio das palavras, e o entendimento não as apreende senão por meio das proposições. É uma das razões por que os animais não poderiam formar ideias, nem jamais adquirir a perfectibilidade que delas depende. Por exemplo, quando um macaco vai, sem hesitar, de uma noz a outra, julga-se que tenha a noção geral dessa espécie de fruta e que compare o seu arquétipo a esses dois indivíduos? Questiona o filósofo genebrino. Não, sem dúvida, ele mesmo responde. Porém, acrescenta, a vista de uma dessas nozes lembra à memória do animal as sensações que recebeu da outra e seus olhos, modificados de certa maneira, anunciam ao seu gosto a modificação que vai receber. As percepções são puramente intelectuais e por menos que a imaginação tome parte nelas, as ideias se tornam logo particulares, finaliza.

Rousseau solicita que se trace a imagem de uma árvore em geral e acrescenta, afirmando, que isso jamais será possível pois, para ele, é preciso vê-la grande ou pequena, desganhada ou copada, clara ou escura. Se dependesse de alguém não ver senão o que se acha em toda árvore, essa imagem não se pareceria mais com uma árvore. Os seres puramente abstratos se vêem do mesmo modo, ou não se concebem senão por meio do discurso. Só a definição do

triângulo dá a verdadeira percepção, logo que se figure no espírito, é um certo triângulo e não outro, e não se pode deixar de tornar as suas linhas sensíveis ou o plano colorido. É preciso, pois, enunciar proposições, é preciso falar para ter noções gerais porque, logo que a imaginação para, afirma contundente o filósofo de Genebra, o espírito só marcha com o auxílio do discurso. Se, pois, os primeiros inventores só puderam dar nomes às ideias que já tinham, resulta que os primeiros substantivos só poderiam ter sido nomes próprios.

Segundo Rousseau, como o uso da palavra se estabeleceu ou se aperfeiçoou insensivelmente no seio de cada família, pode se conjecturar ainda como diversas causas particulares puderam desenvolver a linguagem e lhe acelerar o progresso, tornando-a mais necessária. Grandes inundações ou terremotos cercaram de águas ou de precipícios lugares habitados; revoluções do globo desarticularam e cortaram em ilhas porções do continente. Concebe-se que, entre homens assim aproximados e forçados a viver juntos havia de se formar um idioma comum, antes até mesmo do que entre os que erravam livremente nas florestas da terra firme. Assim, é muito possível que, após seus primeiros ensaios de navegação, comenta o filósofo genebrino, os insulares nos tenham trazido o uso da palavra e é pelo menos muito verossímil que a sociedade e as línguas tenham nascido das ilhas e nelas se aperfeiçoado antes de serem conhecidas no continente. Tudo começa a mudar de face: os homens, até então errantes nos bosques, tendo agora situação mais fixa, aproximando-se lentamente, reúnem-se em diversos grupos e formam, enfim, em cada região, uma nação particular, unida pelos costumes e pelos caracteres, não pelos regulamentos e pelas leis, mas pelo mesmo gênero de vida, pelos alimentos e pela influência comum do clima, destaca o autor.

Horrorizado com as dificuldades que se multiplicam e convencido da impossibilidade quase demonstrada de que as línguas tenham podido nascer e se estabelecer por meios puramente humanos, Rousseau deixa, a quem quiser empreendê-la, a discussão deste difícil problema: o que foi mais necessário, a sociedade já ligada à instituição das línguas ou as línguas já inventadas para o estabelecimento da sociedade? Para ele, quaisquer que sejam essas origens, vê-se pelo menos no pouco de cuidado que tomou a natureza, ao aproximar os homens por necessidades mútuas e lhes facilitar o uso da palavra, como preparou pouco a sociabilidade humana e como pôs pouco de seu em tudo que eles fizeram para estabelecer esses limites.

Os combates e as guerras, ou o que oprime é tão escravo quanto o oprimido

Na interpretação de Rousseau, não se pode concluir que o combate de certos animais pela posse das fêmeas é o mesmo que acontece ao homem no estado de natureza. Para ele, ainda que se pudesse chegar a essa conclusão, como não destruíram as outras espécies, deve-se pensar ao menos que esse acontecimento seja mais funesto à nossa espécie e que causasse ainda menos devastação do que na sociedade. Ressalta, principalmente, que nos países onde os costumes ainda são contados para alguma coisa, o ciúme dos amantes e a vingança dos esposos causam duelos, assassínios e coisas piores ainda. Segundo pensa, o dever de uma eterna fidelidade só serve para provocar adultérios, e as próprias leis da continência e da honra estendem necessariamente o deboche e multiplicam os abortos.

Efetivamente, afirma Rousseau, é fácil ver que entre as diferenças que distinguem os homens, muitas passam por naturais, quando são, no seu entender, unicamente obra do hábito e dos diversos gêneros de vida adotados pelos homens na sociedade. Assim, um temperamento robusto ou delicado, a força ou a fraqueza que disso dependem, vêm muitas vezes mais da maneira dura ou efeminada pela qual foi educado do que da constituição primitiva dos corpos.

Acontece o mesmo com as forças do espírito, e a educação não só estabelece diferença entre os espíritos cultivados e os que não o são, como aumenta a que se acha entre os primeiros à proporção da cultura adquirida. Com efeito, quando um gigante e um anão marcham na mesma estrada, Rousseau ressalta, cada passo representa nova vantagem para o gigante. Ora, ao se comparar a diversidade prodigiosa do estado civil com a simplicidade e a uniformidade da vida natural, acrescenta o filósofo, em que todos se nutrem dos mesmos alimentos, vivem da mesma maneira e fazem exatamente as mesmas coisas, compreender-se-á quanto a diferença de homem para homem deve ser menor no estado de natureza do que no de sociedade e quanto a desigualdade natural deve aumentar na espécie humana pela desigualdade de instituição.

Entretanto, para Rousseau, quando a natureza afetasse, na distribuição dos seus dons, tantas preferências como se pretende, que vantagem os mais favorecidos tirariam disso, com prejuízo dos outros, em um estado de coisas que não admitiria quase nenhuma espécie de relação entre eles? Onde não há amor, de que servirá a beleza? De que serve o espírito a pessoas que não falam e a astúcia às que não têm negócios? Ele destaca que sempre ouviu

repetir que os mais fortes oprimirão os fracos, mas solicita explicações acerca do que querem dizer com a palavra opressão. Uns dominarão com violência, outros gemerão sujeitos a todos os seus caprichos. Eis, precisamente, o que se observa na sociedade, sinaliza o autor. Porém ele não vê como se poderia dizer o mesmo dos homens da natureza, a quem seria difícil fazer perceber o que é servidão e dominação.

Rousseau ilustra a sua compreensão com os seguintes questionamentos: um homem poderá se apoderar dos frutos colhidos por outro, da caça que o outro matou, do antro que lhe servia de asilo, mas como poderá conseguir fazer-se obedecer? E quais poderiam ser as cadeias da dependência entre homens que não possuíam nada? Se o expulsam de uma árvore, ele está livre para ir para outra; se o atormentam em um lugar, quem o impedirá de passar para outro? Se encontra um homem de força muito superior à sua e, além disso, muito depravado, muito preguiçoso e muito feroz, para o constranger a prover a sua subsistência enquanto permanece ocioso, é preciso que ele se resolva a não o perder de vista um só instante, que o deixe amarrado com grande cuidado enquanto dorme, de medo que escape ou que o mate. Assim, fica obrigado a se expor voluntariamente a um trabalho muito maior do que o que quer evitar, e do que o que o dá a si mesmo. Depois de tudo isso, sua vigilância relaxa por um momento, um barulho imprevisto fá-lo voltar a cabeça, dá alguns passos na floresta, seus ferros se quebram, e nunca mais o tornará a ver.

Esta belíssima imagem evidencia que é sempre possível sair de um processo de opressão pela via da decisão e da escolha. Certamente, é muito pertinente a relação de dependência entre o opressor e o oprimido, o que oprime é tão escravo quanto o oprimido e ambos se nutrem da ação do outro. Um combate não seria, então, fundado nesse processo opressor-oprimido no estado de natureza.

Rousseau, sem prolongar-se com detalhes, afirma que cada qual deve ver que, sendo os laços da servidão formados exclusivamente da dependência mútua dos homens e das necessidades recíprocas que os unem, é impossível sujeitar um homem sem o pôr antes na situação de não poder passar sem outro homem, situação que, não existindo no estado de natureza, deixa cada um livre do jugo e torna vã a lei do mais forte.

Por outro lado, ao configurar o cenário da sociedade civil, o filósofo genebrino deseja que as pessoas instruídas queiram ou ousem mostrar ao público os detalhes dos horrores cometidos

nos exércitos, pelos empresários de alimentos e de hospitais: suas manobras, demasiadamente secretas, devido às quais os mais brilhantes exércitos se fundem em menos do que nada, fazem morrer mais soldados do que os massacra o ferro inimigo. E ainda um cálculo não menos espantoso, o dos homens que o mar engole todos os anos, pela fome, pelas epidemias, pelos piratas, pelo fogo, pelos naufrágios. É claro que também é preciso assinalar, reforça Rousseau, por conta da propriedade estabelecida, e como consequência da sociedade, os assassinios, os envenenamentos, os roubos avultados, as próprias punições desses crimes, punições necessárias para prevenir maiores males, porém que, pelo assassinio de um homem, custando a vida a dois ou mais, não deixam de dobrar realmente a perda da espécie humana.

Existem, na perspectiva rousseauiana, muitos meios utilizados pelos homens civis de impedir o nascimento dos homens e de enganar a natureza. Segundo ele, os homens naturais e os animais jamais esboçaram tal necessidade. Na sua perspectiva, o desejo de exterminar a espécie somente ocorre nos países policiados e da imaginação corrompida. Rousseau acresce nessa configuração de casos, mais frequentes e mais perigosos ainda aqueles em que os direitos paternos ofendem abertamente a humanidade, como, por exemplo, os talentos enterrados e as inclinações forçadas pelo imprudente constrangimento dos pais, quer seja pelo viés da exigência de uma relação conjugal quer seja pela escolha profissional errada. Para ele, felizes são aqueles cuja coragem e virtude arrebatam-lhes à vida, antes que uma violência bárbara os force a passar ao crime ou ao desespero.

Ao refletir sobre o estado de guerra e combate, Rousseau, mais uma vez, coloca como fundante dessa situação a propriedade. Pontua, ainda, que como ele se referiu a uniões mal formadas, obra do policiamento, pode-se pensar que aqueles a que o amor e a simpatia presidiram estejam isentos de inconvenientes. No entanto, se ele empreendesse mostrar a espécie humana atacada na sua própria fonte, e até no mais sagrado de todos os laços, em que não se ousa mais escutar a natureza senão depois de haver ouvido a fortuna, e em que, a desordem civil, confundindo as virtudes ou os vícios, a continência se torna uma precaução criminosa, e a recusa de dar a vida a seu semelhante um ato de humanidade. Mas, sem despedaçar o véu que cobre tantos horrores, diz o filósofo, contentemo-nos de indicar o mal ao qual outros devem trazer remédio.

O comércio

Rousseau considera que os homens adquiriram uma compreensão grosseira dos compromissos mútuos e da vantagem de os cumprir, mas somente na medida em que podia exigir o interesse presente e sensível, porque a previdência nada era para eles e, longe de se ocuparem com um porvir afastado, nem mesmo pensavam no dia seguinte. Se se tratava de pegar um veado, cada qual sentia bem que, para isso, devia ficar no seu posto, mas, se uma lebre passava ao alcance de algum, era preciso não duvidar de que a perseguiria sem escrúpulos e, uma vez alcançada a sua presa, não lhe importava que faltasse a dos companheiros.

Para ele, tal comércio não exigia uma linguagem mais refinada do que a das galhas ou a dos macacos, que se reúnem em bandos mais ou menos semelhantes. Gritos inarticulados, muitos gestos e alguns ruídos imitativos deviam compor, durante muito tempo, a língua universal; acrescentem-se a isso, afirma Rousseau, em cada região, alguns sons articulados e convencionais, cuja instituição não é muito fácil explicar.

Na perspectiva rousseuniana, por mais que se admire quanto se queira a sociedade humana, não será menos verdade que ela conduz necessariamente os homens a se odiar entre si à proporção do crescimento dos seus interesses, a se retribuir mutuamente serviços aparentes e a se fazer efetivamente todos os males imagináveis.

Rousseau afirma que não se pode esperar muito de um comércio em que cada particular lhe dita máximas diretamente contrárias àquelas que prega o corpo da sociedade, e em que cada um tira os seus lucros da desgraça do outro. Para ele, não há um homem abastado ao qual os seus herdeiros ávidos, e muitas vezes seus próprios filhos, não desejem a morte, secretamente; não há um navio no mar cujo naufrágio não constituísse uma boa notícia para algum negociante; uma só casa que um devedor de má fé não quisesse ver queimada com todos os documentos; um só povo que não se regozijasse com os desastres dos vizinhos. No seu entendimento, é assim que se tira vantagens do prejuízo dos semelhantes, e que a perda de um faz quase sempre a prosperidade do outro. Mas, o que há de mais perigoso ainda é que as calamidades públicas são a expectativa e a esperança de uma multidão de particulares: uns querem as moléstias, outros, a mortalidade; outros, a guerra; outros, a fome. Ele acrescenta ainda que viu homens horrorizados chorando de dor ante as aparências de um ano fértil e o

grande e funesto incêndio de uma das principais cidades europeias, que custou a vida e os bens a tantos desgraçados, fez a fortuna de muitas pessoas.

Jean-Jacques sugere que se penetre, através de frívolas demonstrações de benevolência, no que se passa no fundo dos corações e que se reflita no que deve ser um estado de coisas, em que os homens são forçados a se acariciar e a se destruir mutuamente e em que nascem inimigos por dever e velhacos por interesse. Ao mesmo tempo, ele desafia perguntando se a sociedade é assim constituída: cada homem ganha em servir aos outros ou estaria muito bem se não ganhasse ainda mais para prejudicá-lo. Afirmo que não há proveito tão legítimo que não seja ultrapassado pelo que se pode fazer de forma ilegítima, e o mal feito pelo próximo é sempre mais lucrativo que os serviços. Não se trata, pois, senão de achar os meios de assegurar a impunidade, e é para isso que os poderosos empregam as suas forças e os fracos toda a sua astúcia, finaliza.

A indústria

Esses primeiros progressos colocaram, finalmente, o homem ao alcance de os fazer mais rápidos. Quanto mais o espírito se esclarecia, tanto mais a indústria se aperfeiçoava, destaca Rousseau. Para o filósofo, o luxo, impossível de prevenir entre os homens ávidos de suas próprias comodidades e da consideração dos outros, acaba logo o mal que as sociedades começaram. Sob o pretexto de fazer viver os pobres, o que não era preciso, o luxo empobrece o resto e despovoava o Estado, cedo ou tarde.

O filósofo de Genebra considera que o luxo é um remédio muito pior do que o mal que pretende curar; ou antes, é ele mesmo o pior dos males, em qualquer Estado, grande ou pequeno. Para nutrir as multidões de criados e de miseráveis que fez, acabrunha e arruína o trabalhador e o cidadão, como esses ventos escaldantes do sul que, cobrindo as ervas e verduras de insetos devoradores, tiram a subsistência dos animais úteis e levam a fome e a morte a todos os lugares em que se fazem sentir.

Para Jean-Jacques, da sociedade e do luxo que ela engendra, nascem as artes liberais e mecânicas, o comércio, as letras e as inutilidades que fazem florescer a indústria, enriquecem e perdem os Estados. A razão desse aniquilamento é muito simples, salienta o autor, é fácil perceber que, pela sua natureza, a agricultura deve ser a menos lucrativa de todas as artes porque, sendo o seu produto aquele de uso mais indispensável para todos os homens, o preço

deve estar proporcionado às faculdades dos mais pobres. Do mesmo princípio pode-se tirar a regra de que, em geral, as artes são lucrativas na razão inversa da sua utilidade, e que as mais necessárias, finalmente, devem tornar-se as mais negligenciadas. Por aí se vê o que se deve pensar das verdadeiras vantagens da indústria e do efeito real que resulta dos seus progressos. Tais são as causas sensíveis das misérias em que a opulência precipita, finalmente, as nações mais admiradas.

À medida que a indústria e as artes se estendem e florescem, o cultivador desprezado, carregado de impostos necessários à manutenção do luxo e condenado a passar a vida entre o trabalho e a fome, abandona o campo para ir procurar na cidade o pão que deveria levar para lá. Quanto mais as capitais impressionam de admiração os olhos estúpidos do povo, tanto mais seria preciso lastimar o abandono dos campos, as terras incultas e as estradas cheias de cidadãos desgraçados transformados em mendigos ou ladrões, e destinados um dia a acabar a sua miséria pelos caminhos ou sobre um monte de esterco. É assim que o Estado se enriquece, por um lado, e se enfraquece e se despoeva, por outro, e que as mais poderosas monarquias, após muitos trabalhos para se tornarem opulentas e desertas, acabam por se tornar a presa de nações pobres que sucumbem à funesta tentação de as invadir, e que são invadidas e enfraquecem por sua vez, até que elas mesmas sejam invadidas e destruídas por outras, conclui Jean-Jacques Rousseau.

5. O NASCIMENTO DE UM NOVO ESTADO – O CIVIL

Nesse estado, segundo Rousseau, com uma vida simples e solitária, necessidades muito limitadas e os instrumentos que haviam inventado para as prover, os homens, gozando de bastante lazer, empregaram-no em procurar várias comodidades desconhecidas dos seus pais. Este foi o primeiro jugo a que se impuseram sem pensar e a primeira fonte de males que prepararam para os seus descendentes porque, além de continuarem assim a entristecer o corpo e o espírito, tendo essas comodidades, com o hábito, perdido quase todo o seu encanto e, ao mesmo tempo, degenerando-se em verdadeiras necessidades, a privação delas se tornou muito mais cruel do que doce era a sua posse. Infelizes por tê-las perdido, não eram felizes possuindo-as.

Uma vizinhança permanente não pode deixar de engendrar, enfim, alguma ligação entre diversas famílias. Jovens de diferentes sexos habitam cabanas vizinhas; o comércio passageiro

que a natureza exige logo conduz a outro não menos doce e mais permanente pela mútua frequentação. Adquire-se o hábito de considerar diferentes objetos e compará-los; adquirem-se, insensivelmente, noções de mérito e de beleza, que produzem sentimentos de preferência. À força de se ver, não se pode mais passar sem se ver ainda. Um sentimento terno e doce se insinua na alma e, pela menor oposição, se transforma em furor impetuoso: o ciúme desperta com o amor, a discórdia triunfa e a mais doce das paixões recebe sacrifícios de sangue humano.

À medida que as percepções e os sentimentos se sucedem, que o espírito e o coração se exercitam, o gênero humano continua a se domesticar, as ligações se estendem e os laços se apertam. Adquire-se o hábito de se reunir diante de uma grande árvore ou em torno de suas próprias cabanas, o canto e a dança, diz Rousseau, filhos ócio e do amor, tornam-se apenas alegria, ou antes, ocupação dos homens e das mulheres ociosos e agrupados. Segundo ele, o começo é o olhar, cada um começa a mirar os outros e a desejar o mesmo por sua vez, sendo que, ressalta Jean-Jacques, a estima pública tem um preço. Na sua percepção, aquele que canta ou dança melhor, o mais belo, o mais forte, o mais destro ou o mais eloquente, torna-se o mais considerado, o mais vaidoso.

Segundo Rousseau, foi esse o primeiro passo para a desigualdade e para o vício, ao mesmo tempo em que, dessas primeiras preferências, nasceram, de um lado, a vaidade e o desprezo e, de outro, a vergonha e a inveja. A fermentação causada por esses novos fermentos produziu, enfim, compostos funestos à felicidade e à inocência.

O cidadão de Genebra retrata o processo de construção dos valores e da moral pelos homens e como, aos poucos, eles passaram a se fragmentar como sujeitos individuais e, ao mesmo tempo, a constituir uma sociedade com base nesta fragmentação: ao produzir sentimentos de vaidade e desprezo, de vergonha e inveja, os humanos continuaram potencializando-os na sua relação com os outros, afirma incisivamente.

Desse modo, tão logo os homens começaram a se apreciar mutuamente, a noção do elogio se formou em seu espírito, cada um pretendeu ter direito a ela e não foi mais possível faltar com ela impunemente a ninguém. Daí surgiram os primeiros deveres de civilidade, mesmo entre os homens da natureza e daí, qualquer falta voluntária tornou-se uma ofensa muito grave porque, com o mal que resultava da injúria, o ofendido via nela também o desprezo à sua

pessoa, muitas vezes mais insuportável do que o próprio mal. Foi assim que, punindo cada qual o desprezo que se lhe testemunhou de maneira proporcionada ao juízo que de si mesmo fazia, as vinganças se tornaram terríveis, e os homens sanguinários e cruéis. Eis, precisamente, o grau a que tinha chegado a maior parte dos homens que nos são conhecidos. Segundo Rousseau, foi por não terem distinguido suficientemente as ideias e notado como esses povos já estavam longe do primeiro estado de natureza, que muitos se apressaram em concluir que o homem é naturalmente cruel e tem necessidade de polícia para abrandá-lo.

Ao passo que não há nada tão doce como o homem em seu estado primitivo, quando, colocado pela natureza a distâncias iguais da estupidez dos brutos e das luzes funestas do homem civilizado, e limitado, igualmente, pelo instinto e pela razão, a se preservar do mal que o ameaça, é impedido pela piedade natural de fazer mal a quem quer que seja, não sendo por nada levado a isso, mesmo depois de o ter recebido.

Eis as faculdades humanas desenvolvidas, a memória e a imaginação em jogo, o amor-próprio interessado, a razão tornada ativa, e o espírito chegado quase ao termo da perfeição de que é suscetível. Eis as qualidades naturais postas em ação, o lugar e a sorte estabelecidos de cada homem, não somente sobre a quantidade dos bens e o poder de servir ou de prejudicar, mas sobre o espírito, a beleza, a força ou a habilidade, sobre o mérito ou os talentos e, sendo essas qualidades as únicas que podiam atrair a consideração, logo foi preciso tê-las ou ativá-las.

Foi preciso, para vantagem própria, mostrar-se diferente daquilo que se era de fato. Ser e parecer tornaram-se duas coisas inteiramente diferentes e, dessa distinção, surgiram o fausto imponente, a astúcia enganadora e todos os vícios que constituem o seu cortejo.

Por outro lado, de livre e independente que era o homem outrora, eis que, por uma multidão de novas necessidades, ele está submetido, por assim dizer, a toda a natureza e, principalmente, a todos os seus semelhantes, dos quais se torna escravo em certo sentido, mesmo se tornando seu senhor: rico, tem necessidade dos seus serviços, pobre, tem necessidade de seu auxílio e a mediocridade não o põe em estado de passar sem eles.

É preciso, pois, que procure sem cessar interessá-los por sua sorte, e fazer-lhes encontrar, de fato ou em aparência, o próprio proveito em trabalhar para ele. Isso o torna enganador e artificioso com uns, imperioso e duro com outros e o põe na necessidade de abusar de todos

aqueles de que precisa, quando não pode se fazer temer e quando não é do seu interesse servi-los utilmente.

Enfim, a ambição devoradora, o ardor de fazer fortuna relativa, menos por verdadeira necessidade do que para se colocar acima dos outros, inspira a todos os homens uma tendência a se prejudicarem mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa quanto, para dar o golpe com mais segurança, toma muitas vezes a máscara de benevolência. Em uma palavra, concorrência e rivalidade de uma parte, de outra, oposição de interesses e sempre o desejo oculto de tirar proveito à custa de outrem: todos esses males constituem o primeiro efeito da propriedade e o cortejo inseparável da desigualdade nascente.

Segundo Jean-Jacques, antes de terem sido inventados os sinais representativos da riqueza, elas (as riquezas) só podiam consistir em terras e em animais, os únicos bens reais que os homens poderiam possuir. Para o filósofo, quando as heranças foram crescendo em número e em extensão, a ponto de cobrirem o solo inteiro e se tocarem todas, umas não puderam mais crescer senão à custa de outras e os extranumerários, que a fraqueza ou a indolência tinham impedido de adquiri-las por sua vez, tornados pobres sem ter perdido nada, porque, tudo mudando em torno deles, só eles não tinham mudado, foram obrigados a receber ou a roubar a subsistência das mãos dos ricos. Daí, começaram a nascer, segundo os diversos caracteres de uns e de outros, a dominação e a servidão, ou a violência e as rapinas.

De acordo com Rousseau, os ricos, por seu turno, mal conheceram o prazer de dominar, desdenharam em breve os outros e, servindo-se dos seus antigos escravos para submeter novos, não pensaram senão em subjugar e escravizar os vizinhos. Os ricos – usando aqui uma imagem rousseauniana – eram como lobos esfaimados que, tendo experimentado a carne humana, desdenham qualquer outra nutrição e não querem mais devorar senão homens.

Assim, os mais poderosos ou os mais miseráveis, fazendo de suas forças ou de suas necessidades uma espécie de direito ao bem de outrem, equivalente, segundo eles, ao da propriedade, romperam a igualdade estabelecida, seguindo-se a mais horrível desordem. Desde então, as usurpações dos ricos, os assaltos dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, sufocando a piedade natural e a voz ainda mais fraca da justiça, tornaram os homens avarentos, ambiciosos e maus.

A cadeia sucessiva de opressão pode ser observada na vida cotidiana, ainda hoje, no ano de 2008. Assim como se percebe um professor doutor, numa academia, massacrar um estudante, um mestre de obras massacra o pedreiro, um presidente de uma empresa massacra o operário, um porteiro massacra o visitante, que massacra todos ao seu redor...

Rousseau afirma que se levantava, entre o direito do mais forte e o direito do primeiro ocupante, um conflito perpétuo que só terminava por meio de combates e morticínios. A sociedade nascente foi praça do mais horrível estado de guerra: o gênero humano, aviltado e desolado, não podendo mais voltar atrás, nem renunciar às infelizes aquisições já obtidas, e não trabalhando senão para a sua vergonha pelo abuso das faculdades que o honram, também se colocou, como dito por ele mesmo, de forma contundente, na véspera de sua ruína.

Diante disso, pontua Jean-Jacques, comumente acredita-se que os homens são maus, uma triste e contínua experiência dispensa a prova. Entretanto, para ele, o homem é naturalmente bom. Pergunta o filósofo: – Que será, pois, que o pode ter depravado a esse ponto, senão as mudanças sobrevindas na sua constituição, os progressos que fez e os conhecimentos que adquiriu?

O homem natural, quando acabou de comer, está em paz com a natureza, e é amigo dos seus semelhantes. Se, algumas vezes, tem de disputar seu alimento, não chega nunca ao extremo sem ter antes comparado a dificuldade de vencer com a de encontrar noutra lugar sua subsistência e, como o orgulho não se mistura ao combate, ele termina por alguns socos. O vencedor come, o vencido vai procurar fortuna noutra parte e tudo está pacificado.

Com o homem da sociedade, é tudo bem diferente. Segundo pensa, trata, primeiramente, de prover o necessário, depois, o supérfluo. Em seguida, vêm as delícias, depois as imensas riquezas e depois súditos e escravos. Não há um momento de descanso. O que há de mais original é que, quanto menos as necessidades são naturais e prementes, tanto mais as paixões aumentam, e o que é pior, o poder de as satisfazer. De sorte que, após longas prosperidades, depois de haver devorado muitos tesouros e desolado muitos homens, acabará por tudo arruinar, até que seja o único senhor do universo. Tal é, abreviadamente, o quadro moral, senão da vida humana, pelo menos das pretensões secretas do coração de todo homem civilizado.

É preciso notar que a sociedade começada e as relações já estabelecidas entre os homens exigiam deles qualidades diferentes das que tinham em sua constituição primitiva: a moralidade começava a se introduzir nas ações humanas e cada um, antes das leis, era único juiz e vingador das afrontas recebidas; a bondade, conveniente ao puro estado de natureza, não era mais a que convinha à sociedade nascente; era preciso que as punições se tornassem mais severas à medida que as ocasiões de ofender se tornassem mais frequentes e que ao terror das vinganças cabia fazer as vezes do freio das leis.

Assim, embora os homens se tivessem tornado menos tolerantes, e a piedade natural já tivesse sofrido certa alteração, esse período do desenvolvimento das faculdades humanas, guardando um justo meio entre a intolerância do estado de natureza e a petulante atividade do amor-próprio, para o filósofo do século XVIII, devia ser a época mais feliz e mais durável. Quanto mais se reflete sobre isso, mais se acha que esse estado era o menos sujeito às revoluções, o melhor para o homem, e do qual ele só teve de sair por um funesto acaso, que, para a utilidade comum, nunca deveria ter acontecido.

O exemplo dos homens que estiveram quase todos nesse estado parece confirmar que o gênero humano fora feito para nele ficar sempre; que foi essa a verdadeira juventude do mundo e que todos os progressos ulteriores foram, aparentemente, outros tantos passos para a perfeição do indivíduo, mas, de fato, para a decrepitude da espécie, conclui em tom categórico o autor de *Emílio*.

Na percepção de Rousseau, enquanto os homens se contentaram com as suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a coser suas roupas de peles com espinhos ou arestas de pau, a se enfeitarem com plumas e conchas, a pintar o corpo de diversas cores, a aperfeiçoar ou embelezar os seus arcos e flechas, a talhar com pedras cortantes algumas canoas de pesca ou grosseiros instrumentos de música, em uma palavra, enquanto se aplicaram exclusivamente a obras que um só podia fazer e a artes que não necessitavam o concurso de muitas mãos, viveram livres, sãos, bons e felizes, tanto quanto podiam ser pela sua natureza, e continuaram a gozar entre si das doçuras de uma convivência independente.

Entretanto, segundo ele, desde o instante que um homem teve necessidade do socorro de outro, desde que percebeu que era útil a um só ter estoques de coisas e alimentos para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade se introduziu, o trabalho tornou-se necessário e, como

descreve Rousseau, as vastas florestas se transformaram em campos risonhos, que foi preciso regar com o suor dos homens, e nos quais, em breve, se viram germinar a escravidão e a miséria a crescer com as colheitas.

Antevisão do processo de desmatamento florestal, antevisão do processo degenerativo ao qual estão submetidos os seres humanos na atualidade. Salve-se quem puder! Eis a máxima do século! Vivem-se dias difíceis no Planeta Terra. Tratados e mais tratados são previstos para tentar remediar o mal causado à sobrevivência da espécie humana, porém sem resultados eficazes. Quantas árvores são derrubadas para a criação e o abate de carne bovina. Quantas florestas são desmatadas para, em seu lugar, um 'proprietário' explorar as belezas naturais do lugar, escravizando pessoas e acumulando fortunas...

Ao fazer o exercício proposto por Rousseau, isto é, estabelecer um paralelo, sem preconceitos, entre o estado do homem civilizado e o do homem natural, investigando como além da sua maldade, suas necessidades e suas misérias, observa-se que o primeiro abriu novas portas à miséria e à morte. Se forem considerados ainda os sofrimentos do espírito que os consomem, as paixões violentas que os esgotam e os desolam, os trabalhos excessivos de que os pobres estão sobrecarregados, a moleza ainda mais perigosa à qual os ricos se abandonam, uns morrendo de necessidades e outros de excessos; se forem pensadas as misturas de alimentos, na sua perniciosa condimentação, nos alimentos corrompidos, nas drogas falsificadas, nas patifarias dos que as vendem, nos erros daqueles que as administram, no veneno do vasilhame no qual são preparadas; se for prestada atenção nas moléstias epidêmicas oriundas da falta de ar entre multidões de seres humanos reunidos, nas que ocasionam a maneira delicada do viver, as passagens alternadas de casas para o ar livre, o uso de roupas vestidas ou despidas sem precauções e todos os cuidados que a sensualidade excessiva transformou em hábitos necessários, cuja negligência ou privação nos custa imediatamente a vida ou a saúde; se forem acrescentados aí os incêndios e os tremores de terra que, consumindo ou derrubando cidades inteiras, fazem morrer muitos habitantes; em uma palavra, se forem reunidos os perigos que essas causas acumulam continuamente sobre as cabeças de todos, concordar-se-á com Jean-Jacques, a natureza faz pagar caro o desprezo que se tem dado às suas lições.

Considerando as *causas estranhas* que levaram os homens a seguir o caminho da deterioração do seu estado de natureza, percebe-se a necessidade de estabelecer regulamentos e leis. Essa,

então, seria a saída encontrada por Rousseau para preservar a espécie? Os homens somente serão capazes de viver juntos se forem submetidos não aos seus vícios e caprichos, mas às leis. Mais uma vez, ressalta-se o desafio de, numa sociedade corrompida, portanto, de homens corrompidos, há de se estabelecer uma legislação que privilegie o bem comum? Considera-se que há, nesse ponto, obscuridade na filosofia educacional de Jean-Jacques.

Necessidades da comuna expressadas em leis e normas? Uma questão, então, a ser equacionada: quem será aquele capaz de expressar em leis que tenham apenas um único sentido capaz de resguardar os interesses comuns? Para Rousseau, o magistrado? Não seria o próprio corpo coletivo reunido, efetivamente capaz de resguardar o interesse comum mediante a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, tais como: gravador, filmagens, registros escritos? Uma lei precisa ser, além de criada para resguardar o interesse comum, registrada não somente em forma escrita, mas oral e digitalizada. Por outro lado, os magistrados, na perspectiva rousseuniana, são uma entidade superior? E as leis são perfeitas, isentas de interpretações? Não tem aí uma idealização em torno do humano ou de um paraíso perdido?

De qualquer modo, a contribuição de Rousseau é inegável. Com ele, há uma possibilidade de refletir com radicalidade sobre algumas questões relacionadas à formação humana e, por conseguinte, da sociedade, na tentativa de trazer à consciência os elementos vitais para a preservação da espécie.

5.1 Da formação do homem e do cidadão

Rousseau, estabelecendo uma relação entre o homem da natureza e o homem civil, destaca que, como um corcel indômito, que eriça as crinas, escarva o chão e se debate impetuosamente à simples aproximação do freio, ao passo que um cavalo domesticado sofre pacientemente o chicote e a espora, o homem da natureza não dobra a cabeça ao jugo que o homem civilizado suporta sem murmurar, e prefere a mais tempestuosa liberdade a uma submissão tranquila.

Acredita o pensador que não se deve julgar as disposições naturais do homem pró ou contra a servidão pelo aviltamento dos povos subjugados, mas pelos prodígios que fizeram os povos livres para sair da opressão. Ele acredita que os primeiros não fazem senão gabar sem cessar a paz e o repouso de que gozam nos seus ferros, mas, quando se observa os outros sacrificarem

os prazeres, o repouso, a riqueza, o poder e a própria vida à conservação do único bem tão desdenhado por aqueles que o perderam; quando se observa animais nascidos livres e, abominando o cativo, quebrarem a cabeça contra as grades da prisão; quando se observa multidões de homens completamente nus desprezar as voluptuosidades europeias, e arrostar a fome, o fogo, o ferro e a morte, para não conservar senão a sua independência, Rousseau diz perceber que não compete a escravos raciocinar sobre a liberdade, a não ser na ótica do opressor. Questiona-se: é isso mesmo? Não compete a escravos raciocinar sobre a liberdade? De um certo modo, é incompreensível a sua posição.

Na visão de Rousseau, pela lei de natureza, o pai não é o senhor do filho senão enquanto o seu auxílio lhe é necessário. Passando esse termo, tornam-se iguais, então o filho, perfeitamente independente do pai, só lhe deve respeito e não obediência, porque o reconhecimento é bem um dever que é preciso cumprir, mas não um direito que se possa exigir. Em vez de se dizer que a sociedade civil deriva do poder paternal, é preciso dizer, ao contrário, que é dela que esse poder tira a sua principal força.

Mas, segundo crê o filósofo genebrino, mesmo que os homens pudessem alienar seus bens e sua liberdade, a diferença seria muito grande para os filhos, que não gozam dos bens do pai senão pela transmissão do seu direito. Rousseau acrescenta que, sendo a liberdade, ao contrário, um dom que recebem da natureza na qualidade de homens, seus pais nenhum direito têm de os despojar. De sorte que, como para estabelecer a escravidão foi preciso fazer violência à natureza, também foi preciso mudá-la para perpetuar esse direito: e os juristas que pronunciaram gravemente que o filho de um escravo nasceria escravo decidiram, em outros termos, que um homem não nasceria homem.

Rousseau apresenta duas possibilidades para a saída dessa cadeia sucessiva de massacres e opressão. Para os céticos, recomenda retirar-se do convívio social e se perder nas florestas. Para os homens como ele, pelo exercício das virtudes, recomenda praticar aprendendo a conhecê-las, respeitando os laços das sociedades e amando seus semelhantes, servir com todo o seu poder e obedecer escrupulosamente às leis e aos homens...

Oh! vós, a quem a voz celeste não se fez ouvir e que não reconheceis para vossa espécie outro destino senão o de terminar em paz esta curta vida; vós, que podeis deixar no meio das cidades vossas funestas aquisições, vossos espíritos inquietos, vossos corações corrompidos e vossos desejos desenfreados, retomai, pois que depende de vós, vossa antiga e primeira inocência, ide para os bosques esquecer o espetáculo e a memória dos crimes dos

vossos contemporâneos e não temais aviltar vossa espécie renunciando às suas luzes para renunciar aos seus vícios. Quanto aos homens semelhantes a mim, cujas paixões destruíram para sempre a simplicidade original, que não podem mais alimentar-se de ervas e de bolotas, nem viver sem leis e sem chefes; aqueles que foram honrados, na pessoa de seu primeiro pai, por lições sobrenaturais; aqueles que verão, na intenção de dar inicialmente às ações humanas uma moralidade que não adquiriram ao fim de muito tempo, a razão de um preceito indiferente em si mesmo e inexplicável por qualquer outro sistema, em uma palavra, aqueles que estão convencidos de ter a voz divina chamado todo o gênero humano às luzes e à felicidade das inteligências celestes – todos esses, pelo exercício das virtudes que se obrigam a praticar ao aprender a conhecê-las, esforçar-se-ão por merecer o prêmio eterno que devem esperar; respeitarão os sagrados laços das sociedades de que são membros; amarão seus semelhantes e os servirão com todas as suas forças; obedecerão escrupulosamente às leis e aos homens que são os seus autores e ministros; honrarão, sobretudo, os bons e sábios príncipes que saberão prevenir, sanar ou paliar essa chusma de abusos e de males sempre prontos oprimir-nos; animarão o zelo desses chefes dignos mostrando-lhes, sem temor e sem adulação, a grandeza de sua tarefa e a austeridade de seu dever, mas nem por isso desprezarão menos uma constituição que só pode manter-se com o auxílio de tantas pessoas respeitáveis, que mais frequentemente se deseja ter do que de fato se obtém e da qual, malgrado todos os seus cuidados, nascem sempre mais calamidades reais do que vantagens aparentes. (ROUSSEAU, 1973, p. 301-302)

O filósofo genebrino afirma que, se seguir o progresso da desigualdade nessas diferentes revoluções, qualquer um verá que o estabelecimento da lei e do direito de propriedade foi seu primeiro termo, a instituição da magistratura o segundo, e que o terceiro e último foi a mudança do poder legítimo em poder arbitrário. De sorte que a condição de rico e de pobre foi autorizada pela primeira época, a de poderoso e de fraco pela segunda e, pela terceira, a de senhor e de escravo, que é o último grau de desigualdade, o termo ao qual chegam finalmente todos os outros, até que novas revoluções dissolvem completamente o governo ou o aproximam da instituição legítima.

Para Rousseau, seria fácil provar que todo governo que, sem se corromper nem se alterar, marchasse sempre exatamente segundo o fim de sua instituição, teria sido instaurado sem necessidade, e que um país no qual ninguém frustrasse as leis e não abusasse da magistratura não teria necessidade nem de magistrados nem de leis. Segundo ele, as distinções políticas conduzem necessariamente às distinções civis.

Na sua perspectiva, a desigualdade crescente entre o povo e seus chefes fez-se logo sentir entre os particulares, entre eles se modificando de várias maneiras, segundo as paixões, os talentos e as ocorrências. O magistrado não poderia usurpar um poder ilegítimo sem o auxílio de criaturas às quais é forçado a ceder alguma parte. Aliás, acrescenta Rousseau, os cidadãos só se deixam oprimir na medida em que são arrastados por uma cega ambição e, olhando mais abaixo do que acima deles, a dominação torna-se-lhes mais cara do que a independência,

em quem consente em carregar cadeias para poder distribuí-las por sua vez. É muito difícil reduzir à obediência aquele que não procura mandar, e o político mais hábil não conseguiria sujeitar homens que só quisessem ser livres.

No estado de natureza as coisas poderiam ter ficado iguais, se os talentos fossem iguais e se, por exemplo, o emprego do ferro e o consumo dos alimentos tivessem feito sempre uma balança exata, mas a proporção que ninguém mantinha foi logo rompida: o mais forte fazia mais tarefas; o mais destro tirava melhor partido da sua; o mais engenhoso encontrava meios de abreviar o trabalho; o lavrador tinha mais necessidade de ferro, ou o ferreiro mais necessidade de trigo e, trabalhando igualmente, um ganhava muito, enquanto outro mal podia viver. É assim que a desigualdade natural se desenvolve insensivelmente com a de desigualdade de ‘combinação’, e que as diferenças dos homens, desenvolvidas pelas das circunstâncias, se tornam mais sensíveis, mais permanentes nos seus efeitos e começam a influir na mesma proporção sobre a sorte dos particulares, ressalta Rousseau.

Não é possível que os homens não tivessem feito, enfim, reflexões sobre uma situação tão miserável e sobre as calamidades que os afligiam, reflete o filósofo. Para ele, os ricos, principalmente, deviam sentir como lhes era desvantajosa uma guerra perpétua cujas despesas só eles faziam, e na qual o risco de vida era comum, assim como o dos bens particulares. Aliás, segundo ele, se alguma vez, podiam dar às suas usurpações, sentiam bastante que não eram estabelecidas senão sobre um direito precário e abusivo, e que, só tendo sido adquiridas pela força, esta as podia tirar sem que tivessem razão de se lastimar.

Rousseau afirma que, destituído de razões válidas para se justificar e de forças suficientes para se defender, esmagando facilmente um particular, mas esmagado ele mesmo por tropas de bandidos, só contra todos, e não podendo, por causa das rivalidades mútuas, unir-se com seus iguais contra inimigos unidos pela esperança comum da pilhagem, o rico, pela necessidade, concebeu enfim o projeto mais refletido que jamais entrara no espírito humano: o de empregar em seu favor as próprias forças daqueles que o atacavam, de tornar seus defensores os seus adversários, de lhes inspirar outras máximas e de lhes dar outras instituições que lhes fossem tão favoráveis quanto contrário lhes era o direito natural.

Segundo o cidadão de Genebra, tendo isso em vista, depois de expor aos seus vizinhos o horror de uma situação que os armava uns contra os outros, que lhes tornava as paixões tão

onerosas quanto as suas necessidades, e na qual ninguém se sentia em segurança nem na pobreza nem na riqueza, o rico inventou facilmente razões para os conduzir ao seu objetivo, proferindo o seguinte:

"Unamo-nos", disse-lhes, "para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence; instituamos regulamentos de justiça e de paz, aos quais todos sejam obrigados a conformar-se, que não abram exceção para ninguém e que, submetendo igualmente a deveres mútuos o poderoso e o fraco, reparem de certo modo os caprichos da fortuna. Em uma palavra, em lugar de voltar nossas forças contra nós mesmos, reunamo-nos num poder supremo que nos governe segundo sábias leis, que protejam e defendam todos os membros da associação, expulsem os inimigos comuns e nos mantenham em uma concórdia eterna." (ROUSSEAU, 1973, p. 274-275)

Rousseau acredita que foi preciso muito menos que o equivalente a esse discurso para arrastar homens grosseiros, fáceis de seduzir, que, aliás, tinham muitos negócios que resolver entre si para poder passar sem árbitros e muita avareza e ambição para poder passar muito tempo sem senhores. Segundo ele, todos correram para as suas cadeias de ferro, acreditando assegurar a própria liberdade porque, com bastante razão para sentir as vantagens de um estabelecimento público, não tinham bastante experiência para prever os perigos que daí adviriam. Os mais capazes de pressentir os abusos eram precisamente aqueles que contavam tirar partido deles e os próprios sábios viram que era preciso se resolverem, a sacrificar uma parte de sua liberdade para a conservação da outra, como um ferido deixa que lhe cortem um braço para salvar o resto do corpo.

Na sua percepção, tal foi ou deve ter sido a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram sem remédio a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, de uma astuta usurpação fizeram um direito irrevogável e, para proveito de alguns ambiciosos, sujeitaram para o futuro todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria.

Com Rousseau, vê-se facilmente como o estabelecimento de uma única sociedade tornou indispensável o de outras e como, para fazer face a forças unidas, foi preciso se unirem por sua vez. Para ele, as sociedades, multiplicando-se ou estendendo-se rapidamente, cobriram logo a superfície da Terra. Segundo pensa o filósofo do século das luzes, não mais se encontraria um só canto do universo onde fosse possível se livrar do jugo e subtrair a cabeça à espada, muitas vezes mal conduzida, que cada homem vê suspensa sobre a sua. Tendo o direito civil se tornado assim a regra comum dos cidadãos, a lei de natureza não vigorou mais senão entre as diversas sociedades, nas quais, sob o nome de direito das gentes, foi moderada por algumas convenções tácitas para tornar o comércio possível e suprir a comiserção

natural, que, perdendo de sociedade em sociedade quase toda a força que tinha de homem para homem, não reside mais senão nas grandes almas cosmopolitas que transpõem as barreiras imaginárias que separam os povos e que, a exemplo do Ser soberano que as criou, abraçam todo o gênero humano na sua benevolência.

De acordo com Jean-Jacques Rousseau, os corpos políticos, ficando assim entre si no estado de natureza, ressentiram-se dos inconvenientes que haviam forçado os particulares a deles saírem, e esse estado se torna ainda mais funesto entre esses grandes corpos do que o era antes entre os indivíduos de que se compunham. Daí saíram as guerras nacionais, as batalhas, os assassínios, as represálias, que fazem estremecer a natureza e chocam a razão, e todos esses preconceitos horríveis que colocam na categoria das virtudes a honra de derramar o sangue humano. A gente mais honesta aprendeu a contar entre os seus deveres o de cortar o pescoço dos semelhantes; tem-se visto, enfim, os homens se massacrarem sem saberem porque e cometerem mais assassínios em um só dia de combate e mais horrores na tomada de uma só cidade do que no estado de natureza, durante séculos inteiros, sobre a superfície da Terra. Tais são os primeiros efeitos entrevistos na divisão do gênero humano em diferentes sociedades.

Rousseau salienta que, sem entrar nas pesquisas que ainda estão por fazer sobre a natureza do pacto fundamental de todo governo, ele se limita a considerar o estabelecimento do corpo político como um verdadeiro contrato entre o povo e os chefes que este escolhe. Contrato em que, segundo ele, as duas partes se obrigam à observância das leis nele estipuladas e que formam os laços da sua união. Tendo o povo, relativamente às relações sociais, reunido as suas vontades em uma só, os artigos sobre os quais essa vontade se explica se tornam outras tantas leis fundamentais que se aplicam sobre os membros do Estado, sem exceção e uma delas regula e escolhe o poder dos magistrados encarregados de velar pela execução das outras. Esse poder se estende a tudo o que pode manter a Constituição, sem ir ao ponto de mudá-la. Acrescenta-se a isso honras que tornam respeitáveis as leis e os seus ministros e, para estes pessoalmente, prerrogativas que os compensam dos penosos trabalhos, que custa uma boa administração. O magistrado, de seu lado, se obriga a não usar do poder que lhe é confiado, a manter cada um no gozo pacífico do que lhe pertence e a preferir, em qualquer ocasião, a utilidade pública ao seu interesse próprio. No entanto, resta perguntar: onde encontrar um magistrado numa sociedade de homens corrompidos? É preciso, antes, educar os ricos a serem solidários e justos?!

Mesmo que o governo não se envolvesse nas espécies de desigualdades: natural ou física – estabelecidas pela natureza, e moral ou política – autorizadas pelo consentimento dos homens, consistindo nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, ou seja, alguns serem mais ricos, mais poderosos, mais homenageados e fazerem-se obedecer, Rousseau afirma que a desigualdade de crédito e de autoridade se tornaria inevitável entre os particulares, logo que, reunidos em uma mesma sociedade, são forçados a se comparar entre si e a ter em conta as diferenças encontradas no uso contínuo que fazem uns dos outros. Essas diferenças são de muitas espécies, mas, em geral, a riqueza, a nobreza ou a posição, o poder e o mérito pessoal são as principais distinções pelas quais as pessoas se medem nas sociedades. Com isso provaria que o acordo ou o conflito dessas forças diversas é a indicação mais segura de um Estado bem ou mal constituído.

Para o filósofo genebrino, entre essas espécies de desigualdades – a riqueza, a nobreza ou a posição, o poder e o mérito pessoal –, sendo as qualidades pessoais a origem das outras, a riqueza é a última à qual se reduzem por fim, porque, sendo a mais imediatamente útil ao bem estar e a mais fácil de comunicar, dela os homens se servem facilmente para comprar todo o resto. A sua observação evidencia como exatamente eles se afastaram de sua instituição primitiva e do caminho que fizeram para o termo extremo da corrupção. No seu texto, observa-se que o desejo universal de reputação, de honras e de preferências que devora os homens, exerce e compara os talentos e as forças; quanto excita e multiplica as paixões e quanto, tornando os homens concorrentes, rivais, ou antes, inimigos, causa diariamente reveses, sucessos e catástrofes de toda espécie, fazendo tantos pretendentes entrarem num mesmo combate.

Rousseau mostrou ainda que o ardor de falar de si, o furor de se distinguir, coloca o homem quase sempre fora dele mesmo, que se deve o que há de melhor e de pior: as virtudes e os vícios, as ciências e erros, os conquistadores e os filósofos, isto é, uma multidão de más coisas sobre um pequeno número de boas. Evidenciou, finalmente, que se vê um punhado de poderosos e de ricos no alto das grandezas e da fortuna, enquanto a multidão rasteja na obscuridade e na miséria, isto porque os primeiros só estimam as coisas de que gozam na medida em que os outros delas são privados porque, sem mudar de estado, cessariam de ser felizes se o povo cessasse de ser miserável.

Ao mesmo tempo, Rousseau tem consciência que esses detalhes constituiriam, por si, matéria de uma obra considerável, na qual se pesariam as vantagens e os inconvenientes de todo governo, relativamente aos direitos do estado de natureza, e na qual se desvendariam as faces diferentes sob as quais a desigualdade se mostrou até o dia de hoje e poderá-se mostrar, nos séculos futuros, segundo a natureza desses governos e as revoluções que o tempo trará necessariamente. Ver-se-ia a multidão oprimida, internamente, em virtude das próprias precauções tomadas contra o que a ameaçava no exterior; ver-se-ia a opressão crescer continuamente, sem que os oprimidos pudessem jamais saber que termo teria, nem que meios legítimos lhes restariam para contê-la; ver-se-iam os direitos dos cidadãos e as liberdades nacionais se extinguírem pouco a pouco, e as reclamações dos fracos serem consideradas como murmúrios sediciosos; ver-se-ia a política restringir a uma porção mercenária do povo a honra de defender a causa comum; ver-se-ia surgir daí a necessidade dos impostos, o lavrador desanimado abandonar o campo, mesmo durante a paz, e deixar a agricultura para cingir a espada; ver-se-iam os defensores da pátria cedo ou tarde tornarem-se seus inimigos, segurando sem cessar o punhal levantado contra os seus concidadãos; e viria um tempo em que os ouviríamos dizer ao opressor de seu país.

Da extrema desigualdade das condições e das fortunas, da diversidade das paixões e dos talentos, das artes inúteis, das artes perniciosas, das ciências frívolas, saíram multidões de preconceitos igualmente contrários à razão, à felicidade e à virtude: ver-se-ia fomentar pelos chefes tudo o que pode enfraquecer homens reunidos desunindo-os, tudo o que pode dar à sociedade um ar de concórdia aparente e nela semear um germe de divisão real, tudo o que pode inspirar às diferentes ordens uma desconfiança e um ódio mútuo pela oposição dos seus direitos e dos seus interesses, e fortificar, por conseguinte, o poder que os contém a todos. É do seio dessa desordem e dessas revoluções que o despotismo, levantando gradativamente a cabeça hedionda, e devorando o que teria percebido de bom e de são em qualquer parte do Estado, conseguiria finalmente calcar aos pés as leis e o povo, e se estabelecer sobre as ruínas da república. Os tempos que precederiam essa última mudança seriam tempos de perturbações e calamidades; mas, por fim, tudo seria engolido pelo monstro, e os povos não teriam mais chefes nem leis, porém tiranos exclusivamente. Desde esse instante, também não se trataria de costumes e virtudes: porquanto, por onde reina o despotismo, não suporta nenhum outro senhor; desde que ele fala, não há proibidade nem dever que consultar, e a mais cega obediência é a única virtude que resta aos escravos, finaliza contundentemente Jean-Jacques.

Além disso, Rousseau sinaliza que aqui está o último termo da desigualdade e o ponto extremo que fecha o círculo e toca no ponto de onde partiu. É aqui, segundo ele, que os particulares voltam a ser iguais, porque nada são, e os súditos, não tendo mais outra lei senão a vontade do senhor, nem o senhor outra regra senão as suas paixões, as noções do bem e os princípios da justiça desaparecem de ora em diante. É aqui que se conduz exclusivamente à lei do mais forte e, por conseguinte, a um novo estado de natureza diferente daquele pelo qual se começou, sendo que um era o estado de natureza na sua pureza, e este último é o fruto de um excesso de corrupção. Para ele, há tão pouca diferença entre esses dois estados, e o contrato de governo é de tal modo dissolvido pelo despotismo, que o déspota não é senhor senão durante o tempo em que é o mais forte e, logo que o podem expulsar, não tem que reclamar contra a violência.

Descobrimo e seguindo assim as estradas esquecidas e perdidas que, do estado natural, segundo Rousseau, deviam ter conduzido o homem ao outro estado, restabelecendo, com as posições intermediárias aqui registradas, as que o tempo limitado o fez suprimir, ou que a imaginação o sugeriu, se por um lado, observa-se a distância imensa que separa os dois estados, o natural e o civil, por outro é nessa lenta sucessão de coisas que se verá a solução de uma infinidade de problemas de moral e de política que não se pode resolver.

LIVRO II – A CRIANÇA, OU DO MITO DO HOMEM NATURAL

Dos seres humanos, ele só conhece a si mesmo, e mesmo assim está bem longe de se conhecer; mas, se faz poucos juízos sobre a sua pessoa, pelo menos só faz juízos corretos. Ignora qual seja o lugar dos outros, mas sente o seu e nele se mantém. No lugar das leis sociais que ele não pode conhecer, atamo-lo às cadeias da necessidade. (ROUSSEAU, 1999, p. 237)

Ele se examina sem prestar atenção aos outros e acha bom que os outros não pensem nele. Nada exige de ninguém e nada crê dever a ninguém; está sozinho na sociedade e só conta consigo mesmo. Também tem direito, mais do que qualquer outro, de contar consigo mesmo, pois ele é tudo o que se pode ser na sua idade. Não tem erros, ou só tem os que são inevitáveis; não tem vícios, ou só tem aqueles de que nenhum homem pode proteger-se. Tem o corpo sadio, os membros ágeis, o espírito justo e sem preconceitos, o coração livre e sem paixões. (ROUSSEAU, 1999, p. 269-270)

Mas considerai primeiro que, querendo formar o homem da natureza, não se trata por isso de fazer dele um selvagem e de relegá-lo ao fundo dos bosques, mas, envolvido no turbilhão social, basta que ele não se deixe arrastar nem pelas paixões nem pelas opiniões dos homens; veja ele pelos seus olhos, sinta pelo seu coração; não o governe nenhuma autoridade, exceto a de sua própria razão. Nessa posição, os frequentes sentimentos de que é afetado, os diversos meios de satisfazer suas necessidades reais devem dar-lhe muitas ideias que ele nunca teria, ou que teria adquirido mais lentamente. (ROUSSEAU, 1999, p. 339)

6. PREÂMBULO, OU DA CRIANÇA EM ESTADO DE NATUREZA

Os primeiros deveres da criança, afirma Rousseau, são para consigo mesma e seus sentimentos primitivos se concentram em si mesma, tal qual o homem em estado natural. Acredita o filósofo que os seus movimentos se relacionam, primeiramente, com a sua conservação e o seu bem-estar.

[...] nada pode sobre ela a opinião; seus desejos não vão mais longe do que seus braços; não apenas pode bastar a si mesma como também tem mais forças do que precisa; é o único tempo de sua vida em que isso acontecerá. (ROUSSEAU, 1999, p. 202)

Portanto, as características essenciais do homem em estado de natureza, tais como: agilidade, vigor, robustez, constituição excelente, ociosidade, desprezo para o trabalho contínuo, solitude, inocência, puramente instinto – como os outros animais, porém com a vantagem de ser dotado da capacidade de se aperfeiçoar – são observadas na criança que, assim como o homem natural, não é egoísta nem ambicioso, não adquiriu vaidade de posse e, considerando que ainda não descobriu o outro, não é altruísta...

Jean-Jacques adianta que o meio de conservar a inocência da criança é que todos os que a rodeiam respeitem e amem a sua inocência. Sem isso, pontua o filósofo, a circunspeção que se usar para com ela desmentir-se-á mais cedo ou mais tarde; um sorriso, um piscar de olhos, um gesto que escapa contam-lhes tudo o que se procura calar-lhes... Além disso, ele prescreve o seguinte:

Transformemos nossas sensações em ideias, mas não saltemos de repente dos objetos sensíveis para os objetos intelectuais. É pelos primeiros que devemos chegar aos outros. Nas primeiras operações do espírito, sejam os sentidos sempre seus guias: nenhum livro além do livro do mundo, nenhuma instrução a não ser os fatos. A criança que lê não pensa, só lê; não se instrui, aprende palavras. (ROUSSEAU, 1999, p. 205)

Além do amor incondicional, vital para o desenvolvimento saudável da criança, Rousseau considera que as sensações podem ser transformadas em ideias, advertindo acerca do cuidado necessário com o trabalho entre os objetos sensíveis e os intelectuais. Segundo ele, faz-se premente guiar a criança pelos seus próprios sentidos. Não há necessidade de livros ou instruções, ao invés disso, a educação da criança deve se orientar pela relação direta com o 'livro do mundo' e basear-se nos fatos, isto é, nas experiências e nas ressonâncias daí derivadas.

7. AS ESTAÇÕES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Nascemos, por assim dizer, duas vezes: uma para existir, outra para viver; uma para a espécie, outra para o sexo. (ROUSSEAU, 1999, p. 271)

Suponha-se que há um consenso em torno da assertiva rousseauniana: o primeiro nascimento humano é voltado para o existir, para a espécie. Quais são as evidências? Como percebê-las? A resposta é bastante simples e jocosa: deve-se observar, atentamente, uma criança ao nascer e o seu modo de se relacionar com o mundo...

Nos seus primeiros anos de vida, não existe nem passado e nem futuro. A criança é um todo tempo instante. Se as condições mínimas para a sua sobrevivência lhe forem asseguradas, como, por exemplo, alimento e cuidados, certamente ela crescerá absorva no instante eternamente presente da presença de existir. Ela existe. E a sua existência reside nela mesma.

O que poderia fazer a educação, mais precisamente a formal? Prolongar esse estado de existência? Essa totalidade de existir precisa ser garantida para as crianças? O que, atualmente, está acontecendo no interior e fora das escolas? Será que os espaços de convivência humana aceleram, cada vez mais, o processo de desenvolvimento da infância, fazendo com que a criança deixe de ser criança? Os seres humanos, portanto, estão “pulando” ou “queimando” etapas? Os seres humanos estão deixando de ser em si mesmos para simplesmente viver paixões inventadas, desejar os desejos fabricados?

Não há tempo para experimentar a plenitude de ser em existência e viver intensas paixões na medida de cada um e no ritmo prescrito pela natureza... É necessário que, ao nascer, os humanos vivam apenas para a sua existência. O que faz a sociedade hodierna? Caracterizada como a sociedade do consumo, do imediatismo e da fugacidade, ela promove outro modo de vida que, seguramente, trará consequências graves para a humanidade, a exemplo de suicídios e chacinas, em larga escala e em todos os cantos do planeta.

É preciso desencadear um processo educativo que favoreça o desabrochar da sabedoria. Necessita-se de seres humanos sábios, porque sensíveis e éticos, para isso, há necessidade de se criar as condições para o seu florescimento. Já que não é mais possível retornar ao estado puro/natural ou *à coisa em si*; já que o mundo é artificial; já que houve a intervenção humana

sobre a natureza; já que tudo é cultural, então deve-se priorizar e cuidar de ações que potencializem o desenvolvimento saudável dos seres humanos.

Nesse sentido, a escola formal é um dos espaços de maior responsabilidade social para a realização dessa tarefa. Nunca é demais lembrar que os seres humanos passam cerca de 11 a 25 anos nas instituições de ensino.

Ao tratar do processo de desenvolvimento humano, paulatinamente Rousseau tece seus argumentos visando se aproximar das noções morais que distinguem o bem e o mal. Evidencia, no primeiro nascimento, a lei da necessidade e da utilidade; em seguida, no segundo nascimento, aborda sobre o que é conveniente e bom para a formação humana. A seguir, propõe-se o delineamento da dinâmica da vida atuando sobre o organismo vivo.

7.1 Primeiro nascimento, ou dos estados da infância (0 a 15 anos) ou do aprendizado da dor

Idade da natureza (razão sensitiva) e Idade da inteligência (razão intelectual) –
Estados da infância: chorar, falar e inventar

Rousseau se pergunta quando o homem perseguirá a sabedoria, afirmando que “aos 10, ele é movido por doces; aos 20 por uma namorada; aos 30, pelos prazeres, aos 40 pela ambição; e aos 50, pela avareza” (1999, p. 607). Diz ele que, para cada idade, existem as molas que a fazem mover-se, no entanto, reconhece que o homem é sempre o mesmo e que, considerando que a sua formação se constitui na relação homem-meio, é preciso um processo educativo capaz de possibilitar a busca pela sabedoria.

Priorizam-se, portanto, desde os primeiros anos de vida da criança, processos formativos capazes de desenvolver a sabedoria humana. Assim, nos Livros I e II, do *Emílio*, Rousseau apresenta a **idade da natureza**, que perdura até os 12 anos de idade.

De acordo com Rousseau (1999), o primeiro estado da infância é o andar, sendo o choro a primeira linguagem. Segundo ele, a condição do homem é a miséria e a fraqueza, daí porque seus primeiros sons são a queixa e o choro. No delineamento da primeira infância, Rousseau relata que a criança sente as necessidades e, não podendo satisfazê-las, implora por socorro de

alguém através dos gritos: se tem fome ou sede, chora; se sente muito frio ou muito calor, chora; se precisa de movimento, mas a mantêm em repouso, chora; se quer dormir, mas a agitam, chora. Quanto menos dispõe de sua maneira de ser, mais ela exige que a mudem, pontua fortemente o genebrino.

Conforme Rousseau, a criança só tem, por assim dizer, um tipo de mal-estar; ou seja, na imperfeição de seus órgãos, não distingue suas diferentes impressões, dessa maneira todos os males formam para ela uma sensação de dor. Desse choro, que se acredita ser tão pouco digno de atenção, ressalta contundentemente o filósofo de Genebra, nasce a primeira relação do homem com tudo o que o cerca, evidenciando a importância do choro para a constituição do ser em que se transforma cada um.

Jamais esquecerei ter visto um desses incômodos chorões apanhar da ama-de-leite. Calou-se de imediato; achei que ficara com medo. Dizia para mim mesmo: será uma alma servil de quem só se conseguirão as coisas através do rigor. Estava enganado: o infeliz sufocava de cólera, tinha perdido a respiração, vi-o tornar-se roxo. Logo em seguida, vieram os gritos agudos. Todos os sinais do ressentimento, do furor, do desespero desta idade estavam no tom em que chorava. Temi que morresse naquela agitação. Se eu tivesse dúvida de que o sentimento do justo e do injusto é inato no coração do homem, só esse exemplo já me teria convencido. Tenho certeza de que, se um tição ardente tivesse caído por acaso na mão daquela criança, teria sido para ela menos doloroso do que aquele golpe leve, mas deferido com a intenção manifesta de atingi-la. (ROUSSEAU, 1999, p. 51)

Com o choro, Rousseau destaca que se forja o primeiro elo da longa cadeia de que é formada a ordem social. Quando a criança chora, afirma ele, não está se sentindo bem, tem alguma necessidade que não é capaz de satisfazer. É preciso que se examine no intuito de encontrar a sua necessidade, procurando satisfazê-la. Quando não se encontra e não se pode ajudar a criança a se satisfazer, o autor do *Contrato Social* lembra que o choro prossegue e importuna todos. Assim, mima-se a criança para fazê-la ficar quieta, embalando-a, cantando para que ela durma. Se ela teima, Rousseau afirma que, indubitavelmente, perde-se a paciência e se ameaça a criança, chegando alguns até a baterem nela. Essa descrição, afirma Rousseau, revela as estranhas lições para a sua entrada na vida.

Se ideias de dominação e de tirania as tornam miseráveis desde a infância, questiona Rousseau, que será delas quando crescerem e suas relações com outros homens começarem a se ampliar e a se multiplicar? Retornando às questões de ordem prática, Rousseau diz que a criança nada deve obter porque pede, mas porque realmente precisa, nem fazer nada por obediência, mas somente por necessidade. Pergunta-se, existe a exata medida da necessidade?

Na concepção do filósofo das luzes, a maldade vem da fraqueza e a criança só é má porque é fraca. Segundo pensa, para torná-la boa, é preciso que a torne forte. Ele afirma, incisivo, que aquele que tudo pudesse jamais faria o mal.

Por outro lado, Rousseau adverte que pretender ser sempre escutado é também uma forma de dominação, e a criança não deve exercer nenhum domínio. Basta que se cuide atentamente do necessário.

Enquanto chorar não irei até ela; assim que ficar quieta, correrei para ela. Logo a sua maneira de me chamar será calar-se, ou no máximo dar um só grito. É pelo efeito sensível dos sinais que as crianças avaliam seu sentido, não há outra convenção para elas; quando uma criança se machuca, é muito raro chorar se estiver sozinha, a menos que tenha a esperança de ser ouvida. (ROUSSEAU, 1999, p. 65)

Nesse sentido, para Rousseau, sofrer será a primeira coisa que a criança deverá aprender e a que ela terá maior necessidade de saber. No fundo, é menos o machucado do que o medo que a atormenta quando se fere. Portanto, para poupá-la do aprendizado do medo, é preciso não evitar essa última angústia, pois, certamente, a criança, na sua percepção, avaliará seu mal como verá que se está avaliando: se a criança observar que se está com inquietação, consolá-la, ter pena dela, considerar-se-á perdida; se ela perceber que se conserva o sangue frio, logo voltará a se tranquilizar e acreditará que o mal estará curado quando não o sentir mais. Segundo Rousseau, é nessa idade que se tomam as primeiras lições de coragem e, sendo capaz de suportar sem pavor as dores leves, aprende-se aos poucos a suportar as grandes.

O homem que não conhecesse a dor não conheceria nem a ternura da humanidade, nem a doçura da comiseração. Seu coração não se emocionaria com nada, ele não seria sociável, seria um monstro entre seus semelhantes. (ROUSSEAU, 1999, p. 80-81)

No movimento do aprendizado, Rousseau ressalta que o progresso das forças da criança torna a sua queixa menos necessária, podendo com menos frequência recorrer aos outros. E, segundo ele, junto com a força desenvolve-se o conhecimento, que a põe em condições de se dirigir. É nesse estágio do desenvolvimento que propriamente começa a vida dos seres humanos. Nele, o indivíduo toma consciência de si mesmo, a sua memória amplia o sentimento de identidade para os demais momentos de sua existência, torna-se verdadeiramente uno, por conseguinte, já capaz de felicidade e de miséria. Portanto, na visão do filósofo genebrino, é importante começar a considerar a criança, nessa fase, como um ser moral.

Rousseau recomenda que, em vez de deixar a criança se estragar no ar corrompido de um quarto, ela seja levada diariamente até um campo, para ficar perto da natureza, correr e subir

em árvores... Ali, diz Rousseau, que ela se divirta, caia cem vezes por dia, se for o caso e, assim, tanto quanto melhor aprenderá mais cedo a se levantar... O bem-estar da liberdade compensa muitos machucados. Poderá ter muitas vezes contusões, em compensação, estará feliz. Na sua ótica, as crianças que se machucam menos estão sempre contrariadas, sempre presas, sempre tristes...

Esta é a primeira fase de sua vida, antes não é nada mais do que aquilo que era no ventre da mãe: não tem nenhum sentimento, nenhuma representação simbólica; mal tem sensações e nem mesmo percebe a sua própria existência.

No *Livro II* do *Emílio*, a proposta de Rousseau é uma abordagem à segunda fase da vida dos seres humanos que, para ele, é aquela onde acaba propriamente a infância. De acordo com o filósofo, “as palavras *infans* e *puer* não são sinônimas, a primeira está contida na segunda e significa *quem não pode falar*” (ROUSSEAU, 1999, p. 65). Contudo, por falta de um vocábulo mais adequado, Jean-Jacques admite a utilização do conceito ao tratar das demais estações do desenvolvimento humano.

Na idade da natureza, a **razão sensitiva**, que é a base da razão intelectual, caracteriza-se pela inquietação, fraqueza, insuficiência e relação de sentidos. Segundo o autor do *Emílio*, antes de falar, comer e andar, a criança é igual ao que era no ventre da mãe: sem sentimento, sem ideia, poucas sensações e sem percepção de existência. “*Vivit, et est vitae nescius ipse suae*” (“Vive, e não tem consciência de sua própria vida” - ROUSSEAU, 1999, p. 64).

Rousseau compreende que, enquanto a sensibilidade permanece limitada ao indivíduo, não há nada de moral em suas ações. Somente quando a criança começa a se entender para além dela, quando inicia o processo de reconhecimento do outro é que, primeiramente, adquire os sentimentos, depois as noções do bem e do mal, que a constituem verdadeiramente como homem e parte integrante de sua espécie. Portanto, é sobre este primeiro ponto que se deve concentrar as observações do professor no processo educativo entender que as ações da criança são desprovidas de moral, portanto, são inocentes.

Para o filósofo do século XVIII, o segundo estado da infância é o falar, sendo a fala a segunda linguagem. Caracteriza-se pela liberdade, força e conhecimento, que põe a criança em condições de dirigir ela mesma (consciência de si). “Quando as crianças começam a falar,

passam a chorar menos. Esse progresso é natural, uma linguagem é substituída pela outra” (ROUSSEAU, 1999, p. 65).

No *Livro III*, do *Emílio*, Rousseau apresenta a **idade da inteligência**, que vai dos 12 aos 15 anos de idade, caracteriza-se pela curiosidade, potência, força e ideia. Segundo ele, é a chamada **razão intelectual**. Essa estação se configura como o terceiro estado da infância (pré-adolescência): não há tempo para fazer tudo o que seria útil.

Aos doze ou treze anos, as forças da criança desenvolvem-se bem mais rapidamente do que as suas necessidades. O mais violento, o mais terrível ainda não se lhe revelou; o próprio órgão permanece imperfeito e, para sair desse estado, parece aguardar que a sua vontade o force a isso. (ROUSSEAU, 1999, p. 201)

Embora não sendo ainda a puberdade, o terceiro estado da infância está próximo à adolescência acrescentando-se que, das faculdades do homem, a razão, que não é, por assim dizer, senão um composto das outras, é a que se desenvolve com mais dificuldade e mais tardiamente.

É também nessa idade que, na perspectiva rousseuniana, começa para o professor hábil a verdadeira função do observador e do filósofo, que conhece a arte de sondar os corações enquanto trabalha para formá-los. Rousseau afirma que, embora o jovem ainda não pense e nem tenha aprendido a dissimular, segundo ele o professor é capaz de ler no seu rosto os movimentos de sua alma e, com a força de observá-los, é possível prevê-los e finalmente dirigi-los.

Na perspectiva rousseuniana, a infância tem maneiras de enxergar, de pensar e de sentir que lhe são próprias. Querer substituir essas maneiras pelas nossas é uma atitude insensata, e mais, seria a mesma coisa que exigir que uma criança tivesse cinco metros de altura e juízo aos dez anos. Portanto, deve-se usar a força com as crianças e a razão com os homens, pois, conforme acredita, essa é a ordem natural, considerando que o prudente não precisa de leis.

Entretanto, salienta que, infelizmente, não se quer fazer de uma criança uma criança, mas sim um doutor, por conta disso, pais e mestres repreendem, corrigem, admoestam, adulam, ameaçam, prometem, instruem e argumentam com elas, ao invés de ‘fazer de uma criança uma criança’, exercitando o seu corpo, os seus órgãos, os seus sentidos e as suas forças e conservando a sua alma no ócio tanto tempo quanto possível.

Como! Não é nada ser feliz? Não é nada saltar, brincar, correr o dia todo? Em toda a sua vida, nunca estará tão ocupada. Platão, em sua República, considerada tão austera, só educa as crianças em festas, jogos, canções, passatempos. (ROUSSEAU, 1999, p. 113)

Rousseau afirma que é preciso garantir o tempo para que se amadureça a infância nas crianças. Não se deve dar, enfim, uma lição hoje se é possível adia-la para amanhã, sem perigo. Segundo acredita, a infância é o sono da razão, acrescenta-se: sono que alimenta, que fortalece...

Em qualquer idade, e sobretudo na sua, segundo Rousseau, a criança quer criar, imitar, produzir, dar mostras de potência e de atividade. Não terá visto duas vezes lavrarem um jardim, semearem, germinarem e crescerem os legumes, e quererá também cultivar um jardim.

Ah! Nada de belos discursos, nada mesmo, nem uma palavra. Deixai que venha a criança: espantada com o espetáculo, ela não deixará de vos fazer perguntas. (ROUSSEAU, 1999, p. 96)

Rousseau, portanto, solicita dos professores não utilizar discursos com as crianças, mas refletir acerca das suas atitudes e lembrar que suas lições devem consistir mais em atos do que em palavras, pois as crianças facilmente se esquecem do que disseram e do que lhes dissemos, mas não do que fizeram e do que lhes fizemos.

Assim, não declamareis contra a mentira, não as punireis exatamente por haverem mentido, mas fareis com que todos os maus efeitos da mentira, como o de não se acreditar nelas quando dizem a verdade, o de serem acusadas pelo mal que não fizeram, embora se defendendo, juntem-se sobre suas cabeças quando tiverem mentido. Mas expliquemos o que é mentir para as crianças. (ROUSSEAU, 1999, p. 103)

O filósofo destaca que dos 'belos discursos' derivam as mentiras das crianças, por isso mesmo são obras dos professores, e que querer ensiná-las a dizer a verdade não passa de querer ensiná-las a mentir – lição de retórica da enganação. Ele ironiza afirmando que é preferível, para esses professores, que as crianças saibam suas lições e mintam a que permaneçam ignorantes e verdadeiras.

As coisas ditas por uma criança não são para ela o que são para nós; ela não relaciona às palavras as mesmas ideias. Essas ideias, se é que as tem, não têm sequência nem ligação; não há nada de fixo, nada de seguro em tudo o que ela pensa. [...] Num instante diríeis: é um gênio; e no instante seguinte: é um tolo. Estaríeis sempre enganado: é uma criança. É uma águia que fende o ar num instante e torna a cair no chão no instante seguinte. (ROUSSEAU, 1999, p. 111)

Além disso, deve-se prescrever ao professor que as suas respostas precisam ser sempre graves, curtas, decididas, sem jamais parecer hesitar. Ao se falar simplesmente sobre qualquer conteúdo, não se deixam suspeitas de que reste algo mais a lhe dizer.

Ao refletir sobre se convém ou não esclarecer cedo as crianças sobre os objetos de sua curiosidade, ou se é preferível enganá-las com modestos erros, Rousseau considera que não se deve fazer nem uma coisa nem outra. Em primeiro lugar, ele acredita que essa curiosidade não lhes ocorre sem que se tenha provocado. Em segundo, perguntas que não se obrigam a resolver não exigem que se engane quem as fez. Logo, mais vale impor-lhe silêncio do que lhe responder mentindo. No entanto, caso se resolva responder, que seja com a maior simplicidade, sem mistério, sem embaraços e sem sorrisos. Há um perigo bem menor em satisfazer a curiosidade da criança do que em excitá-la.

Considerando que o aprendiz não é gênio nem tolo, mas criança, e considerando ainda que, ao se julgar precipitadamente a criança, se está sujeito ao engano, deve-se tratá-la conforme a sua idade, apesar das aparências, e evitar esgotar suas forças, exercitando-as demais. Se aquele jovem cérebro se esquentar, se está começando a ferver, tem-se que deixá-lo primeiro fermentar em liberdade.

Deixai-o sozinho em liberdade, vede-o agir sem nada lhe dizer; considerai o que fará e como se arranjará. Não precisando provar a si mesmo que é livre, jamais faz nada por travessura e apenas para fazer um ato de domínio sobre si mesmo; não sabe ele que é senhor de si mesmo? (ROUSSEAU, 1999, p. 197)

Sem dúvida, Rousseau afirma que a criança só deve fazer o que quer, mas só deve querer o que queremos que ela faça. Ela não deve dar um passo sem que o tenhamos previsto. Não deve abrir a boca sem que saibamos o que vai dizer.

Entretanto, é relevante pontuar que as crianças têm uma espécie de raciocínio, raciocinam muito bem sobre tudo o que conhecem e que se deve relacionar com o seu interesse presente e sensível. Contudo, é sobre os seus conhecimentos que o adulto se engana, ao atribuir-lhes o que elas não têm e fazê-las raciocinar sobre o que não são capazes de compreender.

Se se contentar em dizer o que percebe, o que sente, sendo seu juízo meramente passivo, é impossível que se engane; mas quando julga a coisa pela aparência, é ativo, compara, estabelece por indução relações que não percebe; então, engana-se ou pode enganar-se. Para corrigir ou evitar o erro, precisa da experiência. (ROUSSEAU, 1999, p. 263)

Não vendo a necessidade de ser douto nem de parecê-lo, nunca se apressa em julgar; julga apenas pela evidência e está muito longe de encontrá-la nessa ocasião, ele que sabe como nossos juízos sobre as aparências estão sujeitos à ilusão, ao menos pela perspectiva. (ROUSSEAU, 1999, p. 266)

Segundo Jean-Jacques, apenas os objetos puramente físicos podem interessar as crianças, principalmente aquelas cuja vaidade não foi despertada e que não foram corrompidas antecipadamente pelo veneno da opinião.

Raramente, cabe ao professor propor o que a criança deve aprender, mas cabe a ela desejá-lo, procurá-lo, encontrá-lo. Ao professor cabe colocar o conhecimento ao alcance do aprendiz, fazer habilmente nascer seu desejo e fornecer-lhe os meios de satisfazê-lo.

Segue daí que as perguntas do professor devem ser pouco frequentes, mas bem escolhidas. E, como o aprendiz terá mais perguntas a fazer do que o professor a ele, estará sempre menos a descoberto e mais vezes em condições de questionar a utilidade da pergunta. Ademais, o professor deve falar tanto quanto possível através das ações e só dizer aquilo que não é capaz de fazer.

Rousseau admira-se com o fato dos professores não perceberem que, ao quererem fortalecer sua autoridade, a destroem, que para fazer com que se ouça o que se diz é preciso colocar-se no lugar daqueles a quem se fala e que é preciso ser homem para falar ao coração humano. Há pessoas que se intitulam perfeitas, não se sensibilizam nem convencem, sempre pensam que é muito fácil para eles combaterem paixões que não sentem. Os professores devem mostrar as suas fraquezas aos seus alunos, se quiserem curar as dele. Crê o filósofo genebrino que o aprendiz verá que o professor trava as mesmas dificuldades que outros humanos, assim, provavelmente, ele aprenderá a vencer a si mesmo com o exemplo.

Recomenda o filósofo que não se faça explicações em forma de discurso, pois os jovens prestam pouca atenção nelas e não as retêm. Ressalta que se dá poder demais às palavras e chama a atenção para as coisas, na tentativa de evidenciar a necessidade do exercício de observação das coisas pelas coisas. Ele acredita que, com uma educação tagarela, só se cria tagarelas.

Quando o professor tiver dito tudo, terá feito uma exibição de verdadeiro pedante, da qual o jovem não terá compreendido coisa alguma e não terá vontade de perguntar, por exemplo, para que serve orientar-se, mas não ousa, temendo aborrecê-lo. Rousseau acredita que ele prefere fingir que entendeu o que o forçaram a escutar, acrescentando que é desse modo que se fazem as “belas educações”.

Destaca também a inutilidade do uso de laboratórios, por exemplo, de física experimental. Segundo ele, além dos instrumentos e das máquinas desagradarem o aprendiz, o ‘ar científico

mata a ciência' ou as máquinas amedrontam a criança, ou seus aspectos dividem e roubam a atenção que ela deveria dar a seus efeitos.

No seu entendimento, basta que a criança saiba encontrar “para que serve”, “o que faz” e o “por quê” de tudo aquilo em que acredita. Mais uma vez, salienta Rousseau, o objetivo do professor não é dar aula de ciência, mas ensinar o aprendiz a adquiri-la quando necessário, fazer com que a estime pelo que ela vale e que ame a verdade acima de tudo. Com esse método, pontua, avança-se pouco, mas nunca se dá um passo inútil, tampouco se é obrigado a voltar atrás.

Ao invés de colar uma criança aos livros, o professor deveria ocupá-la numa oficina. Suas mãos trabalhariam em prol de seu espírito e tornar-se-ia filósofa, acreditando ser apenas uma operária. E mais, deveria prestar menos atenção às palavras que ela diz do que ao motivo que a faz falar. Esse cuidado, até a primeira infância, torna-se de primordial importância, assim que a criança começa a raciocinar.

Em geral, o professor não deve substituir a coisa pelo signo, a não ser quando é impossível mostrá-la, pois, na sua concepção, o signo absorve a atenção da criança e faz com que esqueça a coisa representada.

A criança a quem se ensina a só querer saber coisas úteis, a quem se interroga com habilidade socrática, não faz nenhuma pergunta sem dar a si mesma a razão que sabe que o professor lhe pedirá, antes de responder.

O autor do *Ensaio sobre as origens das línguas* orienta que o professor não deve mostrar à criança algo que ela não possa ver, recomendando a simplicidade, a discrição, a contenção e o zelo como atitudes capazes de favorecer a criação de situações que promovam as condições necessárias para o seu desenvolvimento:

Mestres zelosos, sede simples, discretos, contidos. Jamais vos apresseis em agir, a não ser para impedir que os outros ajam. Repeti-lo-ei sem cessar: adiai, se possível, uma boa instrução, por medo de apresentar uma que seja má. (ROUSSEAU, 1999, p. 95)

Além disso, afirma que, enquanto a humanidade for quase estranha à criança, não podendo elevá-la à condição de homem, deve-se rebaixar o homem à sua condição de criança. Quando não se tem pressa de instruir, não se tem pressa de exigir e ocupa-se o tempo sem exigir nada que não seja pertinente, necessário e útil.

Outra recomendação de igual importância: nada de estabelecer comparações entre crianças, evitando-se o aprendizado através de estímulos de rivalidades e concorrências. Na percepção de Rousseau, é saudável a criança desejar superar a si mesma e nunca aprender por ciúmes ou vaidade.

Pensando no que lhe pode ser útil na outra idade, não lhe faleis senão daquilo cuja utilidade ela perceba desde agora. De resto nada de comparações com outras crianças, nada de rivais, nada de concorrentes, mesmo nas corridas, tão logo comece a raciocinar; prefiro cem vezes que ela nada aprenda a que aprenda por ciúmes ou vaidade. [...] Assim estímulo-a sem dar-lhe ciúmes de ninguém. Ela quererá ultrapassar-se, ela deverá ultrapassar-se; não vejo inconveniente em que seja a rival de si mesma. (ROUSSEAU, 1999, p.231-232)

Antes de instruir uma criança sobre os sentimentos humanos, é preciso começar primeiro a ensiná-la a apreciá-los. Se uma criança se engana, ressalta, deve-se deixá-la experimentar o engano, não há necessidade de correção de seus erros. É preciso aguardar em silêncio que ela esteja em condições de enxergá-los e de corrigi-los por si mesma ou, no máximo, numa ocasião favorável, se deve empreender alguma operação que faça com que ela os perceba. Rousseau acredita que se a criança nunca se enganasse, não aprenderia tão bem. Aliás, não só as crianças, os adultos também.

Para chegar a conhecer o homem, destaca o autor, muita coisa se deve saber antes dele. No seu modo de conceber, o homem é o último estudo do sábio, e geralmente se pretende fazer dele o primeiro estudo de uma criança.

Lembra-vos de que, antes de ousar empreender a formação de um homem, é preciso ter-se feito homem; é preciso ter em si o exemplo que se deve propor. (ROUSSEAU, 1999, p. 93)

Para tornar um jovem perspicaz e justo em seus julgamentos, é preciso bem formar os seus juízos, em vez do professor ditar-lhe os seus. No entendimento do filósofo de Genebra, são necessárias observações mais agudas do que se pensa, para se ter certeza do verdadeiro gênio e do verdadeiro gosto de uma criança, que revela bem mais os seus desejos do que suas disposições, acrescentando que se julga sempre pelos primeiros porque ainda não se sabe estudar os outros.

Um erro difícil de se evitar é a paixão do professor pelo seu ofício, o que o leva a supor que há a mesma condição na criança. Rousseau enfatiza que, quando a diversão do trabalho toma conta do professor, se deve evitar que a criança se aborreça sem ter coragem de lhe dizer. O infante precisa estar absorvido completamente por si mesmo na *coisa* – no processo de aprendizagem – e o professor deve estar inteiramente absorto na criança. A arte do professor,

portanto, afirma Rousseau, consiste numa observação que não se paralisa diante de minúcias que não se relacionam com nada...

A arte do mestre consiste em nunca deixar que suas observações se entorpeçam sobre minúcias que não se relacionam com nada, mas em aproximá-lo continuamente das grandes relações que um dia deverá conhecer para bem julgar sobre a boa e a má ordem da sociedade civil. (ROUSSEAU, 1999, p. 241)

De qualquer forma, Rousseau argumenta que o seu método é independente de seus exemplos. Baseia-se na medida das faculdades do homem, nas diferentes idades e na escolha das ocupações que convêm às suas faculdades. Eis porque, afirma, em seu *Emílio*, procurou-se não engrossá-lo inutilmente, colocando apenas os princípios, transferindo a responsabilidade na percepção da verdade para os seus leitores.

Segundo o autor não é possível que uma criança seja bem educada por alguém que não tenha sido bem educado. No entanto, não esclarece se há possibilidade de, numa sociedade corrompida, haver homens e mulheres bem educados, capazes de educar uma criança. Provavelmente, um dos desafios contemporâneos para as instituições de ensino superior, responsáveis pela formação de professores da educação básica, consiste em pensar em processos formativos que atendam a essa demanda.

Considerando que, segundo Rousseau, a educação do homem começa com o nascimento, que, antes do ser humano falar ou ouvir, ele já se instruiu; considerando ainda que a experiência antecipa as lições, um projeto de formação humana, que se pautar nos princípios rousseauianos, tomará como referência o homem e as suas relações, estará fincado no presente, criando condições para se aventurar no vigor da vida e experimentar a felicidade do instante perene..

Que devemos pensar, então, dessa educação bárbara que sacrifica o presente por um futuro incerto, que prende uma criança a correntes de todo tipo e começa por torná-la miserável, para lhe proporcionar mais tarde não sei que pretensa felicidade de que provavelmente não gozará jamais? (ROUSSEAU, 1999, p. 68)

Rousseau alerta que a criança passa a idade da alegria em meio a prantos, castigos, ameaças e escravidão. Atormenta-se a infeliz criança para seu próprio bem e não se vê a morte que a chama e que vai apanhá-la no meio dessa triste condição.

Imbuído de sua percepção visionária, conclama a todos:

Homens, sede humanos, este é o vosso primeiro dever; sede humanos para todas as condições, para todas as idades, para tudo o que não é alheio ao homem. Para vós, que

sabedoria há fora da humanidade? Amai a infância; favorecei suas brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto. Quem de vós não teve alguma vez saudade dessa época onde o riso está sempre nos lábios, e a alma está sempre em paz? (ROUSSEAU, 1999, p. 68)

De acordo com Rousseau, poderão muitas vezes se erguer contra ele, assim como existirão muitos clamores distantes que insistem numa falsa sabedoria que, sem cessar, tira os seres humanos para fora de si mesmos, que sempre considera o presente como nada e, perseguindo sem tréguas um futuro que foge à medida que se avança, de tanto levar os indivíduos para onde não estão, leva-os para onde não estarão nunca.

Assim como a humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, a infância tem o seu lugar na ordem da vida humana, por isso, segundo Rousseau, é preciso considerar o *homem no homem* e a *criança na criança*. Ele entende que as afecções da alma, assim como as modificações do corpo, estão num fluxo contínuo e o bem e o mal são comuns a todos, embora em medidas diferentes, podendo ou não ser potencializados conforme diálogo entre a prescrição da natureza e os processos formativos em curso.

Rousseau acredita que a criança só tem duas afecções bem definidas: a alegria e a dor; ela ri ou cora. Rousseau acredita que os sentimentos intermediários nada são para ela e que passa, continuamente, de um desses movimentos ao outro. Na sua opinião, essa alternância contínua impede que haja em seu rosto qualquer impressão constante e que ela ganhe uma fisionomia. No entanto, na idade em que, já mais sensível, ela é mais energeticamente ou mais constantemente afetada, as impressões mais profundas deixam marcas mais difíceis de se destruírem, e do estado habitual da alma resulta uma disposição de traços que o tempo torna indelévelis.

Embora ressalte que o pudor é natural à espécie humana, Rousseau crê que as crianças não o têm naturalmente. Na sua compreensão, o pudor só nasce com o conhecimento do mal, indagando o seguinte: como as crianças não têm nem devem ter esse conhecimento, teriam elas o sentimento que é o seu efeito? Rousseau considera que todo aquele que cora já é culpado e que a verdadeira inocência de nada tem vergonha.

O autor genebrino declara que o mais feliz é o que sente menos sofrimento e o mais miserável é o que sente menos prazeres. Para ele, a diferença comum entre os seres humanos são sempre mais sofrimentos do que prazeres. Esclarece que a felicidade humana é apenas

uma condição negativa, por isso ela deve ser medida pela menor quantidade de males que se sofre.

Todo sentimento de sofrimento é inseparável do desejo de se livrar dele e a noção de prazer é inseparável do desejo de desfrutá-lo. Segundo Rousseau, todo desejo supõe privação e as privações que se sente são penosas. Portanto, afirma, é na desproporção entre os desejos e as faculdades que consiste a miséria humana. Um ser sensível, cujas faculdades se iguallassem aos desejos, seria um ser absolutamente feliz, finaliza. Entretanto, vale pontuar que Rousseau não prega a diminuição do desejo, muito menos a ampliação das faculdades humanas, mas a necessidade do equilíbrio entre a potência e a vontade...

Não exatamente em diminuir nossos desejos, pois, se eles estivessem abaixo de nossa potência, uma parte de nossas faculdades permaneceria ociosa, e não gozaríamos de todo o nosso ser. Também não consiste em ampliar nossas faculdades, pois, se nossos desejos ao mesmo tempo se ampliassem em maior proporção, tornar-nos-íamos mais miseráveis. Trata-se, pois, de diminuir o excesso de desejos relativamente às faculdades, e de igualar perfeitamente a potência e a vontade. Somente então, estando todas as forças em ação, a alma permanecerá tranquila e o homem se encontrará bem ordenado. (ROUSSEAU, 1999, p. 70)

Na primeira infância, portanto, é preciso dar condições à criança para equilibrar as suas vontades e as suas capacidades. O filósofo considera a pior educação aquela que deixa a criança flutuando entre as suas vontades e a do educador, ambos imersos numa disputa contínua para decidir quem mandará, embora ele prefira que, em se vivendo um processo dessa natureza, a criança comande sempre.

A criança não deve ser concebida ou tratada nem como um animal, nem como um homem, e sim como criança. É preciso que ela sinta sua fraqueza e não que a sofra; é preciso que ela dependa e não que obedeça; é preciso que ela peça, e não que mande.

Para Rousseau, a criança só está submetida aos outros em razão de suas necessidades, entretanto, ninguém tem o direito, nem mesmo os pais, de ordenar à criança o que não lhe serve para nada. Se a necessidade a fez falar, pontua contundentemente, se deve saber o porquê e fazer de imediato o que ela pede, porém ceder algo pelas lágrimas é provocá-la para que as derrame, é ensinar-lhe a duvidar da boa vontade do outro e a acreditar que a intempestividade pode mais do que a benevolência.

Acrescenta o filósofo que o educador agirá para o bem da criança no momento presente, deixando-a livre, e agirá para o seu bem no futuro, armando-a contra os males que ela deverá

suportar. É preciso conter as mudanças bruscas de humor nas crianças, criando condições favoráveis de aprendizado e situações que favoreçam o equilíbrio e a tranquilidade, ao invés da agitação que torna as crianças quase indisciplináveis.

Uma mudança no humor, arroubos frequentes, uma contínua agitação de espírito tornam a criança quase indisciplinável. Torna-se surda à voz que a fazia ficar dócil; é um leão em sua febre; desconhece seu guia, já não quer ser governada. (ROUSSEAU, 1999, p. 272)

Portanto, acredita Rousseau, a primeira educação deve ser “puramente negativa”, ou seja, sem ensinamentos nem da virtude tampouco da verdade, mas deve proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro. O melhor seria se o professor nada fizesse e nada deixasse que fizessem, se ele pudesse levar o aluno são e robusto até a idade de doze anos, sem que soubesse distinguir a mão esquerda da direita.

Desde as primeiras lições, os ‘olhos de seu entendimento’ se abririam para a razão, sem preconceitos, sem hábitos e assim logo se tornaria o mais sábio dos homens. Começando por nada fazer, o professor teria feito um prodígio de educação.

Eis-nos de volta a nós mesmos. Eis nossa criança prestes a deixar de sê-lo, de volta ao seu indivíduo. Ei-la sentindo mais do que nunca a necessidade que a une às coisas. Depois de ter começado por exercitar o seu corpo e os seus sentidos, exercitam seu espírito e seu juízo. Finalmente reunimos o emprego de seus membros ao de suas faculdades; fizemos um ser ativo e pensante; para terminar o homem, só nos resta a razão pelo sentimento. Mas, antes de entrar nesta nova ordem de coisas, consideremos a ordem de que saímos e vejamos o mais exatamente possível até onde chegamos. (ROUSSEAU, 1999, p. 262)

No começo, nosso aluno só tinha sensações, e agora tem ideias; ele apenas sentia, agora julga. Pois da comparação de várias sensações sucessivas ou simultâneas e do juízo que delas fazemos nasce uma espécie de sensação mista ou complexa que chamo de ideia. (ROUSSEAU, 1999, p. 262)

Segundo o autor da *Nova Heloísa*, é fácil convencer uma criança de que o que se quer ensinar-lhe é útil, mas de nada servirá convencê-la se não souber levá-la a mudar de atitude. De acordo com Rousseau, somente a paixão nos faz agir. E como se apaixonar por interesses que ainda não se tem?

Ele acrescenta que o mais perigoso intervalo da vida humana é o que vai do nascimento até a idade de doze anos. É, na primeira infância, o tempo em que germinam os erros e os vícios, sem que o homem tenha algum instrumento para destruí-los. E, segundo ele, quando chega o instrumento, as raízes são tão profundas, que já não é tempo de arrancá-las.

A partir dos 12 anos, é chegada a idade das paixões. Aí, segundo Rousseau, é preciso mudar de método. Na idade das paixões, no segundo nascimento, a educação possível e consentida reside no desejo da continuidade do diálogo e da relação *en-tu*:

Meu amigo, meu protetor, meu mestre, retoma a autoridade de que queres abdicar no momento em que é mais importante para mim que permaneças; até agora só a tinhas por causa de minha fraqueza, mas agora a terás por minha vontade, e assim ela será mais sagrada para mim. Defende-me de todos os inimigos que me assaltam, e sobretudo dos que trago comigo e que me traem; cuida de tua obra, para que eu permaneça digno de ti. Quero obedecer às tuas leis, quero-o sempre, é a minha vontade constante; se alguma vez eu te desobedecer, será contra as minhas paixões que me violentam; impede que eu seja escravo delas e força-me a ser meu próprio senhor não obedecendo aos sentidos, mas à razão. (ROUSSEAU, 1999, p. 446-447)

Ainda que reconhecendo o valor da solicitação do jovem, Rousseau considera que é importante ser evidenciada a força de seu compromisso para consigo mesmo. É preciso que ele saiba que, antes de fazer um acordo, se faz premente conhecê-lo e estar consciente do ‘furor dos sentidos’ que arrastam os humanos para o ‘abismo dos vícios’, pela atração do prazer. Por outro lado, é importante também que o jovem perceba a sua responsabilidade e acredite no valor de suas palavras. Ao mesmo tempo, faz-se necessário dizer ao jovem que, algumas vezes, ele poderá se arrepender por ter dado a sua palavra!

O jovem aprendiz, certamente, precisa também saber que, algumas vezes, amaldiçoará aquele que o ama, quando, para salvar-lhe dos males que o ameaçam, muitas vezes será forçado a rasgar-lhe o coração! A interdição faz-se necessária na estação das paixões.

Para explicar tal prerrogativa, observa-se que Rousseau, estabelecendo uma relação entre o jovem e as aventuras de Ulisses, afirma que, assim como o herói homérico da Odisseia, perturbado pelo canto das sereias, gritava aos que o levavam que o desacorrentassem, o adolescente, seduzido pelo atrativo dos prazeres, desejará romper os laços que o incomodam, importunando o educador com as suas queixas e reprovará a sua ‘tirania’ quando estiver se ocupando dele com a maior ternura.

Agindo para torná-lo feliz, o educador poderá provocar no jovem o ódio, sendo difícil suportar a dor de lhe ser odioso, porém, por esse preço, a sua felicidade é cara demais.

Bom rapaz, não vês que te obrigando a me obedecer tu me obrigas a te guiar, a esquecer-me de mim para devotar-me a ti, a não dar ouvidos nem a tuas queixas, nem a tuas reclamações, a combater sem cessar os teus desejos e os meus. Tu me impõe um jugo mais duro do que o teu. Antes de carregá-lo, consultemos ambos as nossas forças; espera um pouco, dá-me um pouco de tempo para pensar e fica sabendo que **o mais lento a prometer é sempre o mais fiel a cumprir**. (ROUSSEAU, 1999, p. 448 – grifo nosso)

Rousseau acredita na importância do jovem sentir que está prometendo muito, ao mesmo tempo perceber que o educador lhe promete ainda mais. Quando a hora chegar e ele tiver, por assim dizer, assinalado o ‘contrato’, o autor do *Emílio* recomenda que se deve mudar então o tom, tornando o domínio tão manso quanto havia sido anunciado que seria severo.

O jovem precisa compreender que lhe falta experiência, mas que o professor agiu de tal modo para que a razão não lhe tivesse faltado. Deve ser mostrado ainda ao jovem que ele está em condições de ver os motivos da sua conduta e, para isso, não é preciso esperar que ele esteja calmo. Obedece sempre primeiro e depois o aprendiz deve perguntar a razão de suas ordens, que o professor deve estar sempre pronto a explicar tão logo o aluno esteja em condições de entender, e nunca ele deve temer em se colocar como juiz nessa relação.

Até que chegue a hora de tratá-lo como um homem, não seja nunca questão do que ele vos deve, mas do que ele deve a si mesmo. Para torná-lo dócil, deixai-lhe toda a liberdade; esquivai-vos para que ele vos procure; elevai sua alma até o nobre sentimento do reconhecimento, falando-lhe sempre apenas do seu interesse. (ROUSSEAU, 1999, p. 307)

Rousseau acredita que, para se tornar o mais feliz dos homens, é preciso ser dócil, isto é, ser aquele capaz de aprender com facilidade, conduzindo a sua vida, harmoniosamente, conforme o ritmo da natureza.

Aqui se faz oportuno um esclarecimento breve acerca da compreensão de docilidade. Ser dócil não é ser subserviente ou estar à mercê do outro, escravizado pelo outro. Ser dócil quer dizer que se está vivendo inteiro na dinâmica da vida-sendo; ser dócil significa estar aberto à escuta atenta do que chega, ainda que de forma agressiva, e o que se mostra como tal ou se esconde poderá conduzir ao caminho da felicidade. Ser dócil revela a natureza em nós atuando como princípio, meio e fim em si mesma, ser dócil exige uma grandeza de atitude.

Na perspectiva de Rousseau, o educador deve apresentar ao estudante como garantia de sua promessa, a sorte de que goza, passando-lhe uma vida tão doce quanto a sua e, assim, nada mais lhe prometerá. Uma vez estabelecida a autoridade, o primeiro cuidado do professor será afastar a necessidade de fazer uso dela. Nada deve poupar para se firmar cada vez mais na confiança do aprendiz, para se tornar cada vez mais o confidente de seu coração e o árbitro de seus prazeres.

Acredita o autor do *Segundo discurso* que o jovem desejará obedecer às suas leis, querendo-o sempre, esta será a sua vontade constante e, se alguma vez ele o desobedecer, será contra as suas paixões que o violentam. Solicita ao educador que defenda o jovem de todos os inimigos que o assaltam, sobretudo, dos que ele traz consigo e que o traem e cuide de ‘sua’ obra, para que ela permaneça digna de si. Finalmente, ele suplica que se impeça que o jovem seja escravo de suas paixões e que o force a ser seu próprio senhor, não obedecendo aos sentidos, mas à razão.

Na estação que ora se iniciará, o jovem aprendiz dirá ao seu ‘protetor’, ao seu ‘mestre’, para retomar a autoridade de que ele quer abdicar, no momento em que é mais importante para ele que permaneça. Até então, o aprendiz só a tinha por causa de sua fraqueza, mas agora a terá por sua própria vontade e assim ela será mais sagrada para ele.

7.2 Segundo nascimento, ou da saída da infância

Idade da energia, da força vital (dos 15 aos 20 anos)

Idade da sabedoria (a partir dos 20 anos)

Estados da adolescência: perguntar, apaixonar-se e pensar

Na perspectiva rousseauiana, o segundo nascimento humano é para o viver, para o sexo, para as paixões. É o estado de saída da infância, caracterizando-se por um movimento de crise, pois o indivíduo “não é nem criança, nem homem e não pode ter a voz de nenhum dos dois” (ROUSSEAU, 1999, p. 272). Constitui-se em duas estações: **idade da energia, da força vital**, abordada no Livro IV do *Emílio*, que vai dos 15 aos 20 anos; e, no último Livro, a **idade da sabedoria**, a partir dos 20 anos.

Embora, muito curto, esse momento de crise tem longas influências. Rousseau afirma que o homem, em geral, não foi feito para permanecer sempre na infância e dela sai no tempo indicado pela natureza. Nessa estação, “o homem nasce verdadeiramente para a vida e que nada de humano lhe é alheio” (ROUSSEAU, 1999, p.272).

Na idade da energia, o jovem vive a adolescência. Aí consiste o seu segundo nascimento. A adolescência não é a idade nem da vingança, nem do ódio: é a da comiseração, da clemência e da generosidade. Para o filósofo de Genebra, na estação da força vital há necessidade de se

conservar a inocência, buscando-se que o jovem seja o mais generoso, o melhor, o mais amoroso e o mais amável dos homens. No entanto, acrescenta, ao se educar em meio à corrupção dos colégios, os professores provavelmente nunca se preocuparam em conhecer esse novo nascimento: o das paixões, caracterizado pelas seguintes descrições:

Aos sinais morais do humor que se altera, somam-se mudanças sensíveis na figura. A fisionomia desenvolve-se e é marcada por um caráter; o algodão raro e leve que cresce nas faces do menino ganha cor e consistência. Sua voz muda, ou antes, perde-a; ele não é nem criança, nem homem e não pode ter a voz de nenhum dos dois. Seus olhos, esses olhos da alma que nada disseram até aqui, ganham linguagem e expressão; um fogo nascente os anima, seus olhares mais vivos ainda têm uma santa inocência, mas já não têm sua primeira imbecilidade; já sente que eles podem dizer demais; começa a saber baixá-los e corar; torna-se sensível antes de saber o que sente; inquieta-se sem razão para isso. Tudo isso pode chegar lentamente e ainda vos dar tempo, mas se sua vivacidade se torna muito impaciente, se seu ímpeto se transforma em furor, se ele se irrita e se entenece de uma hora para outra, se chora sem motivo, se, perto dos objetos que começam a tornar-se perigosos para ele, seu pulso se acelera e seus olhos se incendiam, se a mão de uma mulher pousando sobre a sua o faz tremer, se ele se perturba ou se intimida junto a ela [...] não abandones por mais nenhum instante o leme, ou tudo estará perdido. (ROUSSEAU, 1999, p. 272)

O filósofo sinaliza, no entanto, que é valioso prolongar a inocência, sendo uma das suas maiores vantagens a de tirar proveito da sensibilidade nascente, para lançar no coração do jovem adolescente as primeiras sementes da humanidade, acreditando que é uma vantagem tanto mais preciosa quanto é esse o único tempo da vida em que os mesmos cuidados podem ter verdadeiro sucesso.

Ao instigar acerca da estação seguinte da natureza humana, Rousseau pergunta se os professores querem, realmente, animar e alimentar no coração de um jovem os primeiros movimentos da sensibilidade nascente e dirigir seu caráter para a beneficência e a bondade (?). Na sua resposta, ele pede cuidado nas ações dirigidas aos jovens, recomendando que nada seja feito que nele germinem o orgulho, a vaidade e a inveja.

Rousseau recomenda que, através da imagem enganosa da felicidade dos homens, deve-se evitar a exposição do jovem a lugares pomposos, ao luxo desmedido dos palácios, ao atrativo dos espetáculos. Deve-se, ainda, evitar levá-lo a passear nos círculos, nas brilhantes assembleias. É preciso não lhe mostrar o exterior da grande sociedade, a não ser depois de o terem colocado em condições de apreciá-la em si mesma. Mostrar-lhe o mundo antes que ele conheça os homens não é formá-lo, é corrompê-lo; não é instruí-lo, é enganá-lo, afirma contundente o filósofo do século das luzes.

Rousseau crê que, aos dezesseis anos, o adolescente sabe o que é sofrer, pois ele próprio já sofreu. No entanto, considera que ele mal sabe que outros seres também sofrem, pois não imaginando o que sentem os outros, o aprendiz só conhece os seus males. Porém, ao acender nele o fogo da imaginação, através do desenvolvimento dos sentidos, começa a sentir-se em seus semelhantes, a comover-se com suas queixas e a sofrer com as suas dores. É então que, segundo Rousseau, o triste quadro da humanidade sofredora deve trazer ao seu coração a primeira compaixão que jamais tenha experimentado.

Ao tratar sobre o estado da força vital, Rousseau reconhece a necessidade de se fazer uma distinção entre a educação da natureza, a educação dos homens e a educação das coisas. Para ele, o desenvolvimento interno das nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza. Já o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens. Por fim, a aquisição de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas. Portanto, concorrem para a formação humana, segundo Rousseau, a tripla relação: natureza, homem e objetos.

Dessas três educações diferentes, a da natureza não depende de nós; a das coisas, só em alguns aspectos; a dos homens é a única de que somos realmente senhores. Embora, no seu entendimento, trate-se apenas de uma suposição afirmar que a educação dos homens é a única de que podemos comandar, questiona: quem pode esperar dirigir inteiramente as palavras e as ações de todos os que rodeiam uma criança?

Há, nessa concepção, uma visão global do fenômeno educativo e a rede complexa de relações responsáveis pelo desenvolvimento formativo de um indivíduo? Há em Rousseau uma forte crença na força da natureza no processo de formação dos seres humanos? Ele diz que a educação começa junto com vida e que a natureza é o primeiro mestre da criança, antes mesmo do preceptor, que, segundo pensa, precisa estudar esse primeiro mestre e impedir que seus esforços sejam contrariados.

Na concepção do filósofo genebrino, a educação é uma arte e o seu êxito é quase impossível, tendo em vista que o concurso necessário a seu sucesso não depende de ninguém. Para o filósofo genebrino, naturalmente, o homem só se inquieta com sua conservação na medida em que os meios para tanto estão em seu poder, contudo, assim que esses meios lhe escapam, ele se tranquiliza e morre sem se atormentar inutilmente. Compreende que a primeira lei da

resignação do homem vem da natureza e supõe que os homens da natureza, assim como os animais, debatem-se muito pouco contra a morte, e enfrentam-na quase sem se queixar.

Problematiza Rousseau: será que a natureza leva os homens para tão longe de si mesmos? Será que ela quer que cada homem conheça seu destino pelos outros e algumas vezes seja o último a conhecê-lo, de modo que morra feliz ou miserável, sem jamais ter sabido nada a respeito?

Vejo um homem jovem, alegre, vigoroso, saudável; sua presença inspira alegria; seus olhos anunciam o contentamento, o bem-estar; traz consigo a imagem da felicidade. Chega uma carta do correio; o homem feliz considera-a, ela traz seu endereço, abre-a e a lê. Imediatamente seu aspecto muda; ele empalidece e cai desmaiado. De volta a si, chora, agita-se, geme, arranca os cabelos, faz com que seus gritos ressoem pelo ar, parece atacado por horrendas convulsões. Insensato! Que mal te fez esse papel? Que membro te amputou? Que crime fez com que cometesse? Enfim, que mudou ele em ti mesmo para colocar-te no estado em que te vejo?

Se a carta se tivesse extraviado, se uma mão caridosa a tivesse lançado ao fogo, a sorte desse mortal, feliz e infeliz ao mesmo tempo, teria sido, creio, um estranho problema. Direis que sua infelicidade era real. Muito bem, mas ele não a sentia. Onde estava ela, então? Sua felicidade era imaginária. Compreendo: a saúde, a alegria, o bem-estar, o contentamento de espírito não são mais do que visões.” (ROUSSEAU, 1999, p. 74)

Diante da constatação, portanto, da fragilidade humana, o filósofo sugere que a pessoa feche a sua existência dentro de si e não mais ela será miserável. Acredita que a felicidade das crianças e dos homens consiste no uso de sua liberdade, embora, sinalize que, para as crianças, esta liberdade é limitada pela fraqueza, acrescentando que um homem é feliz quando basta a si mesmo e as crianças são felizes quando suas necessidades não ultrapassam suas forças.

Existem dois tipos de dependência: a das coisas, que é da natureza, e a dos homens, que é da sociedade. Não tenho nenhuma moralidade, a dependência das coisas não prejudica a liberdade e não gera vícios; a dependência dos homens, sendo desordenada, gera vícios, e é por ela que o senhor e o escravo depravam-se mutuamente. (ROUSSEAU, 1999, p. 77-78)

Ao distinguir a dependência das coisas e a dependência dos homens, recomenda que se conserve a criança unicamente na dependência das coisas e que ela seja criança antes de ser homem. Desse modo, ter-se-á seguido a ordem da natureza no progresso de sua educação.

Rousseau orienta, ainda, a se tratar o aluno de acordo com a sua idade, começando por colocá-lo em seu lugar e conservando-o ali de tal modo que não mais tente sair. Havendo, no interior das escolas, seres humanos capacitados a tratar a criança como criança, possibilitando que ela viva a sua idade conforme os preceitos da natureza, as diretrizes rousseauianas para o processo de educação estão consideradas, pois

que ele é fraco e vós sois forte e, por seu estado e pelo vosso, está necessariamente à vossa mercê; saiba-o, aprenda-o e sintá-o; sintá ele cedo sobre a sua cabeça altiva o jugo duro que a natureza impõe ao homem, o pesado jugo da necessidade, sob o qual todo ser finito deve dobrar-se; veja ele essa necessidade nas coisas, nunca no capricho dos homens. (ROUSSEAU, 1999, p. 87-88)

Para isso, é necessário, conforme Rousseau, nunca ordenar à criança qualquer coisa que seja, absolutamente nada, nem mesmo se deve deixá-la sequer imaginar que se pretende ter alguma autoridade sobre ela. É preciso que o aluno sintá que ele é a maior autoridade sobre si mesmo, que é o maior responsável pela sua vida e exerce sobre si o maior poder.

Um dos primeiros ensinamentos do filósofo é que o professor precisa, prudentemente, considerar por longo tempo a natureza, observar bem o seu aluno antes de lhe dizer a primeira palavra, deixando o germe de seu caráter em plena liberdade para se mostrar, não o constringer seja como for, para melhor vê-lo por inteiro.

É necessário respeitar a infância e não se deve ter pressa em julgá-la, quer para o bem, quer para o mal. É preciso deixar as exceções se revelarem, se provarem, se confirmarem, muito tempo antes de se adotar para elas métodos particulares. É preciso deixar a natureza agir bastante tempo, antes de resolver agir em seu lugar, temendo contrariar suas operações.

Rousseau afirma que é preciso mostrar ao jovem os homens de longe, mostrá-los em outros tempos e em outros lugares, de maneira que ele veja a cena sem poder agir. Este é o momento da história: é por ela que ele lerá nos corações sem as lições da filosofia; é por ela que os verá, simples espectador, sem interesse e sem paixão, como juiz, não como cúmplice nem como acusador.

Observa-se que Rousseau (1999) acredita na capacidade e plasticidade cerebral. Para ele, se a natureza dá ao cérebro de uma criança a flexibilidade que o torna próprio para receber todo tipo de impressões, não é para que gravemos nele nomes de reis, datas, termos de heráldica, de esfera, de geografia e aquelas palavras sem sentido algum para sua idade, e sem nenhuma utilidade para qualquer idade, com que se massacra sua triste e fértil infância, mas para que nele se gravem desde cedo, em caracteres indeléveis, compreensões úteis que lhe sirvam para orientar-se durante a vida, de uma maneira que convenha a seu ser e a suas faculdades.

Faz-se premente tornar o aluno atento aos fenômenos da natureza e logo ele se tornará curioso, mas para alimentar sua curiosidade, Rousseau recomenda que não se apresse em satisfazê-la. Antes, porém, devemos colocar questões ao seu alcance e deixar que ele as resolva. Que nada ele saiba porque alguém lhe disse, mas porque ele próprio compreendeu. Que ele não aprenda a ciência, mas a invente. Sinaliza, ainda, o filósofo que, se alguma vez se substituir em seu espírito a razão pela autoridade, ele não raciocinará mais e não será mais do que um brinquedo da opinião dos outros.

Cheio de entusiasmo, o mestre quer comunicá-lo à criança fazendo-a prestar atenção às sensações com que ele próprio se emociona. Pura bobagem! É no coração do homem que está a vida do espetáculo da natureza; para enxergá-lo, é preciso senti-lo. (ROUSSEAU, 1999, p. 207)

Desse modo, é necessário trabalhar com a criança no sentido de provocá-la pela relação direta com a natureza, experimentando com o seu próprio corpo, sendo ele o principal mediador entre a criança e o mundo. Considerando-se que se sente porque se experimenta e que ‘o espetáculo da natureza reside no coração humano’, é preciso que a criança sinta. Essa experimentação deve ser acompanhada por um adulto que deseje apenas para ela um desenvolvimento pleno de suas faculdades psíquicas, físicas, emocionais e espirituais. Quando se sabe o que faz bem ou não a uma criança? Estando garantida a sua integridade física, as sinalizações vêm da própria criança: nervosismo, irritação, raiva, tristeza, choro excessivo e birras descabidas, entre outras reações, evidenciam a qualidade da vivência para a sua formação como pessoa humana.

É sentindo, afirma Rousseau, que nasce a piedade. Diz ele que, conforme a ordem da natureza, este é o primeiro sentimento relativo que toca o coração humano. Para tornar-se sensível e piedosa, é preciso que a criança saiba que existem seres semelhantes a ela que sofrem o que ela sofreu, que sentem as dores que ela sentiu e sentirá... “ninguém se torna sensível a não ser quando sua imaginação se excita e começa a transportá-lo para fora de si” (ROUSSEAU, 1999, p. 289).

A capacidade de se sensibilizar e de ser piedoso, portanto, é um aprendizado. Depende, essencialmente, do modo como se relaciona com o ambiente e com os demais da relação humana. O filósofo crê ainda que, no nosso corpo, além dos traços já marcados pela natureza, são evidenciadas as marcas do que se viveu e se sentiu. Para ele, os traços do rosto humano assumem as afecções da alma.

Acredita-se que a fisionomia não seja mais que um simples desenvolvimento dos traços já marcados pela natureza. De minha parte, acho que, além desse desenvolvimento, os traços

do rosto de um homem vêm imperceptivelmente a se formar e a assumir uma fisionomia pela impressão frequente e habitual de certas afecções da alma. (ROUSSEAU, 1999, p. 300)

Assim como a criança deve viver a criança, segundo Rousseau deve-se impedir que o adolescente torne-se homem simplesmente porque não lhe resta outra opção senão esta. São precisos tempo e espaços favoráveis ao desenvolvimento humano.

Enquanto o corpo cresce, os espíritos destinados a dar bálsamo ao sangue e força às fibras formam-se e elaboram-se. Se os fizerdes tomar um curso diferente, e se o que se destina a aperfeiçoar um indivíduo servir para a formação de um outro, ambos permanecerão num estado de fraqueza e a obra da natureza ficará imperfeita. (ROUSSEAU, 1999, p. 304)

Para Rousseau, através do vínculo entre a relação sensível e a utilidade, a segurança, a conservação e o bem-estar, o jovem deve julgar todos os corpos da natureza e todos os trabalhos dos homens.

Ele afirma que tudo o que os homens fizeram os próprios homens podem destruir, no entanto, sinaliza, os únicos caracteres indelévels são aqueles que a natureza imprime. Segundo Rousseau, naturalmente os homens não são nem reis, nem nobres, nem cortesãos, nem ricos, porque a natureza não faz nem príncipes, nem ricos, nem grandes senhores. Todos nasceram nus e pobres, todos sujeitos às misérias da vida, às tristezas, aos males, às necessidades, às dores de toda espécie. Enfim, todos são condenados à morte, afirma contundentemente. Eis o que realmente pertence ao homem, eis aquilo de que nenhum mortal está isento. Recomenda, pois, estudar na natureza humana o que lhe é mais inseparável, o que melhor caracteriza a humanidade.

Ao manter a crença na perfeição da natureza, a todo momento Rousseau evidencia que as mazelas humanas são produções do próprio homem, anulando, portanto, qualquer interpretação que vise responsabilizar outro que não o homem.

em vez de estabelecer a paz na terra, trazem o ferro e o fogo. Pergunto a mim mesmo de que serve tudo isso, sem saber responder. Não vejo nisso mais do que os crimes dos homens e as misérias do gênero humano. (ROUSSEAU, 1999, p. 400)

Desde que o homem é dependente de tudo e sua curiosidade acompanha, inevitavelmente, as suas necessidades, para Rousseau, tudo importa. O homem da natureza não precisa de ninguém, ao contrário, o homem civil precisa de todos, sobretudo, de admiradores. Nem por isso, o jovem deverá ser relegado aos desertos, segundo Rousseau. Pelo contrário, pontua, com suas características naturais preservadas, principalmente a maior delas que é ser livre, ele

deverá morar nas cidades, sabendo encontrar nelas o necessário, tirar partido dos habitantes e viver, senão como eles, pelo menos com eles.

Rousseau compreende que o primeiro sentimento de um jovem educado com esmero não é o amor, mas a amizade, e que o primeiro ato de sua imaginação nascente é ensinar-lhe que existem semelhantes, portanto, a espécie o afeta antes do sexo. Ele sempre reparou que os jovens corrompidos desde cedo e dados a questões de sexo eram inumanos e cruéis.

O ardor do temperamento tornava os jovens impacientes, vingativos e furiosos e a imaginação, repleta de um só objeto, furtava-se a tudo o mais. Nas suas observações, o filósofo notou que esses jovens não conheciam nem piedade, nem misericórdia e finaliza: ‘teriam sacrificado pai, mãe e o universo pelo menor de seus prazeres’.

Para conter os arroubos da idade das paixões, ele reconhece que não se deve entregar os jovens ao acaso e, se não há certeza de fazê-los ignorarem, até os dezesseis anos, a diferença dos sexos, é necessário cuidar para que eles aprendam, antes dos dez.

A melhor maneira de se ensinar o jovem a bem julgar é a que mais tende a simplificar as experiências e a poder até mesmo dispensar-se delas sem incorrer em erro. Donde se segue que, depois de ter verificado por muito tempo as relações dos sentidos um pelo outro, é preciso ainda aprender a verificar as relações de cada sentido; então, cada sensação tornar-se-á uma ideia, a qual sempre será conforme a verdade. Para Rousseau, este é o tipo de aquisição com que ele procurou preencher a terceira idade da vida humana (idade da energia e da força vital).

Na perspectiva do filósofo genebrino, essa maneira de proceder exige uma paciência e uma circunspeção de que poucos professores são capazes, e sem a qual o estudante nunca aprenderá a julgar. Trata-se menos de ensinar-lhe uma verdade do que de mostrar-lhe como se deve agir para sempre descobrir a verdade. Para melhor instruí-lo, segundo pensa o filósofo, não devemos enganá-lo tão cedo.

É necessário para a formação humana que, nessa estação do processo de desenvolvimento, o jovem não procure conhecer as coisas pela sua natureza, mas apenas pelas relações que o interessam, somente avaliando o que lhe é estranho com relação a si mesmo e cuidando para

que seja exato e seguro. Ele precisa dar mais atenção ao que lhe é mais útil, nunca se afastando dessa maneira de ponderar, tampouco se deixando levar pelas opiniões. Na idade da energia e da força vital, enfatiza Jean-Jacques Rousseau, a fantasia e a convenção não interferem em nada.

Para ele, o fogo do adolescente, longe de ser um obstáculo à educação, é o que a consome e possibilita a sua realização. É ele que dará ao professor alguma autoridade sobre o coração de um jovem, e é, nesse momento, quando o aprendiz deixa de ser menos forte que o mestre. Suas primeiras afeições são as rédeas com que dirige todos os seus movimentos. Ele era livre, enquanto nada amava, só dependia dele mesmo e de suas necessidades, e agora está subjugado. A partir do momento em que ama, depende de seus apegos. Assim se formam os primeiros laços que o unem à sua espécie.

Dirigindo-se sua sensibilidade nascente para a espécie, certamente não significa dizer que o jovem compreenda a expressão gênero humano e que isto signifique para ele alguma coisa. Não, de acordo com Rousseau, essa sensibilidade se limita primeiro a seus semelhantes, que não serão para ele desconhecidos, mas aqueles com quem se relaciona, aqueles que o hábito tornou-lhe caros e necessários, aqueles que têm com ele, evidentemente, maneiras comuns de pensar e de sentir, aqueles que ele vê sofrerem as mesmas dores que sofreu e serem sensíveis aos mesmos prazeres que experimentou, aqueles – numa palavra – em quem a identidade de natureza mais manifesta dá uma maior disposição de amar.

Rousseau acredita que a experiência é fundamental para o processo de desenvolvimento humano e que se o indivíduo não percorreu, por muito tempo, planícies áridas, se areias ardentes não queimaram seus pés, se a reverberação sufocante dos rochedos batidos pelo sol jamais o oprimiu, como saboreará o ar fresco de uma bela manhã? Como o perfume das flores, o encanto da verdura, o vapor úmido do orvalho, os passos macios e mansos sobre a grama encantarão seus sentidos? Como lhe causará o canto dos pássaros uma emoção de volúpia, se os acentos do amor e do prazer ainda lhe são adormecidos? Com que transportes verá nascer um tão lindo dia, se a sua imaginação não sabe representar aqueles com que se pode preenchê-la? Enfim, como se enternecerá com a beleza do espetáculo da natureza, se ignora que mão cuidou de enfeitá-la?

Portanto, a necessidade e a experiência são fundamentais para o processo de formação dos seres humanos. Entende Rousseau que a passagem da infância para a puberdade não é tão determinada pela natureza que não varie nos indivíduos conforme os temperamentos, e nos povos conforme os climas. Todos sabem as diferenças observadas nesse ponto entre as regiões quentes e as regiões frias, que os temperamentos ardentes formam-se mais cedo do que os outros, mas podem haver equívocos sobre as causas e muitas vezes atribuir-se ao físico o que se deve imputar ao moral. Este é um dos enganos mais frequentes da filosofia deste século.

As instruções da natureza são tardias e lentas, enquanto as instruções dos homens são quase sempre prematuras. No primeiro caso, os sentidos despertam a imaginação; no segundo, a imaginação desperta os sentidos, dá-lhes uma atividade precoce que não pode deixar de irritar e enfraquecer, primeiro, os indivíduos, depois a própria espécie, a longo prazo. O desafio, portanto, de um processo educativo que vise à formação de seres humanos saudáveis seria buscar o equilíbrio entre as instruções da natureza e as humanas.

Argumenta o filósofo que, se a idade em que o homem adquire consciência de seu sexo difere tanto por efeito da educação quanto pela ação da natureza, segue-se que se pode acelerar ou retardar essa idade conforme a maneira com que as crianças são educadas, e, se o corpo ganha ou perde consistência conforme se retarda ou se acelera esse progresso, segue-se também que, quanto mais o indivíduo empenha-se em retardá-lo, mais adquire vigor e força, tanto quanto aos efeitos meramente físicos quanto aos morais.

Embora o filósofo considere que, como há na própria sociedade algumas causas inevitáveis pelas quais o progresso das paixões é acelerado, se o homem acelerasse de igual forma o progresso das luzes que servem para ordenar essas paixões, sairia realmente da ordem da natureza e o equilíbrio seria quebrado. É preciso, segundo ele, aguardar o movimento da natureza.

Rousseau percebe que a criança educada conforme sua idade está sozinha e só conhece os apegos do hábito. Ela ama seu irmão tanto quanto seu relógio e seu amigo tanto quanto seu cão. Não se sente de nenhum sexo, de nenhuma espécie, o homem e a mulher são-lhe igualmente estranhos. A criança não relaciona a si mesma nada do que eles fazem ou dizem, suas palavras não lhe interessam mais do que seus exemplos, tudo aquilo não foi feito para

ela. Há um tempo em que a própria natureza encarrega-se de instruir seu aluno e só então ela o coloca em condições de tirar proveito, sem riscos, das aulas que lhe ministra.

No modo de compreensão de Rousseau, uma criança educada, polida e civilizada, que só aguarda a potência para realizar as instruções prematuras que recebeu, nunca se engana sobre o momento em que alcança esta potência. Não é a natureza que a excita, mas é ela que a força. A natureza não tem mais nada a lhe ensinar ao torná-la homem, pois a criança já o era pelo pensamento muito antes de o ser de fato.

Para Rousseau, o homem amar o que lhe faz algum bem é um sentimento natural! A ingratidão, portanto, não está no coração do homem, mas o interesse sim. O coração só recebe leis de si mesmo.

Quando o pescador lança a linha na água, o peixe vem e permanece ao seu redor sem nenhuma desconfiança; quando, porém, preso pelo anzol escondido sob a isca, o peixe sente que puxam a linha, ele trata de fugir. Será o pescador um benfeitor? E o peixe, será ingrato? Viu-se alguma vez um homem esquecido por seu benfeitor esquecê-lo? Pelo contrário, sempre fala dele com prazer, não pensa nele sem se enternecer; se encontra meios de mostrar-lhe, por algum serviço inesperado, que não se esquece dos que recebeu, com que contentamento interior satisfaz então a sua gratidão! Com que doce alegria faz-se reconhecer! Com que prazer diz-lhe: minha vez chegou! Eis verdadeiramente qual é a voz da natureza: nunca um verdadeiro favor produziu um ingrato. (ROUSSEAU, 1999, p. 307)

De acordo com Rousseau, se o reconhecimento é um sentimento natural e se o professor não destruir seu efeito pela suas próprias mãos, ele pode ter certeza de que seu aluno, começando a perceber o valor de suas atenções, será sensível a elas, contanto que ele não lhe tenha atribuído um preço, e de que elas trarão ao seu coração uma autoridade que nada poderá destruir. Vangloriar-se de seus serviços é torná-los insuportáveis, assim, é preciso esquecê-los para fazer com que ele os lembre. Até que chegue a hora de tratar seu aluno como um homem, Rousseau afirma que o professor não deve fazer questão de sinalizar que ele lhe deve alguma coisa, mas que ele deve a si mesmo. Para formá-lo dócil, pontua o autor, é preciso deixá-lo em liberdade, evitar que ele exalte a sua alma e tratar sempre com ele apenas aquilo que é do seu interesse.

O aprendiz começa a perceber o que seja amar, percebe também que ‘doce laço’ pode unir um homem ao que ele ama e, no zelo que faz com que se ocupe dele continuamente, não vê mais o apego de um escravo, mas o afeto de um amigo.

Assim, sinaliza Rousseau, finalmente entra-se na ordem moral: acaba-se de dar um segundo passo de homem. Rousseau afirma que, se pudesse, mostraria como dos primeiros movimentos do coração erguem-se as primeiras vozes da consciência, e como nascem as primeiras noções do bem e do mal, dos sentimentos de amor e de ódio. Tentaria mostrar que justiça e bondade não são apenas palavras abstratas, meros seres morais formados pelo entendimento, mas verdadeiras afecções da alma iluminada pela razão; que não são mais que um progresso ordenado das afecções primitivas do ser humano; que, pela mera razão, independentemente da consciência, não se pode estabelecer qualquer lei natural; e que todo o direito da natureza não passa de uma quimera, se não é fundamentado numa necessidade natural do coração humano.

Acredita o filósofo que há, no estado da natureza, uma igualdade de fato real e indestrutível, porque é impossível, nesse estado, que a mera diferença de homem para homem seja suficientemente grande para tornar um dependente do outro. Existe, no estado civil uma igualdade de direito quimérica e vã, porque os meios destinados a mantê-la servem-se deles próprios para destruí-la e a força pública somada ao mais forte, para oprimir o fraco, rompe a espécie de equilíbrio que a natureza colocara entre eles.

Na idade de maior atividade, os jovens são limitados a estudos puramente especulativos e depois, sem a menor experiência, são bruscamente jogados no mundo e nos negócios. Rousseau considera que a razão não é menos chocada do que a natureza e não fica surpreendido por tão pouca gente saber conduzir-se. Ele reflete sobre se o seu Emílio será um cavaleiro errante, um reparador de erros, um paladino, se ele irá ingerir-se nos negócios públicos, fazer-se de sábio e de defensor das leis junto aos grandes, aos magistrados, ao príncipe, fazer-se de procurador junto aos juízes e de advogados nos tribunais. Rousseau afirma que ignora tudo isso.

Por outro lado, pontua que seu aprendiz fará tudo o que souber para ser útil e bom, nada fará além disso, e ele sabe que nada é útil e bom para ele se não convém à sua idade. Ele sabe que seu primeiro dever é para consigo mesmo; que os jovens devem desconfiar de si mesmos, ser circunspectos em sua conduta, respeitosos para com os mais velhos, moderados e discretos ao conversar sobre amenidades, modestos nas coisas indiferentes, mas ousados no bem agir e corajosos para dizer a verdade. Acrescenta ainda o autor que o seu aluno (Emílio) não é o

homem do homem, mas o homem da natureza e que, com certeza, ele deve ser muito estranho aos olhos do tempo de hoje.

Nas reflexões de Rousseau, existe um ponto de origem: o nascimento do homem, de que todos partem igualmente. Aos seis anos, o seu aluno pouco difere dos demais, porque ainda não houve tempo de se desfigurar; agora eles já não têm nada de parecido e a idade do homem feito, de que ele se aproxima, deve mostrá-lo sob uma forma absolutamente diferente, se é que todo o seu trabalho não foi perdido.

Rousseau acrescenta que a quantidade de saber talvez seja igual de uma parte e de outra, mas as coisas sabidas não se assemelham. Haverá espanto por encontrar no aluno um dos sentimentos sublimes de que os outros não têm a menor semente: a compaixão. Porém, é preciso considerar também que os outros alunos já são filósofos e teólogos completos, antes que Emílio saiba até mesmo o que seja a filosofia e tenha ouvido falar de Deus.

Rousseau acredita que quem já pensou, pensará sempre e, uma vez exercitado na reflexão, o entendimento não poderá mais permanecer em repouso. Poder-se-ia, pois, acreditar que esse trabalho com o aprendiz é demais ou demasiado pouco, que o espírito humano não é por natureza tão pronto a se abrir e que, depois de lhe ter dado facilidades que ele não tem, mantendo-o por um tempo longo demais inscrito num círculo de ideias que ele deve ter ultrapassado. O filósofo salienta que é preciso ter estudado os corpos por muito tempo para formar uma verdadeira noção dos espíritos e suspeitar que eles existem. Na sua opinião, a ordem contrária só serve para estabelecer o materialismo.

Ao se referir à religião, como conteúdo de aprendizagem na idade da energia e da força, Rousseau indaga-se a qual delas deverá filiar-se o homem da natureza. A resposta é muito simples, acrescenta ele, não o filia nem a esta, nem àquela religião, mas o coloca em condições de escolher aquela a que seja conduzido pelo melhor emprego da razão.

Rousseau crê que a consciência não seja obra dos preconceitos e que, por sua experiência, ela se obstina em seguir a ordem da natureza contra as leis dos homens. Para ele, por mais que proibam ao homem isto ou aquilo, os remorsos sempre o repreendem com a pouca força que a natureza bem ordenada lhe permite, e com mais forte razão o que ela lhe prescreve.

Para a idade da força e da energia vital, o melhor caminho é continuar com a voz da inocência, para não atropelar os movimentos da natureza. Assim, afirma Rousseau:

Ó bom rapaz, ela ainda nada disse aos teus sentidos; vive por muito tempo no feliz estado em que sua voz é a inocência! Lembra que a ofendemos ainda mais quando a antecipamos do que quando a combatemos; devemos começar por aprender a resistir para saber quando podemos ceder sem crime. (ROUSSEAU, 1999, p. 356)

Entende o autor que a insuficiência do espírito humano é a primeira causa da prodigiosa diversidade de sentimentos, e que o orgulho é a segunda. Não se tem a medida dessa máquina imensa, não se pode calcular suas relações; não se conhece nem suas primeiras leis nem sua causa final; o homem ignora a si mesmo; não conhece nem sua própria natureza, nem seu princípio ativo; mal se sabe se o homem é um ser simples ou composto; mistérios impenetráveis rodeiam-no por toda parte, eles estão acima da região sensível e, para penetrá-los, acredita-se ter inteligência, tempo e imaginação.

Rousseau acredita que perceber é sentir; comparar é julgar; julgar e sentir não são a mesma coisa. Pela sensação, os objetos oferecem-se a mim separados, isolados, tais como existem na natureza; pela comparação, movimento-os, transporto-os, por assim dizer, coloco-os uns sobre os outros para julgar sua diferença ou sua semelhança e geralmente as suas relações. Acrescenta que a faculdade distintiva do ser ativo ou inteligente é poder dar sentido à palavra *é*.

Rousseau afirma buscar em vão, no ser puramente sensitivo, a força inteligente que superpõe e depois sentencia, que não seria capaz de vê-la em sua natureza. Este ser passivo sentirá cada objeto separadamente ou até sentirá o objeto total formado pelos dois, não tendo, porém, nenhuma força para dobrá-los um sobre o outro, nunca os comparará, não os julgará. Para o autor de Genebra, as primeiras causas do movimento não estão na matéria, esta recebe o movimento e o comunica, mas não o produz. Quanto mais ele observa a ação e a reação das forças da natureza agindo umas sobre as outras, mais considera que, de efeitos em efeitos, deve-se sempre remontar a alguma vontade como primeira causa; pois supor um progresso de causas ao infinito é não supor causa nenhuma.

No processo de desenvolvimento humano, Rousseau crê que uma vontade move o universo e ainda a natureza. Eis aí o seu primeiro dogma ou o seu primeiro artigo de fé. Indaga-se: 'como uma vontade produz uma ação física e corporal?' Ele não sabe responder. No entanto, afirma que experimenta nele mesmo o que ela produz. Ele quer agir e age; quer mover seu

corpo e seu corpo se move, mas que um corpo inanimado e em repouso venha a se mover, isto é incompreensível e sem exemplo. A vontade é por ele conhecida por meio de seus atos, não por sua natureza. Ele conhece essa vontade como causa motriz, mas conceber a matéria produtora do movimento é claramente conceber um efeito sem causa, é conceber absolutamente nada, finaliza.

Para Rousseau é muito estranho que se parta dessa mesma incompreensibilidade para confundir as duas substâncias, como se operações de naturezas tão diferentes se explicassem melhor num só sujeito do que em dois.

O autor pondera que as ideias gerais e abstratas são a fonte dos maiores erros dos homens. Nunca o jargão da metafísica fez com que se descobrisse uma única verdade e ele encheu a filosofia de absurdos, de que se tem vergonha, tão logo foi despojado de suas grandes palavras. Provocando, Rousseau indaga:

Dize-me, meu amigo, se quando te falam de uma força cega espalhada por toda a natureza levam alguma verdadeira ideia ao teu espírito. Acredita-se dizer alguma coisa através de palavras vagas como força universal, movimento necessário, e não se diz absolutamente nada. A ideia do movimento não é senão a ideia da translação de um lugar para o outro; não há movimento sem alguma direção, pois um ser individual não seria capaz de mover-se ao mesmo tempo em todos os sentidos. (ROUSSEAU, 1999, p. 368)

O filósofo afirma que, conhecendo as suas insuficiências, nunca raciocinará sobre a natureza de Deus, a menos que seja forçado a isso pelo sentimento de suas relações consigo. Acrescenta ainda que o quadro da natureza só lhe oferecia harmonia e proporções, o gênero humano só lhe oferece confusão e desordem! Para ele, o concerto reina entre os elementos e os homens estão no caos, além disso, crê que os animais são felizes, só seu rei é miserável!

Quanto mais ele reflete sobre o pensamento e sobre a natureza do espírito humano, mais acha que o raciocínio dos materialistas se parece com o de um surdo.

Eles são surdos, de fato, à voz interior que lhes grita num tom difícil de se ignorar: uma máquina não pensa, não há nem movimento, nem figura que produza a reflexão; alguma coisa em ti procura romper as correntes que o prendem. O espaço não é tua medida, o universo inteiro não é suficientemente grande para ti; teus sentimentos, teus desejos, tua inquietação, teu próprio orgulho têm um princípio diferente do corpo estreito dentro do qual te sentes acorrentado. (ROUSSEAU, 1999, p. 376)

Rousseau reconhece que se o homem é ativo e livre, ele age por si mesmo, e tudo o que faz livremente não entra no sistema ordenado da providência e não lhe pode ser imputado. Ela

não quer o mal que o homem faz abusando da liberdade que ela lhe dá, mas não o impede de fazê-lo. Ela o fez livre para que ele fizesse não o mal, mas o bem por escolha.

O filósofo questiona: não é a dor do corpo um sinal de que a máquina não está funcionando bem e uma advertência para que seja reparada? Não envenenam os maus suas próprias vidas e a nossa? Quem gostaria de viver para sempre? Responde, ele mesmo, a morte é o remédio para os males que os homens fazem uns aos outros e a natureza quis que o homem não sofresse para sempre; não esquecendo de ressaltar que está sujeito a poucos males o homem que vive na simplicidade primitiva.

Rousseau acredita que o mal geral só pode estar na desordem e observa, no sistema do mundo, uma ordem que não se desmente. O mal particular está apenas no sentimento do ser que sofre, e tal sentimento o homem não recebeu da natureza, causou-o a si mesmo.

Não digo que os bons serão recompensados, pois que outro bem pode aguardar um ser excelente a não ser existir de acordo com a sua natureza? Mas digo que serão felizes, porque o seu autor, o autor de toda a justiça, tendo-o criado sensíveis, não os criou para sofrerem, e, não tendo abusado de sua liberdade na terra, não frustraram sua destinação por sua culpa; no entanto sofreram nesta vida, serão portanto indenizados numa outra. (ROUSSEAU, 1999, p. 382-383)

O autor afirma que Deus já não é corporal e sensível; para ele, a suprema inteligência que rege o mundo já não é o próprio mundo. Pensa ser em vão elevar e em vão cansar o seu espírito para conceber a sua essência. Quando pensa que é ela que dá vida e atividade à substância viva e ativa que rege os corpos animados; quando ouve dizer que sua alma é espiritual e que Deus é um espírito, indigna-se contra esse aviltamento da essência divina; como se Deus e a sua alma tivessem a mesma natureza; como se Deus não fosse o único ser absoluto, o único realmente ativo, que sente, pensa, quer por si mesmo, e do qual o homem recebeu o pensamento, o sentimento, a atividade, a vontade, a liberdade, o ser!

Continuando o seu método, Rousseau esclarece que ele não extrai regras dos princípios de uma elevada filosofia, mas as encontra escritas pela natureza no fundo do coração de forma indestrutível. Vezes demais a razão engana, conquista-se até demais o direito de recusá-la, mas a consciência nunca engana. Ela é o verdadeiro guia do homem; ela está para a alma assim como o instinto está para o corpo: quem a segue obedece à natureza e não tem medo de se perder.

Acredita Rousseau que, nessa idade, é tempo para dialogar sobre Deus, a consciência, a morte... Enfim, sobre questões que permitem que se detenha um pouco mais para esclarecê-las e continuar o processo de desenvolvimento da idade da sabedoria.

O autor destaca que se a bondade moral é conforme a natureza humana, o homem só pode ser são de espírito ou bem constituído na medida em que é bom. Se ela não o é, e o homem é naturalmente mau, ele não pode cessar de sê-lo sem se corromper e a bondade é nele apenas um vício contra a natureza.

Obedecemos à natureza e saberemos com que doçura ela reina e que encanto encontramos, depois de tê-la escutado, em dar um bom testemunho de nós mesmos. O mau teme a si mesmo e se evita; diverte-se lançando-se para fora de si mesmo; gira ao seu redor seus olhos inquietos, à procura de um objeto que o divirta; sem a sátira amarga, sem a zombaria insultante, ele estaria sempre triste; o riso irônico é seu único prazer. (ROUSSEAU, 1999, p. 389)

Rousseau salienta que não há nada no espírito humano além do que se introduz pela experiência e que somente se julga alguma coisa a partir das noções adquiridas. Os pretensos sábios ousam rejeitar esse acordo evidente e universal das nações e, contra a clara uniformidade do juízo dos homens, vão procurar nas trevas algum exemplo obscuro e só conhecido por eles, como se as inclinações da natureza fossem anuladas pela depravação de um povo e, por ser monstros, constituída de espécie nada mais fosse.

Portanto, ele não crê que seja impossível explicar, como consequência da natureza humana, o princípio imediato da consciência, independente da própria razão. Segundo suas convicções, a consciência é um instinto divino, imortal e celeste voz; é um guia seguro de um ser ignorante e limitado, mas inteligente e livre; juiz infalível do bem e do mal, que torna o homem semelhante a Deus. A consciência faz a excelência da natureza e da mortalidade de suas ações, sem ela nada se sente em si mesmo que se eleve acima dos animais, a não ser o triste privilégio de perder-se de erros em erros, com o auxílio de um entendimento sem regra e de uma razão sem princípio.

Suponhamos que a majestade divina digne-se a rebaixar-se o bastante para tornar um homem o porta-voz de suas vontades sagradas; será razoável, será justo exigir que todo o gênero humano obedeça à voz desse ministro sem dá-lo a conhecer como tal? Será justo dar-lhe como cartas de recomendação apenas alguns sinais particulares feitos diante de poucas pessoas obscuras, dos quais todos os demais homens nada saberão a não ser por ouvir dizer? Em todos os lugares do mundo, se considerássemos verdadeiros todos os prodígios que o povo e os simples dizem ter visto, cada uma das seitas seria a certa; haveria mais prodígios do que acontecimentos naturais, e o maior de todos os milagres seria que no lugar onde houvesse fanáticos perseguidos não houvesse milagres. É a ordem inalterável da natureza que melhor mostra a sábia mão que a rege; se acontecessem muitas exceções, eu já

não saberia o que pensar, e, de minha parte, creio demais em Deus para acreditar em tantos milagres tão pouco dignos dele. (ROUSSEAU, 1999, p. 405)

Se um homem vier dizer-nos estas palavras: Mortais, anuncio-vos a vontade do Altíssimo; reconheci em minha voz aquele que me envia. Ordeno ao sol que mude seu curso, às estrelas que formem outros arranjos, às montanhas que se aplainem, às ondas que se elevem, à terra que tome outro aspecto. A estas maravilhas, quem não reconhecerá de imediato o senhor da natureza! Ela não obedece aos impostores; seus milagres realizam-se nas encruzilhadas, nos desertos, nos quartos, e é lá que eles conseguem facilmente um pequeno número de espectadores já dispostos a acreditar em tudo. (ROUSSEAU, 1999, p. 405)

Rousseau toma como testemunha o Deus de paz, que ele adora e que anuncia que as suas buscas foram sinceras, mas, vendo que não tinham nem jamais teriam êxito e que naufragavam num oceano sem praias, voltou atrás e limitou-se à sua fé e às suas noções primitivas. Nunca pôde acreditar que Deus o ordenasse, sob pena de ir para o inferno, ser douto. Assim, fechou todos os livros. Acrescentando que, deles, um só há que está aberto a todos os olhos: é o da natureza. É nesse grande e sublime livro que ele aprende a servir e a adorar seu divino autor. Ninguém tem desculpas para não o ler, pois ele fala a todos os homens uma língua inteligível a todos os espíritos.

Rousseau orienta que devem ser evitadas aqueles que, sob o pretexto de explicar a natureza, semeiam desoladoras doutrinas no coração dos homens, pois seu ceticismo aparente é cem vezes mais peremptório e mais dogmático do que o tom resolutivo de seus adversários. Sob o altivo pretexto de que só eles são esclarecidos, verídicos e de boa-fé, submetem o outro imperiosamente a suas decisões definitivas e pretendem oferecer, como verdadeiros princípios das coisas, os ininteligíveis sistemas que construíram em suas imaginações. Portanto, a verdade habita o coração humano e nele estão as respostas para se manter vivo e continuar solidariamente ético por interesse e vontade.

Não como uma regra dos sentimentos que se deve seguir em matéria de religião, mas como um exemplo da maneira como se pode raciocinar com o aluno, Rousseau afirma que escreve para evitar o afastamento do método que ele procurou estabelecer:

Enquanto nada concedemos à autoridade dos homens, nem aos preconceitos do país onde nascemos, as luzes da razão sozinhas não podem, na escola da natureza, levar-nos mais longe do que à religião natural, e é a isto que me limito com meu Emílio. Se ele tiver uma outra, não tenho neste ponto direito de ser seu guia; cabe a ele escolher. (ROUSSEAU, 1999, p. 429)

Ao prescrever a religião natural, Rousseau está ao mesmo tempo sinalizando, como uma das ações efetivas para preservar as características do homem da natureza, o favorecimento do

desenvolvimento da energia e da força vital e da idade da sabedoria, a partir da relação direta entre Deus e o homem, sem mediadores externos.

Vale pontuar que Rousseau acredita num trabalho simultâneo entre a educação da natureza e a educação dos homens. Para ele, enquanto a primeira forma o homem físico, a segunda procura formar o homem moral, embora acredite que os progressos não sejam os mesmos.

O corpo físico desenvolve-se mais rapidamente. Ele vai ficando cada vez mais robusto e forte, enquanto a alma ainda está inerte e fraca e, faça a arte humana o que for, o temperamento sempre precede a razão. O fundamento, portanto, para favorecer a preservação do homem da natureza é reter o temperamento, o ardor das paixões e exercitar o amor-de-si, para que o homem seja sempre uno, o mais possível.

O filósofo enfatiza que, desenvolvendo o caráter, o homem pode despistar sua sensibilidade nascente e ordenar a si próprio a impressão dos objetos sensíveis. Remontando ao princípio das coisas, é preciso subtrair-se ao império dos seus sentidos e, de certa maneira, elevar-se do estudo da natureza à busca de seu autor.

Com esse exercício, segundo Rousseau, poderá ganhar tempo duplamente, atrasando em proveito da razão, o progresso da natureza. Mas, questiona-se: é possível atrasar esse progresso? Para ele, impossível, no entanto o seu trabalho consistiu em impedir que a imaginação se acelerasse. Ele propõe, portanto, contrabalançar com lições de outra espécie as lições precoces que o jovem recebe de outra parte. Enquanto o turbilhão das instituições sociais o arrasta, puxá-lo em sentido contrário através de outras instituições não é fazer com que mude de lugar, é mantê-lo no mesmo, ou seja, é preservar o seu estado original, o estado de natureza.

Aos 25 anos, aproximadamente, conforme Rousseau, o verdadeiro momento da natureza chega, é preciso que ele chegue mesmo e esse é o momento da reprodução. Já que o homem deve morrer, ele deve reproduzir-se, para que a espécie permaneça e a ordem do mundo seja conservada. É preciso, nesse período, deixar de usar para com ele o antigo tom, para sempre. Embora sob a responsabilidade do professor, agora ele já não é mais aluno, é um amigo. É um homem, e deve ser tratado como tal.

Não se deve fazer frente a seus desejos nascentes, muito menos tratar tolamente como crimes as suas novas necessidades, pois não seremos escutados por muito tempo. Por outro lado, na perspectiva de Rousseau, devemos considerar sempre que somos o ministro da natureza e nunca seremos o seu inimigo.

No entanto, Rousseau alerta que existem tantas contradições entre os direitos da natureza e nossas leis sociais que, apenas dar ouvidos às inclinações e seguir as indicações não é suficiente para a obtenção de resultados positivos. Para conciliar os direitos da natureza e as leis sociais, é preciso usar de muita arte para impedir o homem social de ser totalmente artificial.

Na concepção rousseuniana, deve-se considerar que a natureza não tem um prazo fixo para que se possa antecipar ou retardar o seu progresso, porém, sem sair de sua lei, é possível supor que a criança ou o jovem tenha permanecido até então em sua primitiva inocência, graças às atenções e cuidados dispensados. Cercado de perigos cada vez maiores, por mais que se busque o contrário, o aluno escapará do professor na primeira ocasião, que não tardará a surgir. Caso o aluno siga o cego instinto dos sentidos, certamente ele se perderá. É preciso, portanto, um companheiro, um curador, um preceptor, um adulto para acompanhar e cuidar do seu processo de desenvolvimento.

Rousseau diz que refletiu demais sobre os costumes dos homens e observou a influência invencível desse primeiro momento no resto de sua vida. Se, por acaso, o professor dissimula e finge não ver, o aluno se aproveita de sua fraqueza. Acreditando enganá-lo, despreza-o e o professor, nessa situação, se torna cúmplice de sua perda. Se tentar corrigi-lo, já não o escutará. O professor se tornará um incômodo, odioso e insuportável e o aluno não demorará para se livrar dele. Portanto, só existe um partido razoável a se tomar, é torná-lo responsável perante si mesmo por suas ações, protegê-lo pelo menos das surpresas do erro e mostrar-lhe, claramente, os perigos de que está cercado. Até agora o professor o conteve pela sua ignorância, a partir de então é pela consciência, lucidez de seus atos e atitudes que deverá ser contido.

A prescrição de Rousseau é a seguinte: devemos evitar, por exemplo, proferir gravemente um longo discurso sobre o assunto acerca do qual se quer instruir o jovem, em lugares e horários inapropriados.

Não deis a vosso aluno nenhum tipo de lição verbal. Ele deve receber lições somente da experiência; não lhe ordeneis nenhum tipo de castigo, pois ele não sabe o que é ser culpado; não façais nunca com que peça desculpas, pois não saberia ofender-vos. (ROUSSEAU, 1999, p. 89)

É preciso, orienta Rousseau, abalar sua imaginação, escolher o tempo, o lugar e os objetos mais favoráveis à impressão que lhe quer causar, chamando – por assim dizer – a natureza como testemunha das conversas e o Ser eterno como testemunha da verdade de suas palavras. Reforçando o raciocínio com imagens e figuras, não se demorando em máximas frias, mas ressaltando em sentimentos transbordantes, a razão do professor, acrescenta o autor, será grave e sentenciosa, mas seu coração nunca terá dito o bastante.

Escolhidos o lugar e o tempo apropriados, faz-se necessário assinalar onde se está: os rochedos, os bosques, as montanhas que os rodeiam como monumentos de suas promessas e das divinas, colocando nos olhos, no tom de voz, nos gestos o entusiasmo e o ardor que lhe querem inspirar.

Rousseau acredita que, ao proceder dessa maneira, o professor terá falado com o jovem e ele o terá escutado, enternecendo-se, ele se emocionará. Compenetrando-se da santidade de seus deveres, o professor torná-los-á mais respeitáveis.

De qualquer modo, em lugar de vãos preceitos, que não paramos de repetir para o jovem antes da hora, e de que ele zomba na idade que seria a certa, se aguardamos, se preparamos o momento de nos fazer ouvir; se então lhe expusermos as leis da natureza em toda a sua verdade; se lhe mostrarmos a sanção dessas mesmas leis com os males físicos e morais que o desrespeito a elas atrai sobre o culpado; se, ao falarmos sobre esse inconcebível mistério da geração, juntarmos à ideia da atração que o autor da natureza dá a esse ato a ideia da ligação exclusiva que o torna delicioso, a ideia dos deveres de fidelidade, de pudor que o envolvem e duplicam seu encanto ao cumprir seu objetivo; se, ao lhe mostrarmos o casamento não só como a mais doce das sociedades, mas como o mais inviolável e o mais santo de todos os contratos, dissermos com ênfase todas as razões que tornam um laço tão sagrado respeitável para todos os homens e que cobrem de ódio e de maldição todos os que ousarem macular a sua pureza; se lhe pintarmos um quadro impressionante e verídico dos horrores da libertinagem, de seu estúpido embrutecimento, da queda imperceptível pela qual uma primeira desordem conduz a todas e arrasta enfim aquele que se entrega a ela para sua perda; se, digo eu, lhe mostramos com evidência como dependem do gosto pela castidade a saúde, a força, a coragem, as virtudes, o próprio amor e todos os verdadeiros bens do homem, afirmo que então tornaremos essa mesma castidade desejável e querida para ele e encontraremos seu espírito dócil para com os meios que lhes oferecermos para conservá-la; pois enquanto a conservamos, a respeitamos; só a desprezamos depois de tê-la perdido. (ROUSSEAU, 1999, p. 445)

Assim, o autor do *Emílio* afirma que aqueles que querem orientar a juventude no intuito de preservá-la das armadilhas dos sentidos fazem-na sentir horror pelo amor, e de bom grado transformariam em crime pensar em amor naquela idade, como se ele tivesse sido feito para

os velhos. Essas lições enganosas que o coração desmente não convencem. Para ele, guiado por um instinto mais seguro, o jovem ri em segredo das tristes máximas com as quais finge concordar, e só espera o momento de transgredi-las. O filósofo de Genebra pontua ainda que tudo aquilo é contra a natureza.

Na sua perspectiva, o professor deverá seguir um caminho oposto para chegar com mais segurança ao mesmo fim. Ele não deverá temer embelezar o doce sentimento de que o jovem está ávido, retratá-lo então como a suprema felicidade da vida, porque o é, de fato.

Ao delinear o amor, Rousseau afirma que o objetivo do professor deverá ser o de fazer com que o jovem se entregue a ele, levando-o a perceber o encanto que acrescenta à atração dos sentidos a união dos corações, a sentir repulsa pela libertinagem e assim, ao torná-lo sábio, torna-o amoroso. As primeiras aulas que os jovens recebem – e as únicas que dão frutos – são as aulas de vício, e não é a natureza que os corrompe, é o exemplo.

O maior tirano de um ser humano é ele mesmo. Por conta dos furores de um temperamento ardente, que podem ser invencíveis, muitas vezes, o jovem será subjugado a si mesmo. Assim, não se pode hesitar um instante, pois a finalidade da natureza não deve ser desviada e o único que poderá libertá-lo será ele mesmo.

Segundo Rousseau, até os vinte anos o corpo do jovem cresce e precisa da sua substância, o autodomínio faz então parte da ordem da natureza e somente se comete uma falha contra ela à custa da própria constituição humana. Depois dos vinte anos, o autodomínio é um dever de moral, é importante para se aprender a ter domínio sobre si mesmo, a se permanecer senhor dos apetites. No entanto, o filósofo salienta que os deveres morais têm suas modificações, suas exceções, suas regras. Quando a fraqueza humana torna inevitável uma alternativa, dos dois males se deve escolher o menor, pois, na sua ótica, em qualquer ocasião, mais vale cometer um erro do que contrair um vício.

Basear-se na ordem da natureza é, para Rousseau, uma das principais condições para o desenvolvimento dos seres humanos. Segundo pensa, ninguém será mais exato em tudo e até sobre a boa ordem da sociedade, se esse for o fundamento. Portanto, é preciso que o jovem aprenda a respeitar, por exemplo, um ser humano mais velho do que um magistrado de sua idade. Considerando que um jovem educado frequentará os círculos onde haverá pessoas de

várias idades, será sempre um dos mais modestos, não pela vaidade de parecer humilde, mas sim por um sentimento natural e fundado na razão.

A natureza é a grande mestra. Considerando que a aprendizagem também ocorre por imitação, precisamos imitar a natureza, compreendê-la e viver conforme os seus preceitos:

Em seus trabalhos, os homens nada fazem de belo a não ser por imitação. Todos os verdadeiros modelos do gosto estão na natureza. Quanto mais nos distanciamos do mestre, mais nossos quadros se desfiguram. Portanto, é dos objetos que amamos que tiramos nossos modelos, e o belo da fantasia, sujeito ao capricho e à autoridade, nada mais é do que o que agrada aos que nos governam. (ROUSSEAU, 1999, p. 470)

Rousseau acredita que é necessário o homem permanecer perto da natureza o quanto possível, para dar prazer aos sentidos que recebeu dela, confiante de que, quanto mais ela contribuía para os prazeres humanos, mais ele encontra realidade neles. Na escolha dos objetos de imitação, por exemplo, ele afirma que sempre a tomaria como modelo ou, quando aflorados os apetites, dar-lhe-ia preferência, consultando-a sempre sobre os gostos. Quanto aos alimentos, recomenda que se prefira aqueles que ela prepara e que passam por menor número de mãos antes de chegar às mesas.

Pela mesma razão – Rousseau afirma – ele não imitaria os que, só estando contentes onde estão, sempre põem as estações em contradição consigo mesmas e os climas em contradição com as estações. Buscando o verão no inverno e o inverno no verão, vão sentir frio na Itália e calor no norte, sem pensar que, acreditando escapar aos rigores das estações, vão encontrá-los nos lugares onde as pessoas não aprenderam a defender-se deles. De sua parte, Rousseau ressalta que escolheria ficar no mesmo lugar ou faria tudo ao contrário. Segundo ele, é saudável para o homem aproveitar tudo o que tem de agradável uma estação e tudo o que um clima tem em particular, pela diversidade de prazeres e de hábitos que não se pareceriam e que sempre fariam parte da natureza.

Para Rousseau, o homem deve primar pelo exercício da autenticidade, sendo ele mesmo mesmos todo o tempo e não lutando contra a natureza. Esses vãos esforços desgastam a vida e impede de gozá-la. Por conseguinte, “viver livre e depender pouco das coisas humanas é o melhor meio de aprender a morrer.” (ROUSSEAU, 1999, p. 269)

O autor considera que o jovem não terá pela sociedade a admiração estúpida de um avoador, mas o discernimento de um espírito reto e justo. Suas paixões poderão iludi-lo, sem dúvida, e

quando é que não iludem os que se entregam a elas? Mas pelo menos não será enganado pelas paixões dos outros. Se as vir, certamente, as verá com os olhos do sábio, sem ser arrastado por seus exemplos nem seduzido por seus preconceitos.

Segue-se daí que para levar um jovem à humanidade, longe de fazer com que admire a sorte brilhante dos outros, deva-se mostrar-lhe as consequências de desejar uma vida alienada. Segundo Rousseau, é preciso fazer com que o aprendiz tema essa triste 'sorte'. Então, conclui fervorosamente o genebrino, o jovem deve abrir para si um caminho rumo à felicidade, que não siga os rastros de ninguém...

LIVRO III – O AMOR-DE-SI

Felizes os povos em meio aos quais se pode ser bom sem dificuldade e justo sem virtude! Se houver algum miserável estado no mundo em que cada qual não possa viver sem fazer mal e em que os cidadãos sejam patifes por necessidade, não é o malfeitor que se deve enforcar, e sim quem o força a se tornar tal. (ROUSSEAU, 1999, p. 247)

Como é preciso ser limitado para não ver nos desejos nascentes de um jovem mais do que obstáculos para as lições da razão! De minha parte, vejo neles o verdadeiro meio de torná-lo dócil a essas mesmas lições. Só conquistamos autoridade sobre as paixões através das paixões; é por seu poderio que devemos combater sua tirania, e é sempre da própria natureza que devemos tirar os instrumentos próprios para ordená-la. (ROUSSEAU, 1999, p. 449)

Não se deve confundir amor-próprio e amor de si mesmo; duas paixões muito diferentes por sua natureza e por seus efeitos. O amor de si mesmo é um sentimento natural que leva todo animal a procurar sua própria conservação e que, dirigido no homem pela razão e modificado pela piedade, produz humanidade e a virtude. O amor-próprio nada mais é que um sentimento relativo, fictício e nascido na sociedade, que leva cada indivíduo a dar mais importância a si mesmo do que a qualquer outro, que inspira aos homens todos os males que estes se fazem mutuamente e que é a verdadeira fonte da honra. (ROUSSEAU, nota – a 15 – Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes)

8. PREÂMBULO, OU SOBRE O AMOR

Numa palavra, Rousseau ressalta que se deve ensinar o aluno a amar todos os homens, mesmo aqueles que o menosprezam. É preciso fazer com que o estudante não se situe em nenhuma classe, mas que se reconheça em todas. Diante dele, deve-se falar do gênero humano com ternura, até mesmo com piedade, mas nunca com desprezo.

Na perspectiva rousseauiana, todo apego é sinal de insuficiência. Se cada um de nós não tivesse nenhuma necessidade dos outros, não pensaria em se unir a eles. Assim, afirma o autor dos *Devaneios do caminhante solitário*, de nossa mesma imperfeição nasce nossa frágil felicidade. Embora pontuando que um ser realmente feliz é um ser solitário, Rousseau acredita que só Deus goza de uma felicidade absoluta, questionando se há alguém que compreenda o que seja isso. O filósofo de Genebra problematiza com as seguintes questões: se algum ser imperfeito pudesse bastar a si mesmo, de que ele gozaria? Estaria só, seria miserável? Ele diz não poder conceber que quem de nada precisa possa amar algo e que quem nada ama possa ser feliz. Segundo ele, portanto, para ser feliz, é preciso amar e ter necessidade de alguma coisa.

Logo no início do processo do desenvolvimento humano, reconhece-se que o primeiro sentimento de uma criança é amar a si mesma e o segundo, que deriva do primeiro, é amar os que lhe são próximos. Na sua percepção, o estado de fraqueza em que se encontra não conhece ninguém a não ser pela assistência e pela atenção que recebe.

Rousseau supõe que o amor sempre será dignificado pelos homens, ainda que o amor os desorienta ou afaste qualidades reprováveis de seu coração ou as produza, pois, segundo pensa, o amor dispõe de propriedades indispensáveis à sua promoção no coração dos homens.

O verdadeiro amor sempre será honrado pelos homens, pois, embora seus arroubos nos desorientem, embora não exclua do coração que o sente qualidades odiosas, e até mesmo as produza, ele no entanto dispõe sempre de qualidades estimáveis, sem as quais o homem não estaria em condições de senti-lo. Essa escolha que se põe em oposição à razão vem-nos dela. (ROUSSEAU, 1999, p. 276)

Jean-Jacques crê que a piedade é um sentimento doce porque, ao se colocar no lugar de quem sofre, o homem sente o prazer de não sofrer como o seu semelhante. Por outro lado, o filósofo acredita que a inveja seja amarga, na medida em que o aspecto de um homem feliz, longe de colocar o invejoso em seu lugar, dá-lhe a tristeza de não estar nele. Para Rousseau, a

piedade tira os males de quem sofre e a inveja subtrai da pessoa os bens de que ela desfrutaria em abundância.

Afirma ainda o autor genebrino que a inclinação do instinto é indeterminada. O movimento da natureza é um sexo atraído pelo outro. A escolha, as preferências e o apego pessoal, no entanto, são obras das luzes, dos preconceitos e do hábito. O filósofo pontua que é preciso tempo e conhecimentos para se tornar capaz de amor. Somente se ama após ter julgado, somente há escolhas após ter comparado, finaliza contundentemente.

Diz-se cego o amor, porque ele tem olhos melhores do que os nossos e vê relações que não conseguimos perceber. Para quem não tivesse ideia alguma de mérito ou de beleza, toda mulher seria igualmente boa, e a primeira a aparecer seria sempre a mais amável. Longe de vir da natureza, o amor é a regra e o freio de suas inclinações; é por ele que, com exceção do objeto amado, um sexo não é mais nada para o outro. (ROUSSEAU, 1999, p. 276)

Rousseau ressalta que, quando se ama, se quer ser amado e, ao se amar os homens, se quer agradá-los. Segundo ele, os costumes são muito importantes para a concretude dessa premissa. Os homens que os têm são verdadeiros adoradores dos humanos. Acrescenta que a solicitude dos homens mudará sensivelmente de forma conforme as condições.

O exercício das virtudes sociais leva ao fundo dos corações o amor à humanidade; é fazendo o bem que nos tornamos bons; não conheço outra prática mais segura. Ocupai vosso aluno com todas as boas ações que estiverem ao seu alcance; seja o interesse dos indigentes sempre o dele. (ROUSSEAU, 1999, p. 331)

É importante ressaltar que, segundo Rousseau, antes de saber o que seja amar, o jovem não deve dizer a ninguém: ‘Eu te amo’, nem fingir chorar quando da morte de alguém, pois não sabe o que seja a morte.

O autor pontua que se pode observar no jovem aprendiz as correntes que cercam o seu coração: a razão, a amizade, o reconhecimento... Muitos afetos falam-lhe num tom que ele não pode ignorar. O vício ainda não o tornou surdo à voz desses afetos. Ele ainda só é sensível às paixões da natureza, que é o amor-de-si. Esse sentimento o entrega ao professor e ao hábito também.

Se o arroubo de um momento, ressalta Rousseau, porventura conduzi-lo para outro caminho, as saudades logo o trazem de volta: o sentimento que liga aprendiz-professor é o único permanente. Para o filósofo genebrino, todos os outros passam e apagam-se mutuamente. É preciso evitar o jovem se corromper, para que sempre seja dócil, uma vez que ele somente começa a ser rebelde quando está pervertido.

Em se tratando do amor entre os sexos, quando se deixa de amar, a pessoa que se ama permanece a mesma de antes, mas não mais vista do mesmo modo. De acordo com o autor do *ensaio sobre a origem das línguas*, o véu do encanto cai e o amor desaparece. No entanto, eis que se cria uma imagem de amor e vive-se a ilusão dos objetos reais...

e o que é o amor além de uma quimera, uma mentira, uma ilusão? Amamos muito mais a imagem que criamos do que o objeto a que a aplicamos. Se víssemos o que amamos exatamente como é, já não haveria amor na terra. (ROUSSEAU, 1999, p. 452)

Na perspectiva do filósofo, o aspecto de um homem feliz inspira aos outros menos amor do que inveja. De bom grado o acusariam de usurpar um direito que não tem, ao criar para si mesmo uma felicidade exclusiva. O amor-de-si também sofre ao fazer sentir que tal homem não tem qualquer necessidade de outra pessoa, mas quem não tem pena do infeliz que vê sofrer? Quem não gostaria de libertá-lo dos males, se bastasse um desejo para tanto? Questiona-se Rousseau.

9. O QUE É O AMOR-DE-SI?

A fonte é natural, é verdade, mas mil riachos estranhos somaram suas águas à dela; é um grande rio que se engrossa sem parar e no qual com dificuldade encontraríamos algumas gotas de suas águas. Nossas paixões naturais são muito limitadas, são os instrumentos de nossa liberdade, tendem a nos conservar. Todas as paixões que nos subjugam e nos destroem vêm-nos de outra parte; a natureza não no-las dá, apropriamo-nos delas à sua revelia. (ROUSSEAU, 1999, p. 273)

O que é o amor-de-si? Essa tem sido uma das questões que vem movendo este trabalho desde o início da pesquisa, na filosofia educacional de Jean-Jacques Rousseau. Usando a metáfora do rio e as suas águas, Rousseau considera que as paixões naturais são limitadas, no entanto se constituem em ‘instrumento de liberdade’ e tendem a conservar os seres humanos...

Ao refletir sobre a natureza do homem, o genebrino acreditou descobrir nela dois princípios distintos, dos quais um elevava-o ao estudo das verdades eternas, ao amor da justiça e do belo à moral, às regiões do mundo intelectual cuja contemplação faz as delícias do sábio; o outro o trazia de volta a si mesmo, sujeitava-o ao império dos sentidos, às paixões que são seus ministros e contrariava por elas tudo o que lhe inspirava o sentimento do primeiro. Sentindo-se puxado e disputado por esses dois movimentos contrários, ele pensava: não, o homem não é outro; quer e não quer, sente-se ao mesmo tempo escravo e liberto; vê-se bem, ama-se e faz

o mal; ativa-se quando escuta a razão, passiva-se quando suas paixões se arrastam, e seu tormento, quando vencido pelas paixões, é sentir que pode resistir.

Para Rousseau (1999), os primeiros movimentos da natureza são sempre perfeitos e não há, portanto, perversidade original no coração humano. Imagine-se, pois, o homem da natureza delineado nos preâmbulos desta tese, aqui concebido metaforicamente como uma criança. Há nesse ser indícios de elementos que são nocivos à preservação da espécie ou à convivência harmoniosa entre os seres humanos?

Jean-Jacques acredita que não se encontra, no homem da natureza (a criança), um só vício de que não se possa dizer como e por onde entrou. Segundo ele, a única paixão natural ao homem é o amor-de-si-mesmo e o homem somente se torna bom ou mau pela aplicação que se faz dele e pelas relações que se dão com ele. Considerando uma das características do homem a perfectibilidade, tudo lhe será benéfico quando a natureza lhe impõe, no entanto, salienta Rousseau, é importante que uma criança não faça nada porque é vista ou ouvida, nada, nenhuma palavra, por causa dos outros.

Com Rousseau, percebe-se que os seres humanos são, essencialmente, o resultado de um diálogo entre o natural e o culturalmente produzido, embora não se saiba exatamente em que rota ou caminho irá parar, mas se sabe que não há outra via senão aquela já tomada: a via da perfectibilidade, isto é, a busca pelo progresso, pela tecnologia e pela ciência. Assim, uma de suas maiores contribuições, no campo da filosofia da educação, foi sinalizar que a formação humana ressalta o amor-próprio em detrimento do amor-de-si.

O amor-de-si, segundo Rousseau, é a fonte das paixões, a origem e o princípio das outras, a única que nasce com o homem e nunca o abandona enquanto ele vive. O sentimento de autopreservação e benevolência é sua potência. É uma paixão primitiva, inata, anterior às outras e de que todas as outras não passam, em certo sentido, de modificações.

É preciso compreender que o amor-de-si é uma paixão capaz de promover a autopreservação e o sentimento de solidariedade. Qualquer alteração nesse estado de natureza é causada por forças externas, por modificações promovidas pelas ações humanas já corrompidas.

De acordo com Rousseau, é preciso amar a si mesmo para se conservar e é preciso que seja um amor maior do que qualquer outra coisa e, por uma consequência imediata do mesmo sentimento, ama-se o que o conserva.

O que favorece o bem-estar de um indivíduo atrai-o; o que lhe é nocivo repugna-o; isso não passa de um instinto cego. O que transforma esse instinto em sentimento, o apego em amor, a aversão em ódio é a intenção manifesta de prejudicar-nos ou de ser-nos útil. Não nos apaixonamos pelos seres insensíveis que só seguem o impulso que lhe damos, mas aqueles de que esperamos algum bem ou algum mal por sua disposição interior, por sua vontade, aqueles que vemos agir livremente a favor ou contra inspiram-nos sentimentos semelhantes aos que nos revelam. O que nos serve, nós procuramos; mas o que nos quer servir, nós amamos. O que nos prejudica, nós evitamos; mas o que nos quer prejudicar, nós odiamos”. (ROUSSEAU, 1999, p. 274)

Quando se ama, deseja-se obter a preferência que se concede, portanto o amor deve ser recíproco. Para ser amado, é preciso tornar-se amável. Para ser preferido, pelo menos aos olhos do objeto amado, é preciso tornar-se mais amável do que os outros, mais amável do que qualquer outro.

Jean-Jacques acredita que o amor-de-si é sempre bom e sempre conforme a ordem. Estando cada qual encarregado de sua própria conservação, o primeiro e mais importante de seus cuidados é zelar por ela continuamente. O filósofo questiona: ‘como alguém zelar dessa maneira se não tivesse por ela o maior interesse?’ Ele acentua, portanto, que é preciso o homem ter por si mesmo uma disposição capaz de mobilizá-lo, ativando o amor-de-si e conduzindo-o à preservação e ao sentimento de piedade.

Segundo o autor dos *devaneios de um caminhante solitário*, o amor-de-si considera somente o ser humano e fica contente quando as suas verdadeiras necessidades são satisfeitas. Entretanto, o amor-próprio, a que se compara, nunca se satisfaz e, preferindo sempre os outros, exige que os outros o prefiram. Rousseau crê que o amor-próprio possibilita o desenvolvimento de paixões coléricas promotoras de ira, ódio e egoísmo atroz.

O amor de si, que só a nós mesmos considera, fica contente quando nossas verdadeiras necessidades são satisfeitas, mas o amor-próprio, que se compara, nunca está contente e nem poderia estar, pois esse sentimento, preferindo-nos aos outros, também exige que os outros prefiram-nos a eles, o que é impossível. Eis como as paixões odiantas e irascíveis nascem do amor-próprio. Assim, o que torna o homem essencialmente bom é ter poucas necessidades e pouco se comparar com os outros; o que o torna essencialmente mau é ter muitas necessidades e dar muita atenção à opinião. A partir desse princípio, é fácil ver como podemos dirigir para o bem ou para o mal todas as paixões das crianças e dos homens. (ROUSSEAU, 1999, p. 275)

Para o filósofo das luzes, o que torna o homem essencialmente bom é ter poucas necessidades e pouco se comparar com os outros. Por outro lado, o que o torna essencialmente mau é ter muitas necessidades e dar muita atenção à opinião. Portanto, quer seja pela comparação, quer seja pela necessidade, pode-se conduzir as paixões das crianças e dos homens para o bem ou para o mal.

O amor-próprio não é um sentimento natural, mas construído na relação humana. Segundo Rousseau, é fácil perceber como o amor-de-si deixa de ser um sentimento absoluto e torna-se orgulhoso nas grandes almas, vaidade nas pequenas, e em todas elas se alimenta sem parar à custa do próximo. Esse sentimento é nocivo, germina no seio da sociedade e é fonte de inúmeros danos à constituição física e psicológica dos seres humanos.

Rousseau compreende que, tendo o aprendiz olhado apenas para si mesmo, o primeiro olhar que lança a seus semelhantes leva-o a comparar-se a eles, e o primeiro sentimento que excita nele esta comparação é desejar o primeiro lugar. Aí reside o limiar da modificação do amor-de-si em amor-próprio. Eis o momento em que começam a nascer as paixões que dele dependem.

A diferença significativa de percurso, na concepção do filósofo de Genebra, é se as paixões que prevalecerão em seu caráter serão humanas e doces ou cruéis e maléficas; se serão paixões de benevolência e comiseração ou de inveja e cobiça. Para Rousseau, é preciso saber que lugar o aprendiz julgará ser o seu em meio aos homens, e que tipos de obstáculos acreditará ter de vencer para chegar ao lugar que pretende ocupar.

O filósofo enfatiza que honrar o que nos protege e amar o que nos quer bem é uma consequência natural do amor-de-si. Para ele, é o amor-de-si que leva o indivíduo a identificar-se com o próximo. Ao fazer o retorno a si mesmo, crê o filósofo, nasce no coração humano um sentimento de reconhecimento e de bênção ao autor da espécie. Ele declara sua adoração à 'potência suprema', como ele mesmo define, e entenece-se com seus favores. No entanto, Rousseau afirma, contundentemente, que não há razão de se ensinar esse culto, ele é ditado pela própria natureza.

Onde tudo está bem, nada é injusto. A justiça é inseparável da bondade; ora, a bondade é o efeito necessário de uma potência sem limite e do amor de si, essencial a todo ser que sente. Aquele que tudo pode prolonga, por assim dizer, a sua existência com a dos seres. Produzir e conservar são o ato perpétuo da potência; ela não age sobre o que não é; Deus não é o

Deus dos mortos, não poderia ser destrutor e mau sem se prejudicar. Aquele que tudo pode só pode querer o que é bom. (ROUSSEAU, 1999, p. 380)

A potência humana age através de meios, a potência divina age por si mesma. Na concepção rousseauiana, Deus pode porque quer e sua vontade faz o seu poder. A sua bondade é o amor da ordem, pois é pela ordem que Ele conserva o que existe e liga cada parte com o todo. Deus é justo, diz Rousseau, trata-se de uma consequência da sua bondade. Deus é bom, nada é mais evidente, conclui. Já a bondade no homem, para ele, se materializa no amor aos seus semelhantes. A injustiça dos homens é obra deles, e não de Deus, finaliza.

Para o autor, só é preciso fazer com que se distinga as ideias adquiridas e os sentimentos naturais. Para ele o sentir é anterior ao conhecer e, como não se aprende a querer o bem e a evitar o mal, mas se recebe a vontade da natureza, também o amor do bom e o ódio ao mau são tão naturais quanto o amor-de-si-mesmo. O filósofo sinaliza, mais uma vez, que se ama o amor. E o que é o amor senão o sentimento de preservação e benevolência?

Rousseau afirma que não existe coração de homem em que o amor-de-si não tenha raiz. Quanto menos o objeto das atenções humanas depender imediatamente delas mesmas, menos a ilusão do ‘interesse particular’ deverá ser temida; quanto mais se generalizar esse interesse, mais ele se tornará equitativo, e o amor ao gênero humano em cada um dos homens será o amor à justiça.

Tão logo o amor-próprio se desenvolve, o *eu relativo* entra em jogo constantemente e nunca o jovem observa os outros sem se voltar para si mesmo e comparar-se com eles. Trata-se, pois, de saber em que posição junto a seus semelhantes ele se colocará depois de tê-los examinado.

Na concepção de Rousseau, o amor-próprio é um instrumento útil, mas perigoso porque sempre quer levar o homem para além de sua esfera. Além disso, não raro fere a mão que dele se serve e raramente faz o bem sem mal. Considerando sua posição em meio à espécie humana e vendo-se tão bem situado, poderá o jovem aprendiz dizer a si mesmo: “Sou sábio e os homens são loucos”. No entanto, ao ter pena deles, o jovem desprezará os homens e, ao se felicitar, se estimará ainda mais, sentindo-se mais feliz do que eles, acreditando ser mais digno da felicidade. Esse é o erro que mais se deve temer, porque é o mais difícil de se destruir. Entretanto, Rousseau recomenda:

Avisai-o de seus erros antes que ele os cometa; quando os tiver cometido, não o repreveis; não faríeis mais do que excitar e revoltar o seu amor-próprio. Uma lição que revolta não é

proveitosa. Não conheço nada de mais inábil do que esta frase: Eu bem que lhe disse. O melhor meio de fazer com ele se lembre do que lhe dissemos é parecer tê-lo esquecido. (ROUSSEAU, 1999, p. 327)

O ser humano, por sua vez, torna-se o que é abastecido pelos sentimentos convenientes à natureza: o temor da dor, o horror à morte e o desejo de bem-estar. Como não se pode duvidar, salienta Rousseau, o homem é sociável por natureza, ou pelo menos é feito para tornar-se como tal, mas só pode sê-lo através de outros sentimentos inatos: benevolência e autopreservação, isto é, o amor-de-si. Se considerada apenas a necessidade física, ao invés de os aproximar, certamente os dispersará.

Rousseau considera que o jovem aprendiz, imerso num processo educativo que ativa o amor-de-si, nunca incitará dois cães a brigarem e jamais fará com que um cão persiga um gato. Esse espírito de paz, ratifica, é um efeito de sua educação, que, não tendo fomentado seu amor-próprio e uma elevada opinião sobre si mesmo, evita que ele busque seus prazeres na dominação e na infelicidade de outrem. Ele sofre quando vê sofrer: é um sentimento natural. Por outro lado, Rousseau considera que, caso não o protejam dos vícios de saciar-se da condição de ser do outro, um jovem torna-se duro e encontra satisfação em ver o tormento de um ser sensível, quando as vicissitudes da vaidade o fazem encarar-se como isento dos mesmos sofrimentos por sua sabedoria ou por sua superioridade.

Uma maneira de excitar o amor-próprio, por exemplo, conforme Rousseau, é um garoto sempre ouvir falar de Deus com reconhecimento e reverência e, quando ele próprio queria falar a respeito, impunham-lhe silêncio, por ser um assunto considerado sublime e grande demais para ser tratado por ele. O filósofo garante que essa reserva excitava a sua curiosidade e seu amor-próprio sonhava com o momento de conhecer aquele mistério que lhe escondiam com tanto cuidado. Quanto menos lhe falavam de Deus e menos toleravam que ele próprio falasse a respeito, mais ele pensava no assunto. Desse ar de mistério, indiscretamente ostentado, Rousseau diz que o que ele mais temia era que, excitando demais a imaginação de um rapaz, afetassem sua cabeça e finalmente fizessem um fanático em vez de um crente.

Haverá um princípio único das coisas? Ou haverá dois ou vários, e qual é a natureza deles? Nada se sabe sobre isso, e o que importa? Pergunta enfaticamente Rousseau. Ele diz que, à medida que estes conhecimentos forem se tornando interessantes, o indivíduo se esforçaria por adquiri-los, contudo até lá renunciaria a questões inúteis, que podem inquietar o amor-próprio, que também são inúteis à orientação e superiores à razão.

Rousseau demonstra que é bem menos da sensualidade do que da vaidade que se deve preservar um jovem que entra no mundo. Ele cede mais às inclinações dos outros do que às suas próprias. Para o autor do *contrato social*, o amor-próprio faz mais libertinos do que o amor em si mesmo.

O amor-próprio une-se ao desejo e um sai vencedor com a vitória que o outro o fará alcançar. Daí nascem o ataque e a defesa, a audácia de um sexo e a timidez do outro, enfim, a modéstia e a vergonha com que a natureza armou o fraco para sujeitar o forte. Rousseau indigna-se com o fato de que, desde que se começou a educar crianças, não se tenha imaginado outro instrumento para governá-las que não a rivalidade, os ciúmes, a inveja, a vaidade, a avidez, o temor vil, as paixões mais perigosas, mais próprias para fermentar e corromper a alma, ainda antes que o corpo esteja formado.

A cada ensinamento precoce que se quer inculcar na cabeça das crianças, planta-se um vício no fundo de seus corações. Professores insensatos acreditam fazer maravilhas tornando-as más para lhes ensinar o que é a bondade. E depois, segundo Jean-Jacques, se dizem com gravidade: assim é o homem. Sim, afirma o filósofo, assim é o homem que se forma.

Rousseau afirma que as paixões são o principal instrumento de nossa conservação. Portanto, na sua visão, é uma tentativa tão vã quanto ridícula querer destruí-las ou impedir que elas nasçam.

Ora, eu acharia aquele que quisesse impedir que as paixões nascessem quase tão louco quanto quem quisesse destruí-las, e aqueles que acreditam que tenha sido esse o meu plano até aqui com certeza entenderam-me muito mal. (ROUSSEAU, 1999, p. 273)

Declara o filósofo de Genebra que o coração cheio de um sentimento que transborda gosta de extravasar e que da necessidade de uma amante logo nasce a de um amigo. Quem sente como é doce ser amado gostaria de sê-lo por todos e, se todos pudessem querer suas preferências, haveria muitos descontentes. O autor da *carta a Christophe de Beaumont* afirma que, com o amor e a amizade, nascem os desentendimentos, a inimizade e o ódio. Do seio de tantas paixões diferentes se pode verificar que a opinião constrói para si mesma um trono inabalável e os estúpidos mortais, submetidos a seu império, baseiam sua própria existência somente nos juízos de outrem.

Na percepção do autor genebrino, a espécie dessas paixões, não tendo semente no coração das crianças, não pode nascer nele por si mesma, portanto são levadas pelas ações humanas e jamais criam raízes nesse coração, a não ser por responsabilidade do adulto corrompido. Porém, o mesmo não acontece no coração do jovem pois, independente da ação, as paixões nascerão nele apesar de tudo. Nesse momento, como dito no livro anterior, é tempo, portanto, de mudar de método.

Rousseau pontua que se o professor quiser colocar ordem e regra nas paixões nascentes, deve-se ampliar o espaço durante o qual elas se desenvolvem, para que tenham tempo de se arrumarem à medida que vão nascendo. Não é, então, o homem quem as ordena, mas a própria natureza. O trabalho, portanto, do professor, segundo o filósofo, é apenas deixar que ela arranje sua obra.

Eis, portanto, o sumário de toda a sabedoria humana quanto ao uso das paixões: 1. sentir as verdadeiras relações do homem, tanto na espécie quanto no indivíduo; 2. ordenar todas as afecções da alma conforme essas relações. (ROUSSEAU, 1999, p. 284)

Considerando que tudo o que cerca o aprendiz acende sua imaginação, Rousseau considera que, para evitar que os preconceitos o arrastem, é preciso puxá-lo em sentido contrário, possibilitando, conforme acentua o filósofo, que o sentimento aprisione a imaginação e a razão silencie a opinião dos homens.

A fonte de todas as paixões é a sensibilidade, a imaginação determina sua inclinação. Todo ser que sente suas relações é necessariamente afetado quando essas relações se alteram e quando imagina ou acredita imaginar outras relações mais convenientes à sua natureza. São os erros da imaginação que transformam em vícios as paixões de todos os seres limitados, até mesmo dos anjos, se é que existem; pois seria preciso que eles conhecessem a natureza de todos os seres para saber que relações são mais convenientes à sua. (ROUSSEAU, 1999, p. 284)

Tendo em vista que a imaginação determina a inclinação das paixões, o professor precisa educar o jovem numa feliz simplicidade, levando-o pelos primeiros movimentos da natureza na direção das paixões ternas e afetuosas, promovendo a tranquilidade através de atitudes que acalmem a imaginação e favoreçam um pensar próprio, sem levar em questão a opinião alheia.

O filósofo considera que, para excitar e nutrir essa sensibilidade nascente, para guiá-la ou segui-la em sua inclinação natural, há de se oferecer ao jovem objetos sobre os quais possa agir a força expansiva do seu coração, que o dilatem, que o estendam sobre os outros seres, que o façam achar-se fora de si, afastando com cuidado aqueles que o enclausuram. Em outras palavras, Rousseau ratifica o sentido de excitar no aprendiz a bondade, a humanidade,

a comiseração, a beneficência, enfim, as paixões atraentes e doces que agradam naturalmente aos homens, bem como impedindo que nasçam a inveja, a cobiça, o ódio, enfim as paixões repugnantes e cruéis, que, por assim dizer, tornam a sensibilidade não somente nula, mas negativa, e fazem o tormento de quem as experimenta.

É por esses caminhos e outros que tais, bem contrários aos que são praticados, que convém penetrar no coração de um jovem adolescente para nele excitar os primeiros movimentos da natureza, desenvolvê-lo e estendê-lo até seus semelhantes. A isso acrescento que é importante juntar a estes movimentos o mínimo possível de interesse pessoal; principalmente, nada de vaidade, nada de rivalidade, nada de glória, nada desses sentimentos que nos obrigam a nos compararmos aos outros, pois tais comparações nunca se realizam sem alguma impressão de ódio contra os que disputam conosco a preferência, mesmo que seja em nossa própria estima. Então é preciso tornar-se cego ou irritar-se, ser mau ou tolo; procuremos evitar essa alternativa. Essas paixões tão perigosas nascerão mais cedo ou mais tarde, dizem, mesmo contra a nossa vontade. Não o nego: cada coisa em seu tempo e em seu lugar; digo apenas que não devemos ajudá-las a nascer. (ROUSSEAU, 1999, p. 294-295)

Faz-se também necessário, para o trabalho docente, o desenvolvimento da capacidade de julgar e de raciocinar sobre as reações da alma pelos sinais exteriores, acrescenta ainda Rousseau que, não raro, se observa homens mudarem de fisionomia em idades diferentes e, se bem observadas e acompanhadas – demonstram também mudanças de paixões habituais.

Ele sinaliza ainda que quem quiser tratar separadamente a política e a moral nada entenderá de nenhuma das duas. Ao abordar primeiramente as relações primitivas, pode-se verificar como os homens devem ser afetados por elas e que paixões devem nascer delas. Para o autor do *projeto de constituição para a Córsega*, é em reciprocidade ao progresso das paixões que essas relações se multiplicam e se estreitam, e é menos a força dos braços do que a moderação dos corações que torna os homens independentes e livres.

São as nossas paixões que nos irritam contra as paixões dos outros; é nosso interesse que nos faz odiar os maus; se eles não nos fizessem mal nenhum teríamos por eles mais pena do que ódio. O mal que os maus nos fazem leva-nos a esquecer o mal que fazem a si próprios. Perdoaríamos mais facilmente seus vícios se pudéssemos saber o quanto seu próprio coração os pune por eles. (ROUSSEAU, 1999, p. 322)

Rousseau revela que as paixões partilhadas seduzem o homem sobremaneira e, segundo pensa, aquelas que chocam seus interesses revoltam-se, por isso, acrescenta o genebrino, uma inconseqüência que vem delas é reprovar nos outros o que se gostaria de imitar. A partir disso, questiona: o que seria preciso, então, para bem observar os homens? E acrescenta que bastariam, para tal, um grande interesse por conhecê-los, uma grande imparcialidade para julgá-los e um coração suficientemente sensível para compreender as paixões humanas e suficientemente calmo para não experimentá-las.

Na perspectiva rousseuniana, quando o indivíduo vive num processo que eleva o amor-de-si, a opinião, cujo funcionamento se vê, não adquire domínio sobre si mesmo e as paixões, cujo efeito se percebe, não abalam o seu coração. Torna-se homem, interessa-se por seus irmãos, promove a igualdade de condições e julga seus pares. Ora, com certeza, se os julgar bem, não desejará estar no lugar de nenhum deles.

Para Rousseau, ativando o amor-de-si, o ser humano tem poucas necessidades e tem com que satisfazê-las. No amor-de-si, tudo o que se deseja está ao alcance, basta-se a si mesmo e é livre de preconceitos. O ser humano é capaz de perceber o lugar de cada coisa e a causa que a afasta dele, estar ciente de que pode fazer o bem do que o impede de fazê-lo. O filósofo considera ainda que o maior dos males é a servidão e acredita que um homem sendo educado em meio à mais absoluta liberdade

tem pena dos miseráveis reis, escravos de todos os que lhes obedecem; tem pena dos falsos sábios, acorrentados a sua vã reputação; tem pena dos ricos tolos, mártires de seu luxo; tem pena dos voluptuosos de ostentação que entregam a vida inteira ao tédio para parecer que sentem prazer. Teria pena do inimigo que fizesse mal a ele, pois veria sua miséria em suas maldades. (ROUSSEAU, 1999, p. 323)

Sem dúvida, diz Rousseau, deve-se impedir que um jovem, ofuscado pela ignorância ou enganado pelas paixões, cause mal a si mesmo. Além disso, em qualquer idade, é permitido que se faça o bem e, em qualquer idade, pode-se proteger, obviamente, sob a orientação de um homem sábio, os infelizes que necessitam de apoio.

Ele comenta que se o objetivo da educação for ensinar retórica a um jovem, cujas paixões já estivessem desenvolvidas, certamente deveria lhe mostrar continuamente objetos próprios para encorajar suas paixões e examinar, junto com ele, que linguagem deveria ter para com os outros homens, com a finalidade de favorecer seus desejos.

Com Rousseau, acredita-se que o amor-de-si possibilita a formação de grandes planos na cabeça dos homens, clareza de julgamento e sentimentos sublimes que abafam em seu coração a semente das pequenas paixões. De suas inclinações cultivadas, forma-se a exatidão da razão a partir da experiência que concentra os desejos intensos de uma alma grande – como diz o filósofo das luzes contundentemente – no estreito limite dos possíveis, fazendo com que um homem superior aos outros, não podendo elevá-los à sua altura, saiba baixar-se até a deles.

De acordo com Rousseau, o amor-próprio faz com que os homens flutuem no mar das opiniões, sem leme, sem bússola, entregues às suas tempestuosas paixões, sem mais guia do que um piloto inexperiente que ignora sua rota e não sabe nem de onde vem nem aonde vai.

Diferentemente do homem, Rousseau afirma que nenhum ser material é ativo por si mesmo. Por mais que se contraponham quanto a isso, ele diz que o sente, e esse sentimento é mais forte do que a razão que o combate. O autor do livro *Carta a D'Alembert* pontua que o homem tem um corpo sobre o qual os outros agem e que age sobre eles. Acrescenta ainda que essa ação recíproca não se coloca em cheque, e que a vontade é independente dos sentidos. Diz ele, concorda-se ou resiste-se, sucumbe-se ou se é vencedor e sente-se perfeitamente quando se faz o que se quer fazer ou quando apenas se cede às paixões. Para ele, tem-se sempre o poder de querer, não a força de executar. Quando se entrega às tentações, age-se conforme o impulso dos objetos externos. Quando se censura por tal fraqueza, diz ele, ouve-se a vontade. Se, por um lado, se é escravo dos vícios, por outro é livre por seus remorsos. O sentimento da liberdade só se apaga quando se deprava e enfim impede a voz da alma de se elevar contra a lei do corpo, conclui Rousseau.

O supremo gozo está no contentamento consigo mesmo; é para merecer esse contentamento que fomos colocados na terra e dotados de liberdade, que somos tentados pelas paixões e contidos pela paciência. (ROUSSEAU, 1999, p. 378)

O ser humano, fortalecido no amor-de-si, vive quase sem doenças e sem paixões e, segundo Rousseau, não prevê nem sente a morte. Quando a sente, retruca o autor, suas misérias a tornam desejável. A morte já não é, então, um mal para ele.

Rousseau pondera que, se os homens se contentassem com ser o que eles são, não teriam de sofrer pela sua “sorte”, mas, para procurar um bem-estar imaginário, eles proporcionam a si mesmos muitos males reais. O filósofo diz que aquele que não é capaz de suportar um pouco de sofrimento deve esperar sofrer muito, pois quando alguém estraga a sua constituição com uma vida desregrada, quer restabelecê-la com remédios. Afirma contundentemente que o mal que se sente acrescenta o que se teme. Para ele, a previsão da morte torna-a horrível e a acelera, então quanto mais se deseja fugir dela, mais se sente e morre-se de terror durante a vida, resmungando contra a natureza dos males que se fez ao infringi-la.

Inspirando-se em Rousseau, percebe-se que a consciência é límpida quando se está no caminho do amor-de-si. Não há perfeição humana nesse processo, mas a sua busca é um caminho que só se sabe caminhante e caminhando... O amor-de-si revela os múltiplos lados e

perspectivas humanas: a luz e a escuridão se complementam para se ajudarem mutuamente a ser uma e outra, sendo ambas. Assim é o amor-de-si. Sem o *mim*, ele não existe. Sem o *si*, o *mim* não se suportaria.

O amor-de-si contempla o *mim* nele encarnado e sofre, e chora, e trabalha arduamente. Com a confiança na vida em abundância à espera do encontro, burila-se a si mesmo na crença de dias melhores, na vontade de ser melhor para si e para os outros tantos de si e dos outros dos outros.

Jean-Jacques acredita que se segue o impulso da natureza ao mesmo tempo em que se resiste a ela. Ao escutar o que ela diz aos sentidos, na sua compreensão, despreza-se o que ela diz aos corações. O ser ativo obedece, o ser passivo manda, ressalta vigoroso. Rousseau afirma que a consciência é a voz da alma, as paixões são a voz do corpo, questionando o seguinte: – Será admirável que, muitas vezes, essas duas linguagens se contradigam? E então, qual das duas devemos escutar?

Para o cidadão de Genebra, suprimir dos corações o amor-de-si é suprimir todo o encanto da vida. Na sua percepção, aquele cujas vis paixões abafaram na alma estreita esse sublime sentimento, aquele que, de tanto se concentrar dentro de si mesmo, acaba só amando a si mesmo, já não se maravilha com a vida. Seu coração gelado já não palpita de alegria, um doce enternecimento nunca umedece seus olhos, ele já não goza de nada, o infeliz já não sente, já não vive, já está morto, conclui Rousseau.

Rousseau compreende que, se há desejo por esclarecer-se, quando os hábitos ainda não foram adquiridos e quando o espírito começa a se abrir, os homens poderiam permanecer facilmente senhores de si e de suas paixões, não para brilhar aos olhos dos outros, mas para serem bons e sábios conforme a sua natureza, para se tornarem felizes praticando os seus deveres e se ocupando com objetos que devem conhecer para apreciar os que não conhecem.

O amor-de-si não pode, em hipótese alguma, ser confundido com isolamento ou solidão eterna, o homem não foi feito para permanecer sempre solitário. Membro da sociedade, deve cumprir seus deveres. Feito para viver com os outros homens, deve conhecê-los. Rousseau acredita que, ao possibilitar uma educação que ative o amor-de-si, é preciso que se conheça também os indivíduos. Saber o que se faz na sociedade, ver como se vive nela. Eis que é

chegado o tempo de evidenciar, como diz alegoricamente Rousseau, o exterior desse grande teatro cujos jogos secretos já conhece todos.

10. AMOR-DE-SI COMO AUTOCONHECIMENTO

Ao entender que o mais digno uso da razão humana é anular-se diante da essência infinita, Rousseau aponta uma das possibilidades do desenvolvimento humano através do caminhar intuitivo – do deixar-ser, deixar-florescer, do tudo fazer sem nada fazer, o que possibilitaria um estado de serenidade e amor diante da vida.

Do meu primeiro retorno a mim nasce em meu coração um sentimento de reconhecimento e de bênção ao autor de minha espécie, e desse sentimento a minha primeira homenagem à divindade beneficente. Adoro a potência suprema e entorneço-me com seus favores. Não preciso que me ensinem esse culto, ele me é ditado pela própria natureza. Honrar o que nos protege e amar o que nos quer bem não é uma consequência natural do amor de si? (ROUSSEAU, 1999, p. 374)

Ao exercitar a intuição, pode-se inferir que Rousseau experimentou aproximar-se de Deus e, portanto, favoreceu o encontro consigo mesmo. Desse movimento de aproximação e de exercício intuitivo, resultariam as suas produções filosóficas voltadas para a política e a educação, tendo como revelação a necessidade dos seres humanos se autoconhecerem, isto é, terem consciência de si mesmos.

Para se autoconhecer, é preciso olhar para dentro e refletir sobre si intimamente relacionado com o mundo. Desse modo, percebe-se que as *Confissões* (1764-76); *Rousseau juiz de Jean-Jacques*: Diálogos (1772-76); e *Devaneios de um caminbante solitário* (1776-8) constituem a síntese do processo que Rousseau tão brilhantemente inaugurou: um modo de pensar o homem tomando-se como referência, colocando-se como objeto de investigação e tentando enxergar a si mesmo para poder compreender a própria condição ontológica dos humanos.

Alimentado desde a infância pela educação, e reforçado, durante toda a minha vida, por esse longo encadeamento de infelicidades e de infortúnios que a preencheu, me fez procurar conhecer, em diferentes épocas, a natureza e o destino de meu ser, com maior interesse e cuidado do que jamais encontrei em nenhum outro homem. Vi muitos que filosofavam bem mais doutamente do que eu, mas sua filosofia lhes era, por assim dizer, estranha. **Querendo ser mais sábios do que outros, estudavam o universo para saber como era organizado, como teriam estudado, por pura curiosidade, alguma máquina que tivessem encontrado. Estudavam a natureza humana para dela poderem falar sabiamente, mas não para se conhecerem; trabalhavam para instruir os outros, mas não para se elucidarem por dentro.** Vários queriam apenas escrever um livro, não importava qual, contanto que fossem acolhido. (ROUSSEAU, 1995, p. 42 – grifo nosso)

Aí está uma das possibilidades de realização da proposta educacional apresentada por Rousseau (1999): o caminho do amor-de-si como autoconhecimento, visando contribuir para uma formação capaz de possibilitar que o indivíduo seja senhor de si, que se perceba um ser livre e, internamente, compreenda a dimensão individual da humanidade livremente condicionada à conservação do estado de natureza e em busca de alternativas para a sua preservação.

Sem dúvida, Rousseau foi um dos maiores pensadores do século XVIII, que inspirou reformas políticas e educacionais, um pensamento fértil que, ainda hoje, provoca reflexões em torno do processo de desenvolvimento humano.

Devo, pois, voltar o olhar primeiro para mim, a fim de conhecer o instrumento de que me quero servir e saber até que ponto posso confiar em seu uso. (ROUSSEAU, 1999, p. 361)

Há uma condição para o aprendizado do autoconhecimento, sinaliza Jean-Jacques Rousseau: é preciso conhecer o coração humano, conhecer o homem como espécie humana e examinar a sua posição social. Com suas palavras:

Resta examinar se a posição social que deram a si mesmas é mais favorável à felicidade dos que a ocupam para saber que juízo cada um de nós deve formar sobre sua própria sorte. Eis o estudo que agora nos importa fazer; no entanto, para bem realizá-lo, é preciso começar por bem conhecer o coração humano. (ROUSSEAU, 1999, p. 310)

Rousseau recomenda que não se deve procurar conhecer as coisas pela sua natureza, mas apenas pelas relações que se interessam. Avaliar, segundo ele, somente o que é estranho com relação a si mesmo, mas tal avaliação é exata e segura, porque o exercício será de não deixar a fantasia e a convenção interferirem na análise, dando mais atenção ao que é mais útil e necessário.

O filósofo salienta que, se foram os homens que escreveram todos os livros, eles não precisariam deles para conhecer seus deveres, questionando o seguinte: – Que meios tinha o homem de conhecê-los antes que esses livros fossem escritos? Ou aprenderá seus deveres por si mesmo, ou está dispensado de conhecê-lo.

Visto por este ângulo, certamente Rousseau pode ajudar a refletir sobre os rumos da educação atualmente. Olhando o tempo de hoje, o que seria necessário fazer para educar para o amor-de-si como autoconhecimento? As respostas encontradas devem estar imbuídas de possibilidades. Uma inspiração que joga os humanos para a ação. É preciso que a educação

seja capaz de agir e lançar a pessoa para a experiência. O outro está presente para cuidar, proteger, mas não interditar. Por outro lado, não se deve generalizar, porque se pode incutir valores e conteúdos morais que de nada servem para o aprendizado do ser livre, autônomo e senhor de si. É para a abertura e não para o enquadramento que se pretende essa reflexão.

Como é definido o ser humano? A partir de quais categorias e modos de ser? Quais as imagens de homem? Condição intuitiva: concebe o homem como amor-de-si, gênero literário, representação teatral, no fundo, desvela o homem em si mesmo. Rousseau favorece o estabelecimento de aproximações, estranhezas, diferenças...

O que o homem precisa para ser homem – mistério, abertura? Quando ele faz o passo de volta, ao buscar a origem, Rousseau concebe-a como metáfora para localizá-la. Ele está e permanece na perplexidade – no espanto. É preciso se espantar. Os homens da atualidade estão perdendo essa força mobilizadora. O humano é salto, é livre. Tudo está interligado, conectado, não existe uma causalidade primeira. Ele permanece no aberto. A partir do homem natural, como metáfora, Rousseau mostra que houve um processo de perdas, alterações e distanciamentos do amor de si... o homem perdeu-se dele mesmo.

O autor define o ser humano não pelo homem pura e simplesmente, mas pela relação entre ele e a natureza. Por que Emílio faz todo aquele percurso? Nasce, chora, corre, brinca, prepara-se para o encontro com o desabrochar das paixões, volta-se para Deus, prepara-se para o amor, prepara-se para ser cidadão...

Partindo de condições ideais, eis aqui o caminho do desenvolvimento humano: o homem pode se ver co-responsável e não vinculado aos jogos egóicos, de inveja e de posse. O filósofo iluminista critica os valores do ego, da elite, que afastam o homem dele mesmo... Concebido não como uma categoria fechada, porque ele é um ser em potência, aberto.

A partir do romance, do jogo literário, Rousseau (1999) traz uma grande questão: no autoconhecimento, o homem dá-se conta da sua disposição possível para a vida em si mesma? Como a escola pode possibilitar a vivência do amor-de-si como autoconhecimento? Não há respostas dogmáticas, pois, como ressalta Rousseau, “tom dogmático somente convém a charlatães” (1995, p. 46). Pode-se, contudo, fazer ver que a escola é capaz de acompanhar e favorecer o desenvolvimento saudável dos seres humanos.

A forma da obra escrita, o pensar as questões que ele aponta, o diálogo direto são modos de ser ressonante. O que ressoa é o muito antigo. A visão do poeta que canta o presente e o futuro, impulsionado pelo passado. São subjetivos tempos interligados. O início e o fim e o fim e o início.

É provável que, ao propor o amor-de-si como autoconhecimento, tenha-se em mira a percepção de uma formação voltada para a constituição de homens individualistas. No entanto, vale destacar que, ao tratar de amor-de-si, Rousseau tem uma preocupação coletiva, como gênero: Quem é o homem? Quem sou eu? – compreendendo o *eu* não como eu-indivíduo, mas eu-coletivo, como espécie.

Sua primeira preocupação é conhecer o homem: o conhecimento como homem e como gênero. É do homem que ele deve falar, afirma Rousseau, um homem que ama o que lhe protege; que sente; que percebe; que ama a si mesmo. Um homem que conhece a si mesmo: um filósofo, no sentido mais profundo da palavra, ou seja, aquele que ama a verdade e é amigo da sabedoria. Assim sendo, reconhecendo essas estações de maturação, o amor-de-si não pode ser apenas instinto de sobrevivência e piedade, assim como não pode ser o autoconhecimento um processo individualista, mas a possibilidade de uma efetiva formação ético-solidária, cujo fim é a garantia da liberdade, da criação e da felicidade.

De acordo com Rousseau (1995), para se autoconhecer, é preciso aprender desde as primeiras desgraças, sabendo-se não resistir contra o seu destino e tomando a resolução do exercício contínuo de escuta atenta da sua consciência. Acredita o filósofo que os esforços dos homens e todas as suas assustadoras intrigas não terão efeito sobre o sujeito que está na vivência de ser o que é; não teriam perturbado o seu repouso com todas suas tramas, assim como não o podem perturbar de agora em diante com todos seus sucessos; que gozem à vontade de sua degradação aos olhos humanos, não o impedirão de gozar de sua inocência e de acabar os seus dias em paz, a despeito deles.

É preciso, segundo ele, consagrar os dias ao estudo de si mesmo e a preparar de antemão as contas que não tardará a dar de si mesmo. Já que é a única coisa que os homens não podem lhes tirar, entreguem-se inteiramente à doçura de conversar com a sua alma, conclama Jean-Jacques. Se, à força de refletir sobre suas disposições interiores, consegue pô-las em melhor

ordem e corrigir o mal que nelas pode ter ficado, suas meditações não serão inteiramente inúteis e, embora não sirva mais para nada na terra, não terá perdido completamente seus últimos dias, pois, certamente, haverá um humano se renovando e suficientemente melhor para si...

Para o filósofo genebrino, o homem num processo de vivência do autoconhecimento, contará para si mesmo os seus pensamentos exatamente como surgiram e com tão pouca ligação quanto às ideias da véspera têm, geralmente, com as do dia seguinte. Porém, deles resultará sempre um novo conhecimento de seu natural e de seu humor, através dos sentimentos e dos pensamentos de que diariamente se alimenta seu espírito no estado em que se encontra.

O hábito de entrar em si mesmo faz o ser humano perder enfim o sentimento e quase a lembrança de seus males. Aprende-se assim, por sua própria experiência, que a fonte da verdadeira felicidade está em si mesmo e que não depende dos homens tornar verdadeiramente infeliz aquele que sabe querer ser feliz.

Anoitecia. Percebi o céu, algumas estrelas e um pouco de verdura. Esta primeira sensação foi um momento delicioso. Era somente através dela que começava a sentir minha existência. Nascia nesse instante para a vida e parecia-me preencher, com minha leve existência, todos os objetos que percebia. Vivendo inteiramente o momento presente, de nada me lembrava; não tinha nenhuma noção distinta de minha própria pessoa nem a menor ideia do que acabava de me acontecer; não sabia nem quem era nem onde estava; não sentia nem dor, nem medo, nem inquietude. Via correr meu sangue como teria visto correr um regato, sem mesmo pensar que esse sangue me pertencia de algum modo. Sentia, em todo o meu ser, uma calma maravilhosa à qual, cada vez que a relembro, nada encontro de comparável em toda a atividade dos prazeres conhecidos. (ROUSSEAU, 1995, p. 34)

Assim, para o homem contemplar a si mesmo, diante dos declínios postos pela vida, é preciso retomar pelo menos alguns anos, ao tempo em que, tendo perdido toda a esperança sobre a terra e não encontrado nela mais alimento para o seu coração, acostuma-se, pouco a pouco, a nutrir-se de sua própria substância e procurar todo o seu alimento dentro de si.

Na perspectiva de Rousseau, as horas de solidão e de meditação são as únicas do dia em que se é plenamente e em que se pertence a si mesmo, sem distração, sem obstáculos e em que se pode, verdadeiramente, dizer que é o que desejou a natureza. É importante, para o homem, perceber, antes que seja tarde, o que faz aqui na Terra, pois os homens são feitos para viver, mas muitos estão mortos sem terem vivido e sem, ao menos, se darem conta de que vivem uma 'vida de morto'.

Na concepção rousseuniana, a adversidade é um grande mestre, mas faz pagar caro suas lições e, muitas vezes, o proveito que delas se extrai custa mais do que o preço que valem. Aliás, ele acredita que, antes de ter obtido todo o cabedal com lições tão tardias, passa a oportunidade de se usá-las. No entanto, ele ressalva que a juventude é o momento de estudar a sabedoria e que a velhice é o momento de praticá-la. Na opinião de Rousseau, a experiência instrui sempre, porém somente é útil para o espaço de tempo que se tem diante de si. É no momento em que é preciso morrer que se deve aprender como se deveria ter vivido? Questiona-se.

Entramos na liça ao nascer, dela saímos ao morrer. De que vale aprender a conduzir melhor o carro quando se está no fim do percurso? Só resta pensar então em como abandoná-lo. O estudo de um Velho, se ainda lhe resta a fazer, é unicamente o de aprender a morrer e é precisamente o que menos se faz na minha idade, pensa-se em tudo, menos nisso. Todos os velhos dão mais apreço à vida do que as crianças e a deixam com maior má vontade do que os jovens. É que, como todos os seus trabalhos tiveram essa mesma vida por objetivo, vêem, no final, que perderam seus esforços. Todos os seus cuidados, todos os seus bens, todos os frutos de suas laboriosas vigílias, tudo deixam quando se vão. Não pensaram em adquirir alguma coisa, durante a vida, possam levar com a morte. (ROUSSEAU, 1995, p. 41-42)

Rousseau revela que, para melhor sentir a infelicidade em que o mergulharam, ele aprendeu a evitar alguns sofrimentos e a perceber as suas armadilhas, porque aprendeu a melhor conhecer os homens. Sem esse conhecimento, pontua, seria muito difícil enfrentar as adversidades a ele colocadas.

Na sua perspectiva, deve-se procurar, muitas vezes e longamente, dirigir a organização da vida, conhecer seu verdadeiro fim e se consolar de poucas aptidões para se conduzir com habilidade neste mundo, sentindo que nele não se deve procurar essa finalidade. Além disso, Rousseau acredita que se faz necessário retirar-se de cena para meditar, estudar a natureza, contemplar o universo, porque essas ações forçam um lançar-se continuamente para o autor das coisas e uma procura, com uma doce inquietude, da finalidade de tudo o que se vê e da causa de tudo o que se sente.

Quantas vezes, nos momentos de dúvida e de incerteza, preste a abandonar-se no desespero, se o homem tivesse permanecido nesse estado, por no mínimo um mês inteiro, certamente, estariam acabados a sua vida e ele. Raciocinando consigo mesmo, consegue não mais se abalar em seus princípios por argumentos capciosos, por objeções insolúveis e por dificuldades que ultrapassam o seu alcance e talvez o do seu espírito humano e permanecendo na mais sólida situação, que lhe pudera dar – como salienta Rousseau – acostumou-se tão bem a nela

descansar ao ‘abrigo de sua consciência’, que nenhuma doutrina estranha, antiga ou nova, pode mais comovê-lo nem perturbar, por um instante, seu repouso.

Quanto a mim, quando desejei aprender, foi para saber e não para ensinar; sempre acreditei que antes de instruir os outros era preciso começar por saber o suficiente para si mesmo e de todos os estudos que procurei fazer em minha vida entre os homens não há quase nenhum que não teria feito igualmente sozinho numa ilha deserta, onde teria sido confinado pelo resto de meus dias. O que se deve fazer depende muito do que se deve crer e, em tudo o que não depende das primeiras necessidades na natureza, nossas opiniões são a regra de nossas ações. (ROUSSEAU, 1995, p. 42)

O filósofo genebrino acredita ainda que o homem será feliz se, com seus progressos sobre si mesmo, aprender a sair da vida, não melhor, pois isso não é possível, porém mais virtuoso do que quando entrou. Investigando-se com maior cuidado, ficará muito surpreso com o número de coisas inventadas, que se lembrava ter dito como verdadeiras, enquanto intimamente orgulhoso de seu amor pela verdade, sacrificava sua segurança, seus interesses, sua pessoa, com uma imparcialidade de que não conhece nenhum outro exemplo entre os humanos.

Para finalizar, a tratar sobre as matérias que envolvem mistérios impenetráveis e objetos insolúveis para a inteligência humana, tal qual o amor-de-si como autoconhecimento, o tom dogmático convém apenas àqueles que, ostentando qualidades que realmente não possuem, procuram obter prestígio e lucros pela exploração da credulidade alheia. Importa, pois, muito mais ter um sentimento próprio e escolhê-lo com toda a maturidade do julgamento que nele se pode colocar. Esta foi a saga implementada até o presente momento.

LIVRO IV – REFERÊNCIAS PARA UM PROJETO DE ESCOLA ÚTIL A SI E AOS OUTROS, OU À GUIA DE CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Leitor, por mais que eu faça, sinto que vós e eu nunca veremos meu Emílio sob o mesmo aspecto; vós o imaginareis sempre semelhante a vossos capazes, sempre despreocupado, petulante, leviano, errando de festa em festa, de diversão em diversão, sem nunca poder fixar-se em nada. Ríreis de me ver fazer um contemplativo, um filósofo, um verdadeiro teólogo de um jovem ardente, vivo, feroso, na idade mais fervente da vida. Direis: Esse sonhador continua perseguindo sua quimera apresentando-nos um aluno de sua invenção; não apenas o forma, mas o cria, tira-o de seu cérebro, e, sempre acreditando seguir a natureza, afasta-se dela a todo instante. Comparando meu aluno aos vossos, tenho dificuldade em ver o que possam ter em comum. Educado de modo tão diferente, será quase um milagre se houver alguma coisa em que se pareça com eles. Como passou a infância com toda a liberdade que eles só têm na juventude, começa a assumir na juventude a ordem a que foram submetidos quando crianças; esta ordem torna-se um flagelo para eles, têm horror dela, vêem nela apenas a longa tirania dos professores, acreditam que só saem da infância sacudindo toda espécie de jugo, e compensam então a longa submissão em que foram mantidos, como um prisioneiro que, libertado dos ferros, estende, agita e flexiona seus membros. (ROUSSEAU, 1999, p. 431)

Há cerca de seis anos, aproximadamente, atuo como professora na formação de profissionais da educação básica. Desde o início, sinto que é preciso aprender a pensar, a fazer, a rever-se e a buscar o pulsar do exercício da vida em si mesma, libertando-se da arrogância do que se diz saber, da certeza dos caminhos a seguir e da segurança das respostas e soluções dos ‘especialistas de plantão’. A maior certeza é a de que, cada vez mais, preciso buscar o que há de melhor em mim e favorecer a ativação do que há de melhor no outro...

Sem esgotar coisa alguma, julgo que, com os 3 Livros da tese – cujas tensões versaram sobre o *homem natural*; a *criança* e o *amor-de-si*, alcancei o seu propósito, a saber: responder quais os fundamentos e a gênese do amor-de-si e, conseqüentemente, analisar as contribuições da filosofia educacional de J.-J. Rousseau para o debate sobre a educação em curso.

Penso que ao esclarecer, na parte introdutória, as questões relativas ao percurso trilhado como pessoa humana, inserida em ambientes de trabalho acadêmico-profissional, desenhei uma trilha que expressa, sem necessariamente significar determinismo, como se torna a *ser o que se é*, ao mesmo tempo em que justifico o encontro com Jean-Jacques Rousseau, mostrando os acontecimentos e os vínculos que favoreceram a construção da escolha e do caminho.

Decerto, essa construção também legitima o meu interesse pela educação e demonstra a procedente filiação na linha de pesquisa *Filosofia, Linguagem e Práxis Pedagógica*, apontando para a necessidade de aprofundamentos e continuidade do percurso, aqui apenas começado, além de evidenciar a importância desta tese no meu processo de formação como pessoa humana e, principalmente, profissional, porque lida, simultaneamente, com questões ontológicas próprias da pesquisadora e da constituição dos profissionais que atuarão (ou atuam) na educação básica.

Não com a intencionalidade de sua aplicabilidade, mas de fazer florescer outras possibilidades e ter como balizador algumas reflexões propositivas capazes de contribuir para continuidade do debate em prol de uma escola repleta de vida, pergunto e respondo: O que seria necessário para a formação dos seres humanos no século XXI, a partir das contribuições do amor-de-si de J.-J. Rousseau?

Isto posto, apresento, a seguir, as conclusões possíveis.

11. POR QUE JEAN-JACQUES ROUSSEAU, OU DAS ANOTAÇÕES ‘CONCLUSIVAS’ I

“Quem precisa explicar o momento da fragrância da Rosa, que persuade sem nenhuma arrogância?”, questiona Cecília Meireles, no poema *Canções* (1993, p. 671). Descrever meu encontro com Jean-Jacques, em verdade, significa estar em busca do amor-de-si-mesmo e experimentar a solidão necessária¹⁹, lançando-me na inutilidade (não será impossibilidade?) de tentar “explicar o momento da fragrância da Rosa”. Em outro poema, dialogando com um Sabiá, Cecília afirma que as rosas presas morrem “em seu destino de flor” (1993, p. 678).

Ao tentar entender os motivos que me levaram a J.-J. Rousseau, sentia-me tal qual Cecília na relação com o seu interlocutor – o Sabiá. Em algumas vezes, mesmo eu não entendendo a sua melodia, conseguia me fazer compreender o que pensa e, muitas vezes, fazia-me escolher a escuta de suas palavras-canto, mantendo-me fiel à procura de uma formação suficientemente melhor para mim e para os outros ao redor de mim. Quiçá, nessa busca, eu possa responder às questões sobre o destino humano.

Será que, assim como as rosas, os homens e as mulheres têm um destino? Qual será? Mas, o que é mesmo o ser humano? Essa pergunta que conduziu Jean-Jacques, dois séculos depois guia as minhas reflexões, na tentativa de encontrar mais elementos que possam contribuir para a melhoria e o fortalecimento da educação básica de crianças, jovens e adultos.

Diante da minha incapacidade de narrar esse encontro, experimento a condição de rosa e de quem a observa, ao tempo em que registro o momento de aproximação entre mim e Rousseau. Em 2001, a Profa. Dra. Célia Cristina de Oliveira possibilitou a construção de nossa intimidade, na disciplina *Psicologia e Educação*.

No primeiro dia de aula, ela criou uma situação didática interessante. Dividiu a turma em grupos e distribuiu uns excertos, solicitando que, depois de discutido(s) o(s) conteúdo(s), identificássemos o autor daqueles fragmentos. Atribuímos os pensamentos a Karl Marx, Jean Piaget, Lev Semenovich Vygotsky, Sigmund Freud, Friedrich Nietzsche, sendo que apenas uma aluna, licenciada em filosofia, reconheceu que se tratava de Jean-Jacques Rousseau. Vale

¹⁹ Ao mencionar **solidão necessária**, inspiro-me no livro de Paulo Freire “À sombra desta mangueira”. Para Freire, a esperança e a solidão são fundamentais para continuar a busca por uma educação progressista e libertária.

registrar que, nos grupos, havia psicólogos, sociólogos, administradores, psicanalistas, pedagogos e educadores de um modo geral.

Lembro que havia lido um texto, comentando sua vida e sua obra, no curso de magistério, em 1987/1988. Naquela época, ficaram apenas: ‘mito do bom selvagem’, ‘educação negativa’ e ‘homem que se preocupava com o desenvolvimento humano, mas havia colocado os seus cinco filhos na roda da doação’.

Essas três informações de uma certa maneira me afastaram, preconceituosamente, do pensador. Primeiro, pela minha origem, minha avó paterna era descendente direta de índios e me incomodava sobremaneira como a literatura os expunha, reduzindo-os à condição pejorativa de selvagem; segundo, acreditava que a educação negativa era uma proposta pela qual os indivíduos eram submetidos a situações coercitivas, sendo o controle, o medo e a desqualificação utilizados como mecanismos didáticos para o aprendizado; e, terceiro, talvez o mais forte de todos, o fato do abandonado dos seus supostos²⁰ filhos. Na época, não cheguei sequer a fazer dele um monstro, ignorei-o, simplesmente. Para mim, um déspota, que negava as leis e a soberania de ser humano²¹.

No entanto, os diálogos como resultados da relação *leitora-texto*, a breve, mas essencial explanação da Profa. Célia Cristina, informando que se tratava do livro *Emílio*, de Jean-Jacques, uma obra clássica considerada como um dos mais importantes tratados da psicologia humana e, certamente, minhas percepções diante da complexidade da vida determinaram nosso encontro. Amor à primeira vista aos pensamentos, ao vigor do texto escrito? Fascínio sobre os mistérios que enlaçam as contradições humanas? Providenciei, imediatamente, um exemplar para iniciar a investigação e não mais me afastar dele. Com “o Emílio” debaixo dos

²⁰ Durante a pesquisa, descobri que existem muitas hipóteses em relação aos 5 filhos de Rousseau, entre elas estão: (1) Os 5 filhos de Rousseau foram fruto de seus delírios, eles nunca existiram de fato; (2) Rousseau leu Platão e, no ideal platônico, o estado é o responsável pela educação das crianças, daí a justificativa por ele os ter doado; (3) A companheira de Rousseau não era uma pessoa confiável e sua família tampouco, portanto, seria prejudicial deixar as crianças serem educadas por/com eles; (4) Apenas o primeiro filho teria sido de Rousseau, os demais somente de sua companheira; (5) Rousseau tinha um problema orgânico e não podia ter filho.

²¹ “Aquele que se coloca acima das próprias leis”; “usurpador do poder soberano” (ROUSSEAU, 1973, p. 108). Sobre leis, afirma o autor “Quando todo o povo estatui algo para todo o povo, só considera a si mesmo e, caso se estabeleça então uma relação, será entre todo o objeto sob um certo ponto de vista e todo o objeto sob um outro ponto de vista, sem qualquer divisão do todo. Então, a matéria sobre a qual se estatui é geral como a vontade que a estatui. A esse ato dou o nome de lei.” (p. 60). Sobre soberano, pontua: “O soberano, somente por sê-lo, é sempre aquilo que deve ser” (p. 41); “soberano nada é senão um ser coletivo.” (p.50)

braços e na cabeceira da cama, comecei a devorar sua vida como quem se alimenta de si mesmo. Mas, por que Rousseau veio para ficar?

O homem que, segundo José Oscar, mercedor do título de fundador das ciências do homem, inspirou “movimentos como o romantismo, o nacionalismo, o comunitarismo, que lançou as bases da estética e da pedagogia modernas, que criou os modernos gêneros literários da autobiografia e do romance de formação” (2005, p. 254), evidenciou que era preciso educar o homem sem desfigurar a natureza e criar jardins sem que as árvores fossem tolhidas. Para ele: “só se pode ter-se tornado o que é com cultivo e cuidados, todavia não vejo em parte alguma o menor traço de cultivo. Tudo é verdejante e fresco, vigoroso, e a mão do jardineiro não aparece” (ROUSSEAU, 1994, p.416).

Ainda assim, num esforço de clarear a concepção do objeto que se constituiu a própria investigação, algumas tensões atravessaram o discurso/percurso aqui empreendido: – Qual a relevância em estudar, nos dias atuais, a filosofia educacional rousseauiana? Um autor considerado um contraditório, um romântico sem fortes consequências e amante dos paradoxos²², por que estudá-lo e como é que suas contribuições se vinculam à realidade atual?

Diante de tantos escritores que trataram sobre educação, insistia, por que ele? Se pudesse resumir, diria que por aquilo que ele faz em mim aflorar. Gostamos das pessoas quando elas fazem, em nós, aflorar o que há de melhor em nós mesmos. Quando estamos perto de pessoas que não nos dizem nada ou nos maltratam, a nossa tendência, se estivermos inteiros e conscientes na relação, se não tivermos nenhuma dependência psicológica, viciosa, maliciosa, ou seja, se não tivermos nenhum transtorno, acredito sim, o natural é o afastamento.

De alguns autores com os quais dialoguei ao longo da minha pequeníssima vivência ontológica, nessa realidade materializada, eu me afastei, porque não sentia que tinham um vigor, um clamor da vida. Com Rousseau, ao mesmo tempo em que me envolvi com um sentimento vigoroso, uma força que me impulsiona a dizer o que penso, como penso e da forma que sinto, também me permitiu o descanso e a calma, bem como o compromisso com

²² Na Introdução do livro de Ernest Cassirer (1999), **A questão Jean-Jacques Rousseau**, Peter Gay expõe detalhadamente as diferentes interpretações do pensamento rousseauiano. Entre os intérpretes e comentadores do filósofo genebrino, Gay cita: Edmundo Burke, De Maistre, Hölderlin, Emile Faguet, Henri Sée, Karl Popper, Taine, Ernest Barker, John Morley, C. E. Vaughan, Irving Babitt, Charles W. Hendel, David Hume, Henri Peyre, Alfred Fouillée, Byron, Samuel Johnson, F. J. C. Hearnshaw, Robert Derathé, E. H. Wright, Gustave Lanson, Kant entre outros.

a autenticidade. É como se estivesse dizendo tudo aquilo que se precisa dizer para as pessoas, com tranquilidade, ouvindo-as e distinguindo o que nos pertence do que não nos pertence.

Vejamos uma situação da vida prática:

Num local de trabalho, coisas que não se percebia antes, como, por exemplo, alguma fala maledicente, que irrita alguém profundamente. A pessoa irritada se desespera, fala alto, às vezes, grita ou ofende outros colegas. De repente, ela começa a perceber que esse efeito na relação com um dado sujeito ou com aquela fala era porque ela não o tinha em suas 'próprias mãos'. O indivíduo, ao começar a perceber que ele estava 'escravizado' pela dependência psicológica e pelos vícios do outro, notando-se naquela situação e num tempo tão ínfimo, consegue distinguir a qualidade da fala (da atitude) do outro e isto não mais o afeta, permitindo-lhe separar o que realmente lhe pertence, é importante para a sua vida e até mesmo para a vida do outro. Passa a reconhecer o que é essencial do contingente, trabalhando melhor essas qualidades.

Com Rousseau, aprendo a ser benevolente, a entender que, por exemplo, essa fala maledicente não pertence também ao outro. Estamos todos corrompidos! É preciso buscar o 'homem da natureza' em nós! Compreendo, portanto, que não é um problema somente do outro. Existe algo que o mobiliza e o ser que somos se inclui também nesse processo, porque estamos na relação com ele. Esse entendimento provoca a necessidade de levantar as possíveis circunstâncias que estariam promovendo aquela atitude tanto num quanto noutro, mudando a qualidade da relação, porque quem está consciente no processo sente-se forte e vigoroso.

Se ensinar é deixar marcas, posso garantir que minha relação com Rousseau é marcada pela positividade, até mesmo quando me aflijo. Durante algum tempo perguntava: que indícios de sua obra podem contribuir para nos tornarmos seres humanos melhores? Primeiramente, melhores para nós mesmos, capazes de cuidar da essencialidade da matéria e do espírito. Se estivermos conseguindo isto, qual autoridade externa dirá o contrário? O ponto de partida é o cultivo do amor-de-si, que elevo ao nível da consciência. No início pode ser difícil, depois, gradualmente, a dificuldade vai desaparecendo, até que nos tornemos senhor de nós mesmos, donos do nosso mundo. Não há liberdade sem trabalho. É um fazer cotidiano, um exercício de querer ser melhor.

Ademais, Rousseau me instiga a pensar sobre a importância de quebrar compromissos com o fixo e o instituído e restaurar o vigor de ser humano, o que cada um de nós é. E, nesse esteiro, a minha escolha se dá pelo fato da positividade e da crença no ser humano, bem como na desconfiança de que as relações estabelecidas pelos seres humanos são as responsáveis pela promoção das condutas (não) adequadas. Ele contribuiu, sobremaneira, para pensar a pedagogia humanista construtiva, na qual o outro é visto como aquele que se constitui na relação consigo mesmo e com o(s) outro(s), um ser que não é dado pronto, que se constitui afetando e sendo afetado pelas relações. Outra possibilidade é pelo fato de ele trazer à tona a responsabilidade que cada um tem em relação aos outros.

O meu interesse pela filosofia educacional de Rousseau também se dá pela relação entre aquele que está num processo intenso de desenvolvimento – a criança – e aquele que, em tese, estaria mais desenvolvido, por isso “preparado” para cuidar de si e promover condições para que o outro também se constitua livremente – o professor. Conforme relação demonstrada entre Emílio e o seu preceptor, em última análise, de forma ampliada, também me remeto aos adultos, aqueles que, por dever de ofício, inclinam-se com humanidade para cuidar dos seres pequeninos.

Lembro-me que, no verão de 2002, em Itaparica-Ba, uma das notas de Jean-Jacques ‘pulou’ do papel para me intranquilizar, no bom sentido. Ao tratar da profissão de Emílio, o texto afirma que ele não seria nem músico, nem comediante, nem fazedor de livros. Rousseau previa que o leitor o acusaria de ser um “fazedor de livros”, daí responder: “Confesso que o sou, para minha desgraça; e meus erros, que penso ter expiado suficientemente, não são razões para que outros os cometam. Não escrevo para desculpar meus erros, mas para impedir que meus leitores os imitem” (ROUSSEAU, 1999, p. 253).

Launay (1999) considera que se o *Emílio* não tivesse nada para nos ensinar porque seu autor não o colocara em prática, seria o mesmo que inverter a cronologia, proibir Rousseau a oportunidade de um arrependimento sincero e permanecer surdo ao apelo que, do fundo da noite, testemunha a possibilidade de se redimir e de se tirar do mal um bem. Para o estudioso, este livro é, ainda hoje, um excelente meio de avançar no amor aos filhos.

Ao constatar que o conceito “bom selvagem” não era uma exclusividade de Rousseau, porém uma reflexão de um século e que, para o pensador, significa o homem natural, não corrompido e inocente, indaguei, perdida com as minhas preocupações com a humanidade: qual é a temática de nossa época? Quais as chaves que nos ajudarão a sair do estado de barbárie em que nos achamos?

Pelo ingresso na sociedade civil, segundo a perspectiva rousseauiana, ficamos fragmentados e dependentes uns dos outros, no entanto, paradoxalmente, a sociedade torna-se necessária ou inevitável para que haja a reunião, a unificação. O seguinte fragmento de Neiva, a meu ver, colabora para essa compreensão:

[...] Por outro lado, a sociedade é, em sua essência, contrária à natureza; por outro, somente mostra-se em concordância com a natureza, a única concordância que lhe é atingível, na medida em que impõe a seus membros a maior unidade possível, em que correlaciona o máximo possível cada cidadão com os demais e todos com o todo, na medida em que desfigura a natureza do homem. (OLIVEIRA, 2000, p. 99)

Esse caráter paradoxal levou essa estudiosa a estabelecer pontos da teoria rousseauiana que definissem o homem como um ser livre, “desnaturado” a partir da sua entrada na sociedade civil. Daí afirmar:

O natural do homem é desnaturar-se, porque o homem, em última análise, não é natureza, e, sim, liberdade. A liberdade é o elemento pelo qual o homem dá ordens à sua própria natureza. A natureza do homem é não ter natureza, mas ser uma liberdade (2000, p. 100).

Liberdade – o que é isso para Rousseau? O bem essencial e irremediavelmente indisponível e não alienável. A sua falta caracteriza a negação do próprio homem. Não ser livre é não ser homem. Embora reconhecesse que a liberdade o conduzia como *mola propulsora*, como conceito não a compreendia muito bem. Percebia-o, no bojo de sua obra, fugidio. Sentia somente suas palavras pulsarem em meu peito.

O que é, então, ser livre para Rousseau? Em que consiste a liberdade? Se o primeiro de todos os bens não é a autoridade, mas a liberdade, por quais vias alcançá-la? Ou seria redundante essa indagação, já que ser livre é uma das condições para a existência humana?

E felicidade? Do começo ao fim do *Emílio* nota-se uma forte preocupação com o presente, que se evidenciava na intenção de propiciar felicidade à criança enquanto ela ainda é criança; em contraposição, é educação-**para**, isto é, aquela que prende a criança a correntes de todo

tipo, tornando-a miserável, sacrificando seu presente por um futuro incerto, que talvez nunca alcance.

Essa é uma questão que se coloca para nós, professores, que temos a educação como objeto de trabalho e de estudo. O que mais importa? Plenificar a vida presente ou preparar para o futuro? Penso que a nossa *didática do ser e do vir a ser* é que se encontram os modos de se fazer o fazer educativo. A rapidez, a celeridade e a fugacidade da vida são indicativos de importância da infância como tempo/espaço inadiável de vida-abundante. E o que isso significa em termos de formação? Talvez tudo e muito mais que não sei bem o que é, mas que Rousseau nos aguça a pensar.

No *Livro I do Emílio*, sentia que a força do projeto de educação rousseauiano se concentrava, de algum modo, na distinção entre o “homem natural” e o “homem civil”, sendo o primeiro, para Rousseau, inteiro e o segundo fracionário, conforme suas palavras:

O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com o seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o eu para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade, e só seja perceptível no todo. (ROUSSEAU, 1999, p. 11)

Essa singularidade de um e de outro evidenciava em mim o quão somos frágeis e dependentes. Haveria, em Rousseau, uma intencionalidade de focalizar esse aspecto, ao informar que, ao nascer, o humano é, potencialmente, um “inteiro absoluto”, mas, com o processo civilizatório, sua própria sobrevivência toma como denominador comum não mais o *eu*, mas o corpo social?

São tantas as perguntas, pensava. Se o “homem natural” era tudo para si, quer dizer que ele não era dependente? Como? Por quais circunstâncias? E se o “homem civil” era uma unidade fracionária, significava com isso que ele era dependente? Mas, qual dependência seria esta?

O filósofo genebrino pontuou, pelo menos, a existência de dois tipos de dependência: a das coisas e a dos homens. Relembrando, a primeira é da natureza e não prejudica a liberdade e não gera vícios. A segunda, no entanto, é da sociedade, a qual, sendo desordenada, gera vícios. Para Rousseau, é pela dependência dos homens que o senhor e o escravo depravam-se mutuamente.

A minha tese é que com a preservação do amor-de-si haverá homens mais sensíveis e benevolentes. Como conseguir isso, já que na sociedade existem indivíduos bons, mas depravados e pervertidos por ela?

É melhor pensar que os indivíduos não são maus nem bons, porém um campo aberto de possibilidades e as suas atitudes diante da vida se darão a partir da relação consigo mesmo e com os outros. Daí a importância do professor – adulto responsável, consciente, saudável – capaz de criar situações favoráveis ao desenvolvimento pleno dos seres humanos, cuja materialidade são as ações e atitudes benéficas à vida.

Nada mais instigante do que a certeza de que a natureza humana é um campo de possibilidades, aberto e pleno, que promete, a depender da qualidade da relação estabelecida, dirigir-se para a preservação da vida e para a felicidade... Pode também dirigir-se para outras plagas menos harmoniosas. O ser humano é idiossincrático. Como dito anteriormente, ele é o próprio campo de abertura e o que se manifesta é algo muito complexo, mas, por outro lado, somos responsáveis por esse processo.

Quantas vezes, na nossa história de vida, apontamos para uma pessoa e dizemos “Nossa! Como ela foi capaz de fazer isto?” Em nenhum momento nos perguntamos: “Qual a minha responsabilidade nesse processo?” ou “Por que ela fez isso?”. Se uma pessoa manifesta uma qualidade X ou Y, possivelmente há uma vinculação com alguma relação vivida, com uma construção tecida na sua relação com o mundo.

Ao olharmos para a realidade, refletindo sobre o presente e articulando-o com acontecimentos passados, vemos que a ancestralidade reside em nós. Nesse sentido, torna-se ainda mais intensa a nossa responsabilidade, diante de uma tomada de decisão, de um gesto aparentemente singelo, de uma atitude qualquer. Precisamos ter a convicção de que essas pequenas ações irão nos conduzindo e nos constituindo.

Assim, tomando como metáfora o homem natural, no 2ª *Discurso*, capturei as cenas que evidenciaram a mudança do estado de natureza para o estado civil, deixando claro que o processo de degeneração humana se iniciou quando alguém delimitou um espaço e disse “isto é meu” e os demais acreditaram nele e nada fizeram.

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer: isto é meu, e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: "Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!". (ROUSSEAU, 1973, p. 265)

Nesse livro, a metáfora do 'homem da natureza' pode nos ajudar a compreender suficientemente o homem, listar suas principais características no estado natural e contrapô-las com as do estado civil, na tentativa de, em diálogo, encontrar outras vias favorecedoras de uma humanidade mais humana em cada um de nós. Esse diálogo, por certo, contribuirá, sobremaneira, com o entendimento do amor-de-si e suas graduações.

Além de ser fracionário, o "homem civil" é também instável (porque dependente de outros) psicologicamente? O que é mesmo a natureza? Existe, de fato, uma natureza humana?

As palavras de Rousseau não deixaram dúvidas, o "homem civil" vive de aparências, engana-se, ilude-se. Não conhece a si mesmo. Depende das opiniões alheias. É um escravo, portanto, das paixões exógenas, isto é, paixões que lhe são alheias, adquiridas a partir das relações com os outros. Lia nas entrelinhas que, ao tratar do "homem civil", Jean-Jacques Rousseau considerava o adulto um ser que se distanciou das suas reais disposições e, ao tratar do "homem natural", além de revelar a verdadeira condição humana, estabelecia uma relação direta com a criança e com o seu processo de desenvolvimento. Seria o "homem natural" a própria criança? Eis uma questão que mereceu, de minha parte, atenção especial, resolvida com o Livro seguinte.

12. A CRIANÇA E O HOMEM NATURAL, OU DAS ANOTAÇÕES 'CONCLUSIVAS' II

Como é que o homem se torna homem? Para o homem se tornar homem, é preciso viver a criança como criança? Eis as questões que permearam a construção do Livro II.

Para J.-J. Rousseau, a sociedade enfraqueceu o ser humano não apenas lhe tolhendo o direito que tinha sobre suas próprias forças, mas, sobretudo, tornando-as insuficientes. De acordo com ele, se o adulto é um ser forte e a criança é um ser fraco, não é porque o primeiro tem mais força absoluta do que o segundo, mas porque o primeiro pode naturalmente bastar a si mesmo e o outro não. Afirmo Rousseau que o adulto deve ter mais vontade e a criança mais

fantasia, termo pelo qual, no seu entendimento, todos os desejos não são verdadeiras necessidades e só podem ser satisfeitos com o auxílio de outrem.

Ela não deve ser nem um animal, nem um homem, e sim criança. É preciso que ela sinta sua fraqueza e não que a sofra; é preciso que ela dependa e não que obedeça; é preciso que ela peça, e não que mande. A criança só está submetida aos outros em razão de suas necessidades, e porque vêem melhor do que ela o que lhe é útil, o que pode contribuir ou prejudicar a sua conservação. Ninguém tem o direito, nem mesmo o pai, de ordenar à criança o que não lhe serve para nada. (ROUSSEAU, 1999, p. 77)

Merece confiança absoluta a perspectiva de que: ‘o adulto vê melhor do que a criança o que lhe é útil’? Não tenho sobre isso a mesma certeza que possuo em relação a outra parte do excerto: ‘nem mesmo os pais devem ordenar à criança o que não lhe serve’. Mas, como descobrir o que (não) serve à criança? Talvez, quem sabe, uma pista significativa seja a ausência do riso, da alegria e da vitalidade. É preciso muita atenção, muita sensibilidade para dar conta disso. Quantas coisas inúteis são ordenadas às crianças! Pior que isso, quantas coisas são obrigadas a fazer que vão na direção contrária da formação criativa, solidária e ética...

Os adultos continuam ordenando muitas coisas para as crianças, que não servem para formar homens e mulheres criativos, solidários, éticos... Sem muito esforço, fico pensando no valor do não-valor de certas práticas escolares: os ditados, as cópias, os momentos em que alguns alunos são obrigados a ficar na sala de aula – ou porque não arrumaram seu material escolar ou porque não responderam ao ‘dever de classe/casa’ – enquanto os demais, como premiação, correm pelo pátio ou brincam no parque da escola.

Uma das preocupações fundamentais de Rousseau, no que se refere à educação da criança, é o cuidado. Zelar para que a criança seja criança é uma das primordiais funções dos adultos. Com tantos estímulos a que estão expostas as crianças na atualidade, qual o sentido do cuidado? Seria zelar para que estejam sempre em atividade? Que atividades? O que fazer para não tolher seus movimentos? Que criança é essa? E as questões econômicas daquelas são as mesmas necessidades das que vivem diante do computador e daquelas que são forçadas a vender bala, limpar para-brisas e fazer malabarismos nas sinaleiras? São essas últimas crianças? Qual o sentido e a importância de ser criança para a garantia de adultos solidários, criativos e éticos...?

Como garantir que a criança não sofra pela sua fraqueza? Como descobrir o que fazer? Como ser a um só tempo “mestre” e “aprendiz”? Essas indagações são, a meu ver, chaves para o entendimento, na contemporaneidade, do pensamento educacional rousseauiano.

Notava que, no bojo dessas reflexões acerca da criança como homem natural, os conceitos *amor-de-si* (*mesmo*) e *amor-próprio* seriam fundamentais para a compreensão de uma educação que priorizasse a infância e a adolescência a fim de se obter a formação de seres humanos criativos, solidários, necessária a preservação da espécie...

Percebia que Rousseau não falava para cérebros calculistas ou respondia a maquinações de qualquer ordem, mas para almas dispostas a ouvir o clamor de seu coração acerca dos destinos humanos, um alerta para a necessidade de cuidarmos da infância e da adolescência. Àquela altura, movia-me o desejo de pesquisar não somente o pensamento do filósofo, também o homem escondido ou revelado nas palavras. Como viveu? O que fez? Quem foram os seus pais e os seus amigos? Quais amores ele teve na vida? Enfim, perguntas que apenas fazia enquanto lia o *Emílio*, com a sensação de estar diante da criança Jean-Jacques, do preceptor Jean-Jacques e do narrador Jean-Jacques.

Rousseau pregou o amor. Percebo que Rousseau se colocou plenamente na vida. Não pretendeu criar nenhuma dissidência, mas aspirou ‘somar as diferenças’, promovendo uma reunião de ‘diferenças na diferença’²³. Do começo ao fim de suas obras, o seu maior intuito foi dizer que a inclinação humana era uma inclinação para a bondade. Dando pistas para possibilitar o aflorar da inclinação para viver harmoniosamente, primeiro, consigo mesmo e, depois, com os outros, em associação.

13. REFLEXÕES SOBRE O AMOR-DE-SI COMO AUTOCONHECIMENTO, OU DAS ANOTAÇÕES ‘CONCLUSIVAS’ III

O encontro com o conceito *amor-de-si* me mobilizou a pensar sobre a linguagem, o ‘estado de natureza’ e, conseqüentemente, em contraposição a esse estado, o civil; ao mesmo tempo Rousseau me mostrou a necessidade de compreender o conceito ‘vontade geral’ e que eu precisava entender o sentido de ‘soma das diferenças’. Assim também o conceito de liberdade, vinculado, eminentemente, ao que o autor nomeia de ‘dependência das coisas e dos

²³ Sobre esse conceito, discuti amplamente na dissertação de mestrado, em 2003, como contraponto ao Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI), do Prof. Reuven Feuerstein, para o ensino médio na Bahia, duas propostas educacionais, uma intitulada *A teoria polilógica do sentido* e a outra *A teoria do labirinto da diferença*.

homens'. Portanto, primordial porque, ao evidenciar a experiência de leitor, distinguiu a contingência e o essencial na formação humana.

Precisei ainda pensar nos conceitos fundamentais da filosofia educacional de Rousseau, que são primordiais para compreender uma educação pautada no *amor-de-si*. Pensava comigo mesma: em que consiste o amor-de-si? Quais as considerações fundamentais para contribuir com a Educação Básica? Por que a filosofia educacional rousseauiana é importante para compreender a pedagogia contemporânea já que, ao longo dos anos, muitos pesquisadores se dedicaram e há, atualmente, excelentes pedagogias construtivas imbuídas dessa perspectiva? Em que esta tese contribui para o entendimento do pensamento educacional rousseauiano?

Rosa Montero afirma que há uma crença na certeza de que todos nós sabemos sobre o amor, porém “o amor continua sendo uma matéria obscura, o reino da confusão e do enigmático” (2005, p. 11). Para ela, as dificuldades aparecem desde o início, no momento em que se tenta definir o próprio alcance da palavra e se pensa na emoção imprecisa e ampla que engloba filhos, amigos ou o chamado ‘amor sentimental’ entre duas pessoas. Vale ressaltar, contudo, que se trata neste estudo de um traço do amor, trata-se do amor que germina o humano e que pode ser uma fonte inesgotável de vida em abundância, aquele amor impessoal que atravessa o ser e o constitui como tal, cuja perspectiva se nutre das seguintes palavras: “não há perversidade original no coração humano. Não se encontra nele um só vício de que não possamos dizer como e por onde entrou”... (ROUSSEAU, 1999, p. 90).

O pensamento rousseauiano tornou-se vestígios que me possibilitaram encontrar, ainda que precárias e provisórias, as respostas às questões que me fazia em torno dos processos de formação humana, a exemplo: (1) “o *amor de si* é bom e útil, tornando-se somente bom ou mau pela aplicação que se faz dele e pelas relações que se dão a ele; é sempre bom e sempre conforme à ordem, estando cada qual encarregado de sua própria conservação, fica contente quando nossas verdadeiras necessidades são satisfeitas”(ROUSSEAU, 1999, p. 90); (2) “para ser amado, é preciso tornar-se amável” (ROUSSEAU, 1999, p. 274); (3) “um homem feliz inspira mais amor do que inveja” (ROUSSEAU, 1999, p. 287); (4) “o homem essencialmente bom é ter poucas necessidades e pouco se comparar com os outros; o que o torna essencialmente mau é ter muitas necessidades e dar muita atenção à opinião” (ROUSSEAU, 1999, 275).

Com Rousseau, aprendi que, na comparação desnecessária e na necessidade artificial, o amor-de-si transforma-se em amor-próprio. É preciso que a educação seja capaz de possibilitar que cada um, mutuamente, se proteja e se ame, amando aos outros²⁴. Nas suas próprias palavras:

É preciso, portanto, que nos amemos para nos conservarmos, é preciso que nos amemos mais do que qualquer outra coisa, e, por uma consequência imediata do mesmo sentimento, amamos o que nos conserva. [...] O que favorece o bem-estar de um indivíduo atrai-o; o que lhe é nocivo repugna-o; isso não passa de um instinto cego. O que transforma esse instinto em sentimento, o apego em amor, a aversão em ódio é a intenção manifesta de prejudicar-nos ou de ser-nos útil. Não nos apaixonamos pelos seres insensíveis que só seguem o impulso que lhe damos, mas aqueles de que esperamos algum bem ou algum mal por sua disposição interior, por sua vontade, aqueles que vemos agir livremente a favor ou contra inspiram-nos sentimentos semelhantes aos que nos revelam. O que nos serve, nós procuramos; mas o que nos quer servir, nós amamos. O que nos prejudica, nós evitamos; mas o que nos quer prejudicar, nós odiamos”. (ROUSSEAU, 1999, p. 274)

Por essas palavras, percebia que estava diante de uma chave que me possibilitaria contribuir para as reflexões sobre o processo da complexa construção humana para o fortalecimento da escola.

Tenho claro que essa tese vai de encontro aos preceitos da sociedade hodierna: promoção da competição, do consumo exacerbado, do imediatismo... acredito que, enquanto se continuar ignorando a necessidade de tempo, de espaços favoráveis e de adultos para a formação dos seres humanos, ativaremos o amor-próprio, isto é, propiciaremos o desenvolvimento do egoísmo, dos vícios de toda ordem e seremos refém de nossas próprias ações no mundo.

Percebo que o sentimento de preservação e benevolência favorece a reflexão em torno das possibilidades de uma educação que promova a ativação e o fluir da vida-abundante. Para Rousseau, o amor-próprio é desnaturado e está sob o julgamento do outro, porque vive em função das opiniões alheias e é escravo de seus vícios, exigindo que se cumpra os seus caprichos e vícios a partir da renúncia do outro à sua própria vida. Segundo ele, o amor-de-si é uma paixão endógena, inata ao homem e essencial para o desenvolvimento de um ser humano autônomo e livre, que se contenta quando as verdadeiras necessidades são satisfeitas. O amor-de-si mesmo coloca-nos a pensar constantemente sobre a nossa vida e o modo de relação que estabelecemos com o mundo. Exige de nós, e só de nós, um saber essencial e vigoroso para o nosso próprio sustento.

²⁴ “Ama a teu próximo como a ti mesmo”, diz o preceito bíblico. Pressupõe-se, portanto, um amor a priori, um amor que se devota a si mesmo. É preciso, porém, que se aprenda a amar o amor, o amor-de-si-mesmo.

A noção do amor-de-si, por conseguinte, na filosofia educacional de Jean-Jacques Rousseau, me revela e me fornece indícios de como podemos viabilizar e criar situações pelas quais professores, crianças e jovens da Educação Básica podem rever as suas relações e decidir os seus destinos. É um conceito que me revela o amor estado perene do amor, é um estado de um querer bem intenso à vida, atento à sobrevivência da espécie; um amor incondicional, um amor que move o ser humano a constituir-se em relação; uma paixão natural que possibilita a constituição do sujeito rumo à sua autonomia.

Na espreita de outro acontecimento, os questionamentos se tornavam cada vez mais imperativos, acentuando as minhas inquietações com a leitura do *Livro IV* do *Emílio*. Para mim, o mais belo de todos, entre outras razões porque retrata a idade da força e da energia vital: as paixões, principal instrumento de nossa conservação.

Percebo que o ‘segundo nascimento’ é o momento da vida com maior necessidade de atenção por parte dos estudiosos da Educação na atualidade. Observo que há algumas escolas trabalhando com novas propostas de formação para as crianças, mais ou menos até os 10 anos de idade. Daí em diante, são pouquíssimas as instituições públicas²⁵ que vêm desenvolvendo projetos para atender às necessidades e às demandas dos jovens adolescentes.

Além disso, emocionei-me profundamente com a profissão de fé do vigário saboiano. Há um diálogo entre Emílio e o eclesiástico, que começa a ganhar a sua confiança não lhe vendendo favores, evitando os sermões, sendo oportuno, colocando-se sempre ao seu alcance e diminuindo-se para igualar-se a ele.

Aquele honesto eclesiástico era um pobre vigário saboiano, que uma aventura de juventude indispuera com seu bispo e que atravessava os montes para conseguir os recursos que lhe faltavam em seu país. [...] Preferia a pobreza à dependência e ignorava como era preciso comportar-se diante dos grandes. (ROUSSEAU, 1999, p. 349)

Diz Rousseau que, ao Emílio fazer ao vigário suas ‘loucas confidências’ e abrir-se para ele, este o escutava e colocava-o à vontade, “sem aprovar o mal, interessava-se por tudo; nunca uma censura indiscreta vinha interromper sua fala e fechar o seu coração”. O filósofo conta que o prazer com que ele estava sendo escutado aumentava o que sentia ao dizer tudo para ele: “era um espetáculo muito tocante ver um homem tornar-se companheiro de um moleque

²⁵ Público no sentido de bem-comum. Esclareço, no entanto, que não é no entendimento britânico, “ou seja, em que “público” significa “privado””. Portanto, não há aqui distinção entre dois sistemas: estatal e privado. (WINCH & GINGELL, 2007).

e a virtude assumir o tom da licença para vencê-la mais seguramente.” (ROUSSEAU, 1999, p. 351)

O religioso inicia seu discurso na página 355 e o finaliza na página 428. A meu ver, é um testemunho de sabedoria, amor e vida. Sinto que, muitas vezes, as vozes do autor se imbricam com as vozes do seu interlocutor, não conseguindo, estabelecer os limites entre um e outro.

Ao refletir sobre Deus com Rousseau, pensando simultaneamente no processo de formação humana, percebia que o amor-de-si se evidenciava como uma pista para se refletir sobre a constituição humana efetivada pela ‘intuição’ concebida como um “sopro divino”, meio utilizado pelos humanos para alcançar um fim e os efeitos de seu uso, ou seja, a ordem humana e a ordem divina.

Deus é inteligente, mas de que modo o é? O homem é inteligente quando raciocina, e a suprema inteligência não precisa raciocinar; não usa de premissas nem de consequências, nem mesmo de proposições; é **puramente intuitiva**, vê de igual modo tudo o que é tudo o que se pode ser; todas as verdades são para ela uma única ideia, como todos os lugares são um só ponto e todos os tempos um só momento.

A potência humana age através de meios, a potência divina age por si mesma. Deus pode porque quer; sua vontade faz o seu poder. Deus é bom, nada é mais evidente; mas **a bondade no homem é o amor de seus semelhantes, e a bondade de Deus é o amor da ordem**, pois é pela ordem que ele conserva o que existe e liga cada parte com o todo. Deus é justo; estou convencido disso, trata-se de uma consequência da sua bondade; a injustiça dos homens é obra deles, e não de Deus; a desordem moral, que depõe contra a providência aos olhos dos filósofos, aos meus só consegue demonstrá-la. (ROUSSEAU, 1999, p.385 – grifo meu)

Continuando a seguir o meu método, não extraio essas regras dos princípios de uma alta filosofia, mas **encontro-as escritas no fundo do coração, escritas pela natureza em caracteres indeléveis.** (ROUSSEAU, 1999, p. 385-386 – grifo meu)

Ao ressaltar que a suprema inteligência, Deus, não usa de premissas nem de consequências, nem mesmo de proposições e é puramente intuitiva, Jean-Jacques me fez pensar que o exercício da manifestação da qualidade intuitiva possibilitaria o fortalecimento da relação do ser humano e Deus e ao mesmo tempo perceber o amor-de-si como autoconhecimento. Nesse exercício, ele estaria vinculado à supremacia celeste, sem mediadores, numa conexão direta homem-Deus.

Tendo em vista que a intuição, conforme considera o autor, é algo puramente divino, posso pensar que o ser humano precisa dessa atividade para conservar-se no seu “estado de natureza”, isto é, no *amor-de-si*. Acredito, por isso, que se fazem necessárias escolas que

promovam ações capazes de favorecer o autoconhecimento, de ativar a bondade e o fluir da vida-abundante.

Para Rousseau, o mais digno uso da razão é anular-se diante da essência infinita, ou seja, de Deus. Quando ele afirma essa dignidade, penso que se o humano entregar-se ao movimento de aproximação a caminho da intuição, do *deixar-ser*, do deixar florescer, do ‘tudo fazer sem nada fazer’, sendo a autenticidade o seu fundamento originário, ele se entrelaçará ao divino e terá a possibilidade de exercer a bondade com consciência, tratada por Rousseau e aqui tomada como a possibilidade da realização do *amor-de-si*.

De acordo com Jean-Jacques, a bondade é o amor aos seus semelhantes, a inclinação dos seres humanos é para a bondade e, segundo o seu estado de natureza, eles nascem bons e felizes.²⁶

A concepção da bondade originária é muito polêmica no conjunto da obra rousseauiana. Ao concebê-la como característica básica do homem, segundo Genildo Silva (2004), Rousseau responsabiliza os seres humanos pela sua própria história. Silva²⁷ argumenta que, ao afirmar que o ‘homem nasce bom’, o filósofo genebrino não pretendeu dizer no sentido de nascer diferente de um homem mau e perverso, mas intencionou tratar da noção de inocência, isto é, ao nascer, ele ignora os seus atos porque, para o homem, ainda não está colocada a moral.

Nascer ‘bom’ – ressalta Genildo – na percepção de Rousseau, portanto, não quer dizer nascer ao contrário: ‘mau’, porém nascer inocente, isto é, ignorando os atos, porque ainda não se estabeleceu que os mesmos podem ser qualificados como prejudiciais, maldosos ou não, dessa forma todos são atos inocentes. Para Silva, esse conceito de bondade originária é uma das chaves fundamentais para se compreender a filosofia educacional de Rousseau.

²⁶ É prudente registrar que, numa das sessões de orientação, Mary Arapiraca ponderou o seguinte: “alguns pesquisadores, a exemplo de Marilena Chauí, pensam que o ser humano é um barco à deriva, com inclinações até perversas. Os limites e a educação é que podem contê-las”. Fortaleceu a perspectiva de que os limites formam a subjetividade dos sujeitos. Destacou que isto não significa ‘limite do pensar’, pois, segundo ela, ninguém limita o pensamento de ninguém, nem que se queira, mesmo que se amarre o indivíduo, o isole ou o tranque num quarto; mas é no sentido de ‘limite na relação humana’. Finalizando sua intervenção, ressaltou a função das leis na sociedade, o que me fez lembrar da importância de um contrato social para a educação dos seres humanos.

²⁷ Palestra proferida no Seminário, intitulado **Jean-Jacques Rousseau: vida e obra**, na Faculdade de Educação da UFBA, em 19 de setembro de 2006, promovido pela Linha de Pesquisa *Filosofia, Linguagem e Práxis Pedagógica* do PPGe/FACED/UFBA e pelo Departamento II da FACED/UFBA.

Na perspectiva de Jean-Jacques Rousseau, mesmo os mais perversos dos humanos não são capazes de perder completamente a inclinação para a bondade. Muitas vezes, ressalta o autor, essa inclinação os coloca em contradição com eles próprios. Até mesmo alguém que rouba, por exemplo, é capaz de saciar a fome de um pedinte ou amparar um outro que esteja desmaiando.

A fé no ser humano é que me move a admirá-lo e me faz implicar com pesquisas que promovam o autoconhecimento mediante observações das práticas educacionais em curso, na tentativa de contribuir com os educadores que se ocupam da formação de seres humanos melhores. Acredito ser possível se tivermos pessoas eticamente conduzidas pelo amor a si mesmo e um querer bem ao mundo; sem nenhum desejo de manipular o outro, de controlar a sua vida ou obter algum proveito. Percebo uma sintonia com essas reflexões nas palavras a seguir:

Meu filho, não esperes de mim nem discursos sábios nem profundos raciocínios; não sou um grande filósofo e pouco me preocupo em sê-lo. Mas às vezes tenho bom senso e amo sempre a verdade. **Não quero argumentar contigo, nem mesmo tentar convencer-te; basta-me expor-te o que penso na simplicidade de meu coração. Consulta o teu durante o meu discurso, é tudo o que te peço.** Se me engano, é de boa-fé; isso basta para que meu erro não me seja imputado como crime; mesmo que te enganasse da mesma forma, pouco mal haveria nisso. Se eu pensar bem, **a razão é-nos comum e temos o mesmo interesse em escutá-la:** por que não pensarias como eu? (ROUSSEAU, 1999, p. 356 – grifo meu).

Consulta o teu coração²⁸ enquanto dialogamos! Esse parece ser o método mais sábio que um professor poderá sugerir a um estudante. O fato é que, ao estar absorpta nos seus pensamentos, respirava e sentia que havia um convite para uma revisão da cultura escolar, por conseguinte, sentia a necessidade de rever a minha relação comigo, com os outros, com o mundo e, mais ainda, havia um convite para pensar os fundamentos da condição e da formação dos seres humanos.

Se dialogar e se relacionar são atividades vitais para o processo educativo, compreendia que havia uma imbricação entre linguagem e amor-de-si. Assim, ao estudar o *Ensaio sobre a origem das línguas*, notava com Rousseau que as necessidades ditaram os primeiros gestos e que, sendo a fala a primeira das instituições sociais, a sua forma tem a ver com causas naturais, por isso, as paixões seriam a sua fonte primeva, fazem brotar música e poesia.

²⁸ “Consultar o coração é um apelo à revisão, penso eu. É a possibilidade do choque” (nota da orientadora – Mary de Andrade Arapiraca).

Não foram nem a fome nem a sede mas sim o amor, o ódio, a piedade ou a cólera que pela primeira vez soltaram a fala dos homens... Os frutos não nos fogem das mãos, podemos-os comer calados; é também em silêncio que se persegue a presa que se pretende abater – mas para conseguir comover um coração ainda inocente ou afastar um agressor injusto é a natureza que nos dita os seus acentos, exclamações ou lamentos. (ROUSSEAU, 1981, p. 48)

Para o filósofo das luzes, os seres humanos trilharam o caminho da imitação para a metáfora e, segundo crê, as primeiras expressões humanas foram em sentido figurado (tropo), sendo que o sentido próprio só surgiu mais tarde. “Aí tendes como sempre que a paixão nos fascina o olhar e a primeira ideia que se nos apresenta não corresponde à verdade, o termo figurado precede o nome próprio” (ROUSSEAU, 1981, p.50).

De início, afirma Rousseau, só se falou por poesia e somente muito tempo depois, é que se procurou raciocinar. Ele diz o seguinte: “Pretende-se que a linguagem dos primeiros homens corresponda à língua dos geômetras, mas o que nós vemos é que ela tem antes que ver com a língua dos poetas” (1981, p. 47).

Percebia, ao meditar nessas observações de Rousseau, que o homem se afastava do estado de natureza, ao se entregar aos padrões e estruturas que coíbem a expressão oral apaixonada, optam pela metrificacão e controle dos ritmos sob as pressões da gramática, da lógica e da precisão da fala e da escrita, conseqüentemente, ele passa a se constituir de tal medida que vai se perdendo e se degenerando. No entanto, é importante que se registre que o autor considera esse “progresso totalmente natural” (p.54).

Por outro lado, sua concepção é clara: não se começa por raciocinar, mas por sentir. Desse modo, percebia uma insistência na primazia do sentimento, do coração, antes da razão, do intelecto, da cabeça. Parece-me, ao que insinuam as palavras do autor, um dos “caminhos de volta”, talvez fosse o cultivo da melodia, já que ela é música falante, e de poesias, já que são canções cheias de ritmo, acento e melodia.

Conseguia identificar algumas questões acerca do processo de desenvolvimento humano, ao tempo em que refletia sobre algumas das proposições ali colocadas, fazendo-me analisar o quanto o homem havia se perdido de suas origens, da beleza das imagens figuradas e da musicalidade das palavras, que, possivelmente, o deixavam diretamente em conexão consigo

mesmo. Assim como as línguas, os homens foram se distanciando da poesia, da melodia e musicalidade, preferiu a harmonia²⁹ e se cristalizou...

Por certo, se as línguas nasceram dos poetas e os homens primeiro cantaram, cantar e falar eram o mesmo. Com o afastamento do homem do seu estado natural, passando a ser “artificial”, distanciou-se naturalmente de si mesmo. E assim, ao fechar a última página do livro, dizia para mim mesma: essa leitura dá-nos a possibilidade de pensar a direção que estamos dando a nossa vida; e lembrava que, para Rousseau, os homens se diferenciam dos animais não porque falam, mas porque têm a capacidade criadora de se abrir ao infinito...

Mesmo não tendo nenhum interesse em adentrar numa seara tão complexa, que é a filosofia política de Rousseau, mas, por outro lado, ciente de que, conforme o próprio autor, se quisermos tratar adequadamente da educação, precisaremos entender também de política, é fundamental, portanto, o estudo do *contrato social*, reconhecendo nele a possibilidade de um exercício que possa apontar um cenário favorável para o desenvolvimento de um ser humano capaz de ser feliz e promover a alegria àqueles que estão à sua volta.

Considerando que esta pesquisa se endereça, principalmente, às escolas de educação básica, ao tempo em que lia, jocosamente, “O contrato”, pensava na unidade escolar como “instituição política”, traçava um paralelo entre ela e o “Estado”³⁰, entre os alunos e o “povo”, ambos como “soberanos” no “Estado” (na escola), sendo o primeiro passivo e o último ativo. Estabelecia também uma relação entre os “legisladores” e os educadores (coordenador e professor) e, finalmente, entre o “governo” e a direção, que estaria a serviço da vontade geral do “soberano” expressa no “contato” que, nessa analogia, seria o projeto pedagógico da escola num plano macro e os planos de aula tomados no micro.

Nesse exercício, passei horas imaginando as assembleias escolares! Semanalmente, reunidos o “soberano”, os “legisladores” e o “governo” para dialogarem sobre os destinos de suas vidas, fazendo um levantamento dos projetos realizados, apresentando-os, avaliando juntos e estabelecendo novos projetos, novos compromissos, novas responsabilidades... Segundo Rousseau, o “governo” (para nós, a direção escolar), subordinado à “vontade geral” do

²⁹ No sentido musical, disposição bem ordenada entre as partes de um todo, proporção, ordem.

³⁰ Para Rousseau, o “Estado” é soberano passivo e o “Povo” soberano ativo. Entende-se, por soberano, o mesmo que corpo político, sendo “cada membro como parte indivisível do todo” (1973, p. 38 – **vide** nota 15).

“soberano”, tem a função, no corpo político, apenas de executar. Mas, será mesmo? Como efetivar um projeto que coloca o “povo”/os estudantes no centro, conduzindo seus próprios destinos?

Afirma Jean-Jacques acerca da vontade geral: “soma de diferenças” (1973, 53). Para compreender esse conceito, estabeleço uma relação entre: maestro e orquestra. Quem manda e quem obedece? Há senhor e escravo nessa relação? Para sobreviver, por alguns momentos de sua vida, Rousseau foi professor de música, embora considerado pelos seus contemporâneos um professor medíocre, copiou partitura e até produziu óperas, *As musas galantes* e *O adivinho da aldeia*. Penso que, pelas experiências concretas como músico, fizeram-no conceber essa relação horizontal entre os seres humanos. Como ele mesmo relatou, todo o seu escrito estava registrado em seu coração...

Uma perspectiva similar a esta teve o pesquisador Michel Launay (1999). Ele considera que, até no arranjo dos parágrafos, a arte de compor um livro faz muitas vezes lembrar em Rousseau a arte do músico. Acredito que não apenas a sua maestria para escrever, mas, sobretudo, a música o influenciaria na concepção de liberdade e autoridade.

Ainda refletindo sobre a questão, lembrava-me de um filme de Frederico Fellini, *Ensaio de Orquestra*, e pensava: num concerto, quem é a autoridade, o maestro ou os músicos? Quem é livre? A quem eles devem obediência, por quê? Daí, as minhas respostas, seguindo a ordem do questionamento: ambos, ambos, a música, pela simples necessidade de ser livre e ser autoridade simultaneamente.

Pensei, a partir daí, na música como metáfora para a “vontade geral”. Os *instrumentos*, cada um com as suas singularidades e diferenças, às vezes bem acentuadas; os *músicos*, amantes ora dos instrumentos de corda, ora de sopro ou de percussão, e o *maestro* com uma batuta, mas todos sendo atravessados por um interesse comum: a música. Assim, como os músicos e o maestro poderiam ser os alunos, professores e direção.

Isto posto, meu interesse em mostrar as graduações³¹ do amor-de-si pretendeu subsidiar a quem se interessar possa por projetos que visem à saída do estado de degeneração em que se encontra o homem, estado de desigualdade, de subserviência aos seus vícios, aos seus

³¹ O mesmo que estações, modulações, conforme desenvolvidas no Livro II desta tese.

interesses particulares e legislando em causas próprias, apontando o caminho do autoconhecimento como uma busca constate da ativação e fluir da vida-abundante. Sinto que Rousseau se colocou como experimento e, de forma corajosa, revelou questões profundas sobre a humanidade do homem.

Pensando bem, cada um está inteiro na relação com o outro: o que é legítimo? O que é o necessário para sustentar esse ou aquele projeto? O que é necessário para fazer a orquestra tocar? Para que experimentemos a sinfonia? Para que a vida seja sinfônica?

Diz Rousseau que o ato de raciocinar é derivado do sentir. Primeiro, os seres humanos sentem, afetam-se e afetam os outros, essa é a paixão que provoca o nascimento das línguas. Em suas palavras:

A fala distingue o homem dos outros animais assim como as línguas distinguem as nações entre si (só depois de termos ouvido falar um indivíduo é que podemos determinar a sua origem). O uso e a necessidade fazem com que todos aprendam a língua da sua terra: mas o que é que leva a que uma certa língua seja a língua desse país e não a de qualquer outro? Para entendermos temos de remontar a um motivo que tenha a ver com o próprio lugar e que seja anterior aos próprios costumes: se a fala é a primeira das instituições sociais, a sua forma só pode ter que ver com causas naturais.

Assim que um indivíduo viu noutro um ser com sensações e pensamento semelhantes aos seus, o desejo ou a necessidade de entrar em contacto com ele, de lhe comunicar os seus pensamentos e sentimentos, levaram-no a procurar os meios de os fazer. Esses meios só nos podem vir dos sentidos, que constituem os únicos instrumentos que o homem possui para poder agir sobre os outros. (ROUSSEAU, 1981, p. 39)

Penso que, para possibilitar o desenvolvimento do autoconhecimento, visando contribuir na formação de indivíduos criativos, solidários e autônomos, trabalhar com a linguagem exige aproximar os seres humanos da poesia e da música, tendo em vista que, segundo Rousseau, “os signos visíveis tornam a imitação mais exacta mas que os sons despertam mais o nosso interesse” (ROUSSEAU, 1981, 44).

Se quisermos realizar o amor-de-si, é preciso muita poesia, muita música... Considerando que há necessidade de uma revisão da cultura escolar, capaz de delinear outras formas de convivência e de produção do conhecimento, urge pensar em ações que não tenham como finalidade a transformação do *outro* num *eu*, que possibilitem o exercício da liberdade, atendam às exigências da igualdade e não favoreçam, por isso mesmo, a construção de um *eu* que se realiza pelo desejo de controle e manipulação sobre o outro, sendo um escravo miserável de seus próprios vícios.

Esse é mais um alerta trazido pela obra de Rousseau: todo aquele que necessita ostentar um poder vive na mais absoluta servidão. Para ilustrar, a seguir, um fragmento no qual, descrevendo as habilidades de Emílio, Jean-Jacques Rousseau elenca as principais figuras que estariam nesse estado de servidão:

[Emílio] Tendo crescido em meio à mais absoluta liberdade, o maior dos males que pode conceber é a servidão. Ele tem pena dos miseráveis reis, escravos de todos os que lhes obedecem; tem pena dos falsos sábios, acorrentados a sua vã reputação; tem pena dos ricos tolos, mártires de seu luxo; tem pena dos voluptuosos de ostentação que entregam a vida inteira ao tédio para parecer que sentem prazer. Teria pena do inimigo que fizesse mal a ele, pois veria sua miséria em suas maldades. (ROUSSEAU, 1999, p. 323 – grifo meu)

Destarte, em Rousseau encontrei os princípios e as diretrizes fundamentais para apontar as situações necessárias para transformar o homem da natureza (a criança) em homem; observei com Rousseau como pode ser a formação humana, desde a tenra existência do ser, voltada para a constituição de um indivíduo livre, sem a necessidade de torná-lo escravo dos comandos de outrem ou com disposição para tornar outrem escravo, como um “miserável rei”; de acorrentar-se “a uma vã reputação”, como os “falsos sábios” ou de ser refém de seu luxo, como os “tolos ricos”.

Enfim, mediante análise e identificação de contextos e situações educativas, a escola pode ser de tal forma que educador e educando se articulem e que, sob o prisma de uma formação, possam delinear práticas que promovam o desenvolvimento do amor-de-si...

Rousseau, ao criticar a sociedade do século XVIII, revelou os valores da sociedade futura: supervalorização do supérfluo, cultivo da fragilidade e da exibição fortuita, promoção da carência exacerbada e da dependência psicológica acentuada entre os seres humanos e aceleração dos processos formativos que propiciam o desenvolvimento humano.

Acredito que, ao promover o desenvolvimento tecnológico, tornando descartáveis com uma rapidez desmedida as máquinas digitais, os processos educativos disponibilizados para o desenvolvimento dos seres humanos estão transportando, irresponsavelmente, a mesma velocidade exigida pela sociedade do consumo acentuado e da criação de necessidades superficiais e ilusórias.

Concordando com Rousseau, é necessário cuidar da infância. É necessário preservar a infância em todos os ambientes de aprendizagem. Para isso, algumas ações conjuntas

precisam ser efetivadas. Necessita-se de educadores em todos os ambientes da sociedade, pensando em ações colaborativas e em redes, que sejam capazes de cuidar das crianças, jovens e adultos. Essa é uma tarefa para para todos os profissionais, para a sociedade. Obviamente, a escola é a principal fonte de inspiração e a matriz desencadeadora de outras lógicas que valorizem a pessoa humana e as suas relações.

Seria necessário garantir espaços de convivência para as crianças e os jovens em geral, como parques e praças públicas, cinemas, teatros, clubes esportivos. Os adultos cuidariam não somente de uma criança ou um jovem em especial, mas se sentiriam responsáveis por todos eles.

Se os homens somente se conscientizam da necessária urgência de uma ação educativa através de decretos, seria publicada uma lei, aplicada ao adulto acima de 25 anos de idade, responsabilizando-o por cuidar das crianças e dos jovens que estão nas ruas, em lugares e horários não adequados para eles. Seria absurda tal proposta?

Os adultos deveriam encaminhar as crianças e os jovens a lugares especializados, que os conduziram até os seus lares. Caso não tivessem família, eles seriam encaminhados para casa de ‘padrinhos ou madrinhas sociais’, previamente cadastrados num sistema integrado por prefeituras e Estado. Seriam dadas, às crianças e aos jovens, as condições mínimas de sobrevivência e vida digna, sob a responsabilidade dos adultos. É preciso, sim, uma política pública conjunta, que se volte para as crianças e jovens das diversas classes sociais, indistintamente. Para isso, necessário seria a formação de pessoas capazes de se aproximar da criança ou do jovem que, estando em lugares e em horários prejudiciais à sua integridade psicofísico-emocional, seriam conduzidos até a sua residência. Faz-se necessário um programa de formação de pais e mães. Seriam penalizados todos aqueles que tivessem filhos sem estarem preparados para tal. As penas seriam sempre a realização de trabalhos sociais, tais como: reformar os bancos das praças públicas, limpar as ruas, limpar escolas, igrejas, plantar e cuidar de árvores, trabalhar na fabricação de pães, plantação de hortas, pomar e jardins entre outras ações.

Isso é utopia? Sim, mas realizável. Se não cuidarmos das crianças e dos jovens de hoje, teremos uma sociedade ainda mais sangrenta e doentia. Quantos ainda precisarão morrer, prematuramente, por causa da incapacidade humana para agir coletivamente em prol do bem

comum? Quantos grupos humanos ainda serão dizimados para provar que precisamos cuidar das gerações presentes e futuras?

Um dos aspectos que mais me emociona na leitura dos textos de Rousseau é a sua lucidez em perceber que as ações humanas e as suas ressonâncias são de sua total responsabilidade. Desse modo, entendo que a responsabilidade é uma das principais virtudes a ser trabalhada com as crianças e os jovens no seu processo formativo, em especial a responsabilidade em cuidar de si e dos outros, compreendidos como as espécies do Planeta.

Ele nos faz lembrar, insistentemente, que podemos ser amanhã o que é hoje aquele a quem nós ajudamos. Que é preciso ficar atento em relação às necessidades humanas e às suas paixões, porque elas mudam conforme a situação dos homens. Que cabe ao professor, quando uma criança ou um jovem estiver em aprendizado, aprender junto com ele, pois somente aprenderá bem o que aprender junto.

E, finalmente, que, para o homem da natureza, portanto para a criança, é preciso a ociosidade da liberdade, ser livremente livre para se desenvolver imbuído do sentimento do amor-de-si-mesmo. Por outro lado, para o homem social, trabalhar é um dever indispensável, contanto que se escolha uma profissão útil e que não requeira das pessoas que a exercem qualidades de alma odiosas e incompatíveis com a humanidade. “Rico ou pobre, poderoso ou fraco, todo cidadão ocioso é um patife.” (ROUSSEAU, 1999, p. 250).

Essas entre outras questões me colocaram um desafio: em que o legado dessa geração possibilita, como desejou Rousseau no primeiro momento de suas meditações, ‘examinar com maior cuidado os julgamentos sobre a sua pessoa e os procedimentos para consigo?’

contava ainda com o futuro e esperava que uma geração melhor, examinando com maior cuidado seus julgamentos sobre a minha pessoa e seu procedimento para comigo, viesse esclarecer facilmente a fraude dos que a dirigem e me visse finalmente como sou. Foi essa esperança que me fez escrever meus Diálogos e que me sugeriu mil loucas tentativas para as fazer chegar à prosperidade. Essa esperança, embora longínqua, mantinha minha alma na mesma agitação de quando procurava ainda no mundo um coração justo, e minhas esperanças, que em vão dirigia ao longe, me transformavam igualmente no brinquedo dos homens de hoje. [...]

Poucos dias se passavam e novas reflexões me confirmam como estava errado em contar com a volta do público, mesmo numa outra época; visto que ele é conduzido, no que me diz respeito, por guias que se renovam continuamente nas corporações que me têm aversão. Os indivíduos morrem, mas os corpos coletivos não morrem. (ROUSSEAU, 1995, p. 25 – grifo meu)

Ainda com as palavras de Rousseau, em *Os devaneios do caminhante solitário*, questionava-me sobre as minhas escolhas, a força do coletivo sobre o indivíduo e, ao mesmo tempo, admirava-o pela franqueza de se olhar como verdadeiramente era e de se entregar ao destino, submetendo-se à sua sorte.

Oh! como teria podido prever o destino que me esperava? Como posso concebê-lo ainda hoje, quando a ele estou entregue? Podia, com meu bom senso, supor que um dia eu, o mesmo homem que era, o mesmo que ainda sou, seria tido, seria considerado, sem a menor dúvida, como um monstro, um envenenador, um assassino, que me tornaria o horror da raça humana, o joguete da gentalha, que toda a saudação que me faziam os passantes seria a de escarrar sobre mim, que toda uma geração, de comum acordo, se divertiria enterrando-me ainda vivo? [...] Sentindo enfim inúteis todos os meus esforços e atormentando-me inutilmente, tomei a decisão que me restava, a de submeter-me à minha sorte, sem mais resistir contra o destino. (ROUSSEAU, 1995, p. 23 - 24)

O esforço em recortar o objeto de pesquisa possibilitou a configuração da problemática para o estudo, mostrando as questões que nortearam o processo e a metodologia, assim como desenham o seu para *quê*.

14. FRENTE AOS APRENDIZADOS ROUSSEAUNIANOS, SURGE O DESEJO: PROJETAR A ESCOLA QUE CONCRETIZE A HUMANIDADE DO HUMANO, OU DAS ANOTAÇÕES ‘CONCLUSIVAS’ IV

É preciso dizer, finalmente, que considero a obra *Emílio* como um convite à concepção concreta de projeto educacional. Um projeto que articula o individual e o social, que articula o sujeito consigo mesmo e com os outros – o individual e o coletivo. Esse movimento é um imbricamento primordial. Segundo Rousseau, aquele que se arvorar a pensar uma proposta educacional necessariamente precisa pensar na política, nos seus princípios, no *modus operandi*, nas diretrizes e em todo o movimento.

É preciso estudar a sociedade pelos homens, e os homens pela sociedade; quem quiser tratar separadamente a política e a moral nada entenderá de nenhuma das duas. Abordando primeiramente as relações primitivas, vemos como os homens devem ser afetados por elas e que paixões devem nascer delas; vemos que é em reciprocidade ao progresso das paixões que essas relações se multiplicam e se estreitam. É menos a força dos braços do que a moderação dos corações que torna os homens independentes e livres. (ROUSSEAU, 1999, p. 309 – grifo meu)

O homem já não é mais o homem de coração puro, o homem como corpo inorgânico da natureza, ele criou uma dependência psicológica acentuada em demasia, que prejudica a sobrevivência da própria espécie. Sinto, nos textos de Rousseau, um clamor aos humanos para escutarem a si mesmos, usufruindo a plenitude do encontro consigo, como se os

humanos devessem se perguntar o que, realmente, importa para a sua felicidade. Percebo, em suas palavras, a força capaz de mobilizar outro tipo de revolução, não mais política, econômica ou artística, mas espiritual.

[Meus caros concidadãos, ou antes, meus irmãos] Quanto mais reflito sobre a vossa situação política e civil, menos consigo imaginar que a natureza das coisas humanas possa comportar outra melhor. Em todos os demais governos, quando se trata de assegurar o maior bem do Estado, todas as coisas se limitam sempre a projetos de ideias ou, pelo menos, a simples possibilidades; em vosso caso, vossa felicidade é completa – basta somente usufruir dela – e, para vos tornardes felizes, basta somente contentar-vos com sê-lo. (ROUSSEAU, 1973, p. 227)

Pretendi, com este livro, evidenciar que Rousseau inaugura o que, na atualidade, se vem discutindo, em vários campos da Pedagogia, a possibilidade de efetivação de uma espécie de revolução interior, um movimento concreto de retorno a si mesmo, mostrando a possibilidade e a viabilidade desse exercício às coisas mesmas. Acredito que, quanto mais cedo fizermos o movimento de estar no mundo conscientemente, vivendo a vida em atenção plena, responsabilizando com processos de ativação da bondade e fluir da vida em abundância, melhor será para cada um de nós, conseqüentemente, melhor para a humanidade toda.

Apontamentos sobre a Educação

Compreendendo que a educação e o amor não foram questões diretamente tratadas por Rousseau, também, de certo modo, respondendo ao convite de Konder (2007), me aproximo do filósofo genebrino com um ‘novo’ interesse, um ‘novo’ quadro de referências e uma ‘nova’ curiosidade.

Tomada pelas suas máximas³² e tendo a convicção que verdadeiras ações pedagógicas são atravessadas pelo diálogo e pela alegria da presença de um adulto disposto a conviver com outros humanos (crianças, jovens e adultos), identificava, no livro *Emílio ou da Educação*, as situações educativas, vivenciadas pelas personagens, que pudessem contribuir com a produção de um projeto educacional voltado para uma formação humana com valores e princípios necessários à preservação da vida e a felicidade de estar vivo, questionando-me: o que é mesmo a Educação?

³² PRIMEIRA MÁXIMA: “Não pertence ao coração humano colocar-se no lugar de pessoas mais felizes do que nós, mas apenas no lugar das que estão em situação mais lastimável” (ROUSSEAU, 1999, p. 290). SEGUNDA MÁXIMA: “Só lamentamos no outro os males de que não nos acreditamos isentos” (ROUSSEAU, 1999, p. 291). TERCEIRA MÁXIMA: “A piedade que se tem pelo mal de outrem não se mede pela quantidade desse mal, mas pelo sentimento que atribuímos aos que sofrem” (ROUSSEAU, 1999, p. 292).

Por não perceber em Rousseau, nitidamente, o conceito de educação, busquei me apoiar em outros autores para seguir em frente com a minha empreitada:

Formar é deixar o outro aprender, integrando no que ele é, os limites do que ele não é. Aprender é muito difícil e fundamental do que ensinar. Só quem realmente sabe aprende, e somente na medida em que o sabe, pode realmente ensinar. O professor é mais professor enquanto e na medida em que for mais radicalmente aluno. (CARNEIRO LEÃO, 1977, p. 49)

Sendo *formar* um *deixar-aprender*, isto é, *educar sem preceitos e de tudo fazer sem nada fazer* (ROUSSEAU, 1999, p. 132), a atitude diante do *outro* precisará ser, antes de mais nada, de atenção ativa, grandiosa, vigorosa. Na síntese do pensamento de Carneiro Leão, como na máxima rousseauiana, encontra-se a grandeza do despojamento da tarefa de educar. É preciso ‘ouvir’ como poesia e deixar-se ser tomado pela compreensão de que o outro é o outro em sua linguagem constituinte, que o estudante merece absorver-se, completamente, na atividade.

O educador, absorto no educando, precisa “observá-lo, vigiá-lo sem parar e sem parecer, pressentir antecipadamente todos os seus sentimentos e prevenir os que ele não deva ter, ocupá-lo, de tal maneira que ele não somente se sinta útil à atividade, mas que também se sinta bem, por ter compreendido bem para que serve o que faz” (ROUSSEAU, 1999, p. 240). Essa disposição, essa entrega incondicional do educador ao outro é possível se ele estiver imbuído do amor-de-si-mesmo na clareza do trabalho que ele tem diante de si.

Há de se educar, sempre, para *além do agora*, ou seja, educar para além de todo contexto vigente, por isso a Educação não pode estar voltada apenas para atender ao mundo do trabalho ou à exigência social momentânea, mas também ao imprevisível e inusitado, para que seja capaz de promover a dignidade humana, a solidariedade e a disposição, visando ao alcance de soluções que beneficiem, simultaneamente, o particular e o coletivo (a si mesmos e aos outros).

A Educação é muito mais que “um conjunto de práticas sociais por meio das quais alguns membros do grupo tentam fazer com que membros menos experientes adquiram os instrumentos e as capacidades necessárias para participar ativamente no grupo” (COLL, 1999, p. 85). A Educação não pode ser somente a transmissão dos valores (moral, gosto, costume...) da classe dominante, em um contexto em que a escola seria o espaço de manutenção e

disseminação do padrão social: dominante e dominado. Custa a aceitar que a escola seja uma espécie de *fábrica de produzir senhores e escravos para o mundo do trabalho*.

Penso que a Educação é a própria *vida-sendo*, abrange os processos formativos que se desenvolvem tanto no interior das instituições de ensino, quanto na vida familiar, no trabalho, nas manifestações culturais, nos movimentos sociais, enfim, em todos os processos que envolvem convivência humana.

Como Vygotsky (2001, p. 99), creio que “o objetivo último da educação consiste apenas em ensinar o amor ao homem”. Como Cecília Meireles, acredito que a educação é um milagre, uma revolução.

Em suas palavras:

[...] Revolução tem de significar educação. Educação. Preparo do homem para a humana função de viver. Visão total da vida, a que nenhum problema pode ser indiferente, desconhecido ou estranho. Sentindo totalidade. Realização da criatura desde as suas inquietudes mais concretas às mais abstratas, atendendo a todas com a certeza sereníssima de que em torno da vida nenhum fator existe que não seja venerável.

Educação. Compreensão completa da humanidade, nas suas relações de homem a homem e de pátria a pátria. Espírito de fraternidade que permite o convívio sem limites, mas, por isso mesmo, assenta em bases seguras de capacidade e de trabalho.

Educação. Milagre de liberdade que se faz responsável. Aspiração de se bastar e de se servir. Força consciente adquirida pela formação de uma estrutura sólida e harmoniosa apta a suportar e a dirigir o pequeno mundo de cada indivíduo dentro do imenso ambiente universal.

Educação. Reaprendizagem da vida, deformada na rotina dos séculos e na teoria arbitrária dos interesses de cada doutrina. Volta deliberada e sincera à observação, à interpretação, à realização. Conhecimento límpido dos fenômenos, para sua justa utilização. Ruptura com todas as imposições, todas as violências, todas as opressões, todos os automatismos. Reumanização do homem. Apreciação dos valores fora dos moldes comuns da oportunidade transitória e das ambições sem idealismo. (MEIRELES, 2001, p. 209-210)

Neste sentido, educar não significa, portanto, reproduzir “técnicas”, “formas” e “fôrmas” e aplicá-las em série, como se o *Homem* fosse uma máquina (re)programável. Muito menos, é isso de andar distribuindo livros e/ou computadores e merenda escolar a torto e a direito.

Contudo,

... educar é preparar para a vida completa, para que o homem não tenha medo da vida, e saiba agir de acordo com ela. É dar ao homem, com uma consciência de si mesmo que as civilizações e os cativos há muito tempo lhe andam todos os dias roubando, uma capacidade de ser útil a si mesmo e de servir livremente aos demais, convertendo o trabalho num interesse superior de criação, que dispõe cada um no justo lugar da sua eficiência, no mundo. (MEIRELES, 2001, p. 218)

Ou, como diz Piaget,

... o objetivo da educação intelectual não é saber repetir ou conservar verdades acabadas, pois uma verdade que é reproduzida não passa de uma semiverdade: é aprender por si próprio a conquista do verdadeiro, correndo o risco de despende tempo nisso e de passar por todos os rodeios que uma atividade real pressupõe. (1973, p. 69)

... afirmar o direito da pessoa humana à educação é pois assumir uma responsabilidade muito mais pesada que a de assegurar a cada um a possibilidade da leitura, da escrita e do cálculo: significa, a rigor, garantir para toda criança o pleno desenvolvimento de suas funções mentais e a aquisição dos conhecimentos, bem como dos valores morais que correspondam ao exercício dessas funções, até a adaptação à vida social atual. (1973, p. 40)

Ou ainda, como concebe Josep Maria Puig, a educação como adaptação crítica, isto é, um processo aberto, criativo e evolutivo, no qual não estão definidas a direção e a forma como a adaptação se dará, muito menos estão decididas as finalidades que os mecanismos adaptativos irão perseguir, nem o modo como serão alcançadas tais finalidades. Segundo o autor,

a educação como educação crítica intervém no meio natural e artificial em que vivem os seres humanos, bem como no meio social e institucional em que estão inseridos e, finalmente, em relação a si mesmos, no meio interno, com o qual se mantém uma relação complexa que busca a adaptação a si mesmo. A educação elucida-se, portanto, nestes níveis interconectados do meio: o natural e artificial, o social e institucional, e o pessoal ou íntimo. (PUIG, 1998, p. 25)

Diante da concepção, aqui delineada, urge um repensar sobre a escola como um centro de atividades reais (experimentais) desenvolvidas em comum; um espaço que, de forma consciente e senhor de seu papel fundamental, disponibiliza um processo de formação humana favorecedor da aquisição dos bens culturais, produzidos pelo *Homem* ao longo da sua história, e, simultaneamente, propiciador do surgimento do *novo*, do *(in)esperado*, pelo *Homem* para o *Homem*.

Apontamentos sobre o amor

No verdadeiro amor, não há lugar para o egoísmo ou o orgulho. É possível, acessando a mente incomensurável do amor, agir com compaixão, alegria e equanimidade. Qualquer sentimento de dependência ou apego causador de sofrimentos precisa ser cuidado.

Urge curar os ferimentos da alma, que atravessam os anos e o homem não se dá conta dos estragos que vão promovendo ao longo da sua vida. Certamente, para ser professor, faz-se premente a cura e o desenvolvimento espiritual-cultural alcançados no enfrentamento do professor com ele mesmo.

Fugimos de nós porque é assustador voltar para casa e enfrentar o medo e o sofrimento da criança ferida que existe em nós e que vem sendo ignorada há tanto tempo. Mas é

maravilhoso voltar para casa e dizer: “Menino (a), estou aqui para você. Não se preocupe. Cuidarei de você.” Esse é o primeiro passo. Somos a criança profundamente ferida que espera voltar para casa. E somos também aquela que fugiu de casa, que negligenciou a sua criança. (HANH, 2005, 68)

No entanto, observa-se que se poderia incorporar, nos afazeres da Escola, um trabalho sério com o professor, a fim de promover o ativar e o fluir da vida em abundância. Não existe espaço, na escola, para cultivar o educador. Ele precisa de encontros para que possa falar-ouvir, de forma que seja acolhido por um grupo de pessoas de coração amoroso, compreensão clara e muita força interior, e livres o suficiente para “libertá-lo” de suas ‘amarras internas’ ou ‘nós internos’, ajudando-o a se educar e, na relação, ter condições de educar os outros...

A alegria

Quando se consegue manter a mente calma e alegre, as palavras proferidas e as ações efetivadas transmitem paz e felicidade, promovendo a harmonia necessária para o crescimento mútuo dos envolvidos no processo. No cultivo da alegria, é-se um amigo de verdade para si mesmo e um bom amigo para muitas outras pessoas.

A escola precisa do sorriso que emana alegria. É preciso sorrir para partilhar a beleza de se estar vivo, fortalecer a esperança em dias melhores.

A compaixão

Intenção e capacidade de aliviar e transformar o sofrimento e abrandar as tristezas, sem necessariamente sofrer para eliminar a dor da outra pessoa. Se a pessoa sofre enquanto ajuda, ela poderá sentir-se arrasada e incapaz de ajudar os outros. Um gesto, uma palavra ou um pensamento compassivo pode reduzir o sofrimento de outra pessoa e proporcionar-lhe alegria.

Uma das perguntas que um professor precisa fazer é: o que estou fazendo para que a sala de aula se torne um espaço de acolhimento, alegria e amor?

A equanimidade

É necessário que ao mobilizar as quatro mentes incomensuráveis, ao ‘olhar’ para dentro, evite-se ficar de fora. Na relação humana que se quer educativa, mediante a qual todos se educam, para se compreender de maneira profunda e direta, há que se tornar um só ser com

essa pessoa. Enquanto se estiver no momento de observação, fitando-se o objeto de forma oposta, antagônica, a compreensão estará sendo comprometida e, por certo, não será verdadeira.

Enquanto cada um perceber a si mesmo como aquele que ama e enxergar o outro como o amado, enquanto se der mais valor a si próprio do que aos demais ou se considerar “diferente” das pessoas, não se terá desenvolvido a equanimidade verdadeira. Há de se colocar “na pele do outro” e se tornar um com ele, se quiser compreendê-lo e amá-lo de verdade. Quando isso acontece, não existe o “eu” nem o “outro”.

O amor-de-si-mesmo

Sem compaixão, alegria e equanimidade, o amor pode tornar-se possessivo e egoísta, portanto, um amor corrompido – amor-próprio. Na consciência do amor-de-si-mesmo, como um sentimento de preservação e benevolência, experimenta-se a liberdade plena, isto é, transcende-se as armadilhas dos desejos nocivos e entende-se que o amor não espera nada de volta. Quando se compreende, no fundo do coração, uma pessoa que nos feriu, impossível deixar de amá-la. Deve-se olhar profundamente para ver e compreender as necessidades, as aspirações e o sofrimento de quem se ama. Todos precisam de amor. Esse sentimento proporciona alegria e bem-estar. É tão natural quanto o ar. Os humanos são amados pelo ar. Tem-se necessidade de ar fresco para se sentir bem e feliz. As árvores também os amam. Os humanos precisam delas para serem saudáveis.

Uma brisa de verão é muito refrescante, mas, se tentarmos colocá-la dentro de uma pequena lata para guardá-la inteiramente para nós, ela morrerá. O mesmo acontece com aqueles que amamos. O ser amado é como uma nuvem, uma brisa, uma flor. Se o aprisionarmos em uma pequena lata, ele vai morrer. Mas é exatamente isso que muitas pessoas fazem. Roubam a liberdade do ser amado até chegarem ao ponto em que essa pessoa não é mais ela mesma. São os que vivem para satisfazer a si próprios e usam o ser amado com essa finalidade. Isso não é amar, é destruir. Dizemos que amamos alguém, mas não entendemos suas aspirações, necessidades e dificuldades. Nós deixamos essa pessoa em uma prisão chamada amor. O amor verdadeiro permite que a nossa liberdade e a do ser amado sejam preservadas. (HANH, 2005, p. 14)

Para ser amado, é preciso amar, o que significa compreender, ter atitudes com alegria e equanimidade. Para o amor permanecer, portanto, há de se adotar um modo apropriado de ser e de agir para proteger o ar, as árvores e as pessoas que se ama.

Suponhamos que, do ponto de vista estrutural, uma escola esteja organizada para propiciar que os estudantes e os professores sejam sorridentes. Tudo está, aparentemente, no lugar. Contudo, se planejarem transformar os alunos nisso ou naquilo e desejarem que eles sejam isso ou aquilo com o objetivo de atender a necessidades alheias às suas potencialidades de ser o que são, humanos, ignorarão o vigor e a necessidade dos homens em se tornarem humanos, ativarão o amor-próprio e negarão a existência da vida em si mesma.

Afastai-vos das grandes cidades, onde os enfeites e a imodéstia das mulheres apressam e antecipam as lições da natureza, onde tudo lhe mostra prazeres que só devem conhecer quando souberem escolhê-los. Levai-os de volta às suas primeiras moradas, em que a simplicidade do campo deixa as paixões de sua idade desenvolverem-se menos rapidamente; ou, se o gosto pelas artes ainda os prende à cidade, preveni neles, através desse mesmo gosto, uma ociosidade perigosa. Escolhei com cuidado suas companhias, suas ocupações, seus prazeres; mostrai-lhes apenas quadros tocantes, mas modestos, que os comovam sem os seduzir e alimentem sua sensibilidade sem lhes perturbar os sentidos. Considerai também que há em toda parte alguns excessos que devem ser temidos e que as paixões imoderadas sempre causam mais mal do que aquele que gostaríamos de evitar. (ROUSSEAU, 1999, p. 302)

Compreendendo, portanto, que a educação é um processo formativo, milagroso e de responsabilidade principal da Escola que, através dos professores, ao acolher as crianças, os jovens e adultos, pode promover ações capazes de contribuir para a ativação da bondade e o fluir da vida em abundância, ela deve ser o lugar da vida em seu pulsar jorrante.

Por isso, pode-se e deve-se pensar em escolas que propiciem o retorno ‘às primeiras moradas, em que a simplicidade do campo deixa as paixões de sua idade desenvolverem-se menos rapidamente’, assim, um possível retrato seria uma escola construída num lugar amplo, com muitas árvores e ambientes diversificados de aprendizagens.

Desse modo, considerando que, para Rousseau, a:

1. **educação da natureza:** é o desenvolvimento interno das faculdades e dos órgãos humanos;
2. **educação dos homens:** é o uso consciente, que é ensinado aos humanos, da apropriação desse desenvolvimento e de fazerem dele o seu bem maior;
3. **educação das coisas:** é a aquisição da própria experiência dos humanos em relação aos objetos que os afetam.

Há necessidade que a educação seja capaz de ensinar aos homens a fazer o uso adequado de suas faculdades e de seus órgãos. Em consequência, é preciso ainda, nesse processo, possibilitar a aquisição de experiência sobre os objetos que os afetam. Daí, é de extrema

relevância criar situações para que os estudantes entrem em contato direto com as coisas e o meio ambiente, experimentando-os e construindo as sínteses próprias do seu aprendizado.

Assim, nessa escola, seriam abolidas a secretaria, a sala de professores, a coordenação, a diretoria ou qualquer sala de exclusividades e privilégios. Todos trabalhariam em prol e diretamente com as crianças, os jovens e os adultos. Todos cuidariam da limpeza, culinária e plantação, além de cultivar as suas potencialidades, focalizando um determinado campo do saber instituído.

Para iniciar o projeto, seria necessário um registro fotográfico de todas as escolas de um determinado local, com levantamento de número de alunos e professores. No entanto, para iniciar uma discussão em torno desse projeto, apresento, preliminarmente, os componentes dessa escola: ateliês de artes: para a prática da dança, teatro, artes plásticas/visuais, música, cinema... ; auditórios; anfiteatro e arenas; *foier* e *foier mezzanino*; biblioteca e multiteca; salão das palavras, sons e imagens: sessão de filmes, exposições, projeção de trabalhos diversos (fotos, vídeos etc), exposições...; salão virtual e interativo: para experimentações de sons, imagens e palavras, bem como navegação na Internet e pesquisas diversas; esportes: ciclismo, capoeira, natação, voleibol, basquetebol, artes marciais etc; espaços da ociosidade: preparados, preferencialmente, próximos a muitas árvores e plantas em geral; observatórios de ciência: para experimentos e observações dos fenômenos e elementos da natureza, incluindo-se também, nesse ambiente, a cozinha. Nele se trabalharia: química, física, biologia e matemática; astronomia, antropologia, psicologia transpessoal; história, sociologia, filosofia, geografia; gastronomia e nutrição; laboratórios de línguas: latim, grego, francês, inglês, português, espanhol, italiano, alemão, tupi-guarani etc; pomar, horta, jardins e plantações em geral; e outros espaços e ambientes a serem pensados conjuntamente.

O trabalho a ser desenvolvido pelos professores levaria em conta a ênfase a ser dada conforme as estações do amor-de-si, a seguir retomados:

a) Na infância – nascer para a espécie

Idade da natureza (razão sensitiva): prioridade para os trabalhos “livres”, crianças com maior contato com a natureza, árvores, flores, terra e animais, que devem constituir o seu universo de desenvolvimento.

Idade da inteligência (razão intelectual): prioridade para os trabalhos de criação e invenção. As crianças seriam mobilizadas para realização de experimentos e trabalhos laboratoriais em ambientes abertos, ricos em possibilidades de investigação. A arte da botânica e da observação do comportamento dos animais seria o elemento norteador para o desenvolvimento dessa estação.

b) Na saída da infância – nascer para as paixões

Idade da energia, da força vital (razão sensitivo-intelectual): prioridade para os trabalhos manuais; muitas atividades voltadas para aprender a tocar instrumentos musicais, ler partituras, culinária, marcenaria, esportes...

Idade da sabedoria: prioridade para atividades de vivência compreensiva, leitura e interpretação simbólica do mundo, das coisas e de si mesmo... estudo de outras culturas, estudo de línguas. Promoção de viagens. É preciso que o jovem, antes de assumir as suas atribuições na vida em sociedade, conheça outras culturas e conviva com outros povos.

c) Na estação adulta, ou no estado consciente do amor-de-si-mesmo

Assim como delineado, no capítulo anterior, para possibilitar o autoconhecimento como um exercício de amor-de-si, é preciso que o ser humano experimente a atenção plena³³. Através da renovação do olhar, tal como sinalizou Rousseau, é importante que os adultos (professor e estudante) possam, juntos, dialogar, pensar na intimidade do encontro consigo mesmos, acerca da condição de estar no mundo com outras pessoas...

Para preparar os adultos que acolherão a geração futura, além de outras urgências, necessário se faz responsabilidade e trabalho. Uma possibilidade será colocar em ação as quatro mentes incomensuráveis do amor-de-si: o amor, propriamente dito, a alegria, a compaixão e a equanimidade³⁴. Para adotá-las, há de se cultivar a prática de olhar e ouvir, do fundo do coração, para saber o que fazer no sentido de possibilitar que todos, no aqui-agora-presente, sejam felizes.

³³ *Atenção plena* significa estar sempre, inteiramente, atento a alguma coisa, por exemplo: atento ao sentimento de raiva ou atento ao ato de beber água, estando a consciência e o corpo entregues ao acontecimento da vida em si mesma. Para maiores esclarecimentos, consultar: HANH, Thich Nhat. **Ensinamentos sobre o amor**: desenvolvendo a capacidade de amar com alegria e compaixão. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

³⁴ Hanh (2005, p. 14) considera que “o amor, para ser verdadeiro, deve conter compaixão, alegria e equanimidade. Para a compaixão ser verdadeira, ela tem que incluir amor, alegria e equanimidade. A alegria verdadeira precisa englobar amor, compaixão e equanimidade. E a equanimidade para ser verdadeira tem que possuir amor, compaixão e alegria”. Essa é, para o autor, a natureza da interconexão das quatro mentes incomensuráveis.

Considerando que, na proposta de Rousseau, é preciso formar, primeiramente, o homem depois o cidadão, percebo que, no rigor da pesquisa, o mapeamento foi traçado para delinear os fundamentos essenciais para a formação do homem e do cidadão.

Em princípio, para a formação do homem, considero que o amor-de-si seja o fio condutor, por isso a proposta de aprofundar o entendimento em torno dessa noção rousseauiana para prosseguir com a pesquisa. Para a constituição do cidadão, será necessário articular a pedagogia educacional de Rousseau com a sua pedagogia política expressa no Livro V, do *Emílio*, e retomada, mais apropriadamente, no *Contrato Social*.

O grande desafio posto por Rousseau é educar o homem e o cidadão, ainda que a sociedade seja corrompida. Já que não é possível voltar ao estado de natureza, a não ser por um exercício meditativo, como educar um ser humano para que ele encontre, por ele mesmo, o caminho de volta pela via social? Como ela corrompe e a desigualdade social impera, como a sociedade pode possibilitar o caminho do autoconhecimento, do amor-de-si?

De que maneira pensar a filosofia educacional pelo viés da política rousseauiana? Como encontrar as saídas para as próprias armadilhas construídas ao longo dessa proposta? Uma possibilidade para isso é a realização de assembleias como espaço legítimo de formação desse cidadão e de possibilidade de ativação e fluir do amor-de-si.

No *Ensaio sobre as origens das línguas*, Rousseau esclarece que um dos traços que distingue o homem como homem é, sem sombra de dúvidas, a linguagem. Nesse livro, o filósofo de Genebra analisa como se deu o desenvolvimento da linguagem e aí ele toma como ponto de partida as paixões, afirmando que a língua apareceu, não por conta da necessidade básica de saciar a fome, alimentar-se, mas pelas paixões. Os homens se emocionavam, se afetavam e, a partir daí a língua nascia, afirma o autor.

Percebo que Rousseau, nessa obra, estabelece a relação entre melodia e fala. Para ele, a melodia é falante. O estado natural de ser da língua é a musicalidade, é a dança dos próprios sons, é o ritmo, ele afirma que quando os homens começaram a falar, não havia diferença entre o falar e o cantar, porque a música constituía a fala dos homens no seu estado natural. Tomando esse estado como o de natureza, percebo que, no *Ensaio sobre a origem das línguas*, existem pistas de como poderíamos fazer o retorno às origens, isto é, “olhar” para nós

mesmos e nos aproximarmos desse movimento que é o da música. Ouvir a música com sentimento, sentidos, porque a fala e a música brotam de um mesmo solo: as paixões. Não há porque nos afastarmos desse estado e considerá-lo inadequado. Nesse texto, a ênfase dada recai sobre o afastamento do homem do estado de natureza e, portanto, do estado de melodia.

Além da música, Rousseau relaciona a língua à poesia, antes de ser uma palavra formal ela tinha poesia. Os primeiros homens adjetivavam, por exemplo, quando encontravam outro indivíduo de uma civilização diferente, eles o chamavam de gigante. Essa palavra expressava o primeiro sentimento, pois a primeira relação que o homem estabelecia com o outro era do sentir e da expressão em sentido figurado, portanto uma relação poética e sensível se estabelecia entre os homens. Mais uma vez, percebo Rousseau sinalizando para a necessidade de proporcionarmos exercícios de música e poesia com a finalidade de preservar a nossa tendência natural, isto é, o amor-de-si.

O amor-de-si pode ser promovido pela escola mediante ações capazes de *façer-florescer* homens livremente solidários, éticos, comprometidos com o destino da própria humanidade. Tendo em vista que é uma das primeiras formas de sociedade, agregando pessoas, promovendo reuniões, debates, diálogo, a escola pode possibilitar uma educação voltada para o desenvolvimento do ser humano pleno, para que ele se perceba, perceba os outros e, quiçá, estabeleça novas maneiras de convivência social, mais humana, mais justa.

Porque a sociedade, por si só, não forma o homem que, por sua vez, sozinho, não se educa, não se forma, noto, tanto na filosofia educacional quanto na política de Rousseau, a importância da relação e do cuidado como primordiais para a preservação da espécie, no diálogo, criando situações em que os homens se sintam e se façam livres, independentes.

Com J.-J. Rousseau compreendo que há necessidade sempre de ter a consciência de si, ser independente, assim como estabelecer um contrato entre os seres humanos para garantir a ‘vontade geral’, o ‘interesse comum’, o ‘bem-comum’. É possível a escola criar condições para a viabilidade de um projeto educacional que tem como fio condutor o amor-de-si? É possível a escola promover ações que possibilitem o desenvolvimento do autoconhecimento, visando ao sujeito tomar posse de si mesmo?

As soluções para qualquer problema se encontram, potencialmente, em cada indivíduo e, obviamente, no coletivo como “resultante agregada”³⁵. É preciso que, em assembleia, os sujeitos percebam e desejem a necessidade de mudanças, propondo criar outras formas de relação e de construção, a fim de se auto-conservarem e obterem melhorias. Além disso, se considerado o princípio de conservação e de piedade como inato, o sentimento de agregação e solidariedade será ativado pelo coletivo nessas assembleias.

Por exemplo, a escola X observa que, no seu entorno, tem um rio poluído e ela não tem condições sozinha de despoluí-lo, ou porque não detém o conhecimento tecnológico ou porque a maioria dos seus membros não tem consciência da importância de sua preservação. O que deverá ser realizado? É uma ação a ser construída. O projeto indicará ações, por exemplo: (1) a comunidade precisa aprender a não jogar lixo à margem ou dentro do rio; (2) recolher todo o lixo que está no rio ou em seu entorno; (3) criar espaços apropriados para o armazenamento do lixo, entre outras. Essas ações serão chamadas de lei. Se algum membro discordar de uma dessas leis, precisa-se negociar, no conjunto, não perdendo de vista o *bem-comum*: o rio. Qual é o interesse comum? Despoluir o rio.

Esse mesmo exemplo vale para outras temáticas mais simples em sala de aula. Se um projeto dessa natureza, que envolve a relação com o meio ambiente, fosse realizado dentro da escola, o que fariam os professores e os alunos? Suponhamos que haja necessidade de catar o lixo, tirar fotos, capturar amostras da água e avaliar o nível de poluição, de rever as ações, de propor outras... Se há divergências – e o interessante é que elas existam – o que se pode fazer?

Divisão de tarefas, funções e atribuições. Inicialmente, formar-se-á um grupo com aquelas pessoas que sentem afinidade e condições de melhor contribuir recolhendo, a cada 5 minutos, a amostra da água. Se outro grupo sente necessidade e acha que pode contribuir mais catando o lixo, catará. Um outro grupo acha que a contribuição dele será maior em plantar árvores, então irá plantá-las. No entanto, existem ações que são comuns a todos, por exemplo, jogar o lixo em local apropriado. Essa lei ou esse consenso será possível, pois existem interesses comuns. Quais sejam? Cuidar da escola. Preservar o meio ambiente, a vida... O que está em jogo senão a sobrevivência de todos?

³⁵ Termo utilizado por Eduardo Giannetti, no seu livro *Auto-engano*, 1997, p. 53.

Rousseau, tratando sobre a ‘origem das línguas’, afirmou que o desejo ou a necessidade de entrar em contato com um indivíduo fez o homem buscar meios para conseguir alcançar o seu objetivo, evidenciando que o que move os seres humanos é a paixão.

Desse modo, o professor precisa estar aberto para acolher o novo, compreendendo que todas as atividades e funções dentro de um conjunto de ações maiores, visando atingir a vontade geral, têm a mesma importância e exigem um grau de responsabilidade de todos os envolvidos. Em geral, há priorização das funções e classificação das mesmas, por grau de complexidade, o que contribui sobremaneira na ativação do amor-próprio. Na verdade, os estudantes precisam entender, assim como os professores, que uma pequena ação em prol da realização da vontade geral tem igual relevância no processo.

Pensando na figura do professor como legislador, e retomando a discussão em torno da ‘vontade geral’, apresentar propostas de lei, a exemplo, aprender a cuidar de si e do ambiente, é função do legislador. Só que o professor, como legislador, precisará submeter as suas propostas em plenária, submeter as suas ‘leis’ ao soberano (o estudante) e este, por sua vez, escutará o seu coração e, em conjunto, eles chegarão a um denominador comum.

Cabe ainda dizer que, para ser um legislador na perspectiva rousseauiana, é preciso uma capacidade espiritual e cultural além do ‘usual’, é uma espécie de *além-homem*. O professor, como legislador, ocupa a função do ‘tudo fazer sem nada fazer’, num processo de relação horizontal, de diálogo e fortalecimento de vínculos, visando possibilitar que os soberanos tomem posse deles mesmos e restaurem o seu estado da natureza, isto é, sintam-se e vivenciem a liberdade, porque são livres e donos de si mesmos, se bastam.

Por outro lado, o professor que ainda é escravo de seus próprios vícios, sofre de dependência de poder, certamente terá dificuldades em lidar com a proposta aqui delineada, mesmo porque ele viverá para atender aos soberanos, isto é, aos estudantes. Não sei se os professores estão preparados para esse processo, por isso é preciso pensar em ações voltadas para atendê-los.

O caminho do professor sempre será aquele de construir enquanto caminha. De qualquer sorte, é fazendo o caminho das diferenças, fazendo o seu levantamento e distribuindo as suas

atividades e ações em prol do alcance da ‘vontade geral’, de um ‘interesse comum’, que é sempre o aprendizado.

Cabe aqui uma ressalva entre o ‘interesse comum’ e o ‘interesse particular’. Este último se vincula a vícios e a dependências psicológicas. De qualquer modo, somente na vivência entre soberano e legislador, através do processo de escuta, é que o bem-comum será revelado. Se há nessa assembleia um dos membros, um dos soberanos que pense diferente, melhor, pois para atingir o interesse comum, como disse anteriormente, o ideal é sempre o aprendizado.

Se pensarmos que o estudante está vivendo um processo de condução de saída da natureza para o estado civilizado, porque é seu destino assim como de todos os homens, o seu caminho será o caminho da sobrevivência. Como a sociedade o degenerou, é preciso que ele, metaforicamente, volte à natureza, tome consciência de si mesmo e de sua liberdade e tome posse de si.

A teoria de Rousseau é a própria expressão da vida como precisa ser: livre, é a própria expressão da complexidade humana. Penso que o seu projeto de formação humana, cujo princípio é a liberdade, favorece o desenvolvimento da consciência do sujeito de que *ele é senhor de si...*

Esse homem, esse filósofo, pela vida que viveu e pelo ser que foi – não sei se ele teve consciência, também isso não vem ao caso – expressa a complexa humanidade do homem e revela a condição de sermos humanos nos constituindo pelas metáforas, pelos paradoxos, pelo labirinto, pela complexidade, pelo *caos...*

Não sei se existe, na escola, a possibilidade do aprendizado ser o ‘interesse comum’, penso que o aprendizado sempre seja o interesse comum. Penso que o aprendizado é sempre lúdico, alegre e o ensino é triste, como dizia o saudoso Felipe Serpa. No aprender, sempre há caminhos a inventar, a descobrir, construir, superar, criar e desenvolver o estado da própria arte. Rousseau já pontuou, no livro *Ensaio sobre a origem das línguas*, que a capacidade humana de criação é o que distingue os homens dos demais animais. O processo de criação é contínuo e está intimamente ligado ao aprender.

*

*

*

15. PARA NÃO DIZER ADEUS, PROMESSAS DA CONTINUIDADE DA PESQUISA, OU DAS PENÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Ao finalizar a leitura do Emílio e do Segundo Discurso, tal um arqueólogo diante de achados preciosos que ajudam a desvelar o mistério humano, construí a sua tessitura sendo guiada por uma vontade de potência criadora, possibilitada pela existência da escola em minha vida. Na simplicidade necessária, o conjunto dos Livros que compõe a tese mostra que é preciso ter olhos para ver e perceber o que é mínimo para se formar um homem.

É preciso também esclarecer que, assim como Giannetti (1997), não creio na terapêutica da auto-ajuda e similares, não pretendo convencer a mudar quem quer que seja, ou “curar” ou ainda converter nisso ou naquilo, também sou cética acerca de perspectivas que adotam o convencimento moral como meio para “regeneração humana”. No entanto, como ele, creio no poder e na força do desejo de cada ser humano de fazer de sua vida o melhor que é capaz. De igual modo, também acredito no princípio socrático do autoconhecimento. E, com Rousseau, experimentando o atrito provocado pelo encontro com a sua filosofia, percebi na carne que o exercício da busca por uma vida melhor exige esforço, determinação e muito trabalho.

De todo modo, em suas palavras, Rousseau se mostrou aos meus olhos e chegou ao meu coração. Sentia que eu havia sido encontrada por mim mesma. Não era J.-J. Rousseau, mas a própria clareira de ser quem se é a caminho do amor-de-si-mesmo. Ao pensar sobre o processo de desenvolvimento humano, insistentemente aparecia nas minhas reflexões o desejo de ser melhor e promover ações propiciadoras também de um bem maior que fizesse o outro fluir por si mesmo. Percebia que estava diante de uma chave que me possibilitaria abrir e fechar muitas portas da complexa construção humana.

Ler Rousseau, portanto, me fez pensar se a sociedade já estaria sendo suficientemente capaz de contribuir com o processo de formação dos seres humanos. Ao lê-lo, é como se existissem

muitos protótipos de homens transvertidos de seres humanos. Por outro lado, percebo em suas palavras uma necessidade para o cuidar de si. O cuidar de si, na sua obra, é cuidar do outro também? Conservar o amor-de-si é conservar o amor-do-outro em nós mesmos, como existência viva? O que contribui para a conservação do homem em estado de natureza, isto é, independente, conectado consigo mesmo? Utopia? Sonhos?

Sim, sim. Digo sim à utopia e aos sonhos que alimentam e impulsionam os humanos... Ser utópica favorece e ativa o amor-de-si? Ser sonhadora fortalece a escola? Em que medida favorece a felicidade? Essas precisam ser algumas das tensões? Penso que se perde muito tempo com indagações inúteis à sobrevivência da espécie.

Além disso, inspirada num belíssimo livro, do Friedrich Nietzsche (2005), tenho convicção que nenhum pensador escreve para a sua geração presente, ele escreve cuidando de sua geração presente-futura, cuidando da preservação da própria humanidade. Tenho aspiração de ser eterna. Isso me move, também.

REFERÊNCIAS

Contava ainda com o futuro e esperava que uma geração melhor, examinando com maior cuidado seus julgamentos sobre a minha pessoa e seu procedimento para comigo, viesse esclarecer facilmente a fraude dos que a dirigiam e me visse finalmente como sou. (ROUSSEAU, 1995, p. 25)

Como o destino de minha pessoa e o de minha reputação foram fixados de comum acordo por toda a presente geração, nenhum esforço de minha parte podia subtrair-me a ela, visto que me é completamente impossível transmitir algum legado e outras épocas sem o fazer passar, nesta, por mãos interessadas em suprimi-lo. (ROUSSEAU, 1995, p. 37)

Deixemos, portanto, agir os homens e o destino; aprendamos a sofrer sem murmurar; tudo deve por fim, voltar à sua ordem e cedo ou tarde minha vez chegará. (ROUSSEAU, 1995, p. 38)

Podeis imaginar alguém que tenha de se justificar de um crime que se ignora e que seja necessário se defender sem saber de que é acusado? (ROUSSEAU, 2006, p. 315)

ABAURRE, Maria Bernadete Marques et alii. **Cenas de aquisição da escrita**: o sujeito e o trabalho com o texto. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1997. (Coleção Leituras do Brasil)

ALBERTI, S. **Crepúsculo da alma**: a psicologia no Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

ALVES, Rubem. **Retratos de amor**. São Paulo: Papirus, 2007.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **O corpo**. Rio de Janeiro: Record, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BRANDÃO, Junito de Souza. Eros e Psiquê. In: _____. **Mitologia Grega**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987, Vol. II, p. 209-255.

BETTELHEIM, Bruno. **A fortaleza Vazia**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

BOLOGNA, José Ernesto. **Diálogos criativos**: Domenico de Masi: Frei Betto / mediações e comentários José Ernesto Bologna. São Paulo: DeLeitura Editora, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História do menino que lia o mundo**. Veranópolis, Rio Grande do Sul: Iterra Editores, 2001. (Coleção Fazendo História n.º 7, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST)

BRANDÃO, Junito de Souza. Eros e Psiquê. In: _____. **Mitologia Grega**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987, Vol. II, p. 209-255.

CALLIGARIS, Contardo. **O conto do amor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999. (Encyclopaedia)

CARRACEDO, José Rubio. Estudio preliminar. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Escritos polémicos**. Carta a Voltaire, cartas a Malesherbes, carta Beaumont, carta a Mirabeau. Madrid: Editorial Tecnos, 1994. (Colección Clásicos del Pensamiento)

CASSIRER, E. **A questão Jean-Jacques Rousseau**. Prefácio e Posfácio de Peter Gay. Tradução Erlon José Paschoal, Jézio Gutierre; revisão de tradução Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Unesp, 1999.

CASSIRER, E. **Linguagem e Mito**. Tradução J. Guisburg e Miriam Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 1972.

CASSIRER, E. **A filosofia do iluminismo**. Trad. Álvaro Cabral. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 1994. (Coleção Tópicos)

COMTE-SPONVILLE, André. **Viver**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CERIZARA, Ana Beatriz. **Rousseau: a educação na infância**. São Paulo: Scipione, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

COLL, César et alli (org). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação**. trad. Angélica Mello Alves. – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.

COSTA, Jorge José da. A idéia de fato histórico na Origem das línguas e no Segundo discurso de Rousseau. In: SANTOS, Antônio Carlos dos. **História, pensamento e ação**. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal do Sergipe, 2006, 275- 280.

DAMIÃO, Carla Milani. **Sobre o declínio da “sinceridade”**: filosofia e autobiografia de Jean-Jacques Rousseau e Walter Benjamin. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

DOMINICÉ, Pierre. Apprendre à se former. In: **L'adulte en formation**. - Bruxelles: De Boeck Université, 1996. - p. 95-105.

DOMINICÉ, Pierre. La compétence d'apprendre à l'âge adulte: lectures biographiques des acquis de la scolarité In: **Les origines biographiques de la compétence d'apprendre**. - Carouge: Univ. de Genève Fac. de psychologie et des sciences de l'éducation, 1998. - p. 1-23.

DOMINICÉ, Pierre. La contribution de l'approche biographique à la connaissance de la formation. In: **Raisons éducatives**. - Bruxelles. – 1998a, p. 277-291.

DOMINICÉ, Pierre. Les formateurs d'adultes doivent-ils obtenir une certification pour être autorisés à pratiquer l'histoire de vie en formation? In: **The biographical approach in European adult education**. - Wien: Verband Wiener Volksbildung, 1995. - p. 235-243.

DOZOL, Marlene de Souza. **Da figura do mestre**. Campinas, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Coleção educação contemporânea)

FAÇANHA, Luciano. **Para ler Rousseau: uma interpretação de sua narrativa confessional por um leitor da posteridade**. São Paulo: EI – Edições Inteligentes, 2006.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 10.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 7.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREITAS, Jacira de. **Política e festa popular em Rousseau: a recusa da representação**. São Paulo: Humanitas/ FFCH/USP : FAPESB, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Os mestres de Rousseau**. São Paulo: Cortez, 2004.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e Ensino: exercícios de militância e divulgação**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GIANETTI, Eduardo. **Auto-engano**. Companhia das Letras, 1997.

HANH, Thich Nhat. **Ensinamentos sobre o amor: desenvolvendo a capacidade de amar com alegria e compaixão**. Tradução de Alda Leôncio. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

HAUAISS, **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. trad. Márcia de Sá Cavalcante. Rio de Janeiro: Vozes, 1996 — Parte I. (Coleção Pensamento humano)

JOSSO, Marie-Christine, MÜLLER, Ronald & PFISTER, Monique. Les acquis expérientiels : souvenirs scolaires et reprise des études : présentation du contexte de recherche-formation et synthèses générales. In: **Les origines biographiques de la compétence d'apprendre**. - Carouge : Univ. de Genève Fac. de psychologie et des sciences de l'éducation, 1998. - p. 61-95.

JOSSO, Marie-Christine. **Les histoires de vie au service d'une nouvelle perspective pédagogique** : "dis-moi comment tu apprends...". In: Journal de l'enseignement primaire. - Ed. corps enseignant. - Genève. - No 39. 1992, p. 26-28.

JOSSO, Marie-Christine. **L'histoire de vie dans un dispositif de recherche-formation: une médiation pour la connaissance de la subjectivité** / In: The biographical approach in European adult education. - Wien : Verband Wiener Volksbildung, 1995. - p. 75-99.

KONDER, Leandro. **Sobre o amor**. São Paulo : Boitempo, 2007. (Marxismo e Literatura)

LAUNAY, Michel. Introdução. In ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da educação**. / Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999. - (Paideia)

LEÃO, Emmanuel Carneiro. Impressões sobre uma pedagogia para o autoconhecimento. In: **Ágere**, Revista de Educação e Cultura / V.3, n. 3 – Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação e Pesquisa, 2001. (p.171-76)

LOBO, Luiza. **Teorias poéticas do romantismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. (Novas Perspectivas, 20)

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Leber Livro Editora, 2006.

MARQUES, José Oscar de Almeida (org). **Reflexos de Rousseau**. São Paulo : Associação Editorial Humanitas, 2007.

MARQUES, José Oscar de Almeida (org). **Verdades e mentiras**: 30 ensaios em torno de Jean-Jacques Rousseau. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. (Coleção Filosofia)

MEIRELES, Cecília. **Crônicas da Educação**, 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2001. — (Cecília Meireles: obra em prosa)

MEIRELES, Cecília. **Poesia completa**, volume único. Introdução Walmir Ayala; xilogravuras de Graviela Fuensalida. — 4. ed. — Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1993. (Biblioteca Luso-Brasileira. Série Brasileira)

MENEZES, Edmilson (org). **História e providência**: Bossuet, Vico e Rousseau. Tradução e comentários Edmilson Menezes, Humberto Aparecido de Oliveira Guido e Maria das Graças de Souza. Ilhéus/Bahia: Editus, 2006.

MONTERO, Rosa. **Paixões**: amores e desamores que mudaram a história. Tradução Maria Alzira Brum Lemos e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sabedoria para depois de amanhã**. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, Neiva Afonso. **Rousseau e Rawls**: contrato em duas vias. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2000.

OSAKABE, H. Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita. In: ZILBERMAN, Regina (org.) **A leitura em crise na escola**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1990.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Tradução de Ivete Braga. - Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

PLATÃO. **O banquete**: ou do amor. Tradução e notas de J. Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1966.

PUIG, Josep Maria. **A construção da personalidade moral**. Tradução Luizete Guimarães Barros e Rafael Camorlinga Alcarraz. São Paulo: Ática, 1998.

RAMOS, Menandro. **História de leitura do romance brasileiro**: Marisa Lajolo. Entrevistas de Mary Arapiraca e Jamile Borges. Direção de Menandro Ramos. Salvador: FAGED/UFBA, EduCanal/LEIS/LABIMAGEM, em 21/03/2005. Apoio: FAPESB/FINEP. Duração aproximada 25 min. (Vídeo)

RANGEL, Carlos. **Do bom selvagem ao bom revolucionário**. Tradução de Berenice de Souza Otero. Brasília: UnB, 1981.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **As confissões**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Cartas escritas da montanha**. Tradução e notas Maria Constança Peres Pissara e Maria das Graças de Souza. São Paulo: EDUC : UNESP, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Cartas a Chistophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral.** Organização e apresentação José Oscar de Almeida Marques; tradução José Oscar de Almeida Marques [et all]. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Cartas a D'Alembert.** Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo : Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Tradução de Lourdes Santos Machado. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 207-326. (Coleção Os Pensadores XXIV)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre as ciências e as artes.** Tradução de Lourdes Santos Machado. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973b, p. 329-425. (Coleção Os Pensadores XXIV)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a economia política e do contrato social.** Tradução de Maria Constança Peres Pissarra ; prefácio de Bento Prado Júnior. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1995 (Clássicos do pensamento político)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípios do direito político.** Tradução de Lourdes Santos Machado. Introdução e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973a, p. 21-151. (Coleção Os Pensadores XXIV)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social e outros escritos.** Introdução e tradução Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix, s/d.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Júlia, ou A nova Heloísa.** Tradução Fulvia M. L. Moretto. Campinas: São Paulo: Hucitec; Ed. Unicamp, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Émile, or on education.** New York: Basic Books, 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou, Da educação.** / Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Paideia)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas.** Tradução Fulvia M. L. Moretto; apresentação Bento Prado Jr. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas.** Tradução, introdução e notas de Fernando Guerreiro. Lisboa, Portugal: Editorial Estampa, 1981.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Escritos polémicos.** Carta a Voltaire, cartas a Malesherbes, carta Beaumont, carta a Mirabeau. Madrid: Editorial Tecnos, 1994. (Colección Clásicos del Pensamiento)

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Judge of Jean-Jacques: Dialogues.** Hanover, New Hampshire: University Press of New England for Dartmouth College, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Os devaneios de um caminhante solitário.** Tradução, introdução e notas de Fúlvia Maria Luiza Moretto. Brasília: UNB, 1995.

SALINAS FORTES, Luiz Roberto. **Paradoxo do espetáculo**: política e poética em Rousseau. São Paulo: Discurso Editorial, 1997.

SANTOS, Jilvania Lima dos. **As atividades lúdicas na minha experiência de vida**. Salvador: Rascunho Digital, 2006. Disponível em: <<www.faced.ufba.br/rascunho_digital>> Acesso em: jan/2008.

SANTOS, Jilvania Lima dos. **Ludosofia: um dos possíveis caminhos da educação**. Salvador: Rascunho Digital, 2006. Disponível em: <<www.faced.ufba.br/rascunho_digital>> Acesso em: jan/2008.

SANTOS, Jilvania Lima dos. **Para iniciar o rascunho: dialética, dialogia e diálogo**. Salvador: Rascunho Digital, 2003. Disponível em: <<www.faced.ufba.br/rascunho_digital>> Acesso em: mar/2008.

SANTOS, Jilvania Lima dos. **Pensando com Felipe Serpa**, ou dos três conceitos: respeito, interação e conflito. Salvador: Rascunho Digital - FACED/UFBA, 2003. Disponível em: <<www.faced.ufba.br/rascunho_digital>> Acesso em: mar/2008.

SAVATER, Fernando. **Ética como amor-próprio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SILVA, Genildo Ferreira da. **Rousseau e a fundamentação da moral**: entre a razão e religião. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2004, 255p. (Tese de doutorado)

SILVA, Genildo Ferreira da. Moral e interesse e a crítica rousseauiana. In: SANTOS, Antônio Carlos dos. **História, pensamento e ação**. São Cristóvão : Editora da Universidade Federal do Sergipe, 2006, 261- 273.

SOARES, N. S. **Educação transdisciplinar e arte de aprender**: pedagogia do autoconhecimento para o desenvolvimento humano. 2.^a ed. Salvador: EDUFBA, 2007.

STAROBINSKI, Jean. **Jean-Jacques Rousseau**: a transparência e o obstáculo; seguidos de seis ensaios sobre Rousseau. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VOLTAIRE. **Cândido**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

WINCH, Christopher & GINGELL, John. **Dicionário de Filosofia da Educação**. São Paulo: Contexto, 2007.